ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVIII Nº 141

Brasília - DF, sexta-feira, 24 de julho de 2020

SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Congresso Nacional 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1
Ministério da Cidadania 5
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 5
Ministério das Comunicações 8
Ministério da Defesa 9
Ministério do Desenvolvimento Regional 10
Ministério da Economia 10
Ministério da Educação 25
Ministério da Infraestrutura 28
Ministério da Justiça e Segurança Pública 35
Ministério do Meio Ambiente 43
Ministério de Minas e Energia 45
Ministério das Relações Exteriores 52
Ministério da Saúde 52
Ministério do Turismo 62
Ministério Público da União 67
Tribunal de Contas da União 67
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 107

..... Esta edição completa do DOU é composta de 108 páginas .....

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 84, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 970, de 25 de maio de 2020**, publicada no Diário Oficial da União no dia 26, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e da Cidadania, no valor de R$ 29.058.260.654,00, para os fins que especifica e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 23 de julho de 2020
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 85, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 971, de 26 de maio de 2020**, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Aumenta a remuneração da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal e da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos Extintos Territórios Federais e altera as regras de cessão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 23 de julho de 2020
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 86, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 972, de 26 de maio de 2020**, publicada no Diário Oficial da União no dia 27, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R$ 15.900.000.000,00, para o fim que especifica e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 23 de julho de 2020
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 87, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 973, de 27 de maio de 2020**, publicada no Diário Oficial da União no dia 28, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 23 de julho de 2020
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 88, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 974, de 28 de maio de 2020**, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Saúde", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 23 de julho de 2020
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 412, de 22 de julho de 2020. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Convenção sobre o Crime Cibernético, celebrada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001, com fins de adesão brasileira ao instrumento.

Nº 414, de 23 de julho de 2020. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R$ 20.924.080,00, para os fins que especifica".

Nº 415, de 23 de julho de 2020. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, crédito suplementar no valor de R$ 6.194.427,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 50, DE 21 DE JULHO DE 2020

Revoga o artigo 89, da Norma Operacional, constante do anexo III, da Instrução Normativa nº 51, de 1º de outubro de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que institui o Sistema Brasileiro de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos - SISBOV.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.097, de 24 de novembro de 2009, no Decreto nº 7.623, de 22 de novembro de 2011, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e o que consta do Processo nº 21000.037639/2020-72, resolve:

Art. 1º Revogar o artigo 89 da Norma Operacional, constante do Anexo III da Instrução Normativa nº 51, de 1º de outubro de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que institui o Sistema Brasileiro de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos - SISBOV.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 3 de agosto de 2020.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

PORTARIA Nº 240, DE 21 DE JULHO DE 2020

Institui no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Comissão Sobre Prevenção da Resistência aos Antimicrobianos - CPRA/MAPA.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e o que consta do Processo nº 21000.003119/2020-66, resolve:

Art. 1º Fica Instituída, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Comissão Sobre Prevenção da Resistência aos Antimicrobianos - CPRA/MAPA, de caráter consultivo, com o objetivo de atuar nas ações relativas à prevenção e controle da resistência aos antimicrobianos no sistema agropecuário brasileiro.

Art. 2º À CPRA/MAPA compete:

I - planejar, acompanhar e avaliar a implementação das atividades estabelecidas no Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos;

II - atuar na proposição e no acompanhamento de ações relativas à prevenção e controle da resistência aos antimicrobianos; e

III - atuar na proposição e no acompanhamento de ações relativas à educação sanitária, vigilância, monitoramento e implementação de medidas de prevenção e controle de infecções e promoção do uso racional dos antimicrobianos.

Art. 3º A CPRA/MAPA será composta por representantes das Unidades a seguir:

I - dois representantes da Coordenação-Geral de Produtos de Uso Veterinário - CGPV/SDA/SDA;

II - um representante da Coordenação-Geral de Sanidade Animal - CGSA/SDA/SDA;

III - um representante da Coordenação-Geral de Programas Especiais - CGPE/DIPOA/SDA;

IV - um representante da Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários - CGAL/DTEC/SDA;

V - um representante da Coordenação-Geral de Inteligência Estratégica e Avaliação de Risco - CGRI/DSN/SDA; e

VI - um representante da Coordenação de Boas Práticas de Produção Animal - CBPA/CGPA/DECAP/SDI.

§ 1º Os membros da CPRA/MAPA serão indicados pelos titulares das Unidades representadas e designados por ato do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 2º Cada membro terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 3º A CPRA/MAPA será coordenada por representante da Coordenação-Geral de Produtos de Uso Veterinário - CGPV/SDA/SDA.

§ 4º Caberá à CGPV/SDA/SDA prestar apoio administrativo à CPRA/MAPA.

§ 5º A CPRA/MAPA poderá convidar representantes de órgãos e entidades públicas e privadas para participar das reuniões, sempre que seus conhecimentos, habilidades e competências possam ser necessários ao cumprimento da sua finalidade.

Art. 4º A CPRA/MAPA se reunirá ordinariamente uma vez a cada semestre e, extraordinariamente, por convocação de seu coordenador.

§ 1º As reuniões da CPRA/MAPA, instaladas mediante a presença da maioria dos seus integrantes, serão realizadas preferencialmente na sede do MAPA, salvo em relação aos membros que se encontrem em entes federativos diversos, que poderão participar por videoconferência.

§ 2º As deliberações da Comissão serão tomadas por maioria simples.

Art. 5º A participação na CPRA/MAPA será considerada prestação de serviço público relevante e não ensejará remuneração, sendo vedado o reembolso de despesas relativas à participação em reuniões ordinárias ou extraordinárias.

Art. 6º Fica revogada a Portaria SDA nº 45, de 23 de maio de 2016.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em 3 de agosto de 2020.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

PORTARIA Nº 241, DE 21 DE JULHO DE 2020

Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Fórum Técnico de Bem-Estar Animal - FTBA/MAPA.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e o que consta do Processo nº 21000.076512/2019-35, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Fórum Técnico de Bem-Estar Animal - FTBA/MAPA, com o objetivo de coordenar ações em boas práticas para o bem-estar dos animais de produção e de interesse econômico da cadeia pecuária.

Art. 2º Ao FTBA/MAPA compete:

I - propor normas e recomendações técnicas de boas práticas para o bem-estar animal;

II - estimular e promover eventos relacionados ao tema objeto do Fórum;

III - fomentar a capacitação dos diversos atores envolvidos nas cadeias pecuárias;

IV - articular com entidades representativas do setor pecuário e de pesquisa;

V - propor a publicação e divulgação de material técnico e informativo sobre boas práticas para o bem-estar animal; e

VI - incentivar e propor a celebração de acordos, convênios e termos de cooperação com entidades públicas e privadas para fomento de ações ligadas às boas práticas para o bem-estar animal.

Art. 3º O FTBA/MAPA será composto por representantes dos órgãos e unidades a seguir:

I - um da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação - SDI;

II - três da Secretaria de Defesa Agropecuária, sendo:

a) um do Departamento de Saúde Animal;

b) um do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal e

c) um do Sistema de Vigilância Agropecuária.

III - um da Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP; e

IV - dois das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFAs, sendo:

a) um da Divisão de Política e Desenvolvimento Agropecuário; e

b) um do Serviço de Saúde Animal.

§ 1º Os membros do FTBA/MAPA serão indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados por ato do Secretário de Defesa Agropecuária.

§ 2º Cada membro terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 3º O Fórum será presidido pelo representante titular do Departamento de Saúde Animal, que será substituído em suas ausências e impedimentos legais por seu suplente.

§ 4º Caberá ao Departamento de Saúde Animal prestar apoio administrativo ao FTBA/MAPA.

§ 5º O Fórum poderá convidar representantes de órgãos e entidades públicas e privadas para participar das reuniões, sempre que seus conhecimentos, habilidades e competências possam ser necessários ao cumprimento da sua finalidade, em caráter eventual e gratuito.

Art. 4º O FTBA/MAPA se reunirá ordinariamente em periodicidade definida pelos seus membros e, extraordinariamente, por convocação de seu presidente ou mediante solicitação dos seus membros.

§ 1º As reuniões do Fórum, instaladas com a presença da maioria de seus membros, serão realizadas presencialmente ou por meio de videoconferência.

§ 2º As deliberações do Fórum serão tomadas por maioria simples dos votos.

§ 3º Além do voto ordinário, o presidente do FTBA/MAPA terá voto de qualidade em caso de empate.

Art. 5º O FTBA/MAPA terá caráter consultivo e as conclusões serão enviadas à consideração de Diretor do Departamento de Saúde Animal.

Art. 6º A participação no FTBA/MAPA será considerada prestação de serviço público relevante e não ensejará remuneração, sendo vedado o reembolso de despesas relativas à participação em reuniões ordinárias ou extraordinárias.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias MAPA nº 905, de 19 de abril de 2017 e nº 1.187, de 23 de maio de 2017.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em 3 de agosto de 2020.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 161, DE 21 DE JULHO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 262 e 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicada no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria nº 1.393/18, de 21/08/2018, publicada no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2º da Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, e o constante dos autos do processo 21042.006775/2020-24, resolve:

HABILITAR, o(a) Médico(a) Veterinário(a) NEWTON LUIZ FERREIRA DUTRA, CRMV-RS 03.921, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado, desde que haja parecer favorável da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul (SEAPDR).

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA Nº 176, DE 23 DE JULHO DE 2020

Submete à Consulta Pública, pelo prazo de 45 dias, a proposta sobre o ordenamento da atividade de pesca da manjuba "perna-de-moça" (Anchoviella cayennensis) e manjuba "leitosa" ou "branca" (Anchoviella lepidentostole) no Rio Paraíba do Sul, no estado do Rio de Janeiro.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 00377.000285/2012-52, resolve:

Art. 1º Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 45 dias, a contar da data de publicação desta Portaria, a proposta de Instrução Normativa apresentada em anexo, com o objetivo de ordenar a atividade de pesca da manjuba "perna-de-moça" (Anchoviella cayennensis) e manjuba "leitosa" ou "branca" (Anchoviella lepidentostole) no Rio Paraíba do Sul, no estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º O objetivo da presente Consulta Pública é permitir a ampla divulgação da proposta de Instrução Normativa, para receber sugestões de órgãos, entidades ou pessoas interessadas em contribuir com o processo de gestão dos recursos pesqueiros.

Parágrafo único. As sugestões e comentários previstos no caput serão públicas e, portanto, poderão ser visualizadas por qualquer contribuinte.

Art. 3º As sugestões de que trata o Art. 2° desta Portaria, tecnicamente fundamentadas, deverão ser apresentadas no formato de planilha editável, conforme exemplo abaixo, e deverão ser enviadas para o e-mail: manjuba.sap@agricultura.gov.br.

I dentificação do artigo, inciso, parágrafo e alínea	Texto atual da minuta	Redação proposta	Justificativa técnica e legal	Dados do contribuinte
XXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXX

§ 1° Os critérios para aceitação das sugestões de alteração, inclusão ou exclusão nos textos levarão em conta a obediência aos demais ditames legais e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

§ 2° As sugestões deverão ser encaminhadas respeitando os campos abaixo, sendo todos de preenchimento obrigatório:

I - Item: Identificação do artigo, inciso, parágrafo e alínea (Exemplo: Art. 1°, § 1°, inciso I, da proposta de Instrução Normativa);

II - Texto atual da minuta: citação da parte do texto original a que se refere;

III - Redação proposta: texto sugerido com alteração, inclusão ou exclusão;

IV - Justificativa técnica e legal: embasamento técnico e legal devidamente fundamentado de modo a subsidiar a discussão;

V - Dados do contribuinte: responsável pela sugestão, identificando com o nome completo, pessoa física ou jurídica, endereço eletrônico e telefone de contato.

Art. 4º A inobservância de qualquer inciso do Art. 3° desta Portaria, implicará na recusa automática da sugestão encaminhada.

Art. 5º Findo o prazo estabelecido no Art. 1° desta Portaria, o Departamento de Ordenamento e Desenvolvimento da Pesca deverá avaliar as sugestões recebidas e procederá com as adequações pertinentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE SEIF JUNIOR

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

PEDRO ANTONIO BERTONE DE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

ANEXO

MINUTA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº , DE DE

Dispõe sobre o ordenamento da atividade de pesca da manjuba "perna-de-moça" (Anchoviella cayennensis) e manjuba "leitosa" ou "branca" (Anchoviella lepidentostole) no Rio Paraíba do Sul, no estado do Rio de Janeiro

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MAPA nº 812, de 25 de janeiro de 2019 e o Art. 29 do Anexo I do Decreto nº 10.253 de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que consta do Processo nº 00377.000285/2012-52, resolve:

Art. 1º Permitir a atividade de pesca da manjuba "perna-de-moça" (Anchoviella cayennensis) e manjuba "leitosa" ou "branca" (Anchoviella lepidentostole) no rio Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro condicionada aos critérios técnicos, padrões de uso e procedimentos administrativos na forma do disposto nesta Instrução Normativa.

§1º Considera-se o limite físico para o exercício da pesca da manjuba no rio Paraíba do Sul, com o apetrecho denominado "manjubeira" na calha principal do referido rio desde a cachoeira do salto no município de São Fidélis (21º37`37,04" S e 41º45`41,16" O) até a desembocadura no Oceano Atlântico no município de São João da Barra (21º37`07" S e 41º00`53,12" O) no estado do Rio de Janeiro.

Art. 2° Para efeito desta Instrução Normativa entende-se por:

I - Rede "manjubeira"- Rede de emalhe de superfície, não fundeada, que fica à deriva com uma de suas extremidades presa à embarcação.

Art. 3º O petrecho "manjubeira" permitido para a pesca da manjuba nos locais descritos no §1º desta Instrução Normativa deve apresentar as seguintes características:

I - comprimento da rede não pode ultrapassar a 1/3 da largura do rio Paraíba do Sul e o total de redes não pode ultrapassar a 210 metros;

II - distância entre as redes deve ser superior a 100 metros uma das outras;

III - altura máxima da rede entre a bóia e a chumbada deve ter 2,20 m (dois metros e vinte centímetros);

IV - malha mínima de 24 mm (vinte e quatro milímetros) e máxima de 30 mm (trinta milímetros) medidas entre nós opostos.

Art. 4º Para efeito de controle de esforço de pesca, cada pescador profissional artesanal poderá utilizar a rede "manjubeira" conforme descrita no Art. 3º, por embarcação.

Art. 5º Fica proibido no trecho de que trata o §1º desta Instrução Normativa a captura da manjuba "perna-de-moça" (Anchoviella cayennensis) e manjuba "leitosa" ou "branca" (Anchoviella lepidentostole) com uso de aparelhos, apetrechos e métodos de pesca não mencionados nesta Instrução.

I - Fica proibida a pesca nos seguintes locais:

a) a menos de 200 m (duzentos metros) a montante e a jusante de cachoeiras;

b) a menos de 200 m (duzentos metros) de saídas de efluentes, confluências e desembocaduras de rios, lagoas e lagos;

c) a menos de 500 m (quinhentos metros) de saídas de esgotos.

Art. 6º Fica mantida a proibição da pesca, anualmente, de 1º de novembro a 28 de fevereiro, conforme estabelecido pela Instrução Normativa IBAMA nº 195, de 2 de outubro de 2008 .

Art. 7º Como forma de acompanhamento da produção pesqueira de que trata esta Instrução Normativa será utilizado o Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira na Categoria de Pescador Profissional Artesanal, instituído pela Instrução Normativa nº 15, de 11 de agosto de 2014.

Art. 8º O não cumprimento ao disposto nesta Instrução Normativa sujeitará os infratores às penalidades e sanções previstas nas legislações vigentes.

Art. 9º O produto da pescaria em desacordo com o disposto nesta Instrução Normativa, será apreendido e terá destino de acordo com a Portaria IBAMA n° 44-N, de 12 de abril de 1994.

Art. 10 Esta Instrução Normativa entra em vigor em XX de XXXXX de 2020.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 74, DE 23 DE JULHO DE 2020

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao art. 46, da Lei nº 9456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público(a) o ARQUIVAMENTO do pedido de proteção da cultivar de SOJA (*Glycine max* (L.) Merr.), denominada GMS 8256RR, protocolo nº 21806.000331/2015-39, com base no disposto no § 5º do art. 18, da Lei nº 9.456, de 1997.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-22/N° 11, de 27 de abril de 2005, publicada no Diário Oficial da União n° 01, de 06 de maio de 2005, na Seção 1, página 77, que criou o Projeto de Assentamento BUENOS AIRES/SANTA RITA, localizado no município de Maragogi/AL , Código do SIPRA AL0142000; onde se lê: "....., localizado no município de Maragogi/AL.....", leia-se: ".....localizado nos municípios de Maragogi/AL, São José da Coroa Grande/PE e Barreiros/PE..."; onde se lê: "....., área de 1.651,4099 ha (hum mil seiscentos e cinquenta e um hectares, quarenta ares e noventa e nove centiares) ... ", leia-se: "... área de 1.643,9269 ha (hum mil seiscentos e quarenta e três hectares, noventa e dois ares e sessenta e nove centiares) ..."; e onde se lê: ".... prevê a criação de 260 (duzentos e sessenta) unidades agrícolas familiares ...", leia-se: "... prevê a criação de 245 (duzentos e quarenta e cinco) unidades agrícolas familiares ...".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 452, DE 23 DE JULHO DE 2020

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 10 c/c art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 338, de 09 de março de 2018, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE SUBSTITUTO, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 397/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 98 c/c art. 115, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 20 de julho de 2020.

Considerando o contido no Processo nº 54700.000386/2009-38, Interessado: MARIBENE DE FREITAS QUEIROZ CPF:202820458-30, Assunto: Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º decide, por unanimidade, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD NºDF008700000115, parcela nº 11 do Projeto de Assentamento Santo Antônio das Brancas localizado no Município de Água Fria de Goiás - GO, em favor da beneficiária Maribene de Freitas Queiroz, CPF Nº 202.820.458-30. 2.2

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

EDILEUZA SILVA NEIVA

RESOLUÇÃO Nº 453, DE 23 DE JULHO DE 2020

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 10 c/c art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 338, de 09 de março de 2018, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE SUBSTITUTO, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 397/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 98 c/c art. 115, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 20 de julho de 2020.

Considerando o contido no Processo nº 54170.003989/1997-41, Interessado: JOÃO VIEIRA DE SOUZA CPF:522057546-53, Assunto: Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º decide, por unanimidade, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD NºDF001400000017, parcela nº 28 do Projeto de Assentamento RENASCER, localizado no Município de UNAI-MG, em favor dos beneficiários JOÃO VIEIRA DE SOUSA- CPF:522.057.546-53 e DIONÍSIA SOUZA VIEIRA - CPF: 923.116.606-91.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

EDILEUZA SILVA NEIVA

RESOLUÇÃO Nº 454, DE 23 DE JULHO DE 2020

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 10 c/c art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 338, de 09 de março de 2018, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE SUBSTITUTO, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 397/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 98 c/c art. 115, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 20 de julho de 2020.

Considerando o contido no Processo nº 54700.000863/2003-70, Interessado: NARDELIO EUGENNIO DE SOUSA, Assunto: Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º decide, por unanimidade, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF008000000333, parcela nº 78 do Projeto de Assentamento Curral do Fogo localizado no Município de Unaí-MG, em favor dos beneficiários Andreia Lopes de Almeida CPF Nº 092.026.866-88 e Nardelio Eugenio de Sousa CPF Nº 068.590.996-40.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

EDILEUZA SILVA NEIVA

RESOLUÇÃO Nº 455, DE 23 DE JULHO DE 2020

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 10 c/c art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 338, de 09 de março de 2018, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE SUBSTITUTO, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 397/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 98 c/c art. 115, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 20 de julho de 2020.

Considerando o contido no Processo nº 54700.000982/2007-56, Interessado: PAULO HENRIQUE GLIR CORRAZZA CPF: 22658902867, Assunto: Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º decide, por unanimidade, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD NºDF008700000106, parcela nº 05 do Projeto de Assentamento Santo Antônio das Brancas, localizado no Município de Água Fria de Goiás - GO, em favor do beneficiário Paulo Henrique Glir Corazza, CPF Nº 226.589.028-67.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

EDILEUZA SILVA NEIVA

RESOLUÇÃO Nº 456, DE 23 DE JULHO DE 2020

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 10 c/c art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 338, de 09 de março de 2018, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE SUBSTITUTO, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 397/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 98 c/c art. 115, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 20 de julho de 2020.

Considerando o contido no Processo nº 54700.001065/2003-65, Interessado: ABADIA GONÇALVES BARBOSA CPF:186466971-34, Assunto: Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º decide, por unanimidade, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF024200000001 parcela nº64 e 64A do Projeto de Assentamento Terra Conquistada localizado no Município de Água Fria de Goiás - GO, em favor da beneficiária Abadia Gonçalves Barbosa, CPF Nº 186.466.971-34.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

EDILEUZA SILVA NEIVA

RESOLUÇÃO Nº 458, DE 23 DE JULHO DE 2020

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 10 c/c art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 338, de 09 de março de 2018, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE SUBSTITUTO, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 397/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 98 c/c art. 115, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 20 de julho de 2020.

Considerando o contido no Processo nº 54700.001178/2000-19, Interessado: JOAQUIM RODRIGUES DA MATA, CPF:440.495.521-91, Assunto: Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º decide, por unanimidade, Autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF008700000026, parcela nº 17 do Projeto de Assentamento Santo Antônio da Brancas localizado no Município de Água Fria de Goiás - GO, em favor dos beneficiários Divina Gloria Gonçalves Bipo da Mata, CPF Nº 000.203.921-41, Joaquim Rodrigues da Mata, CPF Nº 440.495.521-91.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

EDILEUZA SILVA NEIVA

RESOLUÇÃO Nº 459, DE 23 DE JULHO DE 2020

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 10 c/c art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 338, de 09 de março de 2018, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE SUBSTITUTO, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 397/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 98 c/c art. 115, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 20 de julho de 2020.

Considerando o contido no Processo nº 54700.001188/2000-64, Interessado: MARCELO DE PAULA ROCHA CPF:245095741-34, Assunto: Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º decide, por unanimidade, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF008700000017, parcela nº 14 do Projeto de Assentamento Santo Antônio da Brancas localizado no Município de Água Fria de Goiás - GO, em favor dos beneficiários Maria Lucia Ribeiro Rocha, CPF Nº 619.646.201-63, Marcelo de Paula Rocha, CPF Nº 245.095.741-34.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

EDILEUZA SILVA NEIVA

RESOLUÇÃO Nº 460, DE 23 DE JULHO DE 2020

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 10 c/c art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 338, de 09 de março de 2018, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE SUBSTITUTO, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 397/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 98 c/c art. 115, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 20 de julho de 2020.

Considerando o contido no Processo nº 54700.001296/2000-37, Interessado: Abidoaldo Rodrigues da Silva, Etelvina Antonia da Silva, Assunto: Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º decide, por unanimidade, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF024200000002, parcela nº 38 do Projeto de Assentamento Terra Conquistada Gleba I localizado no Município de Água Fria de Goiás - GO, em favor dos beneficiários Etelvina Antonio da Silva, CPF Nº 476.691.521-68, Abidoaldo Rodrigues da Silva, CPF Nº 235.360.981-34.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

EDILEUZA SILVA NEIVA

RESOLUÇÃO Nº 461, DE 23 DE JULHO DE 2020

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 10 c/c art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 338, de 09 de março de 2018, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE SUBSTITUTO, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 397/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 98 c/c art. 115, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 20 de julho de 2020.

Considerando o contido no Processo nº 54700.001327/2000-69, Interessado: LUCIO KIIHN BATISTA CPF:862169101-91, Assunto: Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º decide, por unanimidade, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF 024200000008, parcela nº 54 e 54 A do Projeto de Assentamento Terra Conquistada Gleba I localizado no Município de Água Fria de Goiás - GO, em favor do beneficiário Lucio Kiihn Batista, CPF Nº 862.169.101-91.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

EDILEUZA SILVA NEIVA

RESOLUÇÃO Nº 462, DE 23 DE JULHO DE 2020

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 10 c/c art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 338, de 09 de março de 2018, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE SUBSTITUTO, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 397/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 98 c/c art. 115, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 20 de julho de 2020.

Considerando o contido no Processo nº 54700.001714/2007-51, Interessado: VANILDA TEIXEIRA RESENDE CPF:001825116-18, Assunto: Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º decide, por unanimidade, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF001400000068, parcela nº 02 do Projeto de Assentamento RENASCER localizado no Município de UNAI-MG, em favor dos beneficiários VANILDA TEIXEIRA RESENDE - CPF:001825116-18 e RILDO ANTONIO RESENDE - CPF: 791.103.396-04.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

EDILEUZA SILVA NEIVA

RESOLUÇÃO Nº 463, DE 23 DE JULHO DE 2020

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 10 c/c art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 338, de 09 de março de 2018, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE SUBSTITUTO, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 397/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 98 c/c art. 115, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 20 de julho de 2020.

Considerando o contido no Processo nº 54700.001164/2000-04, Interessado: DIVINO RODRIGUES DE MORAIS, Assunto: Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º decide, por unanimidade, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF008700000061, parcela nº 04 do Projeto de Assentamento Santo Antônio das Brancas localizado no Município de Água Fria de Goiás - GO, em favor do beneficiário Divino Rodrigues de Morais, CPF Nº 228.794.201-72.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

EDILEUZA SILVA NEIVA

RESOLUÇÃO Nº 464, DE 23 DE JULHO DE 2020

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 10 c/c art. 12, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 338, de 09 de março de 2018, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE SUBSTITUTO, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 397/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 98 c/c art. 115, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 20 de julho de 2020.

Considerando o contido no Processo nº 54700.001182/2000-88, Interessado: JOVENAL DE PAULA ROCHA, JOVENAL DE PAULA ROCHA CPF:245096041-49, ROSA ALVES CAITANO, Assunto: Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º decide, por unanimidade, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF008700000027, parcela nº 39 do Projeto de Assentamento Santo Antônio das Brancas localizado no Município de Água Fria de Goiás - GO, em favor dos beneficiários Rosa Alves Caitano, CPF Nº 603.408.511-04, Jovenal de Paula Rocha, CPF Nº 245.096.041-49.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

EDILEUZA SILVA NEIVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-13/MT N° 103 de 06 de dezembro de 1995, publicada no D.O.U n° 234 de 07 de dezembro de 1995, pág. 20.163, que criou o Projeto de Assentamento, CONFRESA RONCADOR, código SIPRA MT0113000, localizado no município de Confresa-MT, onde se lê ... com área de 93.580,7200 (noventa e três mil, quinhentos e oitenta hectares e setenta e dois ares), leia-se ... com área de 93.960,7697 (noventa e três mil, novecentos e sessenta hectares, setenta e seis ares e noventa e sete centiares).

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Conecte-se à
informação oficial



Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 444, DE 22 DE JULHO DE 2020

Amplia o prazo para saque dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e no § 1º do art. 24 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a publicação da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, que trata das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2020;

CONSIDERANDO o reconhecimento de estado de calamidade pública nacional por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, publicada pelo Ministério da Saúde, a qual declara Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus;

CONSIDERANDO que, entre as medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública envolvidas na atual Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional está a necessidade de evitar aglomerações de cidadãos e cidadãs;

CONSIDERANDO que famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família podem se aglomerar em torno dos canais de pagamento, com o objetivo de realizar o saque dos benefícios financeiros do programa, resolve:

Art. 1º Prorrogar o período de validade dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família à disposição de seus titulares, na conta contábil prevista no art. 2º, § 12, inciso III da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, enquanto perdurar o estado de calamidade pública nacional, previsto no Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput incidirá em todas as parcelas do Bolsa Família pagas que ainda estejam válidas, segundo o calendário de pagamentos e o calendário operacional do programa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ONYX DORNELLES LORENZONI

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 23 DE JULHO DE 2020

Prorroga por mais 60 (sessenta) dias o Grupo de Trabalho sobre os Povos Indígenas com o objetivo de contribuir no acompanhamento e avaliação da gestão dos recursos, dos impactos sociais e do desempenho das ações da Rede Socioassistencial para os povos indígenas e propor parâmetros que favoreçam a equidade e diversidade nos atendimentos aos povos indígenas.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em Reunião Ordinária realizada nos dias 14, 15 e 16 de julho de 2020, no uso das competências que lhe confere o artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica Assistência Social - LOAS, e Regimento Interno do Conselho, na forma do inciso III do artigo 16 da Resolução CNAS nº 6/2011, resolve:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 dias (sessenta) dias, a partir da publicação desta resolução, o prazo estabelecido do art. 2º da Resolução CNAS nº 33, de 25 de setembro de 2019, que institui o Grupo de Trabalho com o objetivo de contribuir no acompanhamento e avaliação da gestão dos recursos, dos impactos sociais e do desempenho das ações da Rede Socioassistencial para os povos indígenas e propor parâmetros que favoreçam a equidade e diversidade nos atendimentos aos povos indígenas.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL ÂNGELO GOMES OLIVEIRA
Presidente do Conselho

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 141, DE 22 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, determina:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Portaria estabelece as condições, critérios e procedimentos de autorização para a execução do serviço de Retransmissão de Televisão - RTV, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Parágrafo único. O serviço de RTV é aquele que se destina a retransmitir, de forma simultânea ou não simultânea, os sinais de estação geradora de radiodifusão de sons e imagens para a recepção livre e gratuita pelo público em geral, e poderá ser outorgado em caráter primário ou secundário, em conformidade com as disposições do Decreto nº 5.371, de 2005.

Art. 2º Os prazos mencionados nesta Portaria serão contados a partir da data da ciência do ato, por qualquer meio, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, observado o disposto nos arts. 66 e 67 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e a regulamentação própria do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito do Ministério das Comunicações.

§ 1º As exigências feitas pelo Ministério das Comunicações deverão ser cumpridas nos prazos estabelecidos nesta Portaria, ou no prazo assinalado no expediente encaminhado, sob pena de indeferimento da solicitação e arquivamento do processo.

§ 2º Não será admitida a prorrogação dos prazos estabelecidos nesta Portaria, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados.

Art. 3º As certidões e documentos comprobatórios que constem em base de dados oficial da administração pública federal serão obtidos, sempre que possível, diretamente pelo Ministério das Comunicações.

§ 1º Salvo previsão legal expressa em contrário, os documentos solicitados poderão ser apresentados em cópia simples.

§ 2º Havendo dúvida fundada quanto à autenticidade de documentos ou à veracidade do seu conteúdo, poderá ser solicitada a apresentação do documento original, de cópia autenticada ou o reconhecimento de firma.

Art. 4º Os processos regidos por esta Portaria são públicos, sendo livre a consulta, observadas as disposições legais aplicáveis.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 5º Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se como:

I - canal em reuso de frequência: canal tecnicamente viável para utilização, em determinada localidade, por uma única pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tendo em vista a operação de estação próxima à localidade pretendida, devendo ambos os canais transmitirem sinais idênticos;

II - canal de rede: é o grupo de três ou mais canais digitais iguais, consignados a estações geradoras ou retransmissoras pertencentes a uma mesma pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em um mesmo Estado ou no Distrito Federal;

III - canal vago: o canal que já está incluído no Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital - PBTVD, mas que não possui destinação ou reserva atribuída para fins de autorização;

IV - concessionária de TV: pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens;

V - estação geradora: é o conjunto de equipamentos, incluindo os acessórios, que realiza emissões portadoras de programas que têm origem em seus próprios estúdios; e

VI - Unidade da Federação - UF: nomenclatura utilizada para representar os Estados e o Distrito Federal, conjuntamente.

§ 1º Os canais digitais iguais de que trata o inciso II do caput são aqueles que possuem a mesma frequência de operação, independente das demais características de transmissão, e que constam do PBTVD.

§ 2º A mesma concessionária de TV poderá possuir mais de um canal de rede em uma mesma UF e poderá possuir canais de rede diferentes em UF`s distintas.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO EM CARÁTER PRIMÁRIO

Seção I

Dos Procedimentos Gerais

Art. 6º As concessionárias de TV interessadas em retransmitir seus sinais em caráter primário poderão, a qualquer tempo, requerer ao Ministério das Comunicações autorização para execução do serviço de RTV e utilizar, preferencialmente, o seu canal de rede.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deverá ser realizado por meio de sistema eletrônico disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, o qual deverá ser devidamente preenchido, inclusive com a ciência e concordância com as declarações nele elencadas, e estar acompanhado da documentação constante do Anexo I desta Portaria.

§ 2º Caso haja pendência ou incorreção na documentação apresentada, ou na que for obtida diretamente pelo Ministério das Comunicações, a requerente será notificada para que, no prazo trinta dias, contado da data de notificação, sane as irregularidades encontradas, sob pena de indeferimento do requerimento.

§ 3º Os requerimentos para execução do serviço de RTV em caráter primário efetuados por pessoa jurídica que não seja concessionária de TV serão liminarmente indeferidos.

Art. 7º O indeferimento do processo não impede a apresentação de novo requerimento com vistas à obtenção da autorização de que trata este Capítulo.

Art. 8º Os processos cujos requerimentos estiverem em conformidade serão encaminhados à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, com a devida anuência do Ministério das Comunicações, para que seja realizado estudo de viabilidade técnica com vistas à inclusão do canal requerido no PBTVD.

§ 1º Havendo viabilidade técnica para utilização do canal requerido, a Anatel prosseguirá com os trâmites necessários para incluí-lo no PBTVD nas seguintes hipóteses:

I - caso seja o próprio canal de rede da requerente ou não seja canal de rede de outra concessionária de TV na UF em que for feita a solicitação;

II - caso seja canal de rede de outra concessionária de TV na UF em que for feita a solicitação, e desde que não haja viabilidade para utilização de outro canal, que não seja canal de rede, no Município objeto da análise viabilidade; ou

III - caso seja canal em reuso de frequência, e desde que o referido canal seja tecnicamente viável para utilização apenas pela requerente.

§ 2º Na inviabilidade técnica para inclusão do canal requerido no PBTVD, ou na hipótese de o canal não ser incluído devido ao não atendimento dos critérios constantes dos incisos II ou III do caput, o requerimento apresentado será indeferido, podendo a requerente apresentar novo pedido para canal diverso.

Seção II

Dos Procedimentos Específicos

Art. 9º Na hipótese de inclusão do canal no PBTVD em decorrência do previsto no inciso I do § 1º do caput do art. 8º, e desde que outra concessionária de TV não tenha manifestado interesse neste mesmo canal incluído, serão iniciados os trâmites previstos no Capítulo V com vistas à formalização da autorização para execução do serviço de RTV para a requerente.

Art. 10. Na hipótese de inclusão do canal no PBTVD em decorrência do previsto no inciso I do § 1º do caput do art. 8º, e caso mais de uma concessionária de TV tenha manifestado interesse neste mesmo canal incluído, será selecionada a concorrente que, na seguinte ordem de preferência:

I - tiver esse canal designado como canal de rede na UF em questão, se houver;

II - possuir a estação mais próxima das coordenadas geográficas do canal incluído, outorgada na mesma UF e no mesmo canal;

III - for a requerente da solicitação que ensejou a inclusão do respectivo canal; ou

IV - primeiro tiver manifestado interesse, nos termos do art. 14.

Art. 11. Na hipótese de inclusão do canal no PBTVD em decorrência do previsto no inciso II do § 1º do caput do art. 8º, as concessionárias de TV que tiverem esse canal designado como de canal de rede na UF em questão serão notificadas para se manifestarem, no prazo de trinta dias, contado da data da notificação, quanto ao interesse em utilizar o referido canal incluído.

§ 1º Caso haja manifestação pela utilização do canal, nos termos e no prazo estipulados no caput, e desde que apenas uma das concessionárias de TV que tiverem esse canal designado como canal de rede tenha se manifestado, serão iniciados os trâmites previstos no Capítulo V com vistas à formalização da autorização para execução do serviço de RTV para aquela que se manifestou, hipótese em que o pedido da requerente será indeferido.

§ 2º Se, na hipótese do § 1º, mais de uma concessionária de TV tiver manifestado interesse pela utilização do canal, será selecionada a concorrente que, na seguinte ordem de preferência:

I - possuir a estação mais próxima das coordenadas geográficas do canal incluído, outorgada na mesma UF e no mesmo canal; ou

II - primeiro tiver registrado manifestação de interesse, nos termos do caput deste artigo.

§ 3º Encerrado o prazo a que se refere o caput sem que haja manifestação das concessionárias de TV que tiverem o canal que foi incluído no PBTVD designado como canal de rede na UF em questão, e desde que outra concessionária de TV não tenha manifestado interesse neste mesmo canal, serão iniciados os trâmites previstos no Capítulo V com vistas à formalização da autorização para execução do serviço de RTV para a requerente.

§ 4º Se, na hipótese do § 3º, mais de uma concessionária de TV tiver manifestado interesse pela utilização do canal, a seleção da concorrente seguirá a ordem de preferência e os critérios estabelecido no § 2º.

Art. 12. Na hipótese de inclusão do canal no PBTVD em decorrência do previsto no inciso III do § 1º do caput do art. 8º, serão iniciados os trâmites previstos no Capítulo V com vistas à formalização da autorização para execução do serviço de RTV para a requerente.

Art. 13. Para análise da ordem de preferência de que trata esta Seção serão computadas as estações geradoras do serviço de radiodifusão de sons e imagens e as estações de RTV em caráter primário, devidamente outorgadas à concessionária de TV em questão.

Art. 14. Serão computados, para aferição da manifestação de interesse para utilização de determinado canal, os requerimentos protocolados pelas concessionárias de TV, em sistema eletrônico disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, no período entre a publicação, pela Anatel, da consulta pública para a inclusão do canal no PBTVD até a data de publicação do respectivo ato de efetivação da inclusão do canal.

Parágrafo único. Na hipótese de o canal já estar incluído no PBTVD, o Ministério das Comunicações publicará chamamento público para aferição da manifestação de interesse para utilização do referido canal.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO EM CARÁTER SECUNDÁRIO

Art. 15. As pessoas jurídicas de direito público e de direito privado de que trata o caput do art. 8º do Decreto nº 5.371, de 2005, poderão, a qualquer tempo, requerer autorização ao Ministério das Comunicações para execução do serviço de RTV em caráter secundário.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deverá ser realizado por meio de sistema eletrônico disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, o qual deverá ser devidamente preenchido, inclusive com a ciência e concordância com as declarações nele elencadas, e estar acompanhado da documentação constante do Anexo II desta Portaria, além do estudo técnico que demonstre a não interferência em canais primários constantes do PBTVD, de acordo com os critérios de proteção estabelecidos em ato da Anatel.

§ 2º Os requerimentos apresentados serão analisados por ordem cronológica, considerando a data de registro no sistema.

§ 3º Caso haja pendência ou incorreção na documentação apresentada, ou na que for obtida diretamente pelo Ministério das Comunicações, a concorrente será notificada para que, no prazo trinta dias, contado da data de notificação, sane as irregularidades encontradas, sob pena de indeferimento do requerimento.

§ 4º Será indeferido o requerimento em que o canal requerido seja canal de rede de concessionária de TV, ainda que o referido canal não esteja incluído no PBTVD.

§ 5º Os requerimentos efetuados por pessoa jurídica que não se enquadre no art. 8º do Decreto nº 5.371, de 2005, serão liminarmente indeferidos.

Art. 16. O indeferimento do processo não impede a apresentação de novo requerimento com vistas à obtenção da autorização de que trata este Capítulo.

Art. 17. Verificado o cumprimento dos requisitos técnicos e jurídicos, serão iniciados os trâmites previstos no Capítulo V com vistas à formalização da autorização para execução do serviço de RTV em caráter secundário para a requerente.

§ 1º A autorização será concedida em caráter precário, devendo a requerente declarar estar ciente de que:

I - não pode causar interferência prejudicial em canais primários regularmente instalados;

II - não tem direito a proteção contra interferência prejudicial proveniente de estações operando em caráter primário regularmente instaladas; e

III - as transmissões deverão ser imediatamente cessadas caso ocorra interferência prejudicial em estações operando em caráter primário regularmente instaladas ou quando da entrada em operação de qualquer estação primária que impeça a convivência com a RTV secundária.

§ 2º Na hipótese do inciso III do § 1º do caput será oportunizado à autorizada a possibilidade de alteração das características técnicas com o intuito de sanar a interferência prejudicial ora constatada.

§ 3º Na impossibilidade de convivência com o canal primário, a autorização concedida em caráter secundário será extinta, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO V

DA FORMALIZAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO E DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Art. 18. A autorização para execução do serviço de RTV será formalizada por meio de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, que conterá, no mínimo:

I - a denominação da pessoa jurídica que o executará;

II - a identificação da concessionária de TV cedente da programação;

III - o canal de operação da estação retransmissora;

IV - o Município e o Estado de execução do serviço, com o prazo para seu início efetivo; e

V - a identificação do caráter primário ou secundário do serviço.

Parágrafo único. A portaria de autorização de que trata o caput será publicada no Diário Oficial da União, como condição indispensável à sua eficácia.

Art. 19. Publicada a portaria de autorização para execução do serviço de RTV, as pessoas jurídicas autorizadas deverão obter a autorização de uso de radiofrequência, o licenciamento da estação e iniciar a execução do serviço, nos prazos estabelecidos no Decreto nº 5.371, de 2005.

CAPÍTULO VI

DAS ALTERAÇÕES DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Art. 20. A pessoa jurídica autorizada a executar o serviço de RTV poderá requerer, a qualquer tempo, a alteração das características técnicas do serviço executado.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deverá ser realizado por meio de sistema eletrônico disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.

§ 2º Na hipótese de ser autorizada a alteração de características técnicas que enseje a emissão de novo ato de autorização de uso de radiofrequência ou de nova licença de funcionamento, as pessoas jurídicas autorizadas a executar o serviço de RTV deverão solicitar tais documentos e entrar em operação nos prazos estabelecidos no Decreto nº 5.371, de 2005.

CAPÍTULO VII

DA TRANSFERÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO

Art. 21. As pessoas jurídicas de direito público e de direito privado de que trata o art. 8º do Decreto nº 5.371, de 2005, poderão requerer a transferência da autorização do serviço de RTV, a qual deverá ocorrer após prévia anuência do Ministério das Comunicações e desde que decorrido o prazo de três anos, contado da data de emissão da autorização de uso de radiofrequência relativa à autorização originária da execução do serviço.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deverá ser realizado por meio de sistema eletrônico disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, o qual deverá ser devidamente preenchido, inclusive com a ciência e concordância com as declarações nele elencadas, e estar acompanhado da documentação constante do Anexo III desta Portaria.

§ 2º Caso haja pendência ou incorreção na documentação apresentada, ou na documentação obtida diretamente pelo Ministério das Comunicações, a requerente será notificada para que, no prazo de trinta dias, contado da data de notificação, sane as irregularidades encontradas, sob pena de indeferimento do requerimento.

§ 3º O indeferimento do processo não impede a apresentação de novo requerimento com vistas à obtenção da transferência de autorização de que trata este Capítulo.

Art. 22. Na hipótese de indeferimento, a pessoa jurídica autorizada a executar o serviço de RTV será notificada para que, no prazo de dez dias, contado da data de notificação, apresente recurso administrativo contra a decisão.

Art. 23. A transferência da autorização para execução do serviço de RTV somente será permitida entre pessoas jurídicas para retransmissão da mesma programação básica, e poderá ser realizada da seguinte forma:

I - entre concessionárias de TV;

II - das pessoas jurídicas elencadas nos incisos I, II, IV e V do art. 8º do Decreto nº 5.371, de 2005, para as concessionárias de TV; ou

III - das pessoas jurídicas elencadas nos incisos I, II, IV e V do art. 8º do Decreto nº 5.371, de 2005, para as mesmas pessoas jurídicas.

§ 1º A transferência prevista no inciso III do caput somente poderá ocorrer para execução do serviço de RTV em caráter secundário.

§ 2º É permitida a transferência da autorização do serviço de RTV em tecnologia analógica, devendo a cessionária, após a autorização da transferência, observar os prazos legais e regulamentares para digitalização da estação, conforme estabelecido no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e demais legislações correlatas.

§ 3º A transferência da autorização de estações que não solicitaram a consignação do canal digital poderá ser autorizada, mas o serviço somente será executado até o desligamento do respectivo sinal analógico no Município.

§ 4º Os requerimentos que não se enquadrarem nas regras deste artigo serão liminarmente indeferidos.

Art. 24. Se autorizada, a transferência da autorização para execução do serviço de RTV será formalizada, por meio de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, que conterá, no mínimo:

I - a denominação da pessoa jurídica cedente e da cessionária;

II - a identificação da concessionária de TV cedente da programação;

III - o canal de operação da estação retransmissora;

IV - o Município e o Estado de execução do serviço; e

V - a identificação do caráter primário ou secundário do serviço.

Parágrafo único. A portaria com vistas à transferência da autorização de que trata o caput será publicada no Diário Oficial da União, como condição indispensável à sua eficácia.

CAPÍTULO VIII

DO RECURSO

Art. 25. Na hipótese de indeferimento, a pessoa jurídica será notificada para que, no prazo de dez dias, contado da data de notificação, apresente recurso administrativo contra a decisão.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade imediatamente superior, a quem caberá a decisão definitiva na esfera administrativa.

§ 2º O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - por quem não seja legitimado; ou

III - após exaurida a esfera administrativa.

CAPÍTULO IX

DAS REGRAS GERAIS PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Art. 26. O serviço de RTV somente será autorizado para Municípios onde não haja concessionária de TV de mesma programação básica ou outra pessoa jurídica autorizada a executar o serviço de RTV de mesma programação básica.

Art. 27. As pessoas jurídicas autorizadas a executar o serviço de RTV poderão substituir a concessionária de TV cedente da programação constante da Portaria de autorização, devendo o Ministério das Comunicações ser comunicado no prazo de trinta dias, contado da data de assinatura do documento de autorização para retransmissão dos sinais firmado pelo representante legal da concessionária de TV cedente da programação.

§ 1º O comunicado de que trata o caput deverá estar acompanhado do respectivo documento de autorização para retransmissão dos sinais firmado pelo representante legal da concessionária de TV cedente da programação.

§ 2º A substituição será homologada por meio de ato do titular do Departamento em que o processo estiver sendo tratado.

§ 3º Não serão permitidas as alterações para os casos em que a mesma programação básica já esteja sendo retransmitida por outra pessoa jurídica autorizada executar o serviço de RTV no Município.

§ 4º Na hipótese de não homologação da substituição, a pessoa jurídica autorizada a executar o serviço de RTV será notificada para que, no prazo de trinta dias, contado da data de notificação, promova nova alteração e comunique ao Ministério das Comunicações, submetendo, ainda, o respectivo documento de autorização para retransmissão dos sinais firmado pelo representante legal da nova concessionária de TV cedente da programação.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. As autorizações para execução do serviço de RTV em caráter secundário já conferidas às concessionárias de TV até a data de publicação desta Portaria poderão ser adaptadas para o caráter primário, em tecnologia digital.

§ 1º A adaptação de que trata o caput será realizada, preferencialmente, no canal de rede concessionária de TV, ou no mesmo canal de operação do serviço de RTV em carácter secundário.

§ 2º Caso necessária a emissão de nova licença, em decorrência da adaptação, a concessionária de TV deverá observar os prazos de licenciamento e de entrada em operação, constantes do Decreto nº 5.371, de 2005, ou do Decreto nº 5.820, de 2006, conforme o caso.

Art. 29. O Ministério das Comunicações encaminhará à Anatel as solicitações de adaptação, para que seja analisada a viabilidade técnica de inclusão do canal no PBTVD, exceto nos casos de canais analógicos já pareados no respectivo Plano.

§ 1º Cabe à Anatel definir a classe de operação necessária ao melhor atendimento da área urbana do Município objeto da autorização, sendo permitida a adaptação do canal em qualquer Classe, sem que seja necessário a observância dos critérios temporais da autorização.

§ 2º Caso identificada a inviabilidade técnica de inclusão do canal no PBTVD para possibilitar a adaptação da autorização, a concessionária de TV poderá permanecer operando em carácter secundário, obedecidos os preceitos estabelecidos nos incisos I, II e III, do § 1º do art. 17.

Art. 30. Não será permitida a adaptação da outorga de caráter secundário para caráter primário das pessoas jurídicas que não sejam concessionárias de TV.

Parágrafo único. Os pedidos de adaptação de outorga realizados por pessoas jurídicas que não sejam concessionárias de TV serão liminarmente indeferidos.

Art. 31. Não serão concedidas novas autorizações para execução do serviço de Repetição de Televisão - RpTV, devendo as pessoas jurídicas interessadas no transporte de sinais de sons e imagens entre estações solicitarem outorga de serviço de telecomunicações definido em regulamentação específica da Anatel.

Art. 32. A instalação de retransmissora auxiliar independe de autorização do Ministério das Comunicações, devendo a interessada seguir os procedimentos estabelecidos em regulamentação específica da Anatel.

Art. 33. Para fins de economia processual, e desde que solicitado pela requerente, poderão ser considerados, na análise de novos requerimentos para execução do serviço de RTV em caráter secundário, os documentos constantes de processos anteriormente arquivados por força da Portaria nº 6.197, de 5 de dezembro de 2018.

Art. 34. Serão considerados, no grupo de canais digitais iguais de que trata o inciso II do caput do art 5º, os canais digitais constantes do Ato Anatel nº 5.173, de 14 de agosto de 2015, e suas alterações.

Art. 35. Ficam revogadas:

I - a partir da entrada em vigor desta Portaria:

a) Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012;

b) Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015; e

c) Portaria nº 6.197, de 5 de dezembro de 2018; e

II - a partir de 1º de setembro de 2020:

a) Portaria nº 932, de 22 de agosto de 2014; e

b) Portaria nº 4.598, de 09 de setembro de 2019.

Art. 36. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

ANEXO I

DOCUMENTOS E REQUISITOS NECESSÁRIOS À AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO EM CARÁTER PRIMÁRIO

DOCUMENTOS QUE DEVEM SER ENCAMINHADOS PELAS PESSOAS JURÍDICAS
D1. Comprovante da representação legal do gerente administrador diretor ou presidente e prova da sua condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.
D2. Comprovante de representação legal, em caso de requerimento ou declarações assinados por procurador, com poderes específicos para a instrução do procedimento de outorga, cumulativa com a prova da sua condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.
D3. Declaração de que a pessoa jurídica: I - possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; II - não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; III - cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; IV - não executa serviços de radiodifusão sem outorga; V - não possui nenhum dirigente que esteja no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; e VI - se compromete, com todos os seus dirigentes, ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Retransmissão de Televisão, em especial a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o Decreto nº 5.317, de 17 de fevereiro de 2005, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações.
REQUISITOS QUE DEVEM SER AFERIDOS PELO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
R1. Se a pessoa jurídica está em situação regular quanto ao recolhimento de receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel.
R2. Se a pessoa jurídica está em situação regular perante a Fazenda Nacional, Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
R3. Se a pessoa jurídica está inscrita e em situação regular no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
R4. Se a pessoa jurídica está em situação regular perante a Justiça do Trabalho.

Observações:

I - a prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos poderá ser realizada por meio da apresentação de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento/ casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.

ANEXO II

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO EM CARÁTER SECUNDÁRIO

DOCUMENTOS QUE DEVEM SER ENCAMINHADOS PELAS PESSOAS JURÍDICAS
D1. Documento de autorização para retransmissão dos sinais, firmado pelo representante legal da concessionária de TV cedente da programação, exceto quando esta for a própria requerente.
D2. Ato constitutivo consolidado e suas posteriores alterações, devidamente registrados ou arquivados no órgão competente, em que conste, dentre seus objetivos sociais, a prestação de serviço de radiodifusão ou de seus ancilares.
D3. Comprovante da representação legal do gerente administrador diretor ou presidente e prova da sua condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.
D4. Comprovante de representação legal, em caso de requerimento ou declarações assinados por procurador, com poderes específicos para a instrução do procedimento de outorga, cumulativa com a prova da sua condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.
D5. Declaração de que a pessoa jurídica: I - possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; II - não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; III - cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; IV - não executa serviços de radiodifusão sem outorga; V - não possui nenhum dirigente que esteja no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; VI - se compromete, com todos os seus dirigentes, ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Retransmissão de Televisão, em especial a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o Decreto nº 5.317, de 17 de fevereiro de 2005, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações; e VII - está ciente de que: a) não pode causar interferência prejudicial em canais primários regularmente instalados; b) não tem direito a proteção contra interferência prejudicial proveniente de estações operando em caráter primário regularmente instaladas; e c) as transmissões deverão ser imediatamente cessadas caso ocorra interferência prejudicial em estações operando em caráter primário regularmente instaladas ou quando da entrada em operação de qualquer estação primária que impeça a convivência com a RTV secundária.
D6. Estudo técnico que demonstre a não interferência em canais primários constantes do PBTVD, de acordo com os critérios de proteção estabelecidos em ato da Anatel, no Município objeto da autorização.
REQUISITOS QUE DEVEM SER AFERIDOS PELO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
R1. Se a pessoa jurídica está em situação regular quanto ao recolhimento de receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel.
R2. Se a pessoa jurídica está em situação regular perante a Fazenda Nacional, Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
R3. Se a pessoa jurídica está inscrita e em situação regular no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
R4. Se a pessoa jurídica está em situação regular perante a Justiça do Trabalho.

Observações:

I - a prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos poderá ser realizada por meio da apresentação de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento / casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.

II - para as Pessoas Jurídicas Integrantes da Administração Indireta Federal, Estadual, Distrital e Municipal, também serão aceitos os seguintes documentos em substituição aos previstos no D2 e D3 da tabela acima:

a) cópia da publicação da Lei vigente relativa à sua criação, no caso de autarquia, ou registro dos atos constitutivos no Registro Civil das pessoas jurídicas, no caso de fundação ou empresa pública; e

b) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente publicado ou registrado em Cartório, quando for o caso.

ANEXO III

DOCUMENTOS E REQUISITOS NECESSÁRIOS À TRANSFERÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO

DOCUMENTOS QUE DEVEM SER ENCAMINHADOS PELAS PESSOAS JURÍDICAS CEDENTES
D1. Prova de regularidade quanto ao recolhimento de receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel.
DOCUMENTOS QUE DEVEM SER ENCAMINHADOS PELAS PESSOAS JURÍDICAS CESSIONÁRIAS
D2. Documento de autorização para retransmissão dos sinais, firmado pelo representante legal da concessionária de TV cedente da programação, exceto quando esta for a própria requerente.
D3. Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados ou arquivados no órgão competente, em que conste, dentre seus objetivos sociais, a prestação de serviço de radiodifusão ou de seus ancilares.
D4. Comprovante da representação legal do gerente administrador diretor ou presidente e prova da sua condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.
D5. Comprovante de representação legal, em caso de requerimento ou declarações assinados por procurador, com poderes específicos para a instrução do procedimento de outorga, cumulativa com a prova da sua condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.
D6. Declaração de que a pessoa jurídica: I - possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; II - não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; III - cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; IV - não executa serviços de radiodifusão sem outorga; V - não possui nenhum dirigente que esteja no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; e VI - se compromete, com todos os seus dirigentes, ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Retransmissão de Televisão, em especial a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o Decreto nº 5.317, de 17 de fevereiro de 2005, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações.
REQUISITOS DA CESSIONÁRIA QUE DEVEM SER AFERIDOS PELO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
R1. Se a pessoa jurídica em situação regular quanto ao recolhimento de receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel.
R2. Se a pessoa jurídica em situação regular perante a Fazenda Nacional, Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
R3. Se a pessoa jurídica inscrita e em situação regular no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
R4. Se a pessoa jurídica em situação regular perante a Justiça do Trabalho.

Observações:

I - a prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos poderá ser realizada por meio da apresentação de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento / casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.

II - para as Pessoas Jurídicas Integrantes da Administração Indireta Federal, Estadual, Distrital e Municipal, também serão aceitos os seguintes documentos em substituição aos previstos no D3 e D4 da tabela acima:

a) cópia da publicação da Lei vigente relativa à sua criação, no caso de autarquia, ou registro dos atos constitutivos no Registro Civil das pessoas jurídicas, no caso de fundação ou empresa pública; e

b) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente publicado ou registrado em Cartório, quando for o caso.

ANEXO IV

MODELO DA PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO

PORTARIA Nº XXXX, DE XX DE XXXXXXX DE XXXX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à (NOME DA PESSOA JURÍDICA AUTORIZADA), pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXX, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal XXXX (NOME DO CANAL POR EXTENSO), em caráter (PRIMÁRIO OU SECUNDÁRIO) e com tecnologia digital, no município de XXXXXX, estado de XXXXX.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da (NOME DA PESSOA JURÍDICA CEDENTE), pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXX, cuja concessão foi outorgada por meio da Portaria nº XXXXX, de XX de XXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX de XXXX de XXXX, e ratificada por meio do Decreto Legislativo nº XXXX, de XX de XXXX de XXXX, publicado no Diário Oficial de XX de XXXX de XXXX, para execução do serviço no município de XXXXX, estado de XXXXXX.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(NOME DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES)

ANEXO V

MODELO DA PORTARIA DE TRANSFERÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO

PORTARIA Nº XXXX, DE XX DE XXXXXXX DE XXXX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, resolve:

Art. 1º Transferir a autorização outorgada por meio da Portaria nº XXXX, de XX de XXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX de XXXX de XXXX, à (NOME DA PESSOA JURÍDICA CEDENTE), pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXX, para a (NOME DA PESSOA JURÍDICA CESSIONÁRIA), pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXX, que fica autorizada a executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal XXXX (NOME DO CANAL POR EXTENSO), em caráter (PRIMÁRIO OU SECUNDÁRIO) e com tecnologia digital, no município de XXXXXX, estado de XXXXX.

Art. 2º A autorização ora transferida tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da (NOME DA PESSOA JURÍDICA CEDENTE), pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXX, cuja concessão foi outorgada por meio da Portaria nº XXXXX, de XX de XXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX de XXXX de XXXX, e ratificada por meio do Decreto Legislativo nº XXXX, de XX de XXXX de XXXX, publicado no Diário Oficial de XX de XXXX de XXXX, para execução do serviço no município de XXXXX, estado de XXXXXX.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(NOME DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES)

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA Nº 2.932, DE 22 DE JULHO DE 2020

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições decorrentes do que previsto no art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto nos arts. 4º, 6º e 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.011617/2019-90, de 13 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Pegasus Technology Equipamentos Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 29.766.703/0001-07, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 29.766.703/0001-07, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Regulador de tensão, baseado em técnica digital.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.011617/2019-90, de 13 de março de 2019.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata o Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionados no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e o Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Fica revogada a Portaria Interministerial nº 902, de 9 de março de 2020, publicada no DOU de 1º de abril de 2020.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA Nº 2.945, DE 23 DE JULHO DE 2020

Alteração de razão social em Portarias Interministeriais que habilitam empresa à fruição do incentivo de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º e o parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, o contido no Processo MCTI nº 01250.029969/2019-00 , de 17 de junho de 2019, e

Considerando que a empresa Sawae Tecnologia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 71.256.283/0001-85, é titular dos direitos e obrigações decorrentes das seguintes Portarias Interministeriais:

Portaria Interministerial MCTIC/MDIC nº	Data	Publicação no D.O.U.
4.755	01/11/2016	03/11/2016

Considerando que a empresa Sawae Tecnologia Ltda. alterou sua denominação social para Konica Minolta Healthcare do Brasil Indústria de Equipamentos Médicos Ltda., mantido o CNPJ/ME sob o nº 71.256.283/0001-85, sem que tal alteração tenha acarretado solução de continuidade da sociedade ou das suas atividades, ou qualquer alteração nos seus direitos e obrigações sociais, inclusive os decorrentes das Portarias Interministeriais MCTIC/MDIC acima indicadas, conforme consta da documentação juntada ao Processo acima referido, já devidamente registrada nos órgãos próprios, resolve:

Art. 1º Fica alterada a denominação social de Sawae Tecnologia Ltda. para Konica Minolta Healthcare do Brasil Indústria de Equipamentos Médicos Ltda., CNPJ/ME nº 71.256.283/0001-85, a partir da data em que se efetivou a alteração da denominação social da empresa, nas seguintes Portarias Interministeriais MCTIC/MDIC:

Portaria Interministerial MCTIC/MDIC nº	Data	Publicação no D.O.U.
4.755	01/11/2016	03/11/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados todos os atos praticados pela empresa Konica Minolta Healthcare do Brasil Indústria de Equipamentos Médicos Ltda., CNPJ/ME nº 71.256.283/0001-85, em decorrência da alteração da denominação social, desde a data em que esta se operou.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 3.896, DE 23 DE JULHO DE 2020

Processo nº 53520.001644/2015-05. Outorga autorização para uso de radiofrequências à RADIO RAIO DE LUZ LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 76.812.627/0001-09, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN

Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 3.857, DE 21 DE JULHO DE 2020

Processo nº 53504.003870/2020-88. Expede autorização à FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO ARTHUR DE SOUZA VALLE , CNPJ nº 00.794.721/0001-10, para explorar o SARC: Ligação para Transmissão de Programas, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço o município de outorga do serviço de radiodifusão ao qual está vinculada.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI

Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 3.865, DE 21 DE JULHO DE 2020

Outorgar autorização de uso das radiofrequências à TCA - SOLUCOES EM SEGURANCA LTDA, CNPJ: 36.344.607/0001-36, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

ANDRÉ RODRIGUES PESSOA

Gerente

Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 3.814, DE 17 DE JULHO DE 2020

Processo nº 53508.001316/2020-26. Expede autorização à Modec Serviços de Petróleo Ltda , CNPJ nº 05.217.376/0001-76, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA

Gerente

ATO Nº 3.815, DE 20 DE JULHO DE 2020

Processo nº 53508.001554/2020-31. Expede autorização à Rádio Serrana Ltda. , CNPJ nº 28.314.888/0001-56, para explorar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Transmissão de Programas, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, na localidade de Teresópolis/RJ.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA

Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 7 DE JULHO DE 2020

Nº 3.563 Processo nº 53500.024282/2020-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CACIQUE DE ARAGUARI LTDA, CNPJ 16.822.561/0001-06, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Araguari/MG.

Nº 3.565 Processo nº 53500.025048/2020-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CASSINO DE RIO GRANDE LTDA, CNPJ 89.112.452/0001-79, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Rio Grande/RS.

Nº 3.567 Processo nº 53500.025266/2020-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MAR LTDA, CNPJ 57.728.743/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itariri/SP.

Nº 3.568 Processo nº 53500.025267/2020-97. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MAR LTDA, CNPJ 57.728.743/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São Luís do Paraitinga/SP.

Nº 3.569 Processo nº 53500.027746/2020-48. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO TELEVISAO E RADIO CULTURA DO AMAZONAS, CNPJ 84.664.796/0001-77, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Manaus/AM.

Nº 3.572 Processo nº 53500.029620/2020-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO FM NORTE DO PARANA LTDA, CNPJ 01.882.316/0001-17, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Cambará/PR.

Nº 3.573 Processo nº 53500.029843/2020-75. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CAFE LONDRINA LTDA, CNPJ 77.712.206/0001-79, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Londrina/PR.

Nº 3.574 Processo nº 53500.029990/2020-45. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO PRESIDENTE PRUDENTE LTDA, CNPJ 55.344.568/0001-11, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Presidente Prudente/SP.

Nº 3.580 Processo nº 53500.030430/2020-33. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO MENINA DO PARANA LTDA, CNPJ 80.774.391/0001-30, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Campo Largo/PR.

Nº 3.600 Processo n° 53500.024556/2020-79. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à COMPUSERVICE EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 02.985.578/0001-70, associada à autorização para execução do Radioenlaces associados ao SCM.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 9 DE JULHO DE 2020

Nº 3.662 Processo nº 53500.017490/2012-51. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço Telefônico Fixo Comutado, expedida a CSL TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 15.540.425/0001-60, por meio do Ato nº 2851, de 02/05/2013, publicado no DOU de 24/05/2013, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133 e 139, da Lei nº 9472, de 16/07/1997.

Nº 3.663 Processo nº 53500.012343/2013-75. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Privado, expedida à Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio, CNPJ nº 55.293.427/0001-17, por meio do Ato nº 5735, de 20/09/2013, publicado no DOU de 30/09/2013, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 134 e 139, da Lei nº 9472, de 16/07/1997.

Nº 3.664 Processo nº 53500.019698/2012-12. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia, expedida à TELEFOTO COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 04.581.115/0001-78, pelo Ato nº 182, de 09/01/2013, publicado no DOU de 21/01/2013, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133 e 139, da Lei nº 9472, de 16/07/1997.

Nº 3.665 Processo nº 53500.018141/2012-56. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia expedida à GENTIL CANEDO GOMES & CIA LTDA, CNPJ nº 14.391.281/0001-65, por meio do Ato nº 173, de 08/01/2013, publicado no DOU de 21/01/2013, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 131 e 139, da Lei nº 9472, de 16/07/1997.

Nº 3.666 Processo nº 53500.055439/2019-13. declara extinta, por renúncia, a partir de 24/12/2019, a autorização outorgada a STV COMUNICACOES SA, CNPJ/MF nº 94.175.114/0001-16, por intermédio do Ato nº 6212, de 15/10/2013, publicado no DOU de 22/10/2013, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3.667 Processo nº 53500.055439/2019-13. declara extinta, por renúncia, a partir de 24/12/2019, a autorização outorgada a VCB COMUNICACOES S.A., CNPJ/MF nº 00.859.826/0001-00, por intermédio do Ato nº 1741, de 12/03/2013, publicado no DOU de 21/03/2013, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 10 DE JULHO DE 2020

Nº 3.671 Processo nº 53500.017839/2012-54. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Privado expedida ao FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SENADOR CANEDO - FMS, CNPJ nº 09.097.711/0001-09, por meio do Ato nº 7658, de 21/12/2012, publicado no DOU em 17/01/2013, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 131 e 139, da Lei nº 9472, de 16/07/1997.

Nº 3.674 Processo nº 53500.024827/2011-03. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Privado expedida ao ASSOCIAÇÃO DOS MOTO TAXISTAS E ENTREGADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-ASMEM-PV, CNPJ nº 11.504.450/0001-38, por meio do Ato nº 3144, de 05/06/2012, publicado no DOU em 18/06/2012, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 131 e 139, da Lei nº 9472, de 16/07/1997.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 23 DE JULHO DE 2020

Nº 3.903 Autoriza ANA PAULA CAMPOS PINHEIRO, CPF nº 09528459706, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Goiânia/GO, no período de 26/07/2020 a 26/07/2020.

Nº 3.906 Autoriza Maff Equipamentos e Producoes Ltda, CNPJ nº 09.178.472/0001-03, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Vitória/ES, no período de 24/07/2020 a 18/09/2020.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 236/DPC, DE 15 DE JULHO DE 2020

Prorroga o prazo do credenciamento estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 410/DPC, de 20 de dezembro de 2017.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de outubro de 2020, o prazo do credenciamento da Empresa JJR Serviços Marítimos e Portuários Ltda., CNPJ 15.032.624/0001-68, estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 410/DPC, de 20 de dezembro de 2017, para continuar ministrando o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 3ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente prorrogação tem seus efeitos retroativos a 1º de julho de 2020.

ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 237/DPC, DE 15 DE JULHO DE 2020

Prorroga o prazo do credenciamento estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 206/DPC, de 20 de julho de 2017.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de outubro de 2020, o prazo do credenciamento da Empresa Soma Segurança Ocupacional e Meio Ambiente Ltda. - EPP, CNPJ 04.170.948/0001-46, estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 206/DPC, de 20 de julho de 2017, para continuar ministrando o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos de São Paulo, fundamentado na NORMAM-24 - 3ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente prorrogação tem seus efeitos retroativos a 1º de julho de 2020.

ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 238/DPC, DE 15 DE JULHO DE 2020

Prorroga o prazo do credenciamento estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 406/DPC, de 20 de dezembro de 2017.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de outubro de 2020, o prazo do credenciamento da Empresa Alternativa Brigadas de Emergências - EIRELI - EPP, CNPJ 01.657.148/0001-66, estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 406/DPC, de 20 de dezembro de 2017, para continuar ministrando o Curso Avançado de Combate a Incêndio (CACI), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos de São Paulo, fundamentado na NORMAM-24 - 3ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente prorrogação tem seus efeitos retroativos a 1º de julho de 2020.

ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 239 /DPC, DE 15 DE JULHO DE 2020

Prorroga o prazo do credenciamento estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 411/DPC, de 20 de dezembro de 2017.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de outubro de 2020, o prazo do credenciamento da Empresa JJR Serviços Marítimos e Portuários Ltda., CNPJ 15.032.624/0001-68, estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 411/DPC, de 20 de dezembro de 2017, para continuar ministrando o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 3ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente prorrogação tem seus efeitos retroativos a 1º de julho de 2020.

ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 240/DPC, DE 15 DE JULHO DE 2020

Prorroga o prazo do credenciamento estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 408/DPC, de 20 de dezembro de 2017.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de outubro de 2020, o prazo do credenciamento da Empresa JJR Serviços Marítimos e Portuários Ltda., CNPJ 15.032.624/0001-68, estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 408/DPC, de 20 de dezembro de 2017, para continuar ministrando o Curso de Familiarização de Proteção

de Navio (CFPN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 3ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente prorrogação tem seus efeitos retroativos a 1º de julho de 2020.

ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 241/DPC, DE 15 DE JULHO DE 2020

Prorroga o prazo do credenciamento estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 409/DPC, de 20 de dezembro de 2017.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de outubro de 2020, o prazo do credenciamento da Empresa JJR Serviços Marítimos e Portuários Ltda., CNPJ 15.032.624/0001-68, estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 409/DPC, de 20 de dezembro de 2017, para continuar ministrando o Curso Intermediário de Proteção de Navio (CIPN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 3ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente prorrogação tem seus efeitos retroativos a 1º de julho de 2020.

ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 242/DPC, DE 15 DE JULHO DE 2020

Prorroga o prazo do credenciamento estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 150/DPC, de 19 de junho de 2017.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de outubro de 2020, o prazo do credenciamento da Empresa Soma Segurança Ocupacional e Meio Ambiente Ltda. - EPP, CNPJ 04.170.948/0001-46, estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 150/DPC, de 19 de junho de 2017, para continuar ministrando o Curso de Familiarização de Proteção de Navio (CFPN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos de São Paulo, fundamentado na NORMAM-24 - 3ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente prorrogação tem seus efeitos retroativos a 1º de julho de 2020.

ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 243/DPC, DE 15 DE JULHO DE 2020

Prorroga o prazo do credenciamento estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 407/DPC, de 20 de dezembro de 2017.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de outubro de 2020, o prazo do credenciamento da Empresa Alternativa Brigadas de Emergências - EIRELI - EPP, CNPJ 01.657.148/0001-66, estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 407/DPC, de 20 de dezembro de 2017, para continuar ministrando o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos de São Paulo, fundamentado na NORMAM-24 - 3ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente prorrogação tem seus efeitos retroativos a 1º de julho de 2020.

ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 244/DPC, DE 15 DE JULHO DE 2020

Prorroga o prazo do credenciamento estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 414/DPC, de 20 de dezembro de 2017.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de outubro de 2020, o prazo do credenciamento da Empresa Alternativa Brigadas de Emergências - EIRELI - EPP, CNPJ 01.657.148/0001-66, estabelecido no Art. 2º da Portaria Nº 414/DPC, de 20 de dezembro de 2017, para continuar ministrando o Curso de Primeiros Socorros (CPSO), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos de São Paulo, fundamentado na NORMAM-24 - 3ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente prorrogação tem seus efeitos retroativos a 1º de julho de 2020.

ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA
Vice-Almirante

Ministério do Desenvolvimento Regional

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATOS DE 21 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/06/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.551 - LUIZ ANTONIO TONIN, Ribeirão Tomba-Perna, Município de Itamogi/MG, irrigação.

Nº 1.552 - GIVANILDA DE OLIVEIRA SOUSA, São Francisco, Município Santa Maria da Boa Vista/PE, irrigação.

Nº 1.553 - MARIA DA CONCEICAO SILVA SOUZA, rio São Francisco, Município Juazeiro/BA, irrigação.

Nº 1.554 - LEANDRO GUSTAVO DE LIMA DURVAL, rio São Francisco, Município Cabrobó/PE, irrigação.

Nº 1.555 - ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES INDIGINAS DA ILHA BOM SUCESSO-SANTA MARIA BOA VISTA, rio São Francisco, Município Santa Maria da Boa Vista/PE, irrigação.

Nº 1.556 - PEDRO PAULO DE CAMARGO ROCHA, UHE Jurumirim, Município Itaí/SP, irrigação.

Nº 1.557 - MARCIO DE MELO JIRICO, UHE Luiz Gonzaga, Município Glória/BA, irrigação.

Nº 1.558 - GUARINVEST AGRICOLA LTDA, rio Turvo, Município Ponte Gestal/SP, irrigação, transferência.

Nº 1.559 - GIVALDO RICARDINO DE SANTANA, rio São Francisco, Município Lagoa Grande/PE, irrigação.

Nº 1.560 - MARIANO DE SA SOBRINHO, rio São Francisco, Município Lagoa Grande/PE, irrigação.

Nº 1.561 - RONALDO MENEZES DE SOUZA, rio São Francisco, Município Santa Maria da Boa Vista/PE, irrigação.

Nº 1.562 - IGOR EDUARDO PERRELLA AMARAL COSTA; BARBARA CRISTINA PERRELLA AMARAL COSTA; CAROLINA PERRELLA AMARAL COSTA, UHE Três Marias, Município Morada Nova de Minas/MG, irrigação, transferência.

Nº 1.563 - IGOR EDUARDO PERRELLA AMARAL COSTA; BARBARA CRISTINA PERRELLA AMARAL COSTA; CAROLINA PERRELLA AMARAL COSTA, UHE Três Marias, Município Morada Nova de Minas/MG, irrigação, transferência.

Nº 1.564 - VITOR ALEXANDRE PERGENTINO NEVES, UHE Luiz Gonzaga, Município Rodelas/BA, irrigação.

Nº 1.565 - EVERALDO GONCALVES DA SILVA, rio São Francisco, Município Juazeiro/BA, irrigação.

Nº 1.566 - PEDRO JOSE DE SOUZA SA, rio São Francisco, Município Santa Maria da Boa Vista/PE, irrigação.

Nº 1.567 - JOSE RENATO VIEIRA CAIRES, UHE Três Marias, Município Morada Nova de Minas/MG, irrigação.

Nº 1.568 - LOURIVAL DE ARAUJO MENDES, rio São Francisco, Município Juazeiro/BA, irrigação.

Nº 1.569 - MARIA JOSEFA DA CONCEICAO SANTOS, rio São Francisco, Município Lagoa Grande/PE, irrigação.

Nº 1.570 - ANTONIO MENDES DE SOUZA, rio São Francisco, Município Lagoa Grande/PE, irrigação.

Nº 1.571 - JOSE NILO ARAUJO, UHE PAULO AFONSO IV/UHE APOLÔNIO SALES, Município Glória/BA, irrigação.

Nº 1.572 - TONY CARLOS DA SILVA JUNIOR, rio São Francisco, Município Lagoa Grande/PE, irrigação.

Nº 1.573 - MACIANO SANTOS MACHADO DE ANDRADE, rio São Francisco, Município Pão de Açúcar/AL, irrigação.

Nº 1.574 - NEUZETE MARIA DE JESUS, rio São Francisco, Município Juazeiro/BA, irrigação.

Nº 1.575 - JEREMIAS DE SOUZA BARBOSA rio São Francisco, Município Juazeiro/BA, irrigação.

Nº 1.576 - MANOEL MISSIAS SOARES DA SILVA, rio São Francisco, Município Curaçá/BA, irrigação.

Nº 1.577 - NILTON UBIRAJARA VITORIA CERQUEIRA, rio São Francisco, Município Juazeiro/BA, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.ana.gov.br.

PATRICK THOMAS

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO
CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 135, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Estabelece procedimentos relativos aos editais para contratação de parcerias público-privadas federais e sobre a aprovação da modalidade operacional e das condições mínimas aplicáveis aos serviços públicos incluídos no Programa Nacional de Desestatização - PND.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, caput, incisos IV e V, alíneas "a" e "c", da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, combinado com o artigo 14, caput, inciso III, da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e com o artigo 6º, inciso II, alíneas "a" e "c", da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, resolve:

Art. 1º O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI aprovará o edital de licitação para a contratação de parcerias público-privadas federais, especialmente quanto:

I - à modalidade da licitação;
II - ao critério de julgamento;
III - ao objeto da licitação;
IV - ao prazo do contrato;
V - à modalidade de garantia pública, quando houver; e
VI - ao valor máximo da contraprestação pecuniária ou aporte do Poder Público.

§ 1º O órgão ou entidade responsável pelo procedimento de contratação poderá proceder com as alterações e aprovações no edital de licitação, exceto quanto aos itens referidos neste artigo, quando então devem ser submetidos à nova aprovação do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI.

§ 2º A alteração do edital que se destinar unicamente à atualização monetária dos valores contratuais poderá ser autorizada pelo órgão ou entidade proponente, sem prejuízo do cumprimento das condições estabelecidas no § 2º do art. 10, da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

§ 3º A aprovação de que trata este artigo não supre a análise e aprovação da minuta de edital ou suas alterações feitas pelo órgão ou entidade que realizar a licitação da parceria público-privada.

Art. 2º O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI, em se tratando da desestatização de serviços públicos objeto de concessão, permissão ou autorização, incluídos no PND, aprovará:

I - a modalidade operacional da desestatização;

II - o objeto da licitação;

III - a modalidade de licitação;

IV - o critério de julgamento da licitação;

V - os valores mínimos ou máximos da variável adotada como critério de julgamento, podendo remeter à regra editalícia; e

VI - o prazo do contrato.

§ 1º As demais condições aplicáveis à desestatização de que trata o caput deste artigo serão estabelecidas pelo órgão ou entidade responsável pelo procedimento licitatório.

§ 2º A alteração no inciso V deste artigo que se refira exclusivamente à atualização monetária não necessita de nova aprovação pelo CPPI.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

MARTHA SEILLIER
Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

3ª SEÇÃO

1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta suplementar de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 11 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES

Processo nº: 13851.901454/2010-19 - Recorrente: CITROTEC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Processo nº: 13851.901455/2010-55 - Recorrente: CITROTEC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Processo nº: 13851.901456/2010-08 - Recorrente: CITROTEC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Processo nº: 10882.002542/2003-43 - Recorrente: LOPESCO INDUSTRIA DE SUBPRODUTOS ANIMAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MARCOS ROBERTO DA SILVA
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 3ª Seção do CARF

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 60, DE 23 DE JULHO DE 2020

Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, quanto às medidas relacionadas aos afastamentos, em andamento, para ação de desenvolvimento de pessoas de que trata o art. 18 do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138, incisos I, alínea "g", II e III, do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e na Portaria n° 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, quanto às medidas relacionadas aos afastamentos, em andamento, para ação de desenvolvimento de pessoas de que trata o art. 18 do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Sem prejuízo da interrupção a que se refere o art. 20 do Decreto nº 9.991, de 2019, enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), estabelecida pela Lei nº 13.979, de 2020, os servidores públicos federais poderão ter seus afastamentos suspensos quando a ação de desenvolvimento for temporariamente descontinuada pela instituição de ensino promotora.

Art. 3º No prazo de até dois dias após receber a notificação da suspensão da ação de desenvolvimento pela instituição de ensino promotora, o servidor deverá requerer junto à unidade de gestão de pessoas do órgão ou entidade de seu exercício a suspensão do seu afastamento, por meio de processo administrativo que contenha:

I - requerimento do servidor solicitando a suspensão do afastamento, dirigido à autoridade que concedeu o afastamento original;

II - declaração ou documento equivalente da instituição de ensino promotora da ação de desenvolvimento, com:

a) a data de suspensão;

b) a data de retorno da ação, quando houver; e

c) a nova data de conclusão da ação, quando houver.

III - ciência da chefia imediata do servidor;

IV - manifestação da unidade de gestão de pessoas indicando sua concordância e aprovação justificada quanto à solicitação;

V - aprovação da autoridade que concedeu o afastamento original; e

VI - portaria de suspensão.

§ 1º Os órgãos e entidades ficam obrigados a publicar a portaria de suspensão a que se refere o inciso VI do caput, na qual constará a revisão de todos os prazos concedidos no afastamento original.

§ 2º Caso a instituição de ensino promotora não tenha previsão da data de retorno da ação de desenvolvimento, deverá constar expressamente na portaria de suspensão de que trata o inciso VI do caput que o afastamento será suspenso por tempo indeterminado, em razão da descontinuidade temporária da ação de desenvolvimento pela instituição de ensino promotora.

§ 3º Tão logo o servidor obtenha a informações de que tratam as alíneas "b" e "c" do inciso II do caput, ele deverá comunicá-las à unidade de gestão de pessoas do órgão ou entidade de exercício, a qual deverá providenciar nova portaria de afastamento, com a revisão de todos os prazos concedidos.

§ 4º A autoridade que concedeu o afastamento original deverá autorizar a suspensão de que trata o inciso V do caput no prazo máximo de três dias a contar da data do requerimento.

Art. 4º O servidor que tiver seu afastamento suspenso nos termos desta Instrução Normativa deverá retornar às suas atividades laborais no dia útil subsequente à data de aprovação da suspensão de que trata o inciso V do art. 3º.

§ 1º O período entre a data de suspensão da ação de desenvolvimento informada pela instituição de ensino promotora e o retorno das atividades laborais, se superior a três dias úteis, deverá ser compensado pelo servidor nos termos da Instrução Normativa SGP nº 2, de 12 de setembro de 2018.

§ 2º O período de que trata o § 1º, se inferior a três dias úteis, poderá ser abonado pela chefia imediata do servidor.

§ 3º No caso de compensação, o servidor deverá apresentar plano de compensação aprovado pela chefia imediata.

§ 4º O retorno às atividades laborais deverá observar a Instrução Normativa SGP nº 19, de 12 de março de 2020, e normas subsequentes, no que concerne a:

a) quarentena de retorno do servidor do exterior;

b) trabalho remoto e suas excepcionalidades; e

c) registro de frequência.

Art. 5º O disposto nesta Instrução Normativa não se aplica aos afastamentos concedidos para licença para capacitação:

I - para ação de desenvolvimento na modalidade a distância; e

II - para elaboração de monografia, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado ou tese de doutorado, salvo se:

a) autorizado pela autoridade que concedeu o afastamento original; e

b) apresentada declaração da instituição de ensino manifestando a impossibilidade de elaboração do trabalho no período do afastamento original.

Art. 6º Fica dispensado novo processo administrativo para o retorno do servidor ao afastamento, bastando inserir no processo original a portaria de suspensão com a revisão das datas correspondentes.

Art. 7º Esta Instrução Normativa vigorará enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER LENHART

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 16.381, DE 10 DE JULHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 3° da Portaria GM-MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 2º, inciso I, da Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973, e o que consta do Processo nº 04972.200262/2015-21, resolve:

Art. 1º Discriminar o imóvel urbano denominado Pátio de Marcílio Dias, composto pelas áreas não operacionais "A" e "B" delimitadas na Planta e no memorial descritivo dispostos no documento 8357916-SEI/MP, compreendidas pelos Números de Bens Patrimoniais - NBPs 5002396, 5002397 e 5005432, transferidos pelo Termo de Transferência nº 1091/2012, localizados entre o km 325+660,35 e o km 326+418 do Trecho de Linha São Francisco do Sul - Porto União, confrontante à Rua Maria Olsen e a Rua Wendelin Metzge, no Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no total de 59.487,00 m² (cinquenta e nove mil quatrocentos e oitenta e sete metros quadrados), pertencente à Circunscrição Judiciária do Ofício de Registro de Imóveis de Canoinhas, do Estado de Santa Catarina, com as seguintes características e confrontações: Área A, composta pelo BP 5005432 e pelo BP 5002397, com 41.938,52 m² (quarenta e um mil novecentos e trinta e oito metros e cinquenta e dois decímetros quadrados) que assim se descreve: Frente, a oeste, medindo 718,31 metros em sete segmentos: O primeiro com 59,92 metros confrontando com Edair Cardoso da Silva e Odair Cardoso, o segundo com 275,29 metros de comprimento, o terceiro com 37,55 metros, o quarto com 77,50 metros, o quinto com 132,44 metros, o sexto com 43,29 metros de comprimento, estes, confrontando com a Rua Maria Olsen, e o sétimo em curva, somando 92,32 metros, confrontando com Virgílio Metzger; Fundos, ao Leste, medindo nesta linha 750,97 metros de comprimento em cinco segmentos: o primeiro com 344,03 metros, o segundo com 11,98 metros, o terceiro com 34,04 metros, o quarto com 204,34 metros e o quinto em curva, com 156,58 metros de comprimento, confrontando com área operacional do DNIT; Lateral Esquerda, ao sul, medindo nesta linha 73,52 metros, em dois segmentos: O primeiro com 11,71 metros de comprimento, com terra de João Pedro Lourenço Cabral, o segundo com 61,81 metros, confrontando com terras de Odair Cardoso; Lateral Direita, ao norte, medindo nesta linha 75,76 metros, em dois segmentos: O primeiro com 11,71 metros, confrontando com terras da ex-RFFSA e o segundo com 64,71 metros, confrontando com terras de Virgílio Metzger; Área B, composta pelo BP 5002396 e BP 5002397, com 13.068,34 (treze mil sessenta e oito metros e trinta e quatro decímetros quadrados) m² que assim se descreve: Frente, a oeste, medindo nesta linha 772,08 metros de comprimento, em sete segmentos: O primeiro com 16,22 metros, o segundo com 129,00 metros, o terceiro com 40,46 metros, o quarto com 273,70 metros, o quinto com 62,32 metros, o sexto com 80,45 metros e o sétimo, em curva, com 169,93 metros de comprimento, todos confrontando com a faixa operacional do DNIT; Fundos, ao Leste, medindo nesta linha, 785,39 metros, em três segmentos: O primeiro com 21,84 metros, o segundo com 550,81 metros e o terceiro em curva, com 212,74 metros de comprimento, confrontando com Wiegando Olsen e Rua Carlos Groth; Lateral Esquerda, ao sul, medindo nesta linha 18,50 metros, confrontando com área operacional do DNIT; Lateral Direita, ao norte, medindo nesta linha 18,45 metros, confrontando com terras da ex-RFFSA; Coordenadas UTM: V1 561270,16 - 7108986,02; V2 561190,21 - 7109544,24; V3 561251,29 - 7109567,18; V4 561199,75 - 7109643,49; V5 561227,07 - 7109676,58; V6 561401,98 - 7108923,73.

Art. 2º O imóvel discriminado no art. 1º foi mantido na posse da Rede Ferroviária Federal S/A há mais de 20 (vinte) anos, transferida à União por meio do art. 2º da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, sem contestação ou reclamação administrativa feita por terceiros quanto ao seu domínio e posse, nos termos da Certidão SPU-SC-NUINC (6178605) - SEI/ME, lavrada pela Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, em 30 de janeiro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTON BASUS BISPO

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

PORTARIA Nº 17.205, DE 23 DE JULHO DE 2020

Altera, mediante remanejamento, os cronogramas de pagamento de que tratam os Anexos II, III, IV, V, VI, VIII, X e XII do Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2020 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE FAZENDA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, tendo em vista o disposto nos incisos III e IV do art. 9º do Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, resolve:

Art. 1º Fica alterado, mediante remanejamento, os cronogramas de pagamento de que tratam os Anexos II, III, IV, V, VI, VIII, X e XII do Decreto nº 10.249 de 19 de fevereiro de 2020, na forma dos Anexos I a VIII desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR

ANEXO I

REDUÇÃO NO CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - DESPESAS ELENCADAS NA SEÇÃO I DO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019, COM IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP "2" - ANEXO III AO DECRETO Nº 10.249, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020)

R$ mil

Órgãos	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
25000 Ministério da Economia	734.113	910.657	1.089.199	1.280.842	1.471.885	1.663.425

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO II

REDUÇÃO NO CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 E AOS RESTOS A PAGAR - EMENDAS DE COMISSÃO (IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP "8") - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019 - ANEXO VIII AO DECRETO Nº 10.249, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020

R$ mil

Órgãos	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
39000 Ministério da Infraestrutura	12.500	18.000	23.500	29.000	34.500	40.000

ANEXO III

REDUÇÃO NO CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 DAS FONTES ESPECIFICADAS (1) - EMENDAS DE RELATOR (IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP "9") - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019 - ANEXO X AO DECRETO Nº 10.249, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020

R$ mil

Órgãos	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
39000 Ministério da Infraestrutura	230.000	345.000	460.000	575.000	690.000	800.000
54000 Ministério do Turismo	53.000	75.000	97.000	118.000	139.000	160.000
Total	283.000	420.000	557.000	693.000	829.000	960.000

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO IV

REDUÇÃO NO CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 DAS FONTES ESPECIFICADAS (1) - EMENDAS DE RELATOR (IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP "9") - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019 - ANEXO XII AO DECRETO Nº 10.249, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020

R$ mil

Órgãos	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	-	2.847	3.947	3.947	3.947	3.947

1. Fontes: 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO V

ACRÉSCIMO NO CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019 - ANEXO II AO DECRETO Nº 10.249, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020

R$ mil

Órgãos	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
25000 Ministério da Economia	477.647	592.661	708.976	833.826	958.285	1.083.068
30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	-	1.423	1.423	1.423	1.423	1.423
39000 Ministério da Infraestrutura	211.100	311.000	415.100	501.000	621.500	737.000
54000 Ministério do Turismo	40.000	60.000	80.000	100.000	120.000	140.000
Total	728.747	965.084	1.205.499	1.436.249	1.701.208	1.961.491

1. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 21, 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO VI

ACRÉSCIMO NO CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 E AOS RESTOS A PAGAR DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - EXCLUI AS DESPESAS ELENCADAS NO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019 - ANEXO IV AO DECRETO Nº 10.249, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020

R$ mil

Órgãos	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
25000 Ministério da Economia	255.533	317.063	379.290	446.083	512.667	579.424
30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	-	1.424	2.524	2.524	2.524	2.524
54000 Ministério do Turismo	13.000	15.000	17.000	18.000	19.000	20.000
Total	268.533	333.487	398.814	466.607	534.191	601.948

1. Fontes: 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO VII

ACRÉSCIMO NO CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 DAS FONTES ESPECIFICADAS (1)(2) - DESPESAS ELENCADAS NA SEÇÃO I DO ANEXO III À LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019, COM IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO RP "2" - ANEXO V AO DECRETO Nº 10.249, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020

R$ mil

Órgãos	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
25000 Ministério da Economia	933	933	933	933	933	933

1. Fontes: 50, 63, 70, 80, 81, 82, 93 e 96 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
2. Exclui Participação da União no Capital de Empresas (PUC), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emendas de comissão (RP8) e emendas de relator (RP9).

ANEXO VIII

ACRÉSCIMO NO CRONOGRAMA DE PAGAMENTO RELATIVO ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020 E AOS RESTOS A PAGAR - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS - PUC (1) - ANEXO VI AO DECRETO Nº 10.249, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020

R$ mil

Órgãos	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
39000 Ministério da Infraestrutura	31.400	52.000	68.400	103.000	103.000	103.000

1. Exclui emendas impositivas individuais (RP6).

DESPACHO DE 22 DE JULHO DE 2020

Processo nº 17944.101477/2020-14
Interessado: Município de Capinzal - SC
Assunto: Minuta de contrato de garantia, a ser celebrado entre a União e o Município de Capinzal - SC, com a interveniência da Caixa Econômica Federal - CAIXA, (SEI nº 8824339) e minuta de contrato de contragarantia, a ser celebrado entre a União e a municipalidade, com a interveniência da Caixa Econômica Federal-CAIXA e do Banco do Brasil S.A (SEI nº 8824342), referentes a Contrato de Financiamento a ser firmado entre o Município e a CAIXA, no valor de R$ 10.323.841,70 (dez milhões, trezentos e vinte e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e setenta centavos), cujos recursos serão destinados a obras de pavimentação asfáltica e passeio público padronizado de vias urbanas por meio do Programa Avançar Cidades, no âmbito do Pró-Transporte, conforme autorizado pelas Leis Municipais nº 3.311, de 26/12/2018 (SEI 7193282); Lei nº 3.364, de 12/03/2020 (SEI 7193332) e Lei nº 3.370, de 19/06/2020 (SEI 8824300).
Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do §5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 22 DE JULHO DE 2020

Processo nº 17944.102263/2020-57
Interessado: Município de Carandaí - MG
Assunto: Minutas de contrato de garantia, a ser celebrado entre a União e o Município de Carandaí - MG, com a interveniência da Caixa Econômica Federal - CAIXA, e minuta de contrato de contragarantia, a ser celebrado entre a União e a municipalidade, com a interveniência da CAIXA e do Banco do Brasil S.A, referentes a Contrato de Financiamento a ser firmado entre o Município e a CAIXA, no valor de R$ R$ 9.800.000,00. (nove milhões, oitocentos mil reais), cujos recursos serão destinados a investimento e modernização no sistema de iluminação pública e infraestrutura, objetivando reformas em prédios públicos, construção de prédios públicos, revitalização de espaços públicos e pavimentação de vias municipais em diversas localidades, conforme autorizado pelas Leis Municipais nº 2339/2020, de 11/02/2020, e nº 2340/2020, de 11/02/2020 (SEI 8032921, 8033080).
Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do §5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 22 DE JULHO DE 2020

Processo nº 17944.102003/2020-81
Interessado: Município de Cascavel - PR.
Assunto: Contrato de Garantia, a ser firmado entre a União e o Município de Cascavel - PR, com a interveniência do Banco do Brasil S.A., e Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, a ser firmado entre a União e o Município de Cascavel - PR, com a interveniência do Banco do Brasil S.A. e do Banco Sicoob, ambos relativos a Contrato de Financiamento a ser celebrado entre o Município e o Banco do Brasil S.A., no valor de R$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais), cujos recursos serão destinados à reforma de escolas e equipamentos no âmbito do Programa de Construção e Reforma de Unidades Escolares, Móveis, Equipamentos e Veículos.
Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do §5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 22 DE JULHO DE 2020

Processo nº 17944.101794/2020-22
Interessado: Município de Paranaguá - SC
Assunto: Minuta de contrato de garantia, a ser celebrado entre a União e o Município de Paranaguá - PR, com a interveniência do Banco do Brasil S.A (SEI nº 8024029), e minuta de contrato de contragarantia, a ser celebrado entre a União e a municipalidade, com a interveniência do Banco do Brasil S.A, e da Caixa Econômica Federal- CAIXA (SEI nº 8023997), referentes a Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito a ser firmado entre o Município e o Banco do Brasil S.A., no valor de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), cujos recursos serão destinados à: 1) Elaboração e execução de projetos de engenharia; 2) Construção de centro municipal de educação infantil; 3) Construção de escola municipal de educação infantil e ensino fundamental; 4) Construção/Revitalização de passarelas e pontes; 5) Execução de obras de macrodrenagem; 6) Execução de obras de pavimentação e calçadas; 7) Aquisição de veículos e equipamentos; 8) Aquisição de equipamentos de monitoramento; 9) Revitalização e construção de parques e praças; 10) Reformados e construção de terminais de transportes urbanos e rodoviários; 11) Reforma e construção de edifícios públicos, conforme autorizado pelas Leis Municipais nº 3.879, de 20 de fevereiro de 2020 (SEI nº 7428062) e nº 3.891, de 29 de abril de 2020 (SEI 8024185).
Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do §5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 22 DE JULHO DE 2020

Processo nº 17944.101442/2020-77
Interessado: Município de Suzano - SP
Assunto: Minuta de contrato de garantia, a ser celebrado entre a União e o Município de Suzano - SP, com a interveniência do Banco do Brasil, e minuta de contrato de contragarantia, a ser celebrado entre a União e a municipalidade, com a interveniência da CAIXA e do Banco do Brasil S.A, referentes a Contrato de Financiamento a ser firmado entre o Município e o Banco do Brasil, no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), cujos recursos serão destinados à implantação de infraestrutura viária composta por obras de recapeamento, pavimentação, drenagem e implantação de guias e sarjetas em vias do município de Suzano, conforme autorizado pela Lei nº 339, de 04/12/2019 (SEI 7347178).
Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do §5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Especial

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento de Pedido de Uniformização de Jurisprudência e Reclamação ao Conselho Pleno, da Segunda Sessão Ordinária, determinada pelo Senhor Presidente do CRPS, que acontecerá no dia 28/07/2020, às 9h, por meio de videoconferência (via Microsoft Teams) no endereço eletrônico a seguir informado: https://bityli.com/aV8IX

RELATORA: SULAMITA CRISTINA DIAS
NB: 46/168.918.623-0
Int: Hercília de Cássia Alcântara Pereira
RELATOR: TARSILA OTAVIANO DA COSTA
NB: 42/175.847.705-6
Int: Aguinaldo Martins dos Santos e INSS
NB: 42/171.409.659-6
Int: Claudio Luis da Silva e INSS
NB: 46/173.901.186-1
Int: Gerson Paulo de Faria e INSS
NB: 46/154.130.106-1
Int: Jorge dos Santos Silva e INSS
NB: 42/176.771.019-1
Int: Claudio Mendes da Silva e INSS
RELATORA: ADRIENE CÂNDIDA BORGES
NB: 179.875.145-0
Int: Roberto Wagner Amaro Leite e INSS
NB: 174.154.105-8
Int: Jose Germires Candido da Costa e INSS
RELATOR: RENATO AGOSTINHO DAS CHAGAS
NB: 87/701.603.815-8
Int.: Andiel dos Santos Silva e INSS
NB: 87/701.444.808-1
Int: Edson Eustáquio Nascimento e INSS
RELATORA: GUILHERME PIRES LUSTOSA
NB: 41/143.155.386-4
Int: José Vicente dos Santos Neto e INSS
NB: 41/155.915.060-0
Int: Leonice Faria Galli e INSS
NB: 42/137.401.750-4
Int: Donizete Ferreira e INSS
NB: 42/178.918.926-5
Int: Nilvaldo Baristel e INSS
NB: 46/156.261.284-8
Int: Valter Antônio Pereira e INSS
NB: 46/165.803.685-6
Int: Leandro Moreira Guimarães e INSS

MARCELO FERNANDO BORSIO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 17.603, DE 23 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre os municípios de jurisdição das Gerências Regionais do Trabalho de Minas Gerais e da Superintendência Regional do Trabalho de Minas Gerais (Processo SEI 13621.111016/2020-33).

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 15.018, de 25 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 121 de 26 de junho de 2020, e

Considerando a localização geográfica e acesso aos municípios do Estado de Minas Gerais;

Considerando uma divisão mais equilibrada dos municípios entre as Gerências Regionais do Trabalho em Minas Gerais ;

Considerando aspectos técnicos da circunscrição que impactam nos trabalhos da auditoria fiscal do trabalho, resolve:

Art.1º - Fixar, nos termos da tabela constante no Anexo I, a jurisdição da atuação das Gerências Regionais do Trabalho no Estado de Minas Gerais e os municípios vinculados à Superintendência Regional do Trabalho no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 86, de 06 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 11 de junho de 2019, Seção 1, Página 22.

JOÃO CARLOS GONTIJO DE AMORIM

ANEXO I

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

1	Barão de Cocais
2	Belo Horizonte
3	Bom Jesus do Amparo
4	Caeté
5	Catas Altas
6	Conceição do Mato Dentro
7	Confins
8	Itabira
9	Itabirito
10	Itambé do Mato Dentro
11	Jaboticatubas
12	Lagoa Santa
13	Morro do Pilar
14	Nova União
15	Passabém
16	Sabará
17	Santa Bárbara
18	Santa Luzia
19	Santa Maria de Itabira
20	Santo Antônio do Rio Abaixo
21	São Gonçalo do Rio Abaixo
22	São José da Lapa
23	São Sebastião do Rio Preto
24	Taquaraçu de Minas
25	Vespasiano

GERÊNCIAS REGIONAIS:
1. BETIM

1	Betim
2	Bonfim
3	Brumadinho
4	Carmópolis de Minas
5	Crucilândia
6	Esmeraldas
7	Florestal
8	Ibirité
9	Igarapé
10	Itaguara
11	Itatiaiuçu
12	Juatuba
13	Mário Campos
14	Mateus Leme
15	Nova Lima
16	Passa Tempo
17	Piedade dos Gerais
18	Piracema
19	Raposos
20	Rio Acima
21	Rio Manso
22	São Joaquim de Bicas
23	Sarzedo

2. CONSELHEIRO LAFAIETE

1	Alfredo Vasconcelos
2	Alto Rio Doce
3	Barroso
4	Belo Vale
5	Capela Nova
6	Caranaíba
7	Carandaí
8	Casa Grande
9	Catas Altas da Noruega
10	Cipotânea
11	Conceição da Barra de Minas
12	Congonhas
13	Conselheiro Lafaiete
14	Coronel Xavier Chaves
15	Cristiano Otoni
16	Desterro de Entre Rios
17	Desterro do Melo
18	Dores de Campos
19	Entre Rios de Minas
20	Itaverava
21	Jeceaba
22	Lagoa Dourada
23	Lamim
24	Madre de Deus de Minas
25	Mariana
26	Moeda
27	Ouro Branco
28	Ouro Preto
29	Piedade do Rio Grande
30	Piranga
31	Prados
32	Queluzito
33	Resende Costa
34	Ressaquinha
35	Rio Espera
36	Ritápolis
37	Santa Cruz de Minas
38	Santana dos Montes
39	São Brás do Suaçuí
40	São João Del Rei
41	São Tiago
42	Senhora de Oliveira
43	Senhora dos Remédios
44	Tiradentes

3. CONTAGEM

1	Araçaí
2	Augusto de Lima
3	Baldim
4	Buenópolis
5	Cachoeira da Prata
6	Caetanópolis
7	Capim Branco
8	Congonhas do Norte
9	Contagem
10	Cordisburgo
11	Corinto
12	Curvelo
13	Datas
14	Diamantina
15	Felixlândia
16	Fortuna de Minas
17	Funilândia
18	Gouveia
19	Inhaúma
20	Inimutaba
21	Jequitibá
22	Joaquim Felício
23	Lassance
24	Matozinhos
25	Monjolos
26	Morro da Garça
27	Paraopeba
28	Pedro Leopoldo
29	Presidente Juscelino
30	Presidente Kubitschek
31	Prudente de Morais
32	Ribeirão das Neves
33	Santana de Pirapama
34	Santana do Riacho
35	Santo Hipólito
36	Sete Lagoas
37	Três Marias
38	Várzea da Palma

4. DIVINÓPOLIS

1	Abaeté
2	Araújos
3	Arcos
4	Bambuí
5	Biquinhas
6	Bom Despacho
7	Camacho
8	Candeias
9	Capitólio
10	Carmo da Mata
11	Carmo do Cajuru
12	Cedro do Abaeté
13	Cláudio
14	Conceição do Pará
15	Córrego Danta
16	Córrego Fundo
17	Divinópolis
18	Dores do Indaiá
19	Doresópolis
20	Estrela do Indaiá
21	Formiga
22	Igaratinga
23	Iguatama
24	Itapecerica
25	Itaúna
26	Japaraíba
27	Lagoa da Prata
28	Leandro Ferreira
29	Luz
30	Maravilhas
31	Martinho Campos
32	Medeiros
33	Moema
34	Morada Nova de Minas
35	Nova Serrana
36	Oliveira
37	Onça de Pitangui
38	Paineiras
39	Pains
40	Papagaios
41	Pará de Minas
42	Pedra do Indaiá
43	Pequi
44	Perdigão
45	Pimenta
46	Pitangui
47	Piumhi
48	Pompéu
49	Quartel Geral
50	Santo Antônio do Monte
51	São Francisco de Paula
52	São Gonçalo do Pará
53	São José da Varginha
54	São Roque de Minas
55	São Sebastião do Oeste
56	Serra da Saudade
57	Tapiraí
58	Vargem Bonita

5. GOVERNADOR VALADARES

1	Água Boa
2	Águas Formosas
3	Aimorés
4	Almenara
5	Alpercata
6	Alvarenga
7	Alvorada de Minas

8	Angelândia
9	Aricanduva
10	Ataléia
11	Bandeira
12	Bertópolis
13	Bom Jesus do Galho
14	Campanário
15	Cantagalo
16	Capelinha
17	Capitão Andrade
18	Caraí
19	Caratinga
20	Carlos Chagas
21	Catuji
22	Central de Minas
23	Coluna
24	Comercinho
25	Conselheiro Pena
26	Coroaci
27	Crisólita
28	Cuparaque
29	Divino das Laranjeiras
30	Divinolândia de Minas
31	Dom Cavati
32	Dom Joaquim
33	Engenheiro Caldas
34	Felisburgo
35	Fernandes Tourinho
36	Franciscópolis
37	Frei Gaspar
38	Frei Inocêncio
39	Frei Lagonegro
40	Fronteira dos Vales
41	Galiléia
42	Goiabeira
43	Gonzaga
44	Governador Valadares
45	Guanhães
46	Imbé de Minas
47	Inhapim
48	Ipanema
49	Itabirinha de Mantena
50	Itaipé
51	Itambacuri
52	Itanhomi
53	Itaobim
54	Itinga
55	Itueta
56	Jacinto
57	Jampruca
58	Jenipapo de Minas
59	Jequitinhonha
60	Joaíma
61	Jordânia
62	José Raydan
63	Ladainha
64	Machacalis
65	Malacacheta
66	Mantena
67	Marilac
68	Mata Verde
69	Materlândia
70	Mathias Lobato
71	Medina
72	Mendes Pimentel
73	Monte Formoso
74	Nacip Raydan
75	Nanuque
76	Nova Belém
77	Nova Módica
78	Novo Cruzeiro
79	Novo Oriente de Minas
80	Ouro Verde de Minas
81	Padre Paraíso
82	Palmópolis
83	Paulistas
84	Pavão
85	Peçanha
86	Pescador
87	Piedade de Caratinga
88	Pocrane
89	Ponto dos Volantes
90	Poté
91	Resplendor
92	Rio do Prado
93	Rio Vermelho
94	Rubim
95	Sabinópolis
96	Salto da Divisa
97	Santa Efigênia de Minas
98	Santa Helena de Minas
99	Santa Maria do Salto
100	Santa Maria do Suaçuí
101	Santa Rita do Itueto
102	Santo Antônio do Itambé
103	Santo Antônio do Jacinto
104	São Domingos das Dores
105	São Félix de Minas
106	São Geraldo da Piedade
107	São Geraldo do Baixio
108	São João do Manteninha
109	São João Evangelista
110	São José da Safira
111	São José do Divino
112	São José do Jacuri
113	São Pedro do Suaçuí
114	São Sebastião do Anta
115	São Sebastião do Maranhão
116	Sardoá
117	Senhora do Porto
118	Serra Azul de Minas
119	Serra dos Aimorés
120	Serro
121	Setubinha
122	Sobrália
123	Taparuba
124	Tarumirim
125	Teófilo Otoni
126	Tumiritinga
127	Ubaporanga
128	Umburatiba
129	Virginópolis
130	Virgolândia

6. IPATINGA

1	Açucena
2	Antônio Dias
3	Bela Vista de Minas
4	Belo Oriente
5	Braúnas
6	Bugre
7	Carmésia
8	Coronel Fabriciano
9	Córrego Novo
10	Dionísio
11	Dores de Guanhães
12	Entre Folhas
13	Ferros
14	Iapu
15	Ipaba
16	Ipatinga
17	Jaguaraçu
18	Joanésia
19	João Monlevade
20	Marliéria
21	Mesquita
22	Naque
23	Nova Era
24	Periquito
25	Pingo-d'Água
26	Rio Piracicaba
27	Santana do Paraíso
28	São Domingos do Prata
29	São João do Oriente
30	Timóteo
31	Vargem Alegre

7. JUIZ DE FORA

1	Além Paraíba
2	Andrelândia
3	Antônio Carlos
4	Aracitaba
5	Arantina
6	Argirita
7	Astolfo Dutra
8	Barão de Monte Alto
9	Barbacena
10	Belmiro Braga
11	Bias Fortes
12	Bicas
13	Bocaina de Minas
14	Bom Jardim de Minas
15	Brás Pires
16	Carvalhos
17	Cataguases
18	Chácara
19	Chiador
20	Coronel Pacheco
21	Descoberto
22	Divinésia
23	Dona Eusébia
24	Dores do Turvo
25	Estrela Dalva
26	Ewbank da Câmara
27	Goianá
28	Guarani
29	Guarará
30	Guidoval
31	Guiricema
32	Ibertioga
33	Itamarati de Minas
34	Juiz de Fora
35	Laranjal
36	Leopoldina
37	Liberdade
38	Lima Duarte
39	Mar de Espanha
40	Maripá de Minas
41	Matias Barbosa
42	Mercês
43	Miraí
44	Olaria
45	Oliveira Fortes
46	Paiva
47	Palma
48	Passa-Vinte
49	Pedro Teixeira
50	Pequeri
51	Piau
52	Pirapetinga
53	Piraúba
54	Recreio

55	Rio Novo
56	Rio Pomba
57	Rio Preto
58	Rochedo de Minas
59	Rodeiro
60	Santa Bárbara do Monte Verde
61	Santa Bárbara do Tugúrio
62	Santa Rita de Ibitipoca
63	Santa Rita de Jacutinga
64	Santana de Cataguases
65	Santana do Deserto
66	Santana do Garambéu
67	Santo Antônio do Aventureiro
68	Santos Dumont
69	São João Nepomuceno
70	São Sebastião da Vargem Alegre
71	Senador Cortes
72	Serranos
73	Silveirânia
74	Simão Pereira
75	Tabuleiro
76	Tocantins
77	Ubá
78	Visconde do Rio Branco
79	Volta Grande

8. MONTES CLAROS

1	Águas Vermelhas
2	Araçuaí
3	Berilo
4	Berizal
5	Bocaiúva
6	Bonito de Minas
7	Botumirim
8	Brasília de Minas
9	Buritizeiro
10	Cachoeira de Pajeú
11	Campo Azul
12	Capitão Enéas
13	Carbonita
14	Catuti
15	Chapada do Norte
16	Claro dos Poções
17	Cônego Marinho
18	Coração de Jesus
19	Coronel Murta
20	Couto de Magalhães de Minas
21	Cristália
22	Curral de Dentro
23	Divisa Alegre
24	Divisópolis
25	Engenheiro Navarro
26	Espinosa
27	Felício dos Santos
28	Francisco Badaró
29	Francisco Dumont
30	Francisco Sá
31	Fruta de Leite
32	Gameleiras
33	Glaucilândia
34	Grão Mogol
35	Guaraciama
36	Ibiaí
37	Ibiracatu
38	Icaraí de Minas
39	Indaiabira
40	Itacambira
41	Itacarambi
42	Itamarandiba
43	Jaíba
44	Janaúba
45	Januária
46	Japonvar
47	Jequitaí
48	José Gonçalves de Minas
49	Josenópolis
50	Juramento
51	Juvenília
52	Lagoa dos Patos
53	Leme do Prado
54	Lontra
55	Luislândia
56	Mamonas
57	Manga
58	Matias Cardoso
59	Mato Verde
60	Minas Novas
61	Mirabela
62	Miravânia
63	Montalvânia
64	Monte Azul
65	Montes Claros
66	Montezuma
67	Ninheira
68	Nova Porteirinha
69	Novorizonte
70	Olhos-d'Água
71	Padre Carvalho
72	Pai Pedro
73	Patis
74	Pedra Azul
75	Pedras de Maria da Cruz
76	Pirapora
77	Ponto Chique
78	Porteirinha
79	Riacho dos Machados
80	Rio Pardo de Minas
81	Rubelita
82	Salinas
83	Santa Cruz de Salinas
84	Santo Antônio do Retiro
85	São Francisco
86	São Gonçalo do Rio Preto
87	São João da Lagoa
88	São João da Ponte
89	São João das Missões
90	São João do Pacuí
91	São João do Paraíso
92	Senador Modestino Gonçalves
93	Serranópolis de Minas
94	Taiobeiras
95	Turmalina
96	Ubaí
97	Vargem Grande do Rio Pardo
98	Varzelândia
99	Verdelândia
100	Veredinha
101	Virgem da Lapa

9. PARACATU

1	Arinos
2	Bonfinópolis de Minas
3	Brasilândia de Minas
4	Buritis
5	Cabeceira Grande
6	Carmo do Paranaíba
7	Chapada Gaúcha
8	Cruzeiro da Fortaleza
9	Dom Bosco
10	Formoso
11	Guarda-Mor
12	Guimarânia
13	João Pinheiro
14	Lagamar
15	Lagoa Formosa
16	Lagoa Grande
17	Natalândia
18	Paracatu
19	Patos de Minas
20	Patrocínio
21	Pintópolis
22	Presidente Olegário
23	Riachinho
24	Santa Fé de Minas
25	São Gonçalo do Abaeté
26	São Romão
27	Unaí
28	Uruana de Minas
29	Urucuia
30	Varjão de Minas
31	Vazante

10. POÇOS DE CALDAS

1	Alpinópolis
2	Alterosa
3	Andradas
4	Arceburgo
5	Bandeira do Sul
6	Bom Jesus da Penha
7	Botelhos
8	Cabo Verde
9	Caldas
10	Campestre
11	Capetinga
12	Carmo do Rio Claro
13	Carvalhópolis
14	Cássia
15	Claraval
16	Conceição da Aparecida
17	Delfinópolis
18	Divisa Nova
19	Fortaleza de Minas
20	Guaranésia
21	Guaxupé
22	Ibiraci
23	Ibitiúra de Minas
24	Itamogi
25	Itaú de Minas
26	Jacuí
27	Juruaia
28	Machado
29	Monte Belo
30	Monte Santo de Minas
31	Muzambinho
32	Nova Resende
33	Passos
34	Poços de Caldas
35	Pratápolis
36	Santa Rita de Caldas
37	São João Batista do Glória
38	São José da Barra
39	São Pedro da União
40	São Sebastião do Paraíso
41	São Tomás de Aquino
42	Serrania

11. PONTE NOVA

1	Abre Campo
2	Acaiaca
3	Alto Caparaó
4	Alto Jequitibá
5	Alvinópolis
6	Amparo do Serra
7	Antônio Prado de Minas

8	Araponga
9	Barra Longa
10	Caiana
11	Cajuri
12	Canaã
13	Caparaó
14	Caputira
15	Carangola
16	Chalé
17	Coimbra
18	Conceição de Ipanema
19	Diogo de Vasconcelos
20	Divino
21	Dom Silvério
22	Durandé
23	Ervália
24	Espera Feliz
25	Eugenópolis
26	Faria Lemos
27	Fervedouro
28	Guaraciaba
29	Jequeri
30	Lajinha
31	Luisburgo
32	Manhuaçu
33	Manhumirim
34	Martins Soares
35	Matipó
36	Miradouro
37	Muriaé
38	Mutum
39	Oratórios
40	Orizânia
41	Patrocínio do Muriaé
42	Paula Cândido
43	Pedra Bonita
44	Pedra do Anta
45	Pedra Dourada
46	Piedade de Ponte Nova
47	Ponte Nova
48	Porto Firme
49	Presidente Bernardes
50	Raul Soares
51	Reduto
52	Rio Casca
53	Rio Doce
54	Rosário da Limeira
55	Santa Bárbara do Leste
56	Santa Cruz do Escalvado
57	Santa Margarida
58	Santa Rita de Minas
59	Santana do Manhuaçu
60	Santo Antônio do Grama
61	São Francisco do Glória
62	São Geraldo
63	São João do Manhuaçu
64	São José do Goiabal
65	São José do Mantimento
66	São Miguel do Anta
67	São Pedro dos Ferros
68	Sem-Peixe
69	Senador Firmino
70	Sericita
71	Simonésia
72	Teixeiras
73	Tombos
74	Urucânia
75	Vermelho Novo
76	Viçosa
77	Vieiras

12. POUSO ALEGRE

1	Albertina
2	Bom Repouso
3	Borda da Mata
4	Brazópolis
5	Bueno Brandão
6	Cachoeira de Minas
7	Camanducaia
8	Cambuí
9	Careaçu
10	Carmo de Minas
11	Conceição das Pedras
12	Conceição dos Ouros
13	Congonhal
14	Consolação
15	Córrego do Bom Jesus
16	Cristina
17	Delfim Moreira
18	Dom Viçoso
19	Espírito Santo do Dourado
20	Estiva
21	Extrema
22	Gonçalves
23	Heliodora
24	Inconfidentes
25	Ipuiúna
26	Itajubá
27	Itamonte
28	Itanhandu
29	Itapeva
30	Jacutinga
31	Jesuânia
32	Lambari
33	Maria da Fé
34	Marmelópolis
35	Monte Sião
36	Munhoz
37	Natércia
38	Olímpio Noronha
39	Ouro Fino
40	Paraisópolis
41	Passa Quatro
42	Pedralva
43	Piranguçu
44	Piranguinho
45	Poço Fundo
46	Pouso Alegre
47	Pouso Alto
48	Santa Rita do Sapucaí
49	São João da Mata
50	São José do Alegre
51	São Lourenço
52	São Sebastião da Bela Vista
53	São Sebastião do Rio Verde
54	Sapucaí-Mirim
55	Senador Amaral
56	Senador José Bento
57	Silvianópolis
58	Tocos do Moji
59	Toledo
60	Turvolândia
61	Virgínia
62	Wenceslau Braz

13. UBERABA

1	Água Comprida
2	Arapuá
3	Araxá
4	Campo Florido
5	Campos Altos
6	Carneirinho
7	Comendador Gomes
8	Conceição das Alagoas
9	Conquista
10	Delta
11	Fronteira
12	Frutal
13	Ibiá
14	Itapagipe
15	Iturama
16	Limeira do Oeste
17	Matutina
18	Perdizes
19	Pirajuba
20	Planura
21	Pratinha
22	Rio Paranaíba
23	Sacramento
24	Santa Rosa da Serra
25	São Francisco de Sales
26	São Gotardo
27	Serra do Salitre
28	Tapira
29	Tiros
30	Uberaba
31	União de Minas
32	Veríssimo

14. UBERLÂNDIA

1	Abadia dos Dourados
2	Araguari
3	Araporã
4	Cachoeira Dourada
5	Campina Verde
6	Canápolis
7	Capinópolis
8	Cascalho Rico
9	Centralina
10	Coromandel
11	Douradoquara
12	Estrela do Sul
13	Grupiara
14	Gurinhatã
15	Indianópolis
16	Ipiaçu
17	Iraí de Minas
18	Ituiutaba
19	Monte Alegre de Minas
20	Monte Carmelo
21	Nova Ponte
22	Pedrinópolis
23	Prata
24	Romaria
25	Santa Juliana
26	Santa Vitória
27	Tupaciguara
28	Uberlândia

15. VARGINHA

1 1	Aguanil
2	Aiuruoca
3	Alagoa
4	Alfenas
5	Areado
6	Baependi
7	Boa Esperança
8	Bom Sucesso

9	Cambuquira
10	Campanha
11	Campo Belo
12	Campo do Meio
13	Campos Gerais
14	Cana Verde
15	Carmo da Cachoeira
16	Carrancas
17	Caxambu
18	Conceição do Rio Verde
19	Coqueiral
20	Cordislândia
21	Cristais
22	Cruzília
23	Elói Mendes
24	Fama
25	Guapé
26	Ibituruna
27	Ijaci
28	Ilicínea
29	Ingaí
30	Itumirim
31	Itutinga
32	Lavras
33	Luminárias
34	Minduri
35	Monsenhor Paulo
36	Nazareno
37	Nepomuceno
38	Paraguaçu
39	Perdões
40	Ribeirão Vermelho
41	Santana da Vargem
42	Santana do Jacaré
43	Santo Antônio do Amparo
44	São Bento Abade
45	São Gonçalo do Sapucaí
46	São Thomé das Letras
47	São Vicente de Minas
48	Seritinga
49	Soledade de Minas
50	Três Corações
51	Três Pontas
52	Varginha

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 17.382, DE 20 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a Jurisdição da atuação das Gerências Regionais do Trabalho e da Sede da Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Espírito Santo (Processo Nº 13040.102778).

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições legais e considerando a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, parágrafo único, da Portaria nº 15.018, de 25 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Estabelecer a Jurisdição da atuação das Gerências Regionais do Trabalho e da Sede da Superintendência Regional do Trabalho no estado do Espírito Santo, que passa a vigorar nos termos do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALCIMAR DAS CANDEIAS DA SILVA

ANEXO I

VINCULAÇÃO JURISDICIONAL DOS MUNICIÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
Superintendência Regional do Trabalho no Espírito Santo		
Sede da SRTb/ES		
Macrorregião	Microrregião	Municípios
(1) Metropolitana	(1) Metropolitana	1 - Cariacica
		2 - Fundão
		3 - Guarapari
		4 - Serra
		5 - Viana
		6 - Vila Velha
		7 - Vitória
	(2) Central Serrana	8 - Itaguaçu
		9 - Itarana
		10 - Santa Leopoldina
		11 - Santa Maria de Jetibá
		12 - Santa Teresa
Gerências Regionais do Trabalho		
Gerência Sul/ES		
Macrorregião	Microrregião	Municípios
(1) Metropolitana	(3)Sudoeste Serrana	13 - Afonso Cláudio
		14 - Brejetuba
		15 - Conceição de Castelo
		16 - Domingos Martins
		17 - Laranja da Terra
		18 - Marechal Floriano
		19 - Venda Nova do Imigrante
(4) Sul	(4) Litoral Sul	20 - Alfredo Chaves
		21 - Anchieta
		22 - Iconha
		23 - Itapemirim
		24 - Marataízes
		25 - Piúma
		26 - Presidente Kennedy
		27 - Rio Novo do Sul
	(5) Central Sul	28 - Apiacá
		29 - Atílio Vivacqua
		30 - Cachoeiro de Itapemirim
		31 - Castelo
		32 - Jerônimo Monteiro
		33 - Mimoso do Sul
		34 - Muqui
		35 - Vargem Alta
	(6) Caparaó	36 - Alegre
		37 - Bom Jesus do Norte
		38 - Divino de São Lourenço
		39 - Dores do Rio Preto
		40 - Guaçuí
		41 - Ibatiba
		42 - Ibitirama
		43 - Irupi
		44 - Iúna
		45 - Muniz Freire
		46 - São José do Calçado
Gerência Norte/ES		
Macrorregião	Microrregião	Municípios
(3) Central	(7) Rio Doce	47 - Aracruz
		48 - Ibiraçu
		49 - João Neiva
		50 - Linhares
		51 - Rio Bananal
		52 - Sooretama
	(8) Centro Oeste	53 - Alto Rio Novo
		54 - Baixo Guandu
		55 - Colatina
		56 - Governador Lindemberg

		57 - Marilândia
		58 - Pancas
		59 - São Domingos do Norte
		60 - São Gabriel da Palha
		61 - São Roque do Canaã
		62 - Vila Valério
(2) Norte	(9) Nordeste	63 - Conceição da Barra
		64 - Boa Esperança
		65 - Jaguaré
		66 - Montanha
		67 - Mucurici
		68 - Pedro Canário
		69 - Pinheiros
		70 - Ponto Belo
		71 - São Mateus
	(10) Noroeste	72 - Água Doce do Norte
		73 - Águia Branca
		74 - Barra de São Francisco
		75 - Ecoporanga
		76 - Mantenópolis
		77 - Nova Venécia
		78 - Vila Pavão

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 16 DE JULHO DE 2020

Habilitação no Regime Especial (REIDI), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições regimentais específicas expressas pelo artigo 270, § 7º, atividade "de benefícios fiscais", na modalidade de regime especial de tributação, combinado com o inciso VIII do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11.10.2017, seção 1, página 22, e tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007 e Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicado no D.O.U. de 15/10/2019, seção 1, página 27; considerando-se, ainda, que a pessoa jurídica EÓLICA SERRA DO MATO III ENERGY S/A, CNPJ Nº 32.326.123/0001-03, CEI nº 90.003.37545/75, é titular do projeto de geração de energia elétrica, autorizado pela Portaria MME nº 107/SPE, de 2 de 4 de 2020 - e que foi aprovado o seu Enquadramento no supracitado Regime Especial de Incentivos, pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, através da supracitada Portaria, publicada no DOU de 6/4/2020, seção 1, fls.13) em cujo Anexos I a III constam informações do projeto de enquadramento no REIDI e para sua aprovação como prioritário, como também, a localização de suas unidades geradoras de energia elétrica; tem-se, ainda, como nome do projeto Exploração do ramo de ENERGIA ELÉTRICA como produtora independente e administração, operação e manutenção de centrais geradoras eólicas, localizado no Município de TRAIRI-CE, Estado do Ceará, com o período de execução estimado de 2/9/2021 a 10/12/2021, conforme consta do Processo Administrativo nº 13309.720.098/2020-54, resolve:

Art. 1º Declarar habilitada no Regime Especial (REIDI) a pessoa jurídica acima qualificada, para utilização da suspensão do PIS/PASEP e da COFINS naquilo em que se aplique o disposto no art. 2º do Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, c/c o disposto nos arts. 578, 579, e 590 da Instrução Normativa 1.911/2019, no que diga respeito ao supracitado projeto.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação. Cientifique-se a requerente.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 23 DE JULHO DE 2020

Registro Prévio de Suspensão do IPI na aquisição de Matéria Prima (MP), Material de Embalagem (ME) e Produtos Intermediários (PI), por pessoa jurídica, preponderantemente exportadora, que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ-MA, no uso das atribuições regimentais específicas expressas pelo artigo 270, § 7º, atividade "de controle aduaneiro", na modalidade de registro prévio supramencionado, combinado com o inciso VIII do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11.10.2017, seção 1, página 22, e de acordo com o disposto no artigo 17 da Instrução Normativa (IN) RFB nº 948, de 15 de junho de 2009; considerando, ainda, o que consta dos autos do processo administrativo n.º 10325.720.418/2019-46, declara:

Art. 1.º Fica concedido à empresa UPPER DOG COMERCIAL LTDA., inscrita no CNPJ sob n.º 22.468.303/0001-76, o Registro Prévio, previsto no art. 29, § 1º, inciso II da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002; arts. 12, 13 e 15 a 17 da IN RFB nº 948/2009.

Art. 2.º Referido ADE foi emitido para o número do CNPJ do estabelecimento matriz e aplica-se a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica requerente, conforme disciplina o § 1º, do art.17 da supracitada IN.

Art. 3.º A concessão deste Registro prévio não exime o contribuinte do cumprimento das demais obrigações, principais e acessórias, previstas na legislação tributária que trata da matéria, conforme consta do Capítulo VII - Das Disposições Gerais - da supracitada IN.

Art. 4.º Publique-se no Diário Oficial da União, conforme dispõe o art. 17, caput, da IN RFB nº 948/2009 e cientifique-se a interessada.

JOSÉ KENNEDY RODRIGUES DE SALES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 322, DE 22 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre as atribuições da Equipe Regional de Obrigações Acessórias, no âmbito da 4ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, IV e V do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada em 11 de outubro de 2017 e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 2º, parágrafo único, da Portaria SRRF04 nº 127, de 27 de fevereiro de 2020, publicada em 03 de março de 2020, resolve:

Art. 1º A Equipe Regional de Obrigações Acessórias deverá executar as atividades descritas no inciso II do art. 68, no inciso V do art. 75 e nos incisos I, VII e VIII do art. 284 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, especialmente no que se refere a:

I- proceder à análise e liberação, homologação ou rejeição das retificações das DCTF retidas em "Malha Valor";

II- emitir despacho decisório, no caso de rejeição da retificação;

III- processar a liberação ou rejeição de DCTF retida em "Malha Fiscal", nos casos em que for solicitado pelo auditor-fiscal responsável pelo procedimento fiscal;

IV- Processar a liberação de DCTF retida em "Malha Fiscal", nos casos em que não houver alteração de valores dos tributos ou contribuições;

V- Proceder a análise de DCTF retida em "Malha Fiscal", nos casos em que a transmissão tenha ocorrido após o encerramento da ação fiscal e o setor de fiscalização devolva o processo para análise desta equipe;

VI- propor alteração dos parâmetros de malha com base em critérios objetivos e de análise de risco;

VII- acompanhar, por meio de relatórios gerenciais, a relação de contribuintes retidos em malha valor;

VIII- proceder à análise das GFIP retidas em malha, a pedido ou de ofício;

IX- analisar e decidir sobre pedidos de cancelamento, bloqueio e desbloqueio de GFIP, exceto no caso de revisão de ofício de crédito tributário.

Parágrafo único. Compete ainda à equipe atender às demandas de órgãos externos relacionadas às atividades especificadas no presente artigo, sem prejuízo da possibilidade de atendimento pela própria unidade, nos casos em que o chefe da unidade considerar oportuno e conveniente.

Art. 2º Ao Supervisor e ao Gerente da equipe competem o acompanhamento e a aferição de desempenho dos membros alocados nas equipes regionais, independentemente das unidades de lotação destes, bem como a supervisão da execução das atividades pelas equipes.

Parágrafo Único. Os auditores-fiscais membros da equipe dedicar-se-ão prioritariamente, no contexto do art. 1º, às atividades que lhes sejam privativas nos termos da legislação ou do mapeamento de processos de trabalho e de atribuições de que trata a Portaria RFB nº 535, de 13 de abril de 2015.

Art. 3º Os membros da equipe desenvolverão os trabalhos de que trata esta portaria em suas respectivas unidades de lotação ou na modalidade de teletrabalho, na forma da legislação, devendo participar de reuniões presenciais ou por videoconferência quando agendadas pela supervisão da equipe ou pelo respectivo dirigente.

Parágrafo único. As reuniões presenciais, quando envolverem membros de unidades distintas, deverão ser solicitadas pelo gerente ao superintendente para autorização dos deslocamentos e expedição das respectivas convocações.

Art. 4º Os recursos administrativos apresentados nos termos do art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, serão dirigidos ao delegado responsável pela direção da equipe, o qual deverá apreciá-los caso a decisão recorrida seja mantida, total ou parcialmente, após o exercício do juízo de reconsideração pelo auditor-fiscal que houver proferido a decisão.

Parágrafo único. Ao Superintendente da SRRF04 compete apreciar, em última instância, recurso contra decisão mantida, total ou parcialmente, após ter sido objeto de juízo de reconsideração do delegado.

Art. 5º O Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da 4ª Região Fiscal definirá a estrutura e indicará os servidores que comporão a Equipe de que trata esta Portaria por meio de ato específico a ser publicado no Boletim de Serviço.

Art. 6º. A partir da entrada em vigor desta Portaria, seu número deverá constar em todos os atos praticados no exercício das atribuições da Equipe por esta disciplinadas.

Art. 7º Fica revogada a Portaria SRRF04 214, de 27 de março de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

JOSÉ DE ASSIS FERRAZ NETO

PORTARIA Nº 323, DE 22 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre as atribuições da Equipe Regional de Cobrança 2, no âmbito da 4ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, IV e V do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada em 11 de outubro de 2017 e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 2º, parágrafo único, da Portaria SRRF04 nº 127, de 27 de fevereiro de 2020, publicada em 03 de março de 2020, resolve:

Art. 1º A Equipe Regional de Cobrança 2 deverá realizar os procedimentos relacionados ao monitoramento da conformidade tributária dos Órgãos do Poder Público (OPP), especialmente no que se refere a:

I - monitorar a arrecadação, adotando as providências cabíveis para sua realização conforme o potencial derivado da aplicação da legislação;

II - acompanhar a adimplência das obrigações correntes, providenciando a cobrança imediata dos valores devidos, salvo se a dívida estiver abrangida pela Cobrança Administrativa Especial, nos termos da Portaria RFB nº 1.265, de 03 de setembro de 2015;

III - identificar indícios de sonegação, compensação e suspensão indevidas, providenciando o devido encaminhamento dos fatos e informações para execução de providências pela fiscalização ou pelas equipes regionais responsáveis, em especial auditoria de crédito, controle do crédito sub judice, parcelamento e execução da cobrança administrativa;

IV - apurar e lançar mensalmente os valores referentes às obrigações correntes dos Estados e Municípios para retenção no FPE ou FPM, respectivamente, efetuar a programação das parcelas dos parcelamentos especiais sujeitos a retenção do FPM ou FPE até a sua consolidação e, ainda, efetuar análise e efetivação dos ajustes das Guias da Previdência Social - GPS surgidos em decorrência da retenção;

V - prestar orientações sobre os procedimentos envolvendo parcelamentos destinados aos órgãos públicos, notadamente os especiais;

VI - orientar e, de forma complementar aos centros de atendimento, às agências e à Equipe Regional de Atendimento em Retaguarda, atender os Órgãos Públicos;

VII - realizar ações de conformidade tributária em relação aos Órgãos Públicos quanto ao crédito tributário não constituído espontaneamente, resguardadas as competências do Serviço de Monitoramento dos Maiores Contribuintes (Semac);

VIII - desbloqueio do repasse FPM/FPE e reconhecimento do direito à restituição/retenção pago a maior;

IX- extrair a lista de devedores de interesse da Cobrança Administrativa Especial;

X- identificar o perfil dos contribuintes de interesse;

XI- realizar a cobrança dos débitos incluídos na cobrança administrativa especial;

XII- realizar reuniões de conformidade, conforme conveniência e oportunidade, visando à regularização do contribuinte;

XIII- realizar auditoria interna de DCTF, auditoria de débitos não constituídos e auditoria de balanço, visando ajustamento de conduta e a conformidade tributária;

XIV- executar diligências e proceder ao lançamento do crédito tributário, no âmbito de sua competência;

XV- aplicar as medidas coercitivas aos contribuintes que permanecerem irregulares, inclusive o encaminhamento dos débitos para inscrição em Dívida Ativa da União (DAU);

XVI- Emitir Termo de Imputação de Responsabilidade Tributária - TIRT, no âmbito da cobrança especial;

XVII- adotar demais ações com objetivo de recuperação do crédito tributário;

XVIII- pesquisa, correção e atualização do endereço dos proprietários de obras de construção civil no Siscol;

XIX- cobrança para autorregularização/conformidade de obras de construção civil;

XX- lançamento de ofício referente a diligência/fiscalização de obras de construção civil não regularizadas;

XXI- revisão intempestiva de lançamento e revisão de DISO/ARO/LDC de obras de construção civil;

XXII- pesquisa e cobrança de ARO-Internet e da Aferição da Remuneração da Obra por Contrato;

XXIII- verificar o cumprimento da obrigação acessória contida no art. 50 da Lei nº 8.212/91 de envio mensal, por parte dos Municípios, do relatório de alvarás emitidos para construção civil e da emissão de "Habite-se" através do SISOBRAPREF;

XXIV- seleção no SISOBRAGER do envio automático de cartas de cobrança de obras de construção civil PF e PJ;

XXV- seleção de obras para a cobrança administrativa;

XXVI- acompanhamento da regularização das cartas de cobrança para preparação do reenvio de cartas não entregues em acerto de cadastros e preparação para a cobrança administrativa/fiscal;

XXVII- emissão de LDC relativo às regularizações de obras de construção civil;

XXVIII- emissão e retificação de ARO como medida preparatória da cobrança do crédito tributário;

XXIX- apreciar os requerimentos dos contribuintes em relação as cartas de cobrança automáticas para a regularização de obras; e

XXX- selecionar as obras não regularizadas após as cartas automáticas para a cobrança manual.

§1º Compete ainda à equipe atender às demandas de órgãos externos relacionadas às atividades especificadas no presente artigo, sem prejuízo da possibilidade de atendimento pela própria unidade, nos casos em que o chefe da unidade considerar oportuno e conveniente.

§2º Se houver ganhos de eficiência, a critério do supervisor em cada caso concreto, a equipe poderá executar diretamente os procedimentos previstos no inciso III, total ou parcialmente.

Art 2º Ao Supervisor e ao Dirigente da equipe competem o acompanhamento e a aferição de desempenho dos membros alocados na Equipe, independentemente das unidades de lotação destes, bem como a supervisão da execução das atividades.

Art. 3º Os auditores-fiscais membros da equipe dedicar-se-ão prioritariamente, no contexto do art. 1º, às atividades que lhes sejam privativas nos termos da legislação ou do mapeamento de processos de trabalho e de atribuições de que trata a Portaria RFB nº 535, de 13 de abril de 2015.

Art. 4º Os membros da Equipe desenvolverão os trabalhos de que trata esta Portaria em suas respectivas unidades de lotação, devendo participar de reuniões presenciais ou por videoconferência quando agendadas pela supervisão da equipe ou pelo respectivo dirigente.

Parágrafo único. As reuniões presenciais, quando envolverem membros de unidades distintas, deverão ser solicitadas pelo dirigente ao superintendente para autorização dos deslocamentos e expedição das respectivas convocações.

Art. 5º Os recursos administrativos apresentados nos termos do art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, serão dirigidos ao delegado responsável pela direção da equipe, o qual deverá apreciá-los caso a decisão recorrida seja mantida, total ou parcialmente, após o exercício do juízo de reconsideração pelo auditor-fiscal que houver proferido a decisão.

Parágrafo único. Ao Superintendente da SRRF04 compete apreciar, em última instância, recurso contra decisão mantida, total ou parcialmente, após ter sido objeto de juízo de reconsideração do delegado.

Art. 6º O Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da 4ª Região Fiscal definirá a estrutura e indicará os servidores que comporão a Equipe de que trata esta Portaria por meio de ato específico a ser publicado no Boletim de Serviço.

Art. 7º. A partir da entrada em vigor desta Portaria, seu número deverá constar em todos os atos praticados no exercício das atribuições da Equipe por esta disciplinadas.

Art. 8º Fica revogada a Portaria SRRF04 211, de 27 de março de 2020.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

JOSÉ DE ASSIS FERRAZ NETO

PORTARIA Nº 324, DE 22 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre as atribuições da Equipe Regional de Revisão de Ofício de Crédito Tributário, no âmbito da 4ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, IV e V do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada em 11 de outubro de 2017 e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 2º, parágrafo único, da Portaria SRRF04 nº 127, de 27 de fevereiro de 2020, publicada em 03 de março de 2020, resolve:

Art. 1º A Equipe Regional de Revisão de Ofício de Crédito Tributário deverá executar as atividades descritas nos incisos IV e VIII do art. 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017, especialmente no que se refere a:

I - revisar de ofício os créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, no âmbito de sua competência, inclusive nos casos em que o contribuinte pessoa física alega ser portador de moléstia grave;

II - apreciar pedido de retificação de débito confessado em declaração apresentada pelo contribuinte;

III - analisar pedido de cancelamento e de reativação de declaração, no âmbito de sua competência;

IV - apreciar pedido de revisão de multa por atraso na entrega de declaração (MAED);

V - analisar a decadência, prescrição ou remissão de crédito tributário;

VI - revisar notificação de lançamento decorrente do procedimento de revisão de declaração do sujeito passivo, inclusive nos casos previstos no art. 6º-A da Instrução Normativa RFB nº 958, de 15 de julho de 2009;

VII - elaborar cálculo para alteração do crédito tributário originalmente constituído, por força de decisão proferida no contencioso administrativo, sem prejuízo de solicitar subsídios e informações dos setores responsáveis pelo lançamento do crédito tributário;

VIII - realizar auditoria de conformidade quando, da análise das situações previstas nos incisos de I a VII, resultar em reconhecimento de crédito a restituir;

IX - analisar pedido de bloqueio e desbloqueio de GFIP retificadora no caso de existência de marca de débito;

X - revisar de ofício os créditos tributários lançados por meio de processamento eletrônico, no âmbito de sua competência.

Parágrafo único. Compete ainda à equipe atender às demandas de órgãos externos relacionadas às atividades especificadas no presente artigo, sem prejuízo da possibilidade de atendimento pela própria unidade, nos casos em que o chefe da unidade considerar oportuno e conveniente.

Art 2º Ao Supervisor e ao Dirigente da equipe competem o acompanhamento e a aferição de desempenho dos membros alocados na Equipe, independentemente das unidades de lotação destes, bem como a supervisão da execução das atividades.

Art. 3º Os membros da Equipe desenvolverão os trabalhos de que trata esta Portaria em suas respectivas unidades de lotação, devendo participar de reuniões presenciais ou por videoconferência quando agendadas pela supervisão da equipe ou pelo respectivo dirigente.

Parágrafo único. As reuniões presenciais, quando envolverem membros de unidades distintas, deverão ser solicitadas pelo dirigente ao superintendente para autorização dos deslocamentos e expedição das respectivas convocações.

Art. 4º Os recursos administrativos apresentados nos termos do art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, serão dirigidos ao delegado responsável pela direção da equipe, o qual deverá apreciá-los caso a decisão recorrida seja mantida, total ou parcialmente, após o exercício do juízo de reconsideração pelo auditor-fiscal que houver proferido a decisão.

Parágrafo único. Ao Superintendente da SRRF04 compete apreciar, em última instância, recurso contra decisão mantida, total ou parcialmente, após ter sido objeto de juízo de reconsideração do delegado.

Art. 5º O Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da 4ª Região Fiscal definirá a estrutura e indicará os servidores que comporão a Equipe de que trata esta Portaria por meio de ato específico a ser publicado no Boletim de Serviço.

Art. 6º. A partir da entrada em vigor desta Portaria, seu número deverá constar em todos os atos praticados no exercício das atribuições da Equipe por esta disciplinadas.

Art. 8º Ficam revogadas as Portarias SRRF04 208 e 209, ambas de 27 de março de 2020.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

JOSÉ DE ASSIS FERRAZ NETO

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 23 DE JULHO DE 2020

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE , no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 12, § único da IN RFB 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º - Incluir no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros a pessoa física:

INSCRIÇÃO Nº	NOME	CPF	PROCESSO
4A.0.712	Arthur Fillipe dos Santos Silva	103.672.574-08	19378.720115/2020-16

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS EDUARDO DA COSTA OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 22 DE JULHO DE 2020

Declara concedida a inscrição no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE/PE, no uso atribuições que lhe confere o artigo 270, §1º, inciso III, do Anexo I da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário oficial da União (DOU) de 11 de outubro de 2017, e considerando o que consta no Termo de Informação Fiscal, inserto no processo/Dossiê nº 10271.11953/2020-45, resolve:

Art. 1°. Declarar, com fundamento no artigo 3° da Instrução Normativa RFB n° 1.432, de 26 de dezembro de 2013, CONCEDIDO o Registro Especial n° 04101/0095 para a atividade de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas ao estabelecimento de CNPJ n° 01.135.153/0004-51 da pessoa jurídica COMEXPORT TRADING COMERCIO EXTERIOR LTDA, situada na Estrada TDR Norte 3005 Bloco 01 Sala 01, Bairro Distrito Industrial SUAPE, Cabo de Santo Agostinho/PE, CEP 54490-000.

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE
EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, 22 DE JULHO DE 2020

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS - EqOEA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, instituído por meio da Portaria RFB nº 430, de 09 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Requerimento 6227, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 2, como IMPORTADOR / EXPORTADOR, a empresa FERRERO DO BRASIL INDÚSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 43.816.719/0001-08.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BERNARDO COSTA PRATES SANTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 23, DE 23 DE JULHO DE 2020

Funcionamento das unidades da DRF/JFA e Agências em decorrência do Coronavírus (COVID-19)

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JUIZ DE FORA/MG, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e alterações posteriores e, considerando a Portaria RFB/SRRF06 nº 135, de 19 de março de 2020, alterada pelas Portarias RFB/SRRF06 nºs 152, de 27 de março de 2020, 163, de 03 de abril de 2020, 197, de 23 de abril de 2020, e 296, de 01 de junho de 2020, e considerando ainda a Portaria RFB/SRRF06 nº 158, de 1º de abril de 2020, resolve:

Art. 1º O atendimento ao público externo prestado pelo Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) em Juiz de Fora, e pelas Agências da Receita Federal do Brasil em Barbacena, Muriaé, Ubá e São João Del Rei, e também pelos Postos de Atendimento em Viçosa e Ponte Nova, em Minas Gerais, em razão da insuficiência de servidores fora do grupo de risco a que se referem os arts. 4º, 4º-A e 4º-B da IN SGP/ME nº 19/2020, em sua atual redação, dada pelas IN SGP/ME nº 20/2020, e 21/2020, expedidas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, será realizado pelos seguintes canais:

I - Atendimento virtual do Portal e-Cac http://receita.economia.gov.br/interface/atendimento-virtual - serviços acessíveis após autenticação do contribuinte por certificado digital ou código de acesso - serviços específicos;

II - Atendimento pela Internet por meio de sistemas disponibilizados online, cujo acesso é realizado de forma direta ou com senha específica;

III - Atendimento a distância por meio do Dossiê Digital de Atendimento, via e-Processo no Portal e-CAC;

IV - Aplicativos (app) para dispositivos móveis, diretamente no tablet ou smartphone;

V - Fale Conosco RFB - http://receita.economia.gov.br/contato/fale-conosco;

VI - Chat RFB - http://receita.economia.gov.br/contato/chat;

VII - e-mail - atendimentorfb.drfjuizdefora@rfb.gov.br.

§ 1º - O canal de atendimento previsto no item VII será utilizado exclusivamente para os seguintes serviços:

I - Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

II - Fornecimento de guia de parcelamento previdenciário, desde que enviada a guia do mês anterior, paga, ou a pesquisa de situação fiscal;

III - Protocolo de processos relativos aos serviços de:

a) análise e liberação das certidões de regularidade fiscal e do imóvel rural;

b) análise e liberação da certidão para averbação de obra de construção civil;

c) retificações de pagamento; e

d) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - parcelamentos e reparcelamentos não disponíveis na internet;

V - Cadastro de Imóveis Rurais.

§ 2º Incluem-se no inciso I do parágrafo 1º o desbloqueio de NI/CPF de pessoas físicas que comprovadamente dependam desta providência para adquirir medicamentos imprescindíveis à sua sobrevivência e para receber salários, proventos de aposentadoria, reforma ou pensões.

§ 3º A recepção das demandas formalizadas conforme o parágrafo 1º ocorrerá nos dias úteis até às 16h sendo que após esse horário a recepção ocorrerá no próximo dia útil.

§ 4º Demandas de serviços diferentes dos citados no § 1º, encaminhados por e-mail, serão considerados não recepcionados.

§ 5º Ficam convalidados os atos praticados, seguindo os termos desta portaria, a partir de 01 de maio de 2020.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias DRF/JFA nº 15, de 14 de abril de 2020, publicada no DOU nº 72, de 15 de abril de 2020, e 19, de 07 de maio de 2020, publicada no DOU nº 87, de 08 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

LEONARDO COUTO SOBRAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Desalfandegamento de Recinto, por decurso de prazo, com base no artigo 30, §1°, Portaria nº 3.518, de 2011.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência atribuída pelo § 1° do artigo 30 da Portaria RFB n° 3.518, de 30 de setembro de 2011, e tendo em vista o que consta do processo administrativo n° 12466.000109/96-29, declara:

Art. 1º Desalfandegado, por decurso de prazo, a partir de 07 de junho de 2020, o local alfandegado pelo Ato Declaratório nº 102, de 22 de novembro de 2000 (DOU de 24/11/2000), alterado pelo Ato Declaratório Executivo nº 241, de 23 de agosto de 2005 (DOU de 25/08/2005), administrado por COMPANHIA PORTUÁRIA VILA VELHA S/A - CPVV, inscrita no CNPJ sob o nº 39.826.482/0001-79.

Art. 2º Deverá ser desativado o código de recinto 7.95.14.07-3.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

PORTARIA Nº 541, DE 20 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a criação das Equipes Regionais Especializadas para desenvolvimento das atividades de Fiscalização, Programação e Acompanhamento, no âmbito da Delegacia de Maiores Contribuintes da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II, IV e V do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na Portaria SRRF07 nº 371, de 16 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam constituídas, no âmbito da Delegacia de Maiores Contribuintes da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro (Demac/RJO), as Equipes Regionais Especializadas de Fiscalização, a Equipe Regional Especializada de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal e a Equipe Regional Especializada de Monitoramento, relacionadas no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Aos supervisores das equipes de que trata esta Portaria compete, sob a coordenação do Chefe da Divisão ou Serviço a que a Equipe estiver vinculada:

I - definir procedimentos padronizados de formalização, instrução e análise processual relativos aos processos de trabalho de sua competência;

II - definir a sistemática de distribuição dos processos;

III - acompanhar e controlar continuamente o desenvolvimento dos trabalhos, de forma a assegurar a padronização dos procedimentos, a qualidade do trabalho desenvolvido e o atingimento das metas relativas aos indicadores institucionais;

IV - acompanhar o preenchimento dos Formulários de Atividades (RHAPF ou RHAF) pelos servidores da equipe;

V - promover iniciativas que visem a otimização ou automatização dos trabalhos da equipe;

VI - propor as ações de capacitação necessárias para as respectivas equipes;

VII - propor a elaboração de atos ao Delegado da Demac/RJO; e

VIII - prestar orientações à equipe.

Art. 3º Às equipes de que trata o art. 1º compete realizar as atribuições previstas nos arts. 289, 290 e 291 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil (RFB), além da atuação na garantia do crédito tributário e promoção da conformidade tributária, com foco na ampliação da presença fiscal e no alcance das metas institucionais, em relação aos contribuintes jurisdicionados pela Demac/RJO.

Art. 4º Compete, ainda, às Equipes Regionais Especializadas de Fiscalização da Demac/RJO a execução dos procedimentos de que tratam o art. 242 do Regimento Interno da RFB e o art. 3º da Portaria Sufis nº 1.686, de 04 de dezembro de 2015.

Art. 5º Os membros das equipes de que trata esta Portaria desenvolverão os trabalhos nas suas respectivas unidades de lotação ou em outra modalidade de trabalho, na forma da legislação, devendo participar de reuniões presenciais ou por videoconferência quando agendadas pelo Supervisor de Equipe, Chefe de Divisão/Serviço ou Delegado da Demac/RJO.

Parágrafo único. As reuniões presenciais, quando envolverem membros lotados em unidades fora da região metropolitana do Rio de Janeiro, deverão ser solicitadas pelo Delegado da Demac/RJO ao Superintendente, para autorização dos deslocamentos e expedição das respectivas convocações.

Art. 6º O registro e o controle da frequência e a apreciação de questões relacionadas aos direitos e deveres dos servidores componentes das equipes de que trata esta Portaria, que não estejam lotados na Demac/RJO, continuarão a ser executados pela unidade de lotação, a quem compete, ainda, o fornecimento das estruturas física e tecnológica necessárias à execução das atividades das equipes.

Art. 7º As atribuições e respectivas composições das equipes de que trata esta Portaria serão definidas em ato específico.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

ANEXO ÚNICO

Equipes Regionais Especializadas - ERESP/Demac/RJO
Equipe de Fiscalização EQFIS 1/Demac/RJO
Equipe de Fiscalização EQFIS 2/Demac/RJO
Equipe de Fiscalização EQFIS 3/Demac/RJO
Equipe de Fiscalização EQFIS 4/Demac/RJO
Equipe de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal EQPAC 1/Demac/RJO
Equipe de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal EQPAC 2/Demac/RJO
Equipe de Monitoramento dos Maiores Contribuintes EQMAC/Demac/RJO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 17 DE JULHO DE 2020

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O SUPERVISOR DA EQUIPE REGIONAL DE PARCELAMENTO DA 8ª REGIÃO FISCAL - RFB, no uso de suas atribuições, delegadas por meio da Portaria DERAT/SPO nº 141/2020 e tendo em vista o disposto nos artigos 5º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no artigo 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos artigos 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o artigo 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu artigo 7º, a pessoa jurídica CASTELO-POSTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ 59.597.849/0001-37, tendo em vista que foi constatada a ocorrência do total de cento e oitenta prestações sem a liquidação do débito conforme Art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 combinado com o Art. 4º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº3 de 25 de agosto de 2004.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido através de vista do processo digital, no CAC (Centro de Atendimento ao Contribuinte), ou na ARF da jurisdição do contribuinte, mediante agendamento de horário para atendimento no site da RFB (www.receita.fazenda.gov.br).

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo, de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, dirigido ao Delegado da Receita Federal de Administração Tributária de São Paulo, nas unidades da RFB, de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 2004.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FELIPE GUEDES FURLAN

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 23 DE JULHO DE 2020

A ASSISTENTE DA DELEGADA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria ALF/SPO nº 816, de 17 de agosto de 2015, publicada no DOU de 19 de agosto de 2015, resolve:

Restabelecer a sanção administrativa de cassação do registro para o exercício das atividades relacionadas ao despacho aduaneiro do Despachante Aduaneiro identificado abaixo, em virtude de revogação de tutela de urgência deferida anteriormente, constante dos autos do processo judicial nº 1002143-32.2018.4.01.3400:

CPF	NOME	PROCESSO
261.455.768-47	MICHEL GENICO	10314.721218/2017-78

ADRIANA KEIKO MIYAKE

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 22 DE JULHO DE 2020

Declara cancelada a inscrição no Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel imune destinado a impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA-SP, tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como a Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, declara:

Art. 1º Fica cancelado o Registro Especial, na atividade de USUÁRIO (UP) sob Nº UP - 08125/015, do estabelecimento da pessoa jurídica EDITORA TRIBUNA 2000 LTDA; CNPJ nº 04.113.778/0001-68, situada à Rua Cinco, 1190 - Bairro Centro, CEP 13500-180, Rio Claro/SP, conforme documentos contidos no processo administrativo nº 13890.000007/2003-47.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURO ISSAMU SERIKAVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 83, DE 22 DE JULHO DE 2020

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 452, de 10/06/2020, publicada no DOU de 15/06/2020, e pela Portaria DRF/SOR nº 19, de 15/06/2020, publicada no DOU de 17/06/2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo nº 13032-301632/2020-14, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI a Pessoa Jurídica: SOLATIO ENERGIA GESTÃO DE PROJETOS DE CASTILHO I LTDA, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 31.738.278/0001-94.

Art. 2º Informações do projeto de enquadramento no REIDI:

Denominação do projeto: UFV Castilho 1 (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.431, de 10 de dezembro de 2019), de titularidade da interessada com estimativas de desoneração previstas na Portaria nº 220/SPE, de 28 de maio de 2020, referente ao Processo nº. 48500.000708/2019-74, com período de execução de 01/07/2021 a 01/06/2022.

Aprovação do Projeto: 220/SPE, de 28 de maio de 2020, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU em 29/05/2020.

Setor de infraestrutura favorecido: Energia.

Localidade do Projeto: Município de Castilho, Estado de São Paulo.

Art. 3º No período de 5 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ ALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 180, DE 23 DE JULHO DE 2020

Concede cancelamento da habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na COORDENAÇÃO REGIONAL DE CONTROLE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO da 9ª Região Fiscal, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6° da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei n° 11.457, de 2007), o inciso VIII do art. 286 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, os arts. 1° e 4° da Portaria SRRF09 nº 178, de 3 de abril de 2019, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no § 2º do art. 588 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 13987.720064/2020-78, declara:

Art. 1º Concedido o cancelamento da habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), para a pessoa jurídica PCH AGUAS DO RIO IRANI ENERGETICA SPE LTDA, CNPJ 22.343.394/0001-13, relativa ao projeto de geração de energia elétrica PCH Barra das Águas, de sua titularidade, cujo enquadramento ao REIDI foi aprovado pela Portaria SPE nº 116, de 27 de abril de 2018, do Ministério de Estado de Minas e Energia, publicado no DOU de 30/04/2018, Seção 1, Pág. 107.

Art. 2º Cancelados todos os efeitos do Ato Declaratório Executivo nº 14, de 20 de agosto de 2018, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba - SC, publicado no DOU de 22/08/2018, Seção 1, Pág. 26, através do qual fora concedida a habilitação ao regime, no curso do dossiê nº 10100.006153/0818-28.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 181, DE 23 DE JULHO DE 2020

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na COORDENAÇÃO REGIONAL DE CONTROLE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO da 9ª Região Fiscal, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6° da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei n° 11.457, de 2007), o inciso VIII do art. 286 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, os arts. 1° e 4° da Portaria SRRF09 nº 178, de 3 de abril de 2019, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013 tendo em vista o disposto no art. 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 13973.720199/2020-92, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa CGH JABUTI GERACAO DE ENERGIA LTDA, CNPJ nº 32.259.154/0001-99, relativa ao projeto de geração de energia elétrica CGH Jabuti, matriculado no CNO sob nº 90.001.98886/71, de sua titularidade e aprovado para enquadramento no regime pela Portaria SPE nº 274, de 3 de julho de 2020, do Ministério de Minas e Energia - MME (DOU Nº 127, de 06/07/2020, Seção 1, Pág. 38), com período de execução previsto de 06/01/2020 a 30/11/2020.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 23 DE JULHO DE 2020

Declara habilitada ao Programa Mais Leite Saudável, de que tratam os artigos 621 a 657 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO - RS, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 340, II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, considerando o disposto no § 7º do artigo 640 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do dossiê nº 13033.247905/2020-68, declara:

Art. 1º Habilitada, de forma definitiva, ao Programa Mais Leite Saudável, a pessoa jurídica Laticínio Stefanello Eireli, CNPJ nº 05.418.346/0001-28.

Art. 2º O Edital de aprovação do projeto, emitido pelo Secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União - DOU nº 125, de 2 de julho de 2020, e o período de execução do projeto é de 01/05/2020 a 30/04/2021.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ARLEI CARLOS SCHONS

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CORREGEDORIA

PORTARIA Nº 78, DE 23 DE JULHO DE 2020

Dá publicidade ao relatório de acompanhamento do 2º trimestre de 2020, referente à atividade supervisionada por esta Unidade, do Programa de Gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na modalidade de Teletrabalho.

O CORREGEDOR DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e o inciso VIII do art. 23 da Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, e considerando o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na Portaria MF nº 196, de 14 de junho de 2016, na Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, e na Portaria RFB nº 696, de 09 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao relatório de acompanhamento do 2º trimestre de 2020, referente à atividade supervisionada por esta Unidade, do Programa de Gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na modalidade de Teletrabalho, na forma do Anexo Único desta Portaria

Parágrafo único. Os resultados individualizados por servidor serão divulgados no Boletim de Serviço da RFB.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PEREIRA DE BARROS NETO

ANEXO ÚNICO

ATIVIDADE	META	RESULTADO
Análise e Elaboração de Processos de Correição	1,00	1,12

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO

COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 23 DE JULHO DE 2020

Aprova o programa multiplataforma para preenchimento da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural do exercício de 2020, para uso em computador que possua a máquina virtual Java (JVM), versão 1.7.0 ou superior, instalada.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no exercício da atribuição prevista no inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.967, de 21 de julho de 2020, declara:

Art. 1º Fica aprovado o programa multiplataforma para preenchimento da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural do exercício de 2020 (ITR2020), para uso em computador que possua a máquina virtual Java (JVM), versão 1.7.0 ou superior, instalada.

Art. 2º O programa ITR2020 possui:

I - 4 (quatro) versões com instaladores específicos, compatíveis com os sistemas operacionais Windows, Linux e Mac OS X;

II - 1 (uma) versão com instalador de uso geral para todos os sistemas operacionais instalados em computadores que atendam à condição prevista no art. 1º; e

III - 1 (uma) versão sem instalador para qualquer sistema operacional, destinada aos usuários ou administradores de sistemas que necessitam exercer maior controle sobre a instalação.

Art. 3º A partir de 17 de agosto de 2020, o Programa Gerador da Declaração do ITR relativo ao exercício de 2020 (Programa ITR 2020), de reprodução livre, estará disponível no sítio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço http://receita.economia.gov.br.

Art. 4º A apresentação das declarações geradas pelo programa ITR2020 pode ser feita no próprio programa ou com a utilização do programa de transmissão Receitanet, disponível no endereço mencionado no art. 3º.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o caput, poderá ser utilizada assinatura digital mediante certificado digital válido.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS HÜBNER FLORES

PORTARIA Nº 19, DE 23 DE JULHO DE 2020

Publica o resultado alcançado no 2º (segundo) trimestre de 2020 por servidores que atuam na modalidade teletrabalho.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no exercício da atribuição prevista no inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na Portaria MF nº 196, de 14 de junho de 2016, no inciso I do § 1º do art. 21 da Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, na Portaria RFB nº 390, de 21 de fevereiro de 2019, e na Portaria RFB nº 1.086, de 29 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º O resultado alcançado no 2º (segundo) trimestre de 2020 pelos servidores da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) lotados nas Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) e nas Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF), que atuam na modalidade de teletrabalho, é o que consta do Anexo Único desta Portaria.

§ 1º O resultado a que se refere o caput foi alcançado na realização das atividades de preparo, análise, decisão e execução de processos de arrecadação, cobrança, cumprimento de obrigações acessórias e garantia do crédito tributário, cuja execução na modalidade teletrabalho foi autorizada pela Portaria RFB nº 390, de 21 de fevereiro de 2019.

§ 2º Em decorrência da Portaria RFB nº 1.086, de 29 de junho de 2020, a meta para o 2º (segundo) trimestre de 2020 é de 1,00.

§ 3º Fica disponibilizado no Boletim de Serviço da RFB o resultado individual alcançado pelo servidor lotado na DRF ou na SRRF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS HUBNER FLORES

ANEXO ÚNICO

Atividades	Meta	Resultado
Preparo, análise, decisão e execução de processos de arrecadação, cobrança, cumprimento de obrigações acessórias e garantia do crédito tributário.	1,00	1,42

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÁREA DE FISCALIZAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA CIRCULAR Nº 4.072, DE 22 DE JULHO DE 2020

Altera o Leiaute e as Instruções de Preenchimento do documento 3040 - Dados de Risco de Crédito, do Sistema de Informações de Créditos (SCR), de que tratam a Circular nº 3.870, de 19 de dezembro de 2017, e a Carta Circular nº 3.869, de 19 de março de 2018, tendo em vista as medidas adotadas para o combate dos efeitos da pandemia de Coronavírus na economia.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig) no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 77, inciso III do referido Regimento, e tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020, nas Resoluções ns. 4.571, de 26 de maio de 2017, e 4.838, de 21 de julho de 2020, na Circular nº 3.870, de 19 de dezembro de 2017, e na Carta Circular nº 3.869, de 19 de março de 2018, resolve:

Art. 1º Entram em vigor, a partir da data-base de agosto de 2020, as novas versões do Leiaute e das Instruções de Preenchimento do documento 3040 - Dados de Risco de Crédito, disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/scrdoc3040.

Art. 2º Foi incluído no "Anexo 37: Tipo de Uso Regulatório", o domínio 04 com a descrição "Operações contratadas no âmbito do CGPE (Resolução nº 4.838 - Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas)".

Parágrafo único. A informação de que trata o caput deve ser utilizada tanto para as novas operações concedidas quanto para aquelas que sejam objeto de cessão de crédito.

Art. 3º Admite-se o envio da informação de que trata o art.2º para a data-base de julho de 2020, em regime de produção assistida.

Art. 4º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

CARTA CIRCULAR Nº 4.073, DE 23 DE JULHO DE 2020

Altera a Carta Circular nº 3.605, de 3 de julho de 2013, que altera e consolida os procedimentos a serem observados no registro dos pacotes de serviços tarifados e os respectivos valores, de que trata a Circular nº 3.512, de 25 de novembro de 2010.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig) no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 77, inciso III, do referido Regimento, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 2º da Circular nº 3.512, de 25 de novembro de 2010, resolve:

Art. 1º A Carta Circular nº 3.605, de 3 de julho de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º-A As instituições indicadas no art. 1º devem encaminhar ao Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no primeiro dia útil de cada trimestre civil, declaração de conformidade em relação aos valores dos respectivos serviços divulgados na página do Banco Central na Internet, mesmo que não tenham ocorrido alterações durante o trimestre imediatamente anterior.

Parágrafo único. A declaração de conformidade de que trata o caput deve ser encaminhada por intermédio da opção "Conformidade Trimestral", disponível na transação PESP580, do Sistema de Informações do Banco Central - Sisbacen." (NR)

Art. 2º Esta Carta Circular entra em vigor em 1º de agosto de 2020.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 861, DE 23 DE JULHO DE 2020

Estabelece procedimentos para a realização de depoimentos por tele e videoconferência, no âmbito da atuação sancionadora da Comissão de Valores Mobiliários.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM, com base nos arts. 8°, inciso I, e 9°, incisos II e V, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, no art. 70 da Lei n° 13.506, de 13 de novembro de 2017, e no uso da competência que lhe conferem os arts. 10, inciso V, 16, inciso XI, e 17, inciso XIII, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 327, de 11 de julho de 1977, do Ministro da Fazenda, torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 21 de julho de 2020, e considerando:

a) a previsão de utilização de meios eletrônicos para os procedimentos de instrução de processos dispostos na Instrução CVM n° 607, de 17 de junho de 2019, nos termos de seu art. 111;

b) que o art. 5º da Instrução CVM nº 607, de 2019, não especifica os meios que podem ser utilizados para a obtenção de manifestação prévia oral ou escrita do investigado na fase pré-processual;

c) que o art. 19 da Instrução CVM nº 607, de 2019, prevê que o Colegiado poderá aprovar manuais e procedimentos destinados à uniformização e ao aprimoramento formal de atos e procedimentos relativos ao capítulo relativo à fase pré-sancionadora;

d) a intensificação da importância das atividades digitais de trabalho no atual contexto de evolução tecnológica;

e) o amplo acesso à internet e aos meios tecnológicos por parte dos participantes do mercado de valores mobiliários em geral, e o uso habitual de videoconferência; e

f) a economicidade, efetividade e segurança do procedimento para a Administração Pública e para o administrado; deliberou:

I - no âmbito da instrução de processos administrativos sancionadores, as superintendências devem observar os seguintes procedimentos ao optarem pela realização de depoimentos por tele ou videoconferência:

a) o ofício de intimação para o depoimento deve:

1. indicar expressamente a sua realização por meio de tele ou videoconferência, bem como as informações necessárias para o acesso e as demais instruções para a sua realização;

2. informar os telefones e endereços eletrônicos dos servidores da CVM envolvidos na realização da diligência, que deverão estar aptos a sanar eventuais dúvidas;

3. ser enviado com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, nos termos do art. 25, § 4º da Instrução CVM n° 607, de 2019;

4. informar a possibilidade de participação dos advogados do depoente; e

b) os depoimentos devem ser gravados pela CVM e fazer parte dos autos do processo administrativo ou inquérito administrativo correspondente, devendo ser franqueada a entrega de cópia eletrônica, mediante solicitação escrita ou oral;

c) ao realizar a diligência, a superintendência responsável deve assegurar que:

1. todos os servidores públicos envolvidos na tomada de depoimentos sejam identificados;

2. o depoente, bem como seus advogados, sejam identificados, mediante apresentação de documento de identificação, com foto;

3. seja informado ao depoente que, na condição de testemunha, deve responder as questões sem faltar com a verdade, sob pena de crime de falso testemunho, conforme previsto no art. 342 do Código Penal; e

4. ao final do depoimento, seja entregue ao depoente certidão eletrônica comprovando a sua realização;

II - o depoente deve certificar-se que possui os requisitos operacionais e de conexão para a realização do depoimento, devendo comunicar imediatamente a Superintendência da CVM que o intimou caso não tenha acesso às condições tecnológicas necessárias para realizá-lo remotamente;

III - caso o depoente queira apresentar alguma documentação, deve fazê-lo mediante o envio via protocolo digital ou aos endereços eletrônicos, acordados com os servidores da CVM;

IV - a ausência não justificada por parte do depoente acarreta multa de acordo com o previsto no art. 10 da Instrução CVM n° 608, de 25 de junho de 2019;

V - os depoimentos determinados pelo Relator, na forma dos arts. 42 e seguintes da Instrução CVM n° 607, de 2019, quando realizados por tele ou videoconferência, deverão observar o disposto nesta Deliberação; e

VI - Esta Deliberação entra em vigor em 3 de agosto de 2020.

MARCELO BARBOSA

DELIBERAÇÃO Nº 862, DE 23 DE JULHO DE 2020

Prorroga o prazo para apresentação, pelas companhias abertas com exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, do formulário de informações trimestrais com vencimento em 14 de agosto de 2020.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM, com base nos art. 8, inciso I, e 22, § 1º, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, no art. e no uso da competência que lhe conferem os arts. 16, inciso XI, e 17, inciso XIII, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 327, de 11 de julho de 1977, do Ministro da Fazenda, torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 21 de julho de 2020, e considerando:

a) de um lado, a manutenção de medidas restritivas impostas em face da disseminação do novo coronavírus, causador da Covid-19, sendo notórios os severos impactos que decorrem de tais medidas sobre a atividade econômica e sobre a produção de informações por parte das companhias abertas;

b) de outro lado, a preponderante concentração das ações de enfrentamento à Covid-19 no período compreendido no segundo trimestre de 2020, ocasionando excepcional incerteza dos investidores a respeito da exata dimensão dos impactos de tais medidas sobre as companhias abertas; e

c) o dever da CVM de, à luz do interesse público, contribuir para a mitigação dos impactos adversos acima referidos, ao mesmo tempo em que promove o adequado funcionamento do mercado de capitais por meio de suas atividades de regulação, supervisão e fiscalização, deliberou:

I - prorrogar por 15 (quinze) dias, e exclusivamente para as companhias abertas com registro na CVM e com exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o prazo previsto no inciso II do caput do art. 29 da Instrução CVM nº 480, de 2009, com relação ao formulário de informações trimestrais referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020; e

II - que esta Deliberação entra em vigor em 3 de agosto de 2020.

MARCELO BARBOSA

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 6, DE 22 DE JULHO DE 2020

Revoga o incisos III e V do art. 1º da Portaria Conjunta nº 3/PRES/DIROFL/INSS, de 26 de abril de 2018.

O PRESIDENTE e o DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00695.000518/2020-04, resolvem:

Art. 1º Revogar os incisos III e V do art. 1º da Portaria Conjunta nº 3/PRES/DIROFL/INSS, de 26 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 81, de 27 de abril de 2018, Seção 1, pág. 98.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER CALADO DE ARAÚJO
Diretor de Gestão de Pessoas e Administração

LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES
Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 496, DE 22 DE JULHO DE 2020

Aprova o projeto agropecuário pleno de atualização de interesse de SITIO NOVO RIO PRETO LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 71, de 26 de julho de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 37; os termos do Parecer Técnico nº 203/2020/COPAG/CGPAG/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.001109/1976-00, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto agropecuário pleno de atualização de interesse de SITIO NOVO RIO PRETO (CNPJ: 04.160.735/0001-33), na forma do Parecer Técnico nº 203/2020/COPAG/CGPAG/SPR, para a implantação das atividades abaixo descritas em uma área de 2.500 hectares no Distrito Agropecuário da Suframa:

DISCRIMINAÇÃO	ATIVIDADES A SEREM IMPLANTADAS (HECTARES)					
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	Total
Banana	3,4	-	-	-	-	3,4
Coco	11,7	-	-	-	-	11,7
Açaí	3,6	-	-	-	-	3,6
Cupuaçu	12	-	-	-	-	12
Piscicultura	1,5	-	-	-	-	1,5
Sistema Agroflorestal	60	65	70	75	75	345
Pastagem	12	-	-	-	-	12
Infra-estrutura	15	-	-	-	-	15
Total						404,2
INVESTIMENTOS PREVISTOS (R$)						
Todas atividades	1.121.038,23	1.303.798,92	1.495.439,36	1.703.310,37	1.910.783,70	7.534.370,53
MÃO DE OBRA						
FIXA						
Todas atividades	9	9	9	9	10	10
VARIÁVEL						
Todas atividades		530	5	5	5	5
Total						15

Art. 2º DETERMINAR sob pena de cancelamento do projeto aprovado, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

II - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

III - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 71, de 26 de julho de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor, ou que vierem a vigorar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA CARTÕES HOLDING S.A.

DEMONSTRACOES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2019

Senhoras e senhores acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração da CAIXA Cartões Holding S.A. (denominada "CAIXA Cartões" ou "Companhia"), relativo ao ano de 2019, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do seu Estatuto Social, acompanhado de Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e respectivas Notas Explicativas.

Elaboramos as demonstrações contábeis individuais em conformidade com as práticas contábeis comumente adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

1. Ambiente macroeconômico

O ano de 2019 foi um ano intenso para o mercado de meios de pagamento e de retomada para a economia brasileira. Houve aumento do PIB, cortes contínuos na taxa SELIC, baixo nível de inflação, saques do FGTS, reformas estruturais na economia, como a reforma da previdência e das relações trabalhistas. Os pagamentos com meios digitais alcançaram 43% do consumo das famílias brasileiras e tecnologias como o pagamento por aproximação apresentaram elevado crescimento (565%). Com esse cenário foi possível projetar oportunidades de potencialização dos negócios e geração de valor a partir do início das operações da Companhia.

2. Descrição e estrutura dos negócios

A CAIXA Cartões foi criada com o objetivo de consolidar as participações da Caixa Econômica Federal ("CAIXA") nas atividades ligadas ao ramo de meios de pagamentos e possui como objeto social a exploração de quaisquer direitos e atividades comerciais ligadas a meios de pagamento e a aquisição de participações societárias e a participação, direta ou indireta, como sócia ou quotista do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, de empresas cujo objeto social seja a atuação no mercado de meios de Pagamentos.

Para o fortalecimento do modelo de negócio estão em andamento estudos quanto a potenciais parcerias estratégicas nas frentes de adquirência e pré-pago.

3. Operações e negócios

No exercício findo de 2019, a Companhia ainda não era operacional, por isso não apresenta receitas, despesas e investimentos em sociedades ligadas e controladas nos demonstrativos financeiros anuais. Existe a expectativa de realização de negócios a partir de janeiro de 2020.

4. Pessoas

O quadro de pessoal será formado por empregados disponibilizados pela Caixa Econômica Federal, mediante ressarcimento integral dos custos e manutenção dos benefícios concedidos pela controladora.

Até o final do exercício de 2019, a CAIXA Cartões, ainda não estava operacional, ou seja, ainda não possuía quadro de colaboradores.

5. Agradecimentos

Agradecemos aos empregados da CAIXA que envidaram esforços na criação dessa Companhia, e a confiança do nosso controlador para expandirmos os nossos negócios nos próximos anos.

Brasília, 2020.

A administração.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CAIXA CARTÕES HOLDING S.A. 31 DE DEZEMBRO DE 2019

BALANÇO PATRIMONIAL (em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalente de Caixa		20.000	20.000
TOTAL DO ATIVO		20.000	20.000
PATRIMONIO LÍQUIDO		20.000	20.000
Capital Subscrito		200.000	200.000
(-) Capital a Integralizar		(180.000)	(180.000)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.000	20.000

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em reais)

Histórico	Capital social	Total
Saldo em 31/12/2018	20.000	20.000
Saldo em 31/12/2019	20.000	20.000

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa (em reais)

	Nota	31/12/2019	20/12/2018 à 31/12/2018
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		-	20.000
Aumento / Redução do Caixa e Equivalentes		-	20.000
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		20.000	-
Caixa e Equivalente de Caixa Final		20.000	20.000

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

Nota 1 - Informações Gerais

A Caixa Cartões Holding S.A, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Brasília - DF, com objetivo de:

- Gerir participações societárias, em públicas ou privadas, com ou sem controle, cujo objeto social seja relacionado a meios de pagamento.

- Explorar quaisquer direitos e atividades comerciais ligadas a meios de pagamento.

A participação da caixa cartões em empresa privada decorrente de adjudicação de ações em garantia e participações autorizadas pelo conselho de administração, em linha com o plano de negócios da Caixa e da Caixa Cartões, não depende de lei específica, podendo ainda a companhia pode constituir subsidiarias, inclusive na modalidade de subsidiarias integrais ou sociedades de propósito especifico.

A companhia foi constituída em 20 de dezembro de 2018 e encontra-se em fase pré-operacional. Nos exercícios de 2018 e 2019, não efetuou qualquer movimentação financeira além da integralização de 10% do capital social.

Nota 2 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

Base de Elaboração e Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019.

Nota 3 - Disponibilidades

O caixa e equivalentes de caixa é composto apenas pelo depósito de 10% do capital social. Sobre este valor, não tem atualização monetária nem incorporação de juros.

Nota 4 - Capital Social

Na data do levantamento das demonstrações financeiras, o capital social tinha a seguinte composição:

Ações	Quantidade	Valor Nominal	Total
Ordinárias	200	R$ 1.000,00	R$ 200.000,00
Integralizadas	20	R$ 1.000,00	R$ 20.000,00
A Integralizar	180	R$ 1.000,00	R$ 180.000,00

Foi integralizado 10% das ações em conta aberta para este fim, no banco do Brasil, agência 4594, conta 104-x. O deposito foi realizado em 19 de dezembro de 2018.

Nota 5 - Eventos subsequentes

Após o encerramento das demonstrações financeiras, ocorreram os seguintes eventos:

02 de janeiro de 2020 - Exoneração da diretoria e eleição da nova diretoria; aprovar a alteração da vinculação societária da empresa Caixa Cartões Holding S.A da CAIXAPAR para a CEF (Caixa Economica Federal). A mudança da diretoria foi de "Diretor Presidente - André Nunes, Diretor Executivo - Almir Alves Junior e Diretor Executivo - Rafael Pesce" para "Diretor Presidente - Júlio César Volpp Sierra e Diretor Executivo - Eduardo Falk Antônio"

27 de fevereiro de 2020 - Foi retificada a remuneração global dos dirigentes, aprovar o plano de negócios e a proposta orçamentária, eleger o Sr. Thiago Souza Silva para o cargo de Diretor Executivo, aprovar os limites de alçadas,

31 de março de 2020 - Aprovar a definição do Capital Social no valor de R$ 6.000 mil, aprovar a alteração do Estatuto Social, aprovar as competências do conselho da Administração, aprovar a reprogramação orçamentária e revisão do plano de negócios.

JULIO CESAR VOLPP SIERRA
Presidente
CPF 029.527.149-32

RAFAEL CAMILO NUNES
CRC-DF 025.245/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Caixa Cartões Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Caixa Cartões Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e período de período de 20 de dezembro de 2018 (data da constituição da Companhia) à 31 de dezembro de 2018, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Cartões Holding S.A. em 31 de dezembro de 2019 e 2018, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e período de período de 20 de dezembro de 2018 (data da constituição da Companhia) à 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 20 de dezembro de 2018 e as referidas demonstrações contábeis compreendem o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e período de período de 20 de dezembro de 2018 (data da constituição da Companhia) à 31 de dezembro de 2018. Em virtude de a Companhia ainda se encontrar em fase pré-operacional, não apresentou, até 31 de dezembro de 2019, receitas ou despesas em seu resultado e por esse motivo não apresenta a demonstração do resultado do exercício / período em suas demonstrações contábeis. Na leitura das demonstrações contábeis o referido assunto deve ser considerado. Nossa opinião não contém ressalva com relação a este assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2020
THIAGO KURT DE ALMEIDA COSTA BREHMER
CT CRC 1SP-260.164/O-4

GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP-025.583/O-1

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MEC nº 1.677, de 25 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 187, de 26 de setembro de 2019, Seção 1, página 66, onde se lê: "...Rua Feijó Júnior, nº 1.049, bairro São Pelegrino, no Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul...", leia-se: "...Rua Sinimbu, nº 1.670, Bairro Centro, no município de Caxias do Sul, no estado do Rio Grande do Sul", conforme a Nota Técnica nº 162 /2019/CGCIES/DIREG/SERES/MEC, de 20 de dezembro de 2019. Registro e-MEC nº 201359606 e Processo SEI nº 23000.035558/2019-20.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 16, DE 23 DE JULHO DE 2020

Altera a Portaria nº 13, de 9 de julho de 2020, da Secretaria de Educação Básica - SEB, que divulga resultado final prévio da avaliação pedagógica das obras didáticas inscritas e validadas no âmbito do Edital de Convocação CGPLI nº 1/2019 - PNLD 2019 Atualização BNCC.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 13, de 9 de julho de 2020, da Secretaria de Educação Básica - SEB, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º Caso a obra didática tenha sido aprovada condicionada à correção de falhas pontuais, o detentor de direito autoral deverá reapresentar a obra corrigida conforme especificações do Anexo III do Edital CGPLI nº 1/2019, com as devidas correções apontadas no respectivo parecer, no prazo de dez dias corridos, a contar do dia 16 de julho de 2020." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ILONA MARIA LUSTOSA BECSKEHÁZY FERRÃO DE SOUSA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 235, DE 16 DE JULHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

RICARDO BRAGA

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201904968	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE NOVA MUTUM	UNIÃO DAS FACULDADES DE MATO GROSSO LTDA	Avenida dos Canários, 155 a 191 S, Quadra B, Lotes 11, 12, 13 e Complementos, Loteamento José Aparecido Ribeiro - Nova Mutum/MT - CEP: 78.450-000
2	201904969	PEDAGOGIA (Licenciatura)	60 (sessenta)	FACULDADE DE NOVA MUTUM	UNIÃO DAS FACULDADES DE MATO GROSSO LTDA	Avenida dos Canários, 155 a 191 S, Quadra B, Lotes 11, 12, 13 e Complementos, Loteamento José Aparecido Ribeiro - Nova Mutum/MT - CEP: 78.450-000

3	201904970	PSICOLOGIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DE NOVA MUTUM	UNIÃO DAS FACULDADES DE MATO GROSSO LTDA	Avenida dos Canários, 155 a 191 S, Quadra B, Lotes 11, 12, 13 e Complementos, Loteamento José Aparecido Ribeiro - Nova Mutum/MT - CEP: 78.450-000
4	201803609	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	86 (oitenta e seis)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA SERRANA	IEDUC - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/A	BR 262, Km 448 s/n, Distrito Industrial José Silva de Almeida - Nova Serrana/MG - CEP: 35.519-000
5	201803610	BIOMEDICINA (Bacharelado)	114 (cento e quatorze)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA SERRANA	IEDUC - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/A	BR 262, Km 448 s/n, Distrito Industrial José Silva de Almeida - Nova Serrana/MG - CEP: 35.519-000
6	201803611	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	114 (cento e quatorze)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA SERRANA	IEDUC - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/A	BR 262, Km 448 s/n, Distrito Industrial José Silva de Almeida - Nova Serrana/MG - CEP: 35.519-000
7	201806039	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	114 (cento e quatorze)	INSTITUTO SOCIESC DE JARAGUÁ DO SUL	IEDUC - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/A	Avenida Getúlio Vargas, 268, Centro - Jaraguá do Sul/SC - CEP: 89.251-000
8	201803494	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE INTERCULTURAL DA AMAZÔNIA	VALERIA DE ALVARENGA PANTOJA - ME	Loteamento Morada Nova II, 61, prox a Seduc, Coqueiro - Belém/PA - CEP: 66.823-070
9	201703111	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIÃO PAULISTANA	FACULDADE UNIÃO PAULISTANA LTDA - ME	Rua Galeno de Castro, 93, Jurubatuba - São Paulo/SP - CEP: 04.696-040

PORTARIA Nº 236, DE20 DE JULHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 03/09/2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de recredenciamento da Instituição Incorporadora, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º Declaram-se extintos o código e-MEC e a denominação da instituição Incorporada, e sua transformação em campus fora de sede da instituição Incorporadora, nos termos do Art. 34 do Decreto nº 9.235/2017.

§ 3º Nos termos do Art. 32 do Decreto nº 9235/2017, o campus fora de sede integrará o conjunto da instituição e não gozará de atribuições de autonomia.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior incorporadora deverá protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do sistema e-MEC para o ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BRAGA

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	Endereço da IES Incorporadora	IES Incorporada (campus fora de sede)	Endereço do campus fora de sede
201901768	Sociedade de Educação Ritter dos Reis Ltda., 87.248.522/0001-95	Centro Universitário Ritter dos Reis - UNIRITTER (448)	Rua Orfanotrófio 555, Alto Teresópolis, Porto Alegre, Rio Grande do Sul	Faculdade Porto-Alegrense - FAPA (5317)	Avenida Manoel Elias 2001, complemento Prédio Administrativo, Morro Santana, Porto Alegre, Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº 237, DE 20 DE JULHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 03/09/2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de recredenciamento da Instituição Incorporadora, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º Declaram-se extintos o código e-MEC e a denominação da instituição Incorporada, e sua transformação em campus fora de sede da instituição Incorporadora, nos termos do Art. 34 do Decreto nº 9.235/2017.

§ 3º Nos termos do Art. 32 do Decreto nº 9235/2017, o campus fora de sede integrará o conjunto da instituição e não gozará de atribuições de autonomia.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior incorporadora deverá protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do sistema e-MEC para o ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BRAGA

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	Endereço da IES Incorporadora	IES Incorporada (campus fora de sede)	Endereço do campus fora de sede
201901086	Sociedade Avantis de Ensino e Escola de Aviação Civil S.A., 04.204.407/0001-91	Centro Universitário Avantis - UNIAVAN (1988)	Avenida Marginal Leste, 3600, KM 132, bairro dos Estados, Balneário Camboriú, Santa Catarina	Faculdade Avantis de Itapema (21676)	Avenida Nereu Ramos 3977, Meia Praia, Itapema, Santa Catarina

PORTARIA Nº 238, DE 20 DE JULHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 03/09/2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de recredenciamento da Instituição Incorporadora, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º Declaram-se extintos o código e-MEC e a denominação da instituição Incorporada, e sua transformação em campus fora de sede da instituição Incorporadora, nos termos do Art. 34 do Decreto nº 9.235/2017.

§ 3º Nos termos do Art. 32 do Decreto nº 9235/2017, o campus fora de sede integrará o conjunto da instituição e não gozará de atribuições de autonomia.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior incorporadora deverá protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do sistema e-MEC para o ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BRAGA

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	Endereço da IES Incorporadora	IES Incorporada (campus fora de sede)	Endereço do campus fora de sede
202006705	Asper Ensino Superior da Paraíba Ltda., 11.888.849/0001-60	Centro Universitário Natalense - UNICEUNA (2908)	Avenida Prudente de Morais 4890, Unidade Sede, Lagoa Nova,Natal, Rio Grande do Norte	Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte - IESRN (3784)	Av. Prudente de Moraes 4890, Unidade Sede, Lagoa, Natal, Rio Grande do Norte

PORTARIA Nº 239, DE 20 DE JULHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 03/09/2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º Declara-se extinta a Instituição de Educação Superior incorporada à Instituição incorporadora.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior incorporadora deverá protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do sistema e-MEC para o ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BRAGA

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	IES Incorporada	Denominação da IES após a unificação de mantidas	Endereço da IES após a unificação de mantidas
201933100	Pitágoras -Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda., 03.239.470/0001-09	Faculdade Pitágoras de Serrinha (21886)	Faculdade de Ciências Jurídicas de Serrinha (22157)	Faculdade Pitágoras de Serrinha - FPS (21886)	Av. Getúlio Vargas, 1525, Quadra Estação, Serrinha/BA

PORTARIA Nº 240, DE 20 DE JULHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 03/09/2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º Declara-se extinta a Instituição de Educação Superior incorporada à Instituição incorporadora.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior incorporadora deverá protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do sistema e-MEC para o ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BRAGA

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	IES Incorporada	Denominação da IES após a unificação de mantidas	Endereço da IES após a unificação de mantidas
201935240	Assupero Ensino Superior Ltda., 06.099.229/0001-01	Faculdade de Palmas - FAPAL (2148)	Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo - IEPO (1066)	Faculdade de Palmas - FAPAL (2148)	Acsu-Se 40, Conj. 2, Lote 07/08, s/n, Unidade Sede, Centro, Palmas/TO

PORTARIA Nº 241, DE 20 DE JULHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 03/09/2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º Declara-se extinta a Instituição de Educação Superior incorporada à Instituição incorporadora.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior incorporadora deverá protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do sistema e-MEC para o ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BRAGA

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	IES Incorporada	Denominação da IES após a unificação de mantidas	Endereço da IES após a unificação de mantidas
201904317	Ser Educacional S.A., 04.986.320/0001-13	Faculdade Uninassau Manaus (4135)	Faculdade Uninabuco Manaus (19342)	Faculdade Uninassau Manaus - Nassau Manaus (4135)	Avenida Djalma Batista, 377 até 434/435 - Nossa Senhora das Graças (Chapada) - Manaus/Amazonas

PORTARIA Nº 242, DE 20 DE JULHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017 e tendo em vista o artigo 12 do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, do Ministério da Educação, conforme consta do Processo SEI nº 23000.031343/2017-78 e dos processos listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Tornar público o credenciamento das instituições relacionadas no Anexo desta Portaria para oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

Art. 2º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição, em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 22 de junho de 2017 e em polos do Sistema UAB.

Art. 3º A instituição deverá solicitar recredenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância no prazo máximo de 5 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no art. 12, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BRAGA

ANEXO

ORDEM	PROCESSO e-MEC	INSTITUIÇÃO
1	201904669	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (UERGS)
2	201906604	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ (UEAP)
3	201929589	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS (CEFET/MG)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS VILA VELHA

PORTARIA Nº 116, DE 19 DE JULHO DE 2020

Suspende a contagem de prazo dos processos seletivos simplificados que visam a contratação de professor substituto no Campus Vila Velha.

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS VILA VELHA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria n 1.070, de 05 de junho de 2014, da Reitoria-Ifes, resolve:

I - Suspender, a partir de 28/05/2020, os prazos de validade dos Processos Seletivos Simplificados destinados a Contratação de Professores Substitutos abaixo relacionados.

a)Edital 02/2019 Multicampi, homologado em 19/07/2019;

b)Edital 02/2019 Campi Vila Velha, Cachoeiro de Itapemirim e Ibatiba homologado em 23/09/2019;

c)Edital 03/2019 Campus Vila Velha, Homologado em 04/12/2019.

II - Os prazos dos respectivos concursos voltarão a fluir nos termos da publicação que determinar o término do período de Calamidade Pública.

DIEMERSON SAQUETTO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 670, DE 16 DE JUNHO DE 2020

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 08/05/2018, Seção 1, Páginas 09 e 10, e pelo Decreto de 17 de setembro de 2019, publicado no DOU de 18 de setembro de 2019 Seção 2, página 01, e,

Considerando o Art. 10 da Lei Complementar nº 173 de 27/05/2020, publicada no DOU de 28/05/2020, resolve:

Art. 1º SUSPENDER, no âmbito do IFMG, o prazo de validade dos concursos públicos vigentes até o término da vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 173 de 27/05/2020, publicada no DOU de 28/05/2020.

Art. 2º Determinar que a presente Portaria seja devidamente publicada no Boletim de Serviços do IFMG.

Art. 3º Determinar que a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas adote as providências cabíveis à aplicação da presente Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER GONÇALVES GLÓRIA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 1.291, DE 20 DE JULHO DE 2020

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas pelo Art. 67 do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, aprovado pela Resolução nº 65/CONSUP/IFRO, de 29/12/2015, e posteriores; considerando ainda a Lei Complementar nº 173 (SEI nº 0967671), de 27/5/2020, publicada no DOU nº 101, de 28/5/2020, Seção 1, págs. 4-6, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101 (SEI nº 0967698), de 4/5/2000, publicada no DOU nº 86, de 5/5/2000, Seção 1, págs. 1-9, e dá outras providências, resolve:

ART. 1º - SUSPENDER, a contar de 28/5/2020, o prazo de validade do Concurso Público do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, para provimento de vagas de cargos de Técnico-Administrativos em Educação integrantes do Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, regido pelo Edital nº 31/2018/REIT CGAB/IFRO (SEI nº 0368132), de 9/10/2018, publicado no DOU nº 196, de 10/10/2018, Seção 3, págs. 83-97, homologado pelo Edital nº 7/2019/REIT - CGAB/IFRO (SEI nº 0549747), de 2/5/2019, publicado no DOU nº 84, de 3/5/2019, Seção 3, págs. 64-65.

Art. 2º - ESTABELECER que as disposições desta Portaria aplicam-se enquanto perdurar o estado de calamidade pública estabelecido pela União.

UBERLANDO TIBURTINO LEITE

PORTARIA Nº 1.292, DE 20 DE JULHO DE 2020

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas pelo Art. 67 do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, aprovado pela Resolução nº 65/CONSUP/IFRO, de 29/12/2015, e posteriores; considerando ainda a Lei Complementar nº 173 (SEI nº 0967728), de 27/5/2020, publicada no DOU nº 101, de 28/5/2020, Seção 1, págs. 4-6, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101 (SEI nº 0967731), de 4/5/2000, publicada no DOU nº 86, de 5/5/2000, Seção 1, págs. 1-9, e dá outras providências, resolve:

ART. 1º - SUSPENDER, a contar de 28/5/2020, o prazo de validade do Concurso Público do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, para provimento de vagas de cargos de Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, regido pelo Edital nº 30/2018/REIT CGAB/IFRO (SEI nº 0367634), de 5/10/2018, publicado no DOU nº 196, de 10/10/2018, Seção 3, págs. 68-83, homologado pelo Edital nº 9/2019/REIT - CGAB/IFRO (SEI nº 0560709), de 14/5/2019, publicado no DOU nº 92, de 15/5/2019, Seção 3, pág. 102.

Art. 2º - ESTABELECER que as disposições desta Portaria aplicam-se enquanto perdurar o estado de calamidade pública estabelecido pela União.

UBERLANDO TIBURTINO LEITE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

PORTARIA Nº 973, DE 21 DE JULHO DE 2020

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições regimentais, em cumprimento ao previsto no art. 5º do Decreto nº 9.991 de 28 de agosto de 2019, resolve:

Art. 1º Delegar ao Pró-Reitor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas a responsabilidade pela aprovação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Lavras, para fins de encaminhamento das Revisões porventura necessárias ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência a partir da publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO CHRYSOSTOMO DE RESENDE JUNIOR

Ministério da Infraestrutura

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 23 DE JULHO DE 2020

Estabelece a forma de implementação do Programa De Gestão em Experiência-Piloto - PGEP no âmbito do Ministério da Infraestrutura.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e considerando o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto n. 1.590, de 10 de agosto de 1995, e nos arts. 12 e 13 da Instrução Normativa n. 1, de 31 de agosto de 2018, da Secretaria de Gestão de Pessoas do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SGP/MP), transformado em Ministério da Economia (ME), resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Orientar e estabelecer critérios, conteúdos, fluxos e prazos a serem seguidos pelas unidades do Ministério da Infraestrutura no que tange à implementação do Programa de Gestão em Experiência-Piloto - PGEP.

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I - dirigente da unidade: autoridade máxima da unidade;

II - modalidade por tarefa: categoria de implementação do PGEP em que o servidor público executa tarefa determinada e por prazo certo fora ou nas dependências da unidade, mediante o uso de equipamentos e tecnologias que permitam a plena execução das atribuições remotamente, dispensado do controle de frequência e, quando concluída, fica automaticamente desligado do PGEP;

III - modalidade semipresencial: categoria de implementação do PGEP em que o servidor público executa suas atribuições funcionais parcialmente fora das dependências da unidade, por unidade de tempo, em dias por semana ou em turnos por dia, mediante o uso de equipamentos e tecnologias que permitam a plena execução das atribuições remotamente, dispensado do controle de frequência do período em que exercer suas atribuições fora das dependências da unidade;

IV - modalidade teletrabalho: categoria de implementação do PGEP em que o servidor público executa suas atribuições funcionais integralmente fora das dependências da unidade, mediante o uso de equipamentos e tecnologias que permitam a plena execução das atribuições remotamente, dispensado do controle de frequência;

V - plano de trabalho: documento preparatório aprovado pelo dirigente da unidade que delimita a atividade, estima o quantitativo de servidores públicos participantes e define as modalidades, as metas e a metodologia de mensuração efetiva de resultados para implementação do Programa de Gestão, inclusive na fase de experiência-piloto;

VI - programa de gestão em experiência-piloto - PGEP: fase experimental do programa de gestão, baseada em plano de trabalho que disciplina o exercício de atividades determinadas, em situações especiais em que os resultados possam ser efetivamente mensuráveis, cuja execução possa ser realizada por servidores públicos com dispensa de controle de frequência;

VII - subunidade: setor de nível ao de Departamento no âmbito deste Ministério; e

VIII - unidade: setor de nível equivalente ao de Secretaria no âmbito deste Ministério.

CAPÍTULO II

DA IMPLEMENTAÇÃO DO PGEP

Art. 3º O PGEP ocorrerá nas seguintes modalidades:

I - por tarefa;

II - semipresencial; e

III - teletrabalho.

Parágrafo único. Na modalidade semipresencial, haverá controle de frequência do servidor público participante no período em que estiver executando suas atribuições nas dependências do Ministério da Infraestrutura.

Art. 4º A implementação de PGEP está condicionada à existência e realização de processo de acompanhamento de metas e resultados pelo período mínimo de 6 (seis) meses, podendo retroagir à data de vigência desta Instrução Normativa, abrangendo as atividades a serem exercidas em PGEP.

Art. 5º A realização do PGEP ocorrerá pelo período mínimo de 1 (um) ano nas unidades estabelecidas nesta Instrução Normativa que tenham seus planos de trabalho aprovados.

Art. 6º A Secretaria Executiva poderá estabelecer critérios para o processo de acompanhamento e avaliação de metas e resultados de que trata o art. 4º desta Instrução Normativa.

Art. 7º O PGEP abrangerá as atividades cujas características permitam a mensuração da produtividade e dos resultados das respectivas unidades e do desempenho do servidor público participante.

Parágrafo único. O PGEP não poderá:

I - abranger as atividades para as quais a presença física na unidade seja estritamente necessária;

II - implicar redução da capacidade plena de funcionamento dos setores em que haja atendimento ao público;

III - obstruir o convívio social e laboral, a cooperação, a integração e a participação do servidor, nem dificultar o direito ao tempo livre; e

IV - prejudicar o atendimento ao público, interno e externo.

Seção I

Das etapas para implementação

Art. 8º A implementação do PGEP será realizada nas seguintes etapas:

I - elaboração, pela unidade interessada em aderir ao PGEP, de processo administrativo, via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, contendo o acompanhamento de metas e resultados em execução e o plano de trabalho, na forma do Anexo I desta Instrução Normativa;

II - análise por parte da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP acerca da conformidade legal do plano de trabalho apresentado pela unidade, de acordo com o disposto na Instrução Normativa SGP/MP nº 1, de 2018, e nesta Instrução Normativa;

III - análise por parte da Secretaria Executiva- SE quanto aos resultados institucionais a serem alcançados, bem como a validação dos indicadores de desempenho propostos pela unidade;

IV - se necessário, realização de ajustes pelas unidades e devolução do plano de trabalho à COGEP e à Secretaria Executiva para as análises previstas nos Incisos II e III.

V - submissão do plano de trabalho ao Secretário-Executivo para autorização de sua execução;

VI - publicação em Boletim Interno, pelo dirigente da unidade, do plano de trabalho autorizado pelo Secretário-Executivo e da abertura de prazo para que os servidores interessados se candidatem e participem dos processos de seleção a serem definidos pela respectiva unidade;

VII - encaminhamento à COGEP dos nomes dos servidores pré-selecionados para participarem do PGEP, para verificação da conformidade legal, na forma do Anexo II desta Instrução Normativa e assinatura do termo de ciência e responsabilidade, na forma do Anexo III desta Instrução Normativa; e

VIII - implementação do PGEP, pelo dirigente da unidade, por intermédio da publicação da relação dos servidores aprovados para participarem do PGEP e suas respectivas atividades constantes no plano de trabalho autorizado em Boletim Interno.

CAPÍTULO III

DO PLANO DE TRABALHO

Art. 9º Atendido ao disposto no art. 4º desta Instrução Normativa, o dirigente da unidade interessada em executar atividades em PGEP deverá apresentar à COGEP o(s) plano(s) de trabalho nos moldes do Anexo I desta norma, observado o cronograma de que trata o art. 26 desta norma.

§1º As subunidades poderão elaborar suas propostas de plano de trabalho a serem compiladas pelo dirigente da unidade e apresentadas à COGEP no mesmo ato.

§2º Cada unidade poderá apresentar até um plano de trabalho para cada subunidade.

§3º A aprovação do plano de trabalho de uma subunidade não vincula a aprovação dos demais planos da mesma unidade.

§4° Um mesmo plano de trabalho poderá ser elaborado conjuntamente por mais de uma unidade que execute as atividades em procedimentos e rotinas de características semelhantes.

Art. 10. O plano de trabalho deverá conter os seguintes elementos:

I - detalhamento e a descrição das atividades a serem desempenhadas no âmbito do PGEP;

II - modalidade do PGEP proposta para cada atividade;

III - quantitativo total de servidores públicos na unidade e o número de vagas disponibilizadas para realização de cada atividade;

IV - perfil do servidor público participante adequado à realização de cada atividade proposta;

V - indicador de desempenho proposto para cada atividade;

VI - meta para realização de cada atividade e a periodicidade para acompanhamento;

VII - prazo para realização da atividade, quando for o caso; e

VIII - prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal do servidor público participante à unidade, observada a razoabilidade;

Parágrafo único. Além do disposto no caput, o plano de trabalho deverá ser acompanhado de nota informativa por meio da qual a unidade apresentará:

I - resultados e benefícios esperados para a unidade com a implementação do PGEP;

II - descrição do processo de acompanhamento de metas e resultados em curso na unidade;

III - cronograma trimestral de entregas de resultados; e

IV - cronograma de reuniões com o chefe imediato para avaliação de desempenho e eventual revisão ou ajustes das metas, se necessários.

Seção I

Das Atividades

Art. 11. O PGEP abrangerá as atividades cujas características permitam a mensuração da produtividade e dos resultados das respectivas unidades e do desempenho do servidor público participante.

§1º Poderão ser realizadas atividades externas, a exemplo de vistorias técnicas e viagens a serviço, a critério da unidade, para a consecução das atividades do PGEP.

§2° O ônus das viagens a serviço que forem realizadas no interesse da unidade, desde que previamente autorizadas e contemplando o prévio empenho das despesas, recairá sobre o Ministério da Infraestrutura, considerada a economicidade do trajeto.

Seção II

Das metas e indicadores de desempenho

Art. 12. O PGEP terá metas de desempenho para cada atividade, que serão fixadas pela chefia imediata e validadas pelo titular da unidade, mediante apresentação do plano de trabalho.

§1º A fixação das metas de desempenho das atividades do PGEP deverá ser baseada em métricas objetivas, observado o art. 7º desta Instrução Normativa.

§2° O acompanhamento do desempenho é de responsabilidade do chefe imediato do servidor.

Seção III

Da alteração do plano de trabalho

Art. 13. O dirigente da unidade poderá encaminhar solicitação de alterações no plano de trabalho à COGEP, nos moldes do Anexo IV desta Instrução Normativa e serão submetidos, no que couber, às etapas previstas no art. 8º desta Instrução Normativa.

§1º Em caráter excepcional, a chefia imediata do servidor participante do PGEP poderá alterar a execução do plano de trabalho, dando imediato conhecimento à COGEP.

§2º Caso a alteração seja de caráter permanente, o dirigente da unidade deverá solicitar alteração do plano de trabalho à COGEP, em até 30 (trinta) dias do início da excepcionalidade, nos moldes do art. 13 desta Instrução Normativa.

Art. 14. Os pedidos de alteração permanentes serão submetidos à Secretaria Executiva para validação.

CAPÍTULO IV

DA PARTICIPAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

Seção I

Dos requisitos

Art. 15. Poderão participar do PGEP, os servidores ocupantes de cargo efetivo regido pela Lei nº 8.112, de 1990, que desempenham há pelo menos 6 (seis) meses, na unidade, a atividade submetida ao PGEP.

Art. 16. É vedada a participação no PGEP de servidores que se enquadrem em qualquer das seguintes situações, na data da entrada em vigor dos planos de trabalho aprovados:

I - estar em estágio probatório;

II - estar obrigado a permanecer no exercício das funções por período igual ao do afastamento concedido para estudo no exterior ou participação em programa de pós graduação stricto sensu no País, nos termos do § 1º do art. 95 e do § 4º do art. 96-A da Lei nº 8.112 de 1990;

III - ocupar cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de Natureza Especial, ou equivalentes, Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, inclusive na condição de substituto destes;

IV - estar em usufruto de jornada de trabalho reduzida a que se refere a Medida Provisória nº 2.174-28, de 24 de agosto de 2001; e

V - ter sido desligado há menos de 12 (doze) meses de PGEP pelo não atingimento de metas.

Seção II

Do processo seletivo

Art. 17. Os servidores interessados em exercer atividade no âmbito do PGEP deverão realizar a inscrição no processo seletivo especificando o plano de trabalho e a atividade para os quais estão se candidatando.

§1º Os servidores somente serão considerados habilitados para realização de atividade no âmbito do PGEP após análise de conformidade legal de que trata o inciso II do art. 8º desta Instrução Normativa.

§2º A seleção dos servidores, pelo dirigente da unidade, é ato discricionário e será feita a partir da avaliação de compatibilidade entre o perfil adequado para a realização das atividades e o perfil dos servidores públicos habilitados.

§3º O percentual máximo dos servidores da unidade em PGEP será de 20% (vinte por cento).

§4º A inclusão do servidor nas atividades do PGEP não constitui direito adquirido.

Seção III

Do desligamento

Art. 18. O servidor público participante será desligado do PGEP, mediante decisão do dirigente da unidade:

I - de ofício, independentemente de instauração de processo administrativo; ou

II - a pedido, mediante comunicação.

Art. 19. O dirigente da unidade deverá desligar o servidor público participante do PGEP nos seguintes casos:

I - por necessidade do serviço;

II - pelo descumprimento das obrigações previstas no plano de trabalho e no termo de ciência e responsabilidade;

III - pelo decurso de prazo de participação no PGEP, quando houver, salvo se deferida a prorrogação do prazo;

IV - em virtude de alteração da lotação de exercício;

V - em virtude de aprovação do servidor para a execução de outra atividade não abrangida pelo PGEP; e

VI - pela superveniência das hipóteses previstas no art. 16 desta Instrução Normativa.

§ 1º O servidor que for desligado do PGEP, nos moldes do inciso II do caput, deverá ter seu desligamento imediatamente comunicado, pelo Dirigente da Unidade, à COGEP e somente poderá voltar a participar do PGEP depois de decorrido o período de 12 (doze) meses, contado a partir da data de publicação do desligamento.

§2º Poderá ocorrer a substituição do servidor desligado do PGEP, dentre os servidores aptos lotados na mesma unidade do servidor desligado, respeitados os critérios previstos nesta Instrução Normativa.

§3º Na hipótese do §2º deste artigo, o dirigente da unidade deverá dar ciência à COGEP nos moldes do Anexo II desta Instrução Normativa.

Art. 20. O servidor desligado do PGEP deverá retornar ao exercício das atividades presenciais, submetendo-se ao controle de frequência, nos seguintes prazos:

I - até 30 (trinta) dias a partir da notificação do ato de desligamento, nos casos de desligamento de ofício; e

II - no dia útil imediatamente seguinte da publicação em Boletim Interno do desligamento, nos casos de desligamento a pedido.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS

Seção I

Atribuições e responsabilidades dos servidores públicos participantes

Art. 21. Constituem deveres do servidor público participante de PGEP:

I - cumprir a meta de desempenho estabelecida no plano de trabalho;

II - assinar termo de ciência e responsabilidade, consoante Anexo III desta Instrução Normativa;

III - atender às convocações para comparecimento à unidade sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da Administração Pública, quando convocado com antecedência mínima prevista no plano de trabalho;

IV - manter dados cadastrais e de contato permanentemente atualizados e ativos;

V - consultar diariamente a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional, a Intranet e demais formas de comunicação do órgão ou entidade de exercício;

VI - permanecer em disponibilidade constante para contato, nos horários de funcionamento da unidade;

VII - manter o chefe imediato informado, de forma periódica e sempre que demandado, por meio de mensagem dirigida à caixa postal individual de correio eletrônico institucional, Sistema Eletrônico de Informação - SEI, ou qualquer outra forma de comunicação adotada oficialmente pela unidade, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

VIII - comunicar ao chefe imediato a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas de desempenho e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

IX - participar de capacitação para o PGEP, quando houver, promovida ou indicada pelo Ministério da Infraestrutura, e manter-se atualizado sobre boas práticas para a efetividade do trabalho fora das dependências físicas do Ministério da Infraestrutura;

X - zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas de segurança da informação e adoção de cautelas adicionais necessárias;

XI - observar os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, na hipótese em que a retirada de processos e demais documentos das dependências da unidade for necessária à realização das atividades, devendo ser formalizado, ainda, termo de recebimento e responsabilidade; e

§1º No caso de descumprimento das obrigações previstas nos incisos X e XI do caput, a chefia imediata deverá:

I - intimar o servidor por meio de comunicação institucional, para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, restitua os documentos ou processos, quando for o caso, e manifeste esclarecimentos;

II - tomar as medidas possíveis para o restabelecimento da integridade e segurança de documentos e informações, o mais rápido possível; e

III - comunicar o fato, imediatamente, ao dirigente da unidade para a adoção das medidas administrativas e, se for o caso, judiciais cabíveis.

§2º A retirada ou o acesso remoto a processos e demais documentos, classificados em qualquer grau de sigilo, com fundamento na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para uso no PGEP, deverá observar os procedimentos relativos à segurança da informação e àqueles relacionados à salvaguarda de informações de natureza sigilosa definido em regulamento e demais normas aplicáveis.

Art. 22. Caberá ao servidor público participante da experiência-piloto providenciar as estruturas física e tecnológica necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão à internet, à energia elétrica e ao telefone, entre outras despesas correlatas.

§ 1º Sempre que houver necessidade de atualização de software ou suporte técnico na estação de trabalho móvel ou outros equipamentos do órgão ou entidade que estiverem à disposição do servidor público participante de PGEP, diante da impossibilidade de atendimento remoto, caberá ao servidor público apresentar prontamente o equipamento à equipe responsável pelo atendimento no seu órgão ou entidade.

§ 2º A seu critério e de acordo com a disponibilidade, a unidade poderá providenciar, integral ou parcialmente, as estruturas previstas no caput.

Seção II

Atribuições e responsabilidades da unidade e de seu dirigente

Art. 23. Compete ao dirigente da unidade:

I - dar ampla divulgação do plano de trabalho aos servidores públicos em sua unidade;

II- elaborar lista de servidores públicos interessados em participar do PGEP;

III - analisar resultados da experiência-piloto em sua unidade;

IV - supervisionar a aplicação e a disseminação do processo de acompanhamento de metas e resultados;

V - controlar os resultados obtidos em face das metas fixadas para sua unidade;

VI - colaborar com a área de gestão de pessoas e a área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais para melhor execução do PGEP;

VII - propor suspensão, alteração ou revogação do plano de trabalho e do PGEP ao Secretário-Executivo, com base no relatório de acompanhamento;

VIII - publicar trimestralmente, em Boletim Interno, os resultados alcançados com as atividades do PGEP; e

IX - indicar um servidor para atuar como representante da unidade no que se refere ao PGEP.

Art. 24. Compete ao chefe imediato:

I - auxiliar o dirigente da unidade na elaboração do plano de trabalho, inclusive sugerindo as metas para as atividades;

II - acompanhar a qualidade e a adaptação dos servidores públicos ao PGEP;

III - manter contato permanente com os servidores públicos participantes do PGEP para repassar instruções de serviço;

IV - aferir o cumprimento das metas estabelecidas, nos termos do anexo I - Plano de Trabalho;

V - dar ciência ao dirigente da unidade sobre a evolução do PGEP, dificuldades encontradas e quaisquer outras situações ocorridas, para fins de consolidação do relatório de acompanhamento; e

VI- elaborar o relatório trimestral de acompanhamento das atividades executadas pelo servidor público participante.

Art. 25. Compete ao representante do PGEP da unidade:

I - atuar como interlocutor entre a COGEP e a unidade;

II - manter o dirigente da unidade atualizado sobre as normas, regras e fluxos pertinentes ao PGEP;

III - auxiliar o dirigente da unidade na elaboração dos planos de trabalho; e

IV - participar de reuniões quando convocados pela Secretaria Executiva - SE ou COGEP.

Parágrafo único. Os representantes do PGEP serão indicados pelas unidades e designados em ato pela SE.

Seção III

Das competências da Secretaria Executiva

Art. 26. Compete à Secretaria Executiva:

I - publicar cronograma de execução do PGEP no âmbito do Ministério da Infraestrutura, a ser seguido pelas unidades e servidores.

II - realizar a análise dos indicadores de desempenho institucionais e metas propostas no plano de trabalho, bem como a avaliação dos resultados finais alcançados pelas unidades deste Ministério da Infraestrutura com a implementação do PGEP.

Parágrafo único. As unidades que possuírem iniciativas de gestão semelhantes às de que trata esta Instrução Normativa terão o prazo de até 120 (centro e vinte) dias para se adequarem ao disposto nesta Instrução Normativa, conforme cronograma de que trata o inciso I deste artigo.

Seção IV

Das competências da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

Art. 27. Compete à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas analisar a conformidade legal dos planos de trabalho em relação às normas vigentes relativas ao PGEP, e, ainda, verificar a situação funcional dos servidores pré-selecionados a participarem do PGEP.

Parágrafo único. Além da documentação prevista no art. 9º desta Instrução Normativa, poderão ser solicitados outros documentos considerados necessários para as análises previstas nos arts. 26 e 27.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. As medidas administrativas tomadas nos casos de descumprimento do disposto nesta Instrução Normativa não afastam a possibilidade de instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar pela Corregedoria, ou outras medidas judiciais cabíveis.

Art. 29. Ao longo da experiência-piloto, novas vagas poderão ser disponibilizadas, conforme comprovação dos resultados positivos do PGEP.

Art. 30. A Secretaria Executiva disporá sobre os procedimentos para avaliação dos resultados da experiência-piloto e conversão em programa de gestão definitivo.

Art. 31. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de agosto de 2020.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

UNIDADE:	NÚMERO TOTAL DE SERVIDORES DA UNIDADE:
SUBUNIDADE:	NÚMERO TOTAL DE SERVIDORES DA SUBUNIDADE:

QUADRO GERAL

A. ATIVIDADE	B. MODALIDADE	C. NÚMERO DE VAGAS	D. PRAZO PARA EXECUÇÃO (por tarefa)	E. UNIDADE DE TEMPO EM QUE O SERVIDOR IRÁ EXERCER SUAS ATIVIDADES NAS DEPENDÊNCIAS DO MINISTÉRIO (semipresencial)		F. PERFIL DO SERVIDOR PÚBLICO	G. INDICADOR DE DESEMPENHO	H. META	I. REFERENCIAL DE META
1									
2									
3									

DETALHAMENTOS DE ATIVIDADES

ATIVIDADE 1

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DA MODALIDADE PROPOSTA

CRITÉRIO UTILIZADO PARA A DEFINIÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS DISPONIBILIZADAS

CRITÉRIO UTILIZADO PARA A DEFINIÇÃO DO PERFIL DO SERVIDOR PÚBLICO PARTICIPANTE

FORMA DE ELABORAÇÃO E MEMÓRIA DE CÁLCULO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

CRITÉRIO UTILIZADO PARA A DEFINIÇÃO DA META

CRITÉRIO UTILIZADO PARA DEFINIÇÃO DO REFERENCIAL DA META

ATIVIDADE 2

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DA MODALIDADE PROPOSTA

CRITÉRIO UTILIZADO PARA A DEFINIÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS DISPONIBILIZADAS

CRITÉRIO UTILIZADO PARA A DEFINIÇÃO DO PERFIL DO SERVIDOR PÚBLICO PARTICIPANTE

FORMA DE ELABORAÇÃO E MEMÓRIA DE CÁLCULO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

CRITÉRIO UTILIZADO PARA A DEFINIÇÃO DA META

CRITÉRIO UTILIZADO PARA A DEFINIÇÃO DO REFERENCIAL DA META

ATIVIDADE 3

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DA MODALIDADE PROPOSTA

CRITÉRIO UTILIZADO PARA A DEFINIÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS DISPONIBILIZADAS

CRITÉRIO UTILIZADO PARA A DEFINIÇÃO DO PERFIL DO SERVIDOR PÚBLICO PARTICIPANTE

FORMA DE ELABORAÇÃO E MEMÓRIA DE CÁLCULO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

CRITÉRIO UTILIZADO PARA A DEFINIÇÃO DA META

CRITÉRIO UTILIZADO PARA DEFINIÇÃO DO REFERENCIAL DA META

DETALHAMENTOS DE PROJETOS E ESTUDOS

ATIVIDADE 1

NOME DO PROJETO/ESTUDO

OBJETIVOS DO PROJETO/ESTUDO

RESULTADOS ESPERADOS

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ETAPAS

CRITÉRIO UTILIZADO PARA A DEFINIÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS DISPONIBILIZADAS

CRITÉRIO UTILIZADO PARA A DEFINIÇÃO DO PERFIL DO SERVIDOR PÚBLICO PARTICIPANTE

FORMA DE ELABORAÇÃO E MEMÓRIA DE CÁLCULO DO INDICADOR DE DESEMPENHO

CRITÉRIO UTILIZADO PARA A DEFINIÇÃO DA META

CRITÉRIO UTILIZADO PARA A DEFINIÇÃO DO REFERENCIAL DA META

ANEXO II

LISTA DE SERVIDORES INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PROGRAMA DE GESTÃO

UNIDADE:			NÚMERO TOTAL DE SERVIDORES DA UNIDADE:
SUBUNIDADE:			NÚMERO TOTAL DE SERVIDORES DA SUBUNIDADE:
NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA	ATIVIDADE PRETENDIDA	Nº SEI DO PLANO DE TRABALHO

ANEXO III

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Declaro que não estarei enquadrado em nenhuma das situações abaixo relacionadas, na data de início da vigência do plano de trabalho:

I - estar em estágio probatório;

II - desempenhar há menos de 6 (seis) meses, na unidade, a atividade submetida ao programa de gestão em experiência-piloto;

III - estar obrigado a permanecer no exercício das funções do cargo efetivo por período igual ao do afastamento concedido para estudo no exterior ou participação em programa de pós-graduação stricto sensu no País, nos termos do § 1º do art. 95 e do § 4º do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990;

IV - ocupar cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de Natureza Especial, ou equivalentes, Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, Função Gratificada - FG, inclusive na condição de substituto destes, ou exercer Função Comissionada Técnica - FCT;

V - estar em usufruto de jornada de trabalho reduzida a que se refere a Medida Provisória nº 2.174-28, de 24 de agosto de 2001; nem

VI - ter sido desligado de programa de gestão pelo não atingimento de metas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de manifestação de interesse em participar deste programa de gestão.

Declaro, ainda, que:

I - disponho dos recursos tecnológicos e de comunicação necessários e das condições ambientais adequadas para a realização da(s) atividade(s) listada(s);

II - adotarei as providências cabíveis para assegurar o cumprimento das normas e orientações afetas à segurança da informação e à salvaguarda de documentos durante a execução da(s) atividade(s) listada(s);

III - os números de telefone listados neste formulário estão ativos e atualizados;

IV - concordo com as atividades que irei realizar e suas respectivas metas; e

V - estou ciente de todas as minhas responsabilidades e obrigações, inclusive possíveis penalidades administrativas e judiciais decorrentes de seu descumprimento, conforme Instrução Normativa que estabelece a forma de implementação da experiência-piloto do programa de gestão no âmbito do Ministério da Infraestrutura.

Com a assinatura deste formulário, o servidor:

I - autoriza o fornecimento do número de telefone pessoal a pessoas que façam chamadas telefônicas para a sua unidade de exercício no Ministério da Infraestrutura, sem necessidade de avaliação, pelo atendente, a respeito da pertinência do fornecimento; e

II - autoriza o fornecimento do número de telefone pessoal a servidores em exercício no Ministério da Infraestrutura que indiquem necessidade de contato telefônico relacionado às suas atividades profissionais.

Telefone Celular: ( ) Telefone Residencial: ( )

_____

Local e data

_____

Assinatura do servidor

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

UNIDADE:	NÚMERO TOTAL DE SERVIDORES DA UNIDADE:
SUBUNIDADE:	NÚMERO TOTAL DE SERVIDORES DA SUBUNIDADE:

QUADRO GERAL ATUAL

A. ATIVIDADE		B. MODALIDADE	C. NÚMERO DE VAGAS	D. PRAZO PARA EXECUÇÃO (por tarefa)	E. UNIDADE DE TEMPO EM QUE O SERVIDOR IRÁ EXERCER SUAS ATIVIDADES NAS DEPENDÊNCIAS DO MINISTÉRIO (semipresencial)	F. PERFIL DO SERVIDOR PÚBLICO	G. INDICADOR DE DESEMPENHO	H. META	I. REFERENCIAL DE META
1									
2									
3									

QUADRO GERAL PROPOSTO

A. ATIVIDADE		B. MODALIDADE	C. NÚMERO DE VAGAS	D. PRAZO PARA EXECUÇÃO (por tarefa)	E. UNIDADE DE TEMPO EM QUE O SERVIDOR IRÁ EXERCER SUAS ATIVIDADES NAS DEPENDÊNCIAS DO MINISTÉRIO (semipresencial)	F. PERFIL DO SERVIDOR PÚBLICO	G. INDICADOR DE DESEMPENHO	H. META	I. REFERENCIAL DE META
1									
2									
3									

ALTERAÇÃO DE SERVIDOR

ATIVIDADE	SERVIDOR ATUAL	SERVIDOR PROPOSTO

JUSTIFICATIVA PARA A(S) ALTERAÇÃO(ÕES)

PORTARIA Nº 102, DE 23 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre o "Selo Infra + Integridade", no âmbito do Ministério da Infraestrutura, destinado a premiar empresas do setor de infraestrutura de transportes que zelem pela integridade institucional e pública, nos termos desta Portaria.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 50000.023202/2020-50, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Infraestrutura, o "Selo Infra + Integridade", doravante designado Selo, destinado a premiar empresas que tenham contratado com a Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos e que atuam no setor de infraestrutura de transportes terrestres em obras de grande vulto, entendidas aquelas que administram empreendimento com estimativa de gastos superior a R$ 82,5 milhões, como valor inicial do contrato, e que, reconhecidamente, desenvolvam boas práticas de governança, compreendendo integridade, ética, transparência, conformidade, responsabilidade social, sustentabilidade e prevenção à fraude e à corrupção, na forma do Regulamento anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Ministro de Estado da Infraestrutura proporá, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, ato administrativo instituindo o Comitê Gestor do Selo e definindo a estrutura, a composição, as atribuições e o funcionamento desse Comitê.

Parágrafo único. O Comitê Gestor do Selo será composto, majoritariamente, por representantes, titular e suplente, de órgãos e entidades não governamentais.

Art. 3º O artigo 11 da Portaria Minfra nº 2.873, de 28 de junho de 2019, fica acrescido do inciso XIV e do parágrafo único a seguir:

".....

XIV - atuar como Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Selo Infra + Integridade, cabendo ao Coordenador indicar os membros do CTI que comporão a respectiva Secretaria.

Parágrafo Único. O Coordenador do CTI poderá convidar, em função de competências profissionais específicas, outros servidores para auxiliar a referida Secretaria Executiva." (NR)

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 3 de agosto de 2020.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

ANEXO

REGULAMENTO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O "Selo Infra + Integridade", doravante designado Selo, destina-se a premiar empresas do setor de infraestrutura de transportes, doravante designadas empresas, que, reconhecidamente, desenvolvam boas práticas de compliance, compreendendo integridade, responsabilidade social, sustentabilidade ambiental e, tendo por objetivo:

I - estimular a implementação de programas de integridade, ética, transparência, conformidade, responsabilidade social, sustentabilidade e de prevenção à fraude e à corrupção, em seu amplo espectro econômico, social, legal e ambiental;

II - conscientizar empresas do setor de infraestrutura de transportes sobre o relevante papel destas no enfrentamento às práticas ilícitas e antiéticas;

III - reconhecer práticas de integridade, ética e sustentabilidade das empresas nacionais do setor de infraestrutura de transportes, no relacionamento entre si e com o setor público; e

IV - mitigar riscos de ocorrência de fraudes e atos de corrupção nas relações entre o setor público e as empresas do setor de infraestrutura de transportes.

Parágrafo único. O Selo terá validade anual e, por consequência, sua logomarca deverá ser alterada todos os anos, para fins de identificação visual do exercício a que se refere.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS PARA OBTENÇÃO DO SELO

Seção I

Do Processo de Inscrição

Art. 2º A empresa interessada em obter o Selo deverá realizar inscrição no período de 1º de fevereiro de 2021 a 30 de abril de cada ano.

§ 1º O procedimento de inscrição inicia-se com o preenchimento do Questionário de Inscrição disponibilizado no sítio eletrônico oficial do Ministério da Infraestrutura - MInfra, no espaço reservado ao programa de integridade: http://www.infraestrutura.gov.br/selointegridade.

§ 2º Realizada a inscrição, serão fornecidos login e senha, de acesso exclusivo à empresa, para apresentação da documentação correspondente.

§ 3º Não serão considerados os questionários enviados fora do prazo previsto no caput.

Seção II

Dos Requisitos de Habilitação

Art. 3º As empresas que se inscreverem para fins de obtenção do Selo deverão disponibilizar, no endereço eletrônico http://www.infraestrutura.gov.br/selointegridade, os seguintes documentos:

I - sob o enfoque da Integridade:

a) relatório em PDF de apresentação do programa de compliance com as evidências de sua existência e aplicação;

b) versão em PDF do Código de Ética ou de Conduta aprovado e publicado no sítio eletrônico da empresa;

c) comprovação da existência de canal de denúncia por meio de versão em PDF da página, no sítio eletrônico da empresa, em que conste link do referido canal;

d) comprovante de participação de dirigentes e empregados em treinamentos nos últimos 2 anos nos temas relacionados ao programa de compliance ou ao Código de Ética ou Conduta;

e) evidenciação da existência de pessoa/estrutura responsável pelo programa de compliance;

f) comprovante de assinatura do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, promovido pelo Instituto Ethos; e

g) comprovante de nada consta do Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - sob o enfoque da responsabilidade social:

a) comprovante de nada consta da Lista Suja do Trabalho Escravo ou Análogo ao Escravo previsto na legislação vigente da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; e

b) comprovante de nada consta de Infrações Trabalhistas relacionadas ao trabalho infantil, retirado da página oficial da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (http://cdcit.mte.gov.br/inter/cdcit/pages/infracoes/).

III - sob o enfoque da Sustentabilidade:

a) certidão Negativa de Crimes Ambientais, da Justiça Federal e da Justiça Estadual, onde a empresa é sediada, incluídos os demais estados em que tiver filial ativa, levando em consideração somente aqueles transitados em julgado nos últimos 2 (dois) anos;

b) comprovante de nada consta de infrações ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, conforme regulamento; e

c) certificado de Sistema de Gestão Ambiental, de acordo com a norma NBR ISO 14.001 e suas atualizações.

Parágrafo único. As empresas reguladas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres deverão ter apresentado as informações sobre sustentabilidade ambiental, pelo menos, quanto ao último período de apuração do Índice de Desempenho Ambiental - IDA estabelecido pela respectiva Agência.

Seção III

Da Análise Documental e dos Critérios de Avaliação

Art. 4º Os documentos discriminados no art. 3º deste Regulamento serão analisados pelo Comitê Técnico de Integridade do Ministério da Infraestrutura, doravante designado CTI, que elaborará, no prazo de 90 (noventa) dias, Relatório de Análise Final - RAF correspondente a cada empresa habilitada, a ser encaminhado aos titulares e suplentes do Comitê Gestor, para homologação.

§ 1º O encaminhamento de que trata o caput deverá ocorrer com antecedência de até 5 (cinco) dias da reunião ordinária do Comitê Gestor.

§ 2º O CTI certificará se os RAFs foram recebidos por todos os titulares e suplentes do Comitê Gestor.

§ 3º As empresas que apresentarem informações ou documentos falsos serão excluídas sumariamente do processo de habilitação e ficarão impedidas de concorrer ao Selo, pelo período de dois anos, contados da ocorrência do fato gerador.

§ 4º Poderão ser solicitados esclarecimentos ou documentos adicionais, em caso de dúvida relacionada à documentação apresentada.

§ 5º O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado por 30 (trinta) dias, caso as circunstâncias assim o exijam.

Art. 5º O CTI elaborará Relatório Simplificado - RS, a ser encaminhado à empresa cuja documentação apresentada não atender os requisitos previstos no art. 3º deste Regulamento e que, por consequência, for considerada inabilitada.

Seção IV

Do Recurso

Art. 6º As empresas inabilitadas à obtenção do Selo poderão apresentar recurso no endereço eletrônico http://www.infraestrutura.gov.br/selointegridade, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento do Relatório Simplificado (RS).

§ 1º Serão admitidos apenas recursos que tenham por objeto:

I - esclarecimento sobre omissões e contradições; e

II - recusa de documento encaminhado.

§ 2º No recurso, o recorrente deverá apontar, de forma objetiva, a omissão, a contradição ou o erro material questionados.

§ 3º Na fase recursal não será admitida a apresentação de novos documentos que digam respeito ao art. 3º deste Regulamento.

Art. 7º O recurso será analisado pelo CTI, no prazo de 15 (quinze dias) corridos, contado do término do prazo de que trata o art. 6º deste Regulamento, e o resultado será submetido à apreciação do Comitê Gestor, que decidirá pelo provimento ou não, em reunião extraordinária para esse fim convocada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da análise do recurso.

Seção V

Da Divulgação do Resultado

Art. 8º Previamente à publicação da homologação, o CTI comunicará o resultado às empresas habilitadas, acompanhado do respectivo RAF e da Ata de Reunião com Deliberação do Comitê Gestor, que aprovou a correspondente habilitação.

Parágrafo único. Não serão divulgados os dados das empresas inabilitadas.

Art. 9º Previamente à comunicação prevista no artigo anterior e à consequente divulgação do nome das empresas habilitadas, caberá ao CTI promover diligências perante a Procuradoria-Geral da República, o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União, o Departamento de Polícia Federal e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes para verificar a existência de processos administrativos ou judiciais, denúncias ou quaisquer notícias desabonadoras que possam provocar dúvidas ou questionamentos em relação às boas práticas de governança, compreendendo a integridade, ética e sustentabilidade.

Parágrafo único. As informações obtidas a partir das diligências mencionadas no caput serão comunicadas ao Comitê Gestor do Selo que, a depender do teor das informações, decidirá pela permanência ou não da empresa como habilitada à obtenção do Selo.

Seção VI

Das Empresas Habilitadas - Requisito Adicional

Art. 10. As empresas habilitadas deverão assinar o Pacto pela Ética, Integridade e Sustentabilidade, conforme modelo disponibilizado no endereço eletrônico http://www.infraestrutura.gov.br/selointegridade.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto no caput impedirá a obtenção do Selo.

CAPÍTULO III

DO RECONHECIMENTO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA

Art. 11. Fica assegurado ao Ministério da Infraestrutura a divulgação das boas práticas de governança adotadas pelas empresas premiadas com o Selo, com objetivo de:

I - promover o reconhecimento das empresas; e

II - disseminar e incentivar a adoção de boas práticas de governança.

§ 1º As boas práticas citadas no caput serão selecionadas pelo CTI e submetidas à aprovação do Comitê Gestor.

§ 2º Serão considerados como critérios para a escolha das boas práticas adotadas, a efetividade e a inovação.

§ 3º Será divulgada apenas uma das boas práticas de governança de cada empresa.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS E DEVERES DAS EMPRESAS PREMIADAS

Seção I

Dos Direitos

Art. 12. São direitos das empresas premiadas com o Selo:

I - ter o nome divulgado no sítio eletrônico do Ministério da Infraestrutura ou em quaisquer outros meios de comunicação e publicidade; e

II - utilizar o Selo em produtos, embalagens, documentos, sítios eletrônicos, comerciais, folders, placas, veículos e afins, pelo período de um ano, contado da data de premiação.

Seção II

Dos Deveres

Art. 13. São deveres das empresas premiadas com o Selo:

I - responsabilizar e punir empregados e dirigentes que pratiquem atos antiéticos e ilegais em assuntos relacionados às atividades da empresa;

II - utilizar o Selo em conformidade com este Regulamento pelo período de um ano contado da data de premiação;

III - divulgar o Selo em seus meios de comunicação e perante os fornecedores, prestadores de serviço e clientes, pelo período de um ano, contado da data de premiação;

IV - manter as condições de habilitação, mesmo após eventual premiação, sob pena de perda do Selo; e

V - prestar esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo CTI ou pelo Comitê Gestor, no prazo determinado, durante o prazo de vigência do Selo.

Art. 14. O uso de informações falsas ou de qualquer outro artifício de comprovada má-fé acarretará sumária exclusão do direito de uso do Selo, cumulada com a suspensão do direito de concorrer ao prêmio, pelo período de dois anos, contados da ocorrência do fato gerador.

CAPÍTULO V

DA UTILIZAÇÃO E DA SUSPENSÃO DO DIREITO DE USO DO SELO

Art. 15. Será suspenso o direito de uso do Selo, mediante comunicação formal do Secretário-Executivo do Ministério da Infraestrutura, pela empresa para a qual constar algum dos seguintes registros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, previsto na Lei nº 12.846, de 2013;

II - lista Suja do Trabalho Escravo ou em situação Análoga da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;

III - investigações policiais que verifiquem a incidência de crimes contra a Administração Pública praticados pelos gestores, diretores, sócios ou outros representantes da empresa premiada; e

IV - existência de Processo Administrativo de Responsabilidade de pessoas jurídicas.

Art. 16. A suspensão de que trata o art. 15 deste Regulamento também poderá ser aplicada em caso de novos fatos que comprovem o envolvimento ou a tolerância da empresa com práticas ilegais ou falhas éticas, tais como:

I - denúncias e condenações administrativas ou judiciais no Brasil ou no exterior pela prática de atos de corrupção e fraude; e

II - denúncias e condenações administrativas ou judiciais no Brasil ou no exterior por graves infrações aos direitos humanos e ao meio ambiente.

Art. 17. A penalidade de que tratam os artigos 15 e 16 será efetivada somente após o exercício do contraditório e da ampla defesa pela empresa, nos termos previstos na Lei nº 9.784, de 1º de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. A participação das empresas, para fins de obtenção do Selo é gratuita.

Art. 19. Salvo nas hipóteses previstas no artigo 6º deste Regulamento, não caberão recursos das decisões do Comitê Gestor.

Art. 20. As informações e os documentos apresentados pelas empresas, bem como os relatórios produzidos no âmbito do CTI, não serão divulgados.

Art. 21. O Comitê Técnico de Integridade - CTI atuará como Secretaria Executiva do Comitê Gestor.

Art. 22. Os casos omissos serão resolvidos pelo CTI.

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 1.578, DE 23 DE JULHO DE 2020

Altera o inciso II do art. 3º da Portaria DENATRAN nº 215, de 6 de agosto de 2018.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Portaria DENATRAN nº 99, de 1º de junho de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 80000.023099/2012-07, resolve:

Art. 1º Esta Portaria altera o inciso II do art. 3º da Portaria DENATRAN nº 215, de 6 de agosto de 2018.

Art. 2º O inciso II do art. 3º da Portaria DENATRAN nº 215, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

II - .....

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Valor
Emissão de CNH ou PID	CNH ou PID emitida	R$ 2,11
Vistoria ou Inspeção Veicular	Laudo ou Certificado emitido	R$ 2,30
Registro, cancelamento e consulta de comunicação eletrônica de venda de veículos	Transação Eletrônica	R$ 2,90
Registro de Estoque de Veículo Novo	Transação Eletrônica	R$ 0,32
Laudo Toxicológico de Condutores	Laudo Toxicológico registrado	R$ 0,49
Autorização de Fabricação da Placa de Identificação Veicular (semi - acabada)	Serial disponibilizado	R$ 1,65
Confirmação de Estampagem da Placa de Identificação Veicular	Estampagem confirmada	R$ 3,94
Registro de Recall (novos e legados)	Por chassi impactado	R$ 5,98
Serviço Adicional de Notificação de Recall via Carta Simples	Carta simples adicional enviada	R$ 2,54
Serviço Adicional de Notificação de Recall via Carta Registrada	Carta registrada enviada	R$ 7,61
Serviço Adicional de Notificação de Recall via Carta com AR Digital	Carta com AR Digital enviada	R$ 16,02
Emissão do CRLV Digital com Bilhete do Seguro DPVAT	Veículo Licenciado	R$ 0,23

..... (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2020.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 128, DE 22 DE JULHO DE 2020

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.018457/2020-67, deliberado e aprovado na 23ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 20 e 21 de julho de 2020, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária EXTREME DEMONSTRAÇÕES AÉREAS LTDA., CNPJ nº 97.351.662/0001-48, com sede social em Campinas (SP), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, expedidas pela Superintendência de Padrões Operacionais, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.anac.gov.br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO Nº 129, DE 22 DE JULHO DE 2020

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.045629/2019-31, deliberado e aprovado na 23ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 20 e 21 de julho de 2020, decide:

Art. 1º Autorizar, por 05 (cinco) anos, a sociedade empresária SKY DREAM ESCOLA DE PILOTAGEM LTDA., CNPJ nº 09.267.957/0001-73, com sede social na cidade de Porto Seguro (BA), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, expedido pela Superintendência de Padrões Operacionais, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.anac.gov.br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 1.693, DE 6 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.020572/2020-11, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Boa Vista - Grupo IJP;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0607;

III - município (UF): Sorriso (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 13° 09' 03" S / 055° 22' 33" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 1.700, DE 6 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00069.000033/2019-83, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Maria Magalhães;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SC0191;

III - município (UF): Porto União (SC);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 26° 15' 04" S / 051° 00' 45" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 1.708, DE 7 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.020337/2020-31, resolve:

Art. 1º Inscrever o heliponto abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Coudelaria Rocas do Vouga;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP1277;

III - município (UF): Itu (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 17' 53" S / 047° 24' 10" W.

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 1.712, DE 7 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.020174/2020-96, resolve:

Art. 1º Inscrever o heliponto abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Icon Realty Cajamar;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0866;

III - município (UF): Cajamar (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 22' 34'' S / 046° 50' 34'' W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 1.730, DE 8 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.014088/2020-44, resolve:

Art. 1º Renovar e Alterar a inscrição do heliponto privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Murungaba;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0326;

III - município (UF): Tietê (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 57' 05''S / 047° 45' 36''W

Art. 2º A renovação da inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1802/SIA, de 19 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 20 de outubro de 2010, Seção 1, Página 40.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 1.807, DE 16 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.003782/2020-36, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Laguna Porã;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0523;

III - município (UF): Porto Murtinho (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 21° 50' 54" S / 057° 37' 18" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

RETIFICAÇÃO

No preâmbulo de Portaria nº 1639, de 29 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 22 de julho de 2020, Seção 1, página 30, onde se lê "O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO", leia-se "O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL".

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 1.852, DE 22 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTO, no uso das atribuições regimentais previstas no art. 34, inc. VII, al. c, do Regimento Interno da ANAC, anexo à Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e normativas por delegação no item 4.6.2.1.a.vi do Anexo à Portaria nº 1.260/SPO, de 24 de abril de 2019, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço v.14, n. 18, de 3 de maio de 2019, e considerando o contido nos autos do processo administrativo 00065.012151/2020-16, resolve:

Art. 1º Determinar a retomada dos agendamentos e a reabertura das salas de prova, como disposto abaixo, para os exames de conhecimento teórico para fins de obtenção de licenças, de habilitações, categorias e certificados de aeronavegantes e aeroviários executados pela ANAC, requeridos pelos regulamentos:

I - Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 61: licenças, habilitações e certificados para pilotos;

II - Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBHA 63: requisitos para concessão de licenças de mecânico de voo e de comissário de voo, ou RBAC que vier a substituí-lo;

III - Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 65: licenças, habilitações e regras gerais para despachante operacional de voo e mecânico de manutenção aeronáutica.

§ 1º Serão reagendados, em caráter prioritário, a partir de 3 de agosto de 2020, nos termos desta Portaria, os exames anteriormente marcados, que tiveram seu agendamento suspenso, por motivo do fechamento das salas de prova, nos termos da Portaria 769/2020/GCOI/SPO/ANAC, publicada no Diário Oficial da União em 19 de março de 2020. A partir de 21 de agosto de 2020, serão agendados os pedidos de exames ainda não confirmados e demais pedidos ainda não recebidos, seguindo-se a ordem de recebimento, também nos termos desta portaria.

§ 2º Os agendamentos serão realizados, em caráter especial, nos termos desta Portaria, exclusivamente para as salas de prova localizadas em:

a) Brasília;
b) Campo Grande;
c) Curitiba;
d) Porto Alegre;
e) Recife;
f) Rio de Janeiro; e
g) São Paulo.

Art. 2º. Enquanto durar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), decretada pelo Ministro de Estado da Saúde, em 3 de fevereiro de 2020, nos termos do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I - Os candidatos somente serão admitidos para identificação e permanência nas dependências da sala de prova usando máscara de proteção facial de uso não profissional, ou profissional, que lhe cubra nariz e boca;

II - Nas salas de prova será admitido um agendamento por computador, por turno (manhã e tarde), sendo a higienização feita no início de cada turno;

III - Será disponibilizado ao candidato álcool em gel para as mãos e papel para higienização de teclado, mouse e cadeira;

IV - Os candidatos devem manter distanciamento social de 2 (dois) metros entre si e com o pessoal, servidores ou terceirizados, da autoridade de aviação civil.

§ 1º O fiscal de provas da ANAC poderá solicitar a remoção da máscara de proteção facial para fins de identificação do candidato.

§ 2º O candidato que remover a máscara de proteção facial sem solicitação ou autorização pelo fiscal de provas da ANAC será sumariamente retirado da sala e considerado ELIMINADO do exame de conhecimento teórico.

§ 3º As máscaras faciais de uso não profissional devem ser conformes à orientação geral prestada pela Anvisa no documento disponível em: <https://bit.ly/30yr5kV>.

Art. 3°. Fica revogada a Portaria nº 1613, de 24 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2020, Seção 1, página 73.

Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO HIRAE GOMES

PORTARIA Nº 1.853, DE 22 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260/SPO, de 24 de Abril de 2019, e considerando o que consta do processo nº 00065.064160/2018-60, resolve:

Art. 1º Suspender cautelarmente a autorização de funcionamento e a homologação dos cursos práticos de Piloto Privado - Avião, Piloto Comercial - Avião e Instrutor de Voo - Avião da ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO, situada à Rua João Cavalheiro, n°0 - Aeroporto, - São João Nepomuceno - MG, CEP 36680-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO HIRAE GOMES

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 1.826, DE 20 DE JULHO DE 2020

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(vi) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260, de 24 de abril de 2019, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que constam nos processos nºs 00065.509430/2016-11 e 00065.005268/2020-35, resolve:

Art. 1º Revalidar, até 22 de agosto de 2023, o credenciamento do médico Dr. Jorge Pereira Guardiola, CRM-TO 857, MC 157, para a realização de exames de saúde periciais no endereço ACSU SO 40, Av. Teotônio Segurado, CJ. 01, LOTE 01, SALA 401, Palmas - TO, para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, , em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 47, DE 17 DE JULHO DE 2020

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.070304/2020-23, resolve:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de rede de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-050/MG, sob concessão à ECO050 - Concessionária de Rodovias S.A., por meio de travessia no km 064+727m, em Uberlândia/MG de interesse de CEMIG Distribuição S.A.

§1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A ECO050 deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre CEMIG e a ECO050 e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à ECO050 acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º A CEMIG deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 100 (cem) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, a CEMIG deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela ECO050, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art.7º A CEMIG assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art.8º A CEMIG deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à ECO050 cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. A CEMIG abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 48, DE 17 DE JULHO DE 2020

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.067232/2020-37, resolve:

Art.1º Autorizar a regularização de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-040/MG, sob concessão à Concessionária BR 040 S.A., situada no km 606+900m, pista sul, em Congonhas/MG, de interesse do Posto Estancia Real Ltda.

§1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A Concessionária BR 040 S.A. deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais (URMG), uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre o Posto Estancia Real Ltda e a Concessionária BR 040 S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à Concessionária BR 040 S.A. acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º O Posto Estancia Real Ltda deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 1 (um) mês após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, o Posto Estancia Real Ltda deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária BR 040 S.A., responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art.7º O Posto Estancia Real Ltda assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art.8º O Posto Estancia Real Ltda deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária BR 040 S.A. cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. O Posto Estancia Real Ltda abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 49, DE 17 DE JULHO DE 2020

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.058627/2020-49, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de ocupação longitudinal aérea por rede de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, sob concessão à Autopista Litoral Sul S/A, no trecho entre o km 616+327 m e o km 616+801 m, sentido Sul, em São José dos Pinhais/PR, de interesse da Algar Multimídia S/A.

§ 1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Autopista Litoral Sul deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Algar Multimídia e a Autopista Litoral Sul e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Autopista Litoral Sul acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Algar Multimídia deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Algar Multimídia deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 7º A Algar Multimídia assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2552/2008 no valor inicial de R$ 8.699,96 (oito mil seiscentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).

Art. 9º A Algar Multimídia deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Autopista Litoral Sul cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. A Algar Multimídia abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 50, DE 17 DE JULHO DE 2020

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.058611/2020-36, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação da obra de ocupação aérea longitudinal e transversal por rede de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, sob concessão à Autopista Litoral Sul S/A, no trecho entre o km 619+991 m e o km 620+383 m, em São José dos Pinhais/PR, de interesse da Stalker Engenharia Eireli.

§ 1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Autopista Litoral Sul deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Stalker Engenharia e a Autopista Litoral Sul e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Autopista Litoral Sul acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Stalker Engenharia deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Stalker Engenharia deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 7º A Autopista Litoral Sul assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2552/2008 no valor inicial de R$ 9.419,52 (nove mil quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos).

Art. 9º A Stalker Engenharia deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Autopista Litoral Sul cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. A Stalker Engenharia abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 51, DE 17 DE JULHO DE 2020

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.004515/2020-78, resolve:

Art.1º Autorizar a implantação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-381/MG, sob concessão à Concessionária Autopista Fernão Dias, situada no km 881+700m, Pista Sul, município de Estiva/MG, de interesse de Omar Pereira.

§1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A Autopista Fernão Dias deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais (URMG), uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre Omar Pereira e a Autopista Fernão Dias e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à Autopista Fernão Dias acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º Omar Pereira deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, Omar Pereira deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fernão Dias, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art.7º Omar Pereira assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art.8º Omar Pereira deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Autopista Fernão Dias cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. Omar Pereira abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

PORTARIA Nº 132, DE 14 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695 de 13 de maio de 2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.066790/2020-85, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela CEMIG Distribuição S.A., relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT para travessia aérea da via férrea, no km 1026+450 m, visando à implantação de rede de distribuição de energia de 13.8 Kv, com impacto na malha concedida à Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA, no município de Araguari/MG.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 133, DE 14 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.069440/2020-71, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa Transmissora Caminho do Café S.A. (TCC), relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT para travessia aérea da via férrea, no km 310 + 400 m, visando a implantação de rede de distribuição de energia de 500 kV com impacto na malha concedida à Ferrovia Estrada de Ferro Vitória a Minas S.A., no município de Governador Valadares/MG.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 134, DE 16 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695 de 13 de maio de 2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.060223/2020-15, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa Serra de Ibiapaba Transmissora de Energias S.A., relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT para travessia aérea da via férrea, no km 687+050 m da Linha Tronco São Luís (LTSL), visando a implantação de rede de distribuição de energia de 230 kV, com impacto na malha concedida à Ferrovia Transnordestina Logística S.A., no município de Altos/PI.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 444, DE 22 DE JULHO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 1° da Portaria DG/ANTT nº 191, de 15 de maio de 2020, e tendo em vista o que consta nas atribuições previstas no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017, e considerando o que consta no processo nº 50500.071819/2020-41, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA UNIDA MANSUR & FILHOS LTDA, CNPJ nº 21.566.120/0001-20, para a supressão da linha Itabira (MG) - Rio de Janeiro (RJ) prefixo nº 06-0191-60 e suas seções.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 382, DE 22 DE JULHO DE 2020

Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, II e IV do parágrafo único do art. 87 da CRFB, o inciso III do art. 37 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o inciso III do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, no Decreto nº 9.926, de 19 de julho de 2020, e o que consta do Processo Administrativo nº 08129.003780/2020-67, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Fica revogada a Portaria MJSP nº 473, de 27 de fevereiro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 3 de agosto de 2020.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - CONAD

CAPÍTULO I

FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

Art. 1º O Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD, órgão superior permanente do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, de caráter normativo, consultivo e de deliberação coletiva, nos termos do Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006, que regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e do Decreto nº 9.926, de 19 de julho de 2019, tem por competência:

I - aprovar o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas;

II - reformular e acompanhar a execução do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas;

III - deliberar, por meio de resoluções, proposições, recomendações e moções, sobre iniciativas do Governo federal que visem a cumprir os objetivos da Política Nacional sobre Drogas;

IV - deliberar, por meio de resoluções, proposições, recomendações e moções, a respeito de propostas do Grupo Consultivo e da Comissão Bipartite;

V - solicitar análises e estudos ao Grupo Consultivo e à Comissão Bipartite;

VI - acompanhar o cumprimento pelo Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas das diretrizes nacionais para a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas;

VII - acompanhar o cumprimento pelo Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas das diretrizes nacionais para a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas;

VIII - identificar e difundir boas práticas dos três níveis de governo sobre drogas;

IX - acompanhar e se manifestar sobre proposições legislativas referentes às drogas;

X - acompanhar e recomendar sobre assuntos relacionados às drogas, debatidos em foros internacionais, bilaterais, regionais e multilaterais; e

XI - aprovar o seu regimento interno.

Art. 2º O CONAD integra a estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DO CONAD

Seção I

Da Estrutura

Art. 3º O CONAD é formado por:

I - Plenário;

II - Comissão Bipartite;

III - Grupo Consultivo; e

IV - Secretaria-Executiva.

Seção II

Do Plenário

Subseção I

Da composição do Plenário

Art. 4º O Plenário do CONAD terá a seguinte composição:

I - o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, que o presidirá;

II - o Ministro de Estado da Cidadania;

III - um representante dos seguintes órgãos e entidade da administração pública federal:

a) Ministério da Defesa;

b) Ministério das Relações Exteriores;

c) Ministério da Economia;

d) Ministério da Educação;

e) Ministério da Saúde;
f) Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;
g) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
h) Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
IV - o Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
V - o Secretário Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania;
VI - um representante de órgão estadual responsável pela política sobre drogas; e
VII - um representante de conselho estadual sobre drogas.
§ 1º Cada membro do CONAD terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.
§ 2º Os Ministros de Estado de que tratam os incisos I e II do caput serão substituídos pelos respectivos Secretários-Executivos em suas ausências e seus impedimentos.
§ 3º Os Secretários de que tratam os incisos IV e V do caput serão substituídos pelos seus respectivos substitutos eventuais.
§ 4º Os membros do CONAD e respectivos suplentes de que tratam as alíneas "a" a "h" do inciso III do caput e os incisos VI e VII do caput serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.
§ 5º Os membros designados para compor o colegiado perderão a função de Conselheiros:
I - a pedido, por renúncia;
II - por substituição, a critério da autoridade competente para a indicação; e
III - pela ausência injustificada em 3 (três) reuniões consecutivas.
§ 6º Os Conselheiros de que tratam os incisos VI e VII serão dispensados da função de membros do CONAD, no caso de perda da condição de responsável pela política sobre drogas no Estado de origem ou perda do mandato no órgão de origem, respectivamente, devendo, nesse caso, ser providenciada a designação de outro Conselheiro em sua substituição, que detenha a condição necessária.
Subseção II
Das Reuniões do Plenário
Art. 5º O Plenário do CONAD se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que houver solicitação de, no mínimo, oito membros, ou por convocação de seu Presidente.
Art. 6º As reuniões ordinárias do Plenário do CONAD serão convocadas por seu Presidente, com antecedência mínima de dez dias úteis, para o envio da pauta e da documentação de suporte.
§ 1º O prazo para convocação de reuniões extraordinárias pode ser reduzido, na hipótese de comprovada urgência da matéria, devidamente justificada.
§ 2º A proposta do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas ou de sua reformulação deverá ser encaminhada aos membros do CONAD com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da reunião na qual a proposta será examinada.
Art. 7º Os atos de convocação de reuniões ordinárias e extraordinárias, as atas de reunião, os relatórios, os pareceres, os votos, as Resoluções, as Recomendações, as Proposições e as Moções terão o seu conteúdo integral publicado no portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública na internet, em seção própria, observado o art. 11 do Decreto nº 9.926, de 19 de julho de 2019.
Art. 8º O quórum para reunião do Plenário do CONAD será de 6 (seis) membros.
§ 1º O Presidente informará ao Plenário o quórum exigido e o número de presentes na abertura da reunião.
§ 2º Na hipótese de quórum inferior ao estabelecido no caput deste artigo, o Presidente aguardará 20 (vinte) minutos para nova verificação de quórum. Superado o referido prazo e não havendo a presença mínima exigida de conselheiros, a reunião será cancelada.
§ 3º Em caso de cancelamento de reunião do Plenário do CONAD por falta de quórum, o Presidente deverá convocar imediatamente nova sessão.
Art. 9º O quórum de deliberação será a maioria simples dos membros presentes, exceto para a aprovação do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, o qual dependerá do voto da maioria absoluta dos membros.
Parágrafo único. Além do voto ordinário, o Presidente terá o voto de qualidade em caso de empate.
Art. 10. O Presidente poderá convidar, de ofício ou por solicitação de Conselheiro, especialistas e personalidades com reconhecida atuação nos temas discutidos pelo Conselho para participar das reuniões, com direito a voz, em função da matéria constante da pauta.
Subseção III
Dos Atos do Plenário do CONAD
Art. 11. São atos do Plenário do CONAD:
I - Resolução:
a) quando se tratar de deliberação relativa à aprovação ou reformulação do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas; e
b) quando se tratar de deliberação relativa a diretrizes e normas técnicas, critérios e padrões relativos ao Plano Nacional de Políticas sobre Drogas e à Política Nacional sobre Drogas.
II - Proposição: quando se tratar de proposta sobre matéria afetas às competências de outros órgãos ou entidades não vinculadas diretamente ao SISNAD;
III - Recomendação: quando se tratar de manifestação acerca da implementação de políticas, programas públicos e demais temas com repercussão na área de políticas sobre drogas, que visem a cumprir os objetivos da Política Nacional sobre Drogas; e
IV - Moção: quando se tratar de manifestação relevante, relacionada com a temática sobre drogas.
Parágrafo único. Os órgãos e entidades integrantes do SISNAD se submetem aos atos do Plenário do CONAD.
Art. 12. Os Conselheiros poderão encaminhar à Secretaria-Executiva matéria para análise e deliberação pelo Plenário do CONAD, a qual deverá conter justificativa e fundamentação.
Parágrafo único. As propostas de resolução, proposição, recomendação ou moção, deverão conter, no mínimo, os seguintes elementos:
I - diagnóstico apontando a relevância da matéria quanto à temática sobre drogas;
II - impactos e consequências esperados e setores a serem afetados pela aprovação da matéria; e
III - minuta da resolução, proposição, recomendação ou moção.
Art. 13. Contados da data do recebimento de matéria, a Secretaria-Executiva do CONAD deverá analisar os requisitos de admissibilidade da proposta, solicitar manifestação de órgão integrante do CONAD competente, concluir a instrução e apresentar relatório, observando os prazos de:
I - Resolução: 90 (noventa) dias;
II - Proposição: 90 (noventa) dias;
III - Recomendação: 60 (sessenta) dias; e
IV - Moção: 60 (sessenta) dias.
Parágrafo único. Os prazos poderão ser prorrogados pelo Presidente do Conselho, desde que devidamente justificados.
Art. 14. No relatório de que trata o art. 13, a Secretaria-Executiva deverá submeter a matéria ao Plenário do CONAD para deliberação, propondo um dentre os seguintes encaminhamentos:
I - inadmissibilidade;
II - não aprovação;
III - aprovação; e
IV - apresentação de substitutivo.
Parágrafo único. Não serão objeto de deliberação pelo Plenário do CONAD propostas manifestamente ilegais ou que tratem de matéria estranha às competências do CONAD.
Subseção IV
Da Pauta e da Ordem do Dia das Reuniões do Plenário
Art. 15. As reuniões do Plenário do CONAD obedecerão à seguinte ordem:
I - informação do quórum;
II - abertura da Sessão do Plenário;
III - posse dos novos Conselheiros, quando o caso;
IV - encaminhamentos da Secretaria-Executiva;
V - apresentação da ordem do dia;
VI - conhecimento, pelo Plenário, quando o caso, de pedidos de:
a) retirada de matéria da pauta; e
b) inversão de pauta.
VII - discussão, apresentação de emendas e deliberação das matérias da ordem do dia;
VIII - apresentação de informes ou de temas considerados relevantes para o Conselho, por iniciativa do presidente ou do Plenário, com duração máxima de 10 (dez) minutos por informe; e
IX - encerramento.
Art. 16. Das reuniões serão lavradas atas, as quais informarão o local e a data de sua realização, nome dos membros presentes e demais participantes e convidados, resumo dos assuntos apresentados e debates ocorridos, bem como as deliberações tomadas.
§ 1º Após a reunião, a Secretaria-Executiva elaborará minuta de ata, que será circulada por meio eletrônico, para que os Conselheiros, no prazo de 10 (dez) dias úteis, ratifiquem ou proponham retificação da minuta.
§ 2º Superado o prazo de que trata o § 1º com manifestações para retificação da minuta, a Secretaria-Executiva avaliará e, se necessário, realizará os ajustes identificados e circulará a minuta novamente para manifestação dos Conselheiros no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
§ 3º Superados os prazos tratados neste artigo, sem manifestação, a minuta de ata será considerada aprovada e será disponibilizada aos Conselheiros para assinatura no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por meio de disponibilização para assinatura externa.
§ 4º Respeitado o disposto do art. 11 do Decreto nº 9.926, de 2019, a ata da reunião poderá ser substituída pela disponibilização do áudio ou áudio e vídeo, acompanhado de memória de reunião, subscrita por um servidor.
Art. 17. A elaboração da ordem do dia observará a seguinte sequência:
I - Resoluções;
II - Proposições;
III - Recomendações; e
IV - Moções.
Parágrafo único. As matérias objeto de pedido de vista anterior e de retirada de pauta, observada a ordem estabelecida no caput, antecederão a discussão de novas matérias.
Subseção V
Dos Requerimentos de Inversão de Pauta, de Retirada de Pauta e de Pedido de Vista
Art. 18. Os requerimentos de inversão de pauta submetidos à sessão serão decididos pelo Plenário, sendo necessário para sua aprovação os votos da maioria simples dos Conselheiros.
Art. 19. O requerimento de retirada de pauta poderá ser apresentado, uma única vez, pelo proponente da matéria que se pretende retirar da pauta e deverá ser realizado antes do início da sua votação.
§ 1º A retirada de pauta, nos termos do caput, será concedida pelo Presidente.
§ 2º Após o início da votação da matéria, sua retirada de pauta não será concedida.
Art. 20. É facultado aos Conselheiros requerer vista, uma única vez, de matéria cuja votação não tenha sido iniciada.
§ 1º O direito de vista de matéria pode ser exercido a qualquer momento da discussão, antes do início de sua votação, sendo facultado ao Plenário prosseguir na discussão da matéria, sem deliberação.
§ 2º O direito de vista será exercido apenas uma vez pela instituição representada pelo Conselheiro. Uma vez solicitada pelo titular, o direito de vista não poderá ser objeto de nova solicitação por parte do suplente, e vice-versa.
§ 3º Quando mais de um Conselheiro pedir vista, o direito será exercido simultaneamente.
§ 4º A critério do Presidente, poderá ser concedida vista coletiva da matéria quando um ou mais Conselheiros solicitarem.
§ 5º A concessão de vista coletiva impede novo pedido de vista subsequentemente.
Subseção VI
Das Discussões e Votações em Plenário
Art. 21. A deliberação de resoluções, proposições, recomendações e moções em Plenário obedecerá à seguinte sequência:
I - o Presidente apresentará o item da ordem do dia e dará a palavra ao Secretário-Executivo do CONAD, que apresentará seu relatório ao Plenário, abordando os seguintes pontos:
a) relevância da matéria quanto à temática sobre drogas;
b) impactos e consequências da aprovação da matéria; e
c) recomendação de encaminhamento a ser adotado pelo Plenário, manifestando-se pela inadmissibilidade, pela não-aprovação, pela aprovação ou pela apresentação de substitutivo à proposta relatada.
II - após a apresentação do relatório, será iniciada a discussão da proposta, podendo qualquer Conselheiro apresentar emendas com a devida justificativa; e
III - encerrada a discussão far-se-á a verificação da existência de pedidos de vista sobre a matéria e, em não havendo pedidos de vista, inicia-se a votação pelos Conselheiros.
Parágrafo único. Se aprovado pela maioria simples, os atos em discussão no Plenário poderão ser submetidos à análise pela Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Art. 22. As deliberações do Plenário do CONAD serão realizadas de forma simbólica.
Parágrafo único. Quando solicitado por Conselheiro, a deliberação poderá ser nominal.
Art. 23. Realizada a votação simbólica, qualquer Conselheiro poderá apresentar declaração de voto, cujo teor será registrado em ata.
Subseção VII
Da Publicação dos Atos
Art. 24. Os atos do Plenário do CONAD serão publicados no Diário Oficial da União.
§ 1º Previamente à publicação, havendo fundada dúvida sobre a legalidade ou constitucionalidade dos atos aprovados pelo Plenário, o Presidente poderá submetê-los à análise pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.
§ 2º Em caso de constatadas, pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, inconstitucionalidades ou ilegalidades, a matéria deverá ser, obrigatoriamente, encaminhada ao Plenário e incluída na pauta da reunião subsequente, para nova deliberação.
§ 3º A Secretaria-Executiva deverá dar ampla publicidade a todos os atos deliberativos emanados do CONAD, preferencialmente por meio do portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na internet.
Seção III
Da Comissão Bipartite
Subseção I
Das competências da Comissão Bipartite
Art. 25. À Comissão Bipartite, órgão de apoio ao CONAD, compete:
I - propor estratégias para a gestão e a implementação dos programas, projetos e ações da Política Nacional sobre Drogas;
II - propor à Secretaria-Executiva do CONAD metodologias de acompanhamento da Política Nacional sobre Drogas;

III - sugerir ao CONAD boas práticas para os três níveis de governo sobre drogas;
IV - sugerir aperfeiçoamentos para a articulação federativa sobre drogas; e
V - exercer demais atribuições estabelecidas pelo Plenário do CONAD.

Subseção II

Da Composição da Comissão Bipartite

Art. 26. A Comissão Bipartite terá a seguinte composição:

I - o Secretário Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania, que a presidirá;

II - o Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e

III - vinte e sete representantes, um de cada órgão estadual e um do órgão distrital, responsáveis pela política sobre drogas.

§ 1º Cada membro da Comissão Bipartite terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2º Os Secretários a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo serão substituídos pelos seus substitutos eventuais.

§ 3º Os órgãos a que se refere o inciso III do caput deste artigo indicarão seus representantes, titular e suplente, que serão designados pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 4º Os membros da Comissão Bipartite deverão observar a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, se abstendo de votar em caso de conflito de interesses.

Subseção III

Do Funcionamento da Comissão Bipartite

Art. 27. A Comissão Bipartite se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que houver solicitação de, no mínimo, 15 (quinze) membros, ou por convocação de seu Presidente.

Art. 28. As reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão Bipartite serão convocadas por seu Presidente, por meio eletrônico, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, simultaneamente ao envio da pauta e da documentação de suporte.

§ 1º As reuniões da Comissão Bipartite serão organizadas pela Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas - SENAPRED do Ministério da Cidadania, a qual caberá a adoção das providências necessárias para sua realização.

§ 2º A SENAPRED encaminhará à Secretaria-Executiva do CONAD, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, após a realização da reunião, a documentação de suporte, as atas das reuniões, relatórios e demais documentos produzidos pela Comissão.

§ 3º O prazo para convocação de reuniões extraordinárias pode ser reduzido, na hipótese de comprovada urgência da matéria, devidamente justificada.

§ 4º As reuniões da Comissão Bipartite ocorrerão, preferencialmente, por meio de videoconferência.

Seção IV

Do Grupo Consultivo

Subseção I

Das competências do Grupo Consultivo

Art. 29. Ao Grupo Consultivo, órgão de apoio ao CONAD, compete:

I - elaborar diagnósticos, recomendações e propostas sobre drogas;

II - propor à Secretaria-Executiva do CONAD metodologias de acompanhamento da Política Nacional sobre Drogas;

III - elaborar estudos sobre proposições legislativas referentes a drogas;

IV - sugerir ao CONAD boas práticas para os três níveis de governo sobre a temática das drogas;

V - sugerir aperfeiçoamentos para a articulação federativa sobre drogas; e

VI - exercer demais atribuições estabelecidas pelo Plenário do CONAD.

Subseção II

Da Composição do Grupo Consultivo

Art. 30. O Grupo Consultivo terá a seguinte composição:

I - o Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que o coordenará;

II - o Secretário Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania;

III - três especialistas em temáticas vinculadas à política sobre drogas, indicados e designados pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública; e

IV - três especialistas em temáticas vinculadas à política sobre drogas, indicados pelo Ministro de Estado da Cidadania e designados pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 1º Os Secretários a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo serão substituídos em suas ausências e seus impedimentos pelos seus respectivos substitutos eventuais.

§ 2º Os especialistas a que se referem os incisos III e IV do caput não terão suplentes.

§ 3º As reuniões do Grupo Consultivo serão convocadas por seu Coordenador e ocorrerão, preferencialmente, por meio de videoconferência.

§ 4º As documentações de suporte, as atas das reuniões, relatórios e demais documentos produzidos pelo Grupo Consultivo serão arquivadas pela Secretaria-Executiva do CONAD.

§ 5º Os membros do Grupo Consultivo deverão observar a Lei nº 12.813, de 2013, se abstendo de votar em caso de conflito de interesses.

Seção V

Da Secretaria-Executiva do CONAD

Subseção I

Das competências da Secretaria-Executiva do CONAD

Art. 31. À Secretaria-Executiva do CONAD, compete:

I - propor ao CONAD, em conjunto com a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania, o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, ou sua reformulação, ouvidos o Grupo Consultivo e a Comissão Bipartite;

II - apoiar o CONAD no acompanhamento da Política Nacional sobre Drogas, inclusive ao propor, em conjunto com a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania, metodologias de acompanhamento da Política Nacional sobre Drogas, ouvidos o Grupo Consultivo e a Comissão Bipartite;

III - prestar o apoio administrativo necessário para a consecução dos objetivos do CONAD e de seus órgãos de apoio, inclusive quanto à logística das reuniões, à gestão de documentos e à gestão da informação;

IV - assessorar o Presidente em questões de sua atribuição;

V - instruir, relatar e encaminhar, conforme rito regimental, à apreciação do Plenário, propostas de matérias de competência do Conselho;

VI - solicitar, sempre que necessário, o apoio do Grupo Consultivo e da Comissão Bipartite para subsidiarem a instrução de propostas a serem submetidas ao Plenário do CONAD e determinar prazo para manifestação;

VII - solicitar a manifestação dos órgãos integrantes do CONAD que tenham competência sobre o tema de propostas a serem submetidas ao Plenário do CONAD, para, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, analisar e emitir manifestação a respeito;

VIII - propor ao Presidente a realização de consulta a órgão não integrante do CONAD que tenha competência sobre a matéria proposta;

IX - propor e acompanhar o calendário e a agenda das reuniões do Plenário e dos órgãos de apoio do CONAD;

X - convocar as reuniões do Conselho, por determinação de seu Presidente;

XI - promover a divulgação dos atos do CONAD;

XII - elaborar o relatório anual de atividades, submetendo-o ao Presidente do CONAD;

XIII - prestar os esclarecimentos solicitados pelos Conselheiros;

XIV - comunicar, encaminhar e fazer publicar as deliberações emanadas do Plenário do CONAD;

XV - fazer a comunicação oficial com outros órgãos governamentais em nome do CONAD; e

XVI - executar outras atribuições correlatas, determinadas pelo Presidente do CONAD.

Subseção II

Da estrutura e funcionamento da Secretaria-Executiva do CONAD

Art. 32. A Secretaria-Executiva do CONAD será exercida pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 33. Caberá ao Ministério da Justiça e Segurança Pública disponibilizar os meios necessários ao funcionamento da Secretaria-Executiva do CONAD.

Seção VI

Das Atribuições dos Membros do CONAD

Art. 34. Ao Presidente incumbe:

I - convocar, e presidir as reuniões do Plenário, cabendo-lhe, além do voto ordinário, o voto de qualidade em caso de empate;

II - ordenar o uso da palavra;

III - submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário, intervindo na ordem dos trabalhos, ou suspendendo-os sempre que necessário;

IV - designar e dar posse aos Conselheiros;

V - conceder vista ou vista coletiva e retirar matérias de pauta, conforme estabelecido regimentalmente;

VI - assinar:

a) deliberações do Plenário do CONAD; e

b) atos relativos ao cumprimento das deliberações.

VII - submeter à apreciação do Plenário o relatório anual do CONAD, elaborado pela Secretaria-Executiva;

VIII - delegar competências ao titular da Secretaria-Executiva, quando necessário; e

IX - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento Interno, adotando as providências que se fizerem necessárias.

Parágrafo único. O Presidente do CONAD será substituído, nos seus impedimentos, pelo Secretário-Executivo do MJSP.

Art. 35. Aos Conselheiros incumbe:

I - participar das reuniões para as quais forem convocados, com direito a voz e voto;

II - participar das atividades decorrentes das reuniões do CONAD;

III - debater, propor alterações e deliberar sobre as matérias em discussão;

IV - solicitar informações e esclarecimentos e propor providências ao Presidente e ao Secretário-Executivo sobre os trabalhos do Conselho;

V - pedir vista de matéria, na forma regimental;

VI - apresentar manifestações solicitadas pelo Plenário do CONAD, nos prazos fixados;

VII - propor temas e assuntos para a deliberação e ação do Plenário do CONAD, sob a forma de propostas de resoluções, recomendações, proposições e moções, nos termos deste Regimento;

VIII - propor questões de ordem nas reuniões do Plenário;

IX - solicitar a verificação de quórum;

X - observar, em suas manifestações, as regras básicas da convivência e do decoro; e

XI - manter dados cadastrais atualizados junto à Secretaria-Executiva do CONAD;

§ 1º No exercício de suas funções, os Conselheiros deverão pautar-se pelos padrões da ética, sobretudo no que diz respeito à integridade, à moralidade, à clareza de posições e ao decoro, com vistas a motivar o respeito e a confiança do público em geral.

§ 2º Os membros deverão observar a Lei nº 12.813, de 2013, se abstendo de votar em caso de conflito de interesses.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. O CONAD tem sede em Brasília - DF e está localizado no Palácio da Justiça, Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede.

Art. 37. Proposta de alteração do presente Regimento Interno poderá ser apresentada por Conselheiro, nos termos do inc. VII do art. 35, e sua aprovação dependerá do voto favorável da maioria simples dos conselheiros.

Art. 38. A participação no CONAD, na Comissão Bipartite e no Grupo Consultivo será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 39. É vedada a divulgação de discussões em curso sem a prévia anuência do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e do Ministro de Estado da Cidadania.

Art. 40. É vedada a criação de subcolegiados por ato do CONAD.

Art. 41. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Plenário, podendo o Presidente, em caso de urgência justificada, decidir ad referendum do Plenário.

PORTARIA Nº 414, DE 22 DE JULHO DE 2020

Estabelece a suspensão, temporária e excepcionalmente, do tempo máximo para o contato direto com o atendente no Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC, previsto na Portaria MJ nº 2.014, de 13 de outubro de 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da CRFB, e tendo em vista o disposto no § 4º do art. 4º e no art. 5º do Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008, na Portaria MJ nº 2.014, de 13 de outubro de 2008, o que consta no Processo Administrativo nº 08012.000675/2020-83, e

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020;

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - SARS-CoV-2 (Covid-19);

Considerando o Decreto nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020, que promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005;

Considerando que o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 2020, define, em seus incisos VI e VII do § 1º do art. 3º os serviços de telecomunicações, internet e call center como serviços públicos e atividades essenciais;

Considerando que, nos termos do § 6º do art. 3º do Decreto nº 10.282, de 2020, as limitações de serviços públicos e de atividades essenciais, inclusive as reguladas, concedidas ou autorizadas somente poderão ser adotadas em ato específico e desde que em articulação prévia com o órgão regulador ou Poder concedente ou autorizador;

Considerando a Portaria MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus - SARS-CoV-2 (Covid-19);

Considerando a Portaria MS nº 454, de 20 de março de 2020, que declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus - SARS-CoV2 (Covid-19); e

Considerando a manifestação, no Ofício nº 330/2020/DSASTE/SVS/MS, de 24 de março de 2020, do Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, a qual recomenda que os serviços de call center, e outros semelhantes, que objetivam o atendimento ao consumidor sejam, sempre que possível, durante a vigência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em razão do novo coronavírus - SARS-CoV-2 (Covid-19), realizados por meio de canais digitais, ferramentas e plataformas virtuais que possam ser acessadas e utilizadas pelo maior número de consumidores sem a necessidade de atendimento presencial, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece a suspensão, temporária e excepcional, do tempo máximo para o contato direto com o atendente nos Serviços de Atendimento ao Consumidor - SACs, previsto na Portaria MJ nº 2.014, de 2008.

Art. 2º Ficam suspensas, por 120 (cento e vinte) dias, em vista da vigência das medidas sanitárias restritivas impostas pelo Ministério da Saúde e demais órgãos de governo estadual, distrital e municipal, as determinações da Portaria MJ nº 2.014, de 2008, em relação ao tempo máximo para o contato direto com o atendente nos SACs.

§ 1º A suspensão de que trata o caput poderá ser revista a qualquer tempo, com estabelecimento, mesmo antes de findo o prazo referido, de medidas para a normalização do atendimento pelos SACs.

§ 2º A alteração do regime de quaisquer serviços ou de canais de atendimento por parte do fornecedor deve ser precedida de ampla comunicação à população, devendo tal informação ser mantida em destaque em sua página na internet e adotadas todas providências possíveis para minimizar os impactos.

§ 3º Durante o período de suspensão, a prestação do serviço de atendimento ao consumidor deve ser comprovada por meio de relatórios quinzenais que serão apresentados:

I - à Secretaria Nacional do Consumidor; e

II - quando se tratar de mercado regulado, às agências reguladoras setoriais.

Art. 3º O atendimento ao consumidor deverá ocorrer, durante o período de suspensão, por canais alternativos que possibilitem a resolução de problemas sem a necessidade de exposição aos riscos de contaminação de operadores dos SACs, devendo ser priorizado o atendimento de urgência e de emergência.

§ 1º O canal preferencial para a realização do atendimento previsto no caput será:

I - para empresas de atuação nacional, a plataforma Consumidor.gov.br; e

II - nos demais casos, o sistema eletrônico dos Procons estaduais, distrital e municipais.

§ 2º Os canais de atendimento de que trata o caput deverão ser amplamente divulgados e de fácil manuseio, de modo a garantir o acesso de todos os consumidores.

Art. 4º Na situação excepcional da realização de serviço presencial, por atendimento telefônico, telecomunicações e call center, deverão ser adotadas cautelas de higiene e de saúde, garantindo-se o provimento de insumos e outros recursos necessários para a proteção à saúde dos trabalhadores, conforme as diretrizes e recomendações disponibilizadas, no âmbito de suas competências, pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde e pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Art. 5º A Secretaria Nacional do Consumidor poderá elaborar manifestação técnica contendo orientações excepcionais sobre a aferição da conduta dos fornecedores, em cada caso, durante o lapso temporal não regulado pela Portaria MJSP nº 156, de 1º de abril de 2020, e por esta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 23 DE JULHO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria nº 224, de 5 de dezembro de 2018, do Ministro de Estado da Segurança Pública, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, na Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e na Medida Provisória nº 983, de 16 de junho de 2020, observados os termos da Portaria nº 331, de 10 de abril de 2019, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, da Portaria nº 954, de 10 de abril de 2019, do Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e o contido no processo nº 08650.009703/2020-11, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Instituir o peticionamento eletrônico como forma oficial de protocolo de documentos e estabelecer procedimentos específicos a serem observados no processamento eletrônico perante a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Art. 2º Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se:

I - assinatura eletrônica: registro realizado eletronicamente por usuário identificado de modo inequívoco com vistas a firmar documentos;

II - autenticidade: propriedade pela qual se assegura que a informação foi produzida, expedida, modificada ou destruída por uma determinada pessoa física, equipamento, sistema, órgão ou entidade;

III - autoria: qualidade ou condição de autor;

IV - digitalização: conversão fiel da imagem de um documento para código digital;

V - documento digital - informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional, podendo ser:

a) documento nato-digital: documento criado originariamente em meio eletrônico; ou

b) documento digitalizado: documento obtido a partir da conversão de um documento não digital, gerando uma fiel representação em código digital;

VI - integridade: propriedade pela qual se assegura que a informação não foi modificada ou destruída de maneira não autorizada ou acidental;

VII - OCR (Optical Character Recognition): tecnologia de reconhecimento de caracteres que possibilita a obtenção, a partir de um arquivo de imagem, de um arquivo de texto passível de ser pesquisado por termos;

VIII - peticionamento eletrônico: envio eletrônico de petição ou documento, realizado por usuário externo previamente cadastrado e por meio de ferramenta específica, com a finalidade de instaurar novo processo ou compor processo já existente na PRF;

IX - processo eletrônico: conjunto de documentos e atos processados, armazenados e disponibilizados por meio eletrônico;

X - Sistema Eletrônico de Informações (SEI): sistema oficial de informações, documentos e processos eletrônicos no âmbito da PRF;

XI - tramitação: movimentação do processo entre setores ou entre órgãos;

XII - usuário externo: pessoa física externa à PRF que, mediante cadastro prévio, está autorizada a ter acesso ao SEI para a prática de atos processuais em nome próprio ou na qualidade de representante de pessoa jurídica ou de pessoa natural; e

XIII - usuário interno: pessoa que exerce atividade na PRF, ainda que transitoriamente, cadastrada através de e-mail institucional para ter acesso interno ao SEI.

Art. 3º O peticionamento eletrônico poderá ser utilizado por pessoa física ou jurídica que figure como parte ou interessada em processo administrativo no âmbito da PRF.

§ 1º O cadastro de usuário, pessoa física, dar-se-á com o fornecimento de informações pessoais e apresentação da documentação exigida, conforme disposto no art. 10.

§ 2º O cadastro de usuário, pessoa jurídica, será feito por pessoa física investida dos devidos poderes de representação, sujeitos à verificação documental pela área técnica.

Processo eletrônico

Art. 4º Todas as solicitações e documentos recepcionados pela PRF mediante Peticionamento Eletrônico integrarão processos eletrônicos no âmbito do SEI.

§ 1º Os documentos nato-digitais juntados aos processos eletrônicos com garantia de origem, na forma estabelecida nesta Instrução Normativa, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 2º Os usuários externos poderão enviar documentos digitais por meio do peticionamento eletrônico, sendo que os documentos digitalizados terão valor de cópia simples.

§ 3º A apresentação dos originais dos documentos digitalizados enviados nos termos do § 2º somente será necessária nas hipóteses previstas nos §§ 5º e 6º, ou quando a lei ou regulamento expressamente o exigirem.

§ 4º O teor e a integridade dos documentos enviados nos termos do § 2º são de responsabilidade do usuário externo, que responderá administrativa, civil e/ou penalmente por eventuais adulterações ou fraudes.

§ 5º A impugnação da integridade do documento digital, quer seja por adulteração ou fraude, dará início a diligências de verificação do documento impugnado.

§ 6º A PRF poderá exigir a apresentação, no prazo de quinze dias, dos documentos originais, cujos arquivos tenham sido juntados em processos eletrônicos em trâmite ou concluídos no órgão.

Assinatura Eletrônica

Art. 5º Os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do SEI terão garantia de integridade, de autoria e de autenticidade, mediante utilização de assinatura eletrônica nas seguintes modalidades:

I - assinatura digital: baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil; e

II - assinatura cadastrada: realizada por meio de login e senha, obtidos mediante prévio credenciamento de acesso de usuário.

Art. 6º As assinaturas digitais e cadastradas são de uso pessoal e intransferível, sendo responsabilidade do titular sua guarda e sigilo.

Acesso e credenciamento de usuário externo

Art. 7º O cadastro como usuário externo é ato pessoal, intransferível e indelegável.

§ 1º A PRF poderá aceitar cadastros de usuários externos, realizados em plataforma do Governo Federal de cadastro centralizado de identificação digital dos cidadãos.

§ 2º O acesso de pessoa jurídica deverá ser realizado através do credenciamento de seus representantes legais.

Art. 8º O cadastro de representante como usuário externo é:

I - obrigatório para fornecedores contratados ou que pretendam celebrar contrato de fornecimento de bens ou serviços com a PRF, ressalvados os casos de outros órgãos ou entidades públicas que possuam regulamento específico; e

II - opcional para os demais casos.

Art. 9º O credenciamento do usuário externo dar-se-á através do preenchimento de formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico da PRF (www.prf.gov.br) e posterior liberação do acesso no SEI.

§ 1º A solicitação de credenciamento e acesso de usuário externo será analisada e, se regular, deferida por usuário interno com perfil específico para a liberação do cadastro.

§ 2º O resultado da análise da documentação será informado por mensagem eletrônica.

§ 3º É vedado ao usuário externo cadastrar-se mais de uma vez no sistema.

§ 4º Em caso de necessidade de alteração de dados pessoais, o usuário externo deverá fazer a solicitação formalmente, com a apresentação dos documentos previstos no art. 10, a fim de comprovar os novos dados.

Art. 10. Após o preenchimento e o envio do formulário eletrônico de credenciamento, o usuário externo deverá comparecer pessoalmente a qualquer uma das unidades administrativas da PRF, apresentando a seguinte documentação:

I - original do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, devidamente preenchido e assinado conforme documento de identificação; e

II - original ou cópia do documento de identificação civil com foto, no qual conste o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

§ 1º Poderá ser solicitada documentação complementar para a efetivação do cadastro.

§ 2º Os documentos previstos nos incisos I e II poderão ser enviados através do e-mail institucional utilizado no cadastro, quando o usuário externo for servidor ou empregado de órgãos da administração pública direta ou indireta, ficando dispensada a apresentação dos documentos originais.

§ 3º Os documentos apresentados serão registrados em processo específico para o credenciamento de usuário externo.

§ 4º O original do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, quando apresentado em suporte físico, deverá ser arquivado na PRF.

Art. 11. Na impossibilidade do usuário externo comparecer pessoalmente, a documentação tratada no art. 10 poderá ser apresentada:

I - por terceiros, presencialmente, em qualquer unidade administrativa da PRF;

II - por correspondência, endereçada a qualquer Superintendência ou à Sede Nacional da PRF; ou

III - por e-mail, desde que a documentação esteja acompanhada de uma foto do rosto do usuário externo com o Termo de Declaração de Concordância e Veracidade ao lado, sendo necessário que este apareça legível.

Art. 12. Após realizado o cadastramento do usuário externo no sítio eletrônico da PRF e recebidos os documentos pertinentes, a PRF terá até 5 dias úteis para liberar o acesso ou informar eventual pendência na documentação.

Art. 13. Caso haja identificação de indício de irregularidade, a qualquer momento, o usuário externo poderá ter a liberação suspensa até a verificação.

Art. 14. O cadastro como usuário externo importará na aceitação de todos os termos e condições previstos nesta Instrução Normativa e nas demais normas aplicáveis, especialmente o exposto no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, ficando o usuário sujeito a responsabilização administrativa, civil e penal em caso de utilização indevida do sistema ou de suas funcionalidades.

Peticionamento eletrônico, obrigações, registros e efeitos do ato

Art. 15. O usuário externo poderá:

I - peticionar eletronicamente;

II - acompanhar a tramitação dos processos que peticionar ou dos que lhe tenha sido concedido acesso externo;

III - ser intimado eletronicamente quanto a atos processuais ou para apresentação de informações ou documentos complementares; e

IV - assinar contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos junto à PRF.

Art. 16. É de exclusiva responsabilidade do usuário externo:

I - manter o sigilo da senha de acesso;

II - garantir a autenticidade dos documentos digitalizados e enviados;

III - garantir a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de peticionamento e os constantes do documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos necessários;

IV - enviar documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema de peticionamento eletrônico, atentando-se para os formatos e tamanhos dos arquivos a serem transmitidos eletronicamente, priorizando a utilização da tecnologia OCR;

V - conservar os originais dos documentos digitalizados e enviados por meio de peticionamento eletrônico, até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, os quais deverão ser apresentados à PRF para conferência, quando solicitados conforme disposto no art. 14 do Decreto nº 8.539, 8 de outubro de 2015;

VI - averiguar, por meio do recibo eletrônico de protocolo, a confirmação do recebimento dos documentos transmitidos eletronicamente;

VII - atentar que os atos processuais, em meio eletrônico, consideram-se realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, sendo tempestivo o ato praticado até as 23h59min59 (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos) do último dia do prazo, conforme o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo;

VIII - manter atualizado o endereço de e-mail fornecido para cadastro de usuário externo e os seus demais dados cadastrais, bem como assegurar a viabilidade de recebimento de mensagens eletrônicas;

IX - realizar consultas periódicas ao endereço de e-mail cadastrado e ao sistema de peticionamento eletrônico;

X - zelar pela sua rede de comunicação, pelo acesso a seu provedor de internet e pela configuração do dispositivo utilizado nas transmissões eletrônicas; e

XI - atentar para os avisos de indisponibilidade técnica do sistema, a serem divulgados no sítio eletrônico da PRF na internet.

Parágrafo único. A não obtenção de acesso ou credenciamento como usuário externo, ou eventual defeito de transmissão ou recepção de dados e informações não imputáveis a falha do SEI ou do sistema de peticionamento eletrônico da PRF não justificarão o eventual descumprimento de obrigações ou inobservância de prazos processuais.

Art. 17. O peticionamento eletrônico será registrado automaticamente pelo SEI, que fornecerá recibo eletrônico de protocolo constando os seguintes dados:

I - número do processo;

II - lista dos documentos enviados com seus respectivos números de protocolo;

III - data e horário do recebimento da petição; e

IV - identificação do signatário da petição.

Art. 18. Serão aceitas procurações emitidas e assinadas diretamente no SEI, a partir da implementação da funcionalidade de emissão e gestão de procurações eletrônicas pelos usuários externos.

Art. 19. Os documentos originais, em suporte físico, cuja digitalização seja tecnicamente inviável, e os documentos nato-digitais em formato originalmente incompatíveis ou de tamanho superior ao suportado pelo sistema, deverão ser protocolados presencialmente em qualquer unidade administrativa da PRF ou enviados por via postal, no prazo de dez dias úteis, contados do envio da petição eletrônica do documento principal.

Parágrafo único. O prazo para apresentação posterior do documento em meio físico, disposto no caput deste artigo, não exime o interessado do atendimento do prazo processual pertinente, que deve ser cumprido com o peticionamento dos demais documentos, especialmente do documento principal.

Art. 20. Para todos os efeitos, os atos processuais em meio eletrônico consideram-se realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI.

§ 1º Salvo disposição em contrário, o ato processual realizado por meio eletrônico será considerado tempestivo quando efetivado até as 23h59min59 (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos) do último dia do prazo, tendo sempre por referência o horário oficial de Brasília.

§ 2º Não serão considerados os feriados estaduais, municipais ou do Distrito Federal na contagem dos prazos relativos a processos em tramitação na Polícia Rodoviária Federal.

§ 3º Em caso de indisponibilidade do SEI, os prazos com vencimento na data da ocorrência serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema.

Disponibilidade do Sistema

Art. 21. O peticionamento eletrônico estará disponível 24 horas por dia, ininterruptamente, ressalvados os períodos de indisponibilidade por motivo técnico ou em razão de manutenção programada.

§ 1º As manutenções programadas do sistema serão sempre informadas com antecedência na página da PRF na internet ou no próprio sistema e realizadas, preferencialmente, no período da 0 hora dos sábados às 22 horas dos domingos ou da 0 hora às 6 horas nos demais dias da semana.

§ 2º A indisponibilidade do sistema será considerada por motivo técnico quando:

I - for superior a sessenta minutos, ininterruptos ou não, se ocorrida entre as 6 horas e as 23 horas; ou

II - ocorrer entre as 23 horas e as 23 horas e 59 minutos.

§ 3º Não se caracterizam indisponibilidade do sistema as falhas de transmissão de dados entre a estação de trabalho do usuário externo e a rede de comunicação pública, ou qualquer outra impossibilidade técnica decorrente de falhas nos equipamentos, conexões ou programas do usuário.

Art. 22. A indisponibilidade do sistema será aferida por sistema de monitoramento da área de tecnologia da informação, a qual divulgará, periodicamente, no sítio eletrônico da PRF, relatórios de interrupções de funcionamento contendo, pelo menos, as seguintes informações:

I - data, hora e minuto do início e do término da indisponibilidade; e

II - relação dos serviços que ficaram indisponíveis.

Intimações eletrônicas

Art. 23. As intimações aos usuários externos cadastrados na forma desta Instrução Normativa, ou de pessoa jurídica por eles representada, serão feitas por meio eletrônico e consideradas pessoais para todos os efeitos legais.

§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o usuário externo efetivar a consulta eletrônica ao documento correspondente, certificando-se nos autos sua realização.

§ 2º A intimação será tida como realizada depois de quinze dias corridos da data do seu envio, independente da efetivação da consulta eletrônica tratada no § 1º.

§ 3º A intimação será considerada realizada no primeiro dia útil seguinte à verificação dos marcos estabelecidos nos parágrafos anteriores, quando estes recaírem em dia não útil.

§ 4º Poderá ser encaminhada, em caráter informativo, correspondência eletrônica ao interessado, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual previsto no § 2º.

§ 5º As intimações que viabilizem o acesso completo do processo ao interessado, serão consideradas como vista integral dos autos para todos os efeitos legais.

§ 6º Quando, por motivos técnicos, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização da intimação, os atos processuais poderão ser praticados em meio físico.

Disposições finais

Art. 24. Revogam-se os arts 48, 49, 50 e 51 da Instrução Normativa nº 116, de 16 de fevereiro de 2018, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico da PRF em 20 de março de 2018.

Art. 25. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 3 de agosto de 2020.

EDUARDO AGGIO DE SÁ

PORTARIA Nº 211, DE 23 DE JULHO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 224, de 5 de dezembro de 2018, do Ministro de Estado da Segurança Pública, e em atenção ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, observado o contido no processo nº 08650.011210/2020-32, resolve:

Art. 1º Aprovar a revisão do Planejamento Estratégico da Polícia Rodoviária Federal para o período 2020 a 2028 (Estratégia PRF 2020-2028).

Art. 2º A Estratégia PRF 2020-2028 é composta por:

I - Referencial Estratégico: a missão, a visão e os valores da instituição;

II - Resultados Institucionais: as entregas que a organização efetivamente se compromete junto à sociedade e ao Governo;

III - Objetivos Estratégicos: segmentados em finalísticos, gestão e inovação e recursos, os quais a instituição pretende alcançar, visando atingir sua visão de futuro, distribuídos nas perspectivas;

IV - Mapa Estratégico: representação gráfica do Planejamento Estratégico, visando facilitar sua comunicação e disseminação, contendo a Missão, Visão e Valores, além dos resultados e objetivos definidos pelo planejamento, ligados por uma relação de causa e efeito; e

V - Plano Diretor: sucessão de ações e projetos para o próximo biênio, concentrados na busca gradual, contínua e consistente pelo alcance da Visão.

Art. 3º A Estratégia PRF 2020-2028 é única para todo o órgão e goza de efeito vinculante, devendo nortear todas as instâncias de tomada de decisão e de execução da instituição, com escopo na missão e em busca da visão de futuro, balizada por seus valores.

§ 1º É vedada a elaboração, a manutenção ou a divulgação de quaisquer outros planos internos da PRF com características de planejamento estratégico ou nominados como tal.

§ 2º É vedada a elaboração, manutenção e disseminação de quaisquer outras formas de Missão, Visão de Futuro e Valores diferentes dos previstos na Estratégia PRF 2020-2028, incluindo aquelas referentes a atividades ou setores específicos, ainda que com outras denominações.

Art. 4º A implementação da Estratégia PRF 2020-2028 será monitorada por indicadores de desempenho estratégico e metas associadas aos objetivos estratégicos e aos resultados institucionais.

Parágrafo único. Os indicadores de desempenho estratégico e suas metas serão regulamentados em ato específico, em até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Portaria.

Art. 5º A Estratégia PRF 2020-2028 deverá ser desdobrada em Planos Táticos.

§ 1º Cada Superintendência terá seu respectivo Plano Tático, sendo facultado às Diretorias adotar Planos Táticos Temáticos.

§ 2º Incumbe à Diretoria-Executiva orientar e acompanhar o desdobramento da Estratégia PRF 2020-2028, estabelecendo a metodologia e os prazos a serem observados pelas Superintendências.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 174/2019-DG, de 24 de julho de 2019.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em 3 de agosto de 2020.

EDUARDO AGGIO DE SÁ

PORTARIA Nº 212, DE 23 DE JULHO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 224, de 5 de dezembro de 2018, do Ministro de Estado da Segurança Pública, e em atenção ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e tendo em vista o atendimento às etapas de implantação do Programa de Integridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como o contido no processo nº 08650.002843/2019-16, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Integridade da Polícia Rodoviária Federal (SEI nº 26824187), o qual compõe o Programa de Integridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 2º O Plano de Integridade da Polícia Rodoviária Federal visa difundir, fortalecer e proteger os valores institucionais elencados no Planejamento Estratégico da PRF 2020-2028, aprovado pela Portaria nº 211/2020-DG, de 23 de julho de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 3 de agosto de 2020.

EDUARDO AGGIO DE SÁ

PORTARIA Nº 213, DE 23 DE JULHO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 224, de 5 de dezembro de 2018, do Ministro de Estado da Segurança Pública, e tendo em vista o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, bem como o contido no processo nº 08650.012295/2020-76, resolve:

Art. 1º Aprovar e instituir a quinta edição do Manual de Identidade Visual da Polícia Rodoviária Federal (MIV-PRF 5.0), que tem por objetivo disciplinar os elementos de comunicação visual que identificam a instituição, estabelecendo seu padrão de utilização, a fim de preservar a coerência dos signos institucionais e fortalecer a imagem da PRF.

Art. 2º Fica vedada a reprodução de marcas e elementos de comunicação visual da PRF em desconformidade com os padrões estabelecidos no MIV-PRF 5.0.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 90/2020-DG, de 22 de março de 2020 (SEI nº 24945485).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 3 de agosto de 2020.

EDUARDO AGGIO DE SÁ

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHO DE 23 DE JULHO DE 2020

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, e em consonância com as finalidades previstas no art. 7 da Portaria nº 340, de 30 de junho de 2020, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 164/2020 de 20/07/2020, 165/2020 de 20/07/2020, 166/2020 de 21/07/2020, 167/2020 de 21/07/2020, 170/2020 de 22/07/2020 e 171/2020 de 22/07/2020, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039004017202014 Requerente: PORTO5 INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: José Manuel Vareiro da Cruz Data Nascimento: 24/08/1972 Passaporte: CB 073067 País: PORTUGAL Mãe: Rosa dos Santos Vareiro Pai: José Rosa Gomes da Cruz;

Processo: 47039005215202003 Requerente: ENERGETICA GLOBAL SERVICOS DE MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS E MECNICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MASSA PASQUALINO Data Nascimento: 12/05/1959 Passaporte: YA5659506 País: ITÁLIA Mãe: MARIA LINZA Pai: GIUSEPPE MASSA;

Processo: 47039006594202041 Requerente: SPECTRIS DO BRASIL INSTRUMENTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ESTEBAN FATJO BARBOZA Data Nascimento: 24/10/1985 Passaporte: 112580451 País: COSTA RICA Mãe: PATRICIA BARBOZA MORA Pai: JORGE FATJO OLASZ;

Processo: 47039010247202012 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HONGWEI YE Data Nascimento: 07/01/1981 Passaporte: E 39608568 País: CHINA Mãe: HEPING SHEN Pai: ZELIN YE;

Processo: 47039010443202097 Requerente: DATAMARS BRASIL TECNOLOGIA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Paolo Cicuta Data Nascimento: 26/08/1985 Passaporte: YA4254767 País: ITÁLIA Mãe: Maria Angela Salviato Pai: Erriberto Cicuta;

Processo: 47039010623202079 Requerente: S RIKO AUTOMOTIVE HOSE TECALON BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MASAHIRO NOZUE Data Nascimento: 22/12/1976 Passaporte: TZ0830628 País: JAPÃO Mãe: KYOJI NOZUE Pai: TOMIKO NOZUE;

Processo: 47039010642202003 Requerente: AMAZON SERVICOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SRISAI GOWTHAM GOLI Data Nascimento: 16/01/1994 Passaporte: L7454791 País: ÍNDIA Mãe: Maruti Venkataramani Goli Pai: Srikrishna Mohan Goli;

Processo: 47039010678202089 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARLA STARR HALL Data Nascimento: 13/02/1979 Passaporte: C4JKY6MXZ País: ALEMANHA Mãe: Ellen Monerjan Pai: Gary William Hall;

Processo: 47039010695202016 Requerente: FUNDACAO ANGLO BRASILEIRADE EDUCACAO E CULTURA DE SP Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CARLA ELAINE FAZAKERLEY Data Nascimento: 11/11/1986 Passaporte: 567142693 País: EUA Mãe: PATRICE HATHAWAY Pai: DOUGLAS C HAWKINS; e

Processo: 47039010812202041 Requerente: CANADIAN SOLAR BRASIL COMERCIALIZACAO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PAINEIS SOLARES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHUJING TAN Data Nascimento: 27/02/1979 Passaporte: E19819508 País: CHINA Mãe: Deqing Sun Pai: Jiyun Tan.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039008694202010 Requerente: SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CAI CHEN Data Nascimento: 06/06/1987 Passaporte: EB2670321 País: CHINA;

Processo: 47039009570202043 Requerente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: SATORU IKEGAMI Data Nascimento: 20/02/1966 Passaporte: TS1725731 País: JAPÃO;

Processo: 47039010380202079 Requerente: BRASKEM S.A Prazo: 185 Dia(s) Imigrante: NICOLAS GUY JANOT Data Nascimento: 30/04/1980 Passaporte: 15FV21274 País: FRANÇA Imigrante: OLIRADJE BENJAMIN DJODY Data Nascimento: 21/04/1973 Passaporte: 17FV15663 País: FRANÇA;

Processo: 47039010405202034 Requerente: HALFWAVE AS DO BRASIL Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOHN SHERIDAN Data Nascimento: 06/01/1975 Passaporte: 505048406 País: INGLATERRA;

Processo: 47039010407202023 Requerente: HALFWAVE AS DO BRASIL Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTOPHER LANCE WHITCOMBE Data Nascimento: 22/07/1985 Passaporte: 517888778 País: INGLATERRA;

Processo: 47039010408202078 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PASCAL ROGER JACQUES CHERRUEAU Data Nascimento: 19/07/1958 Passaporte: 13AF21784 País: FRANÇA;

Processo: 47039010563202094 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Andrija Gagic Data Nascimento: 03/02/1962 Passaporte: 221649766 País: CROÁCIA;

Processo: 47039010609202075 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MICHAEL FREDRIK NICKLASSON Data Nascimento: 01/07/1986 Passaporte: 35052102 País: SUÉCIA;

Processo: 47039010646202083 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FRANCISCO MARTINS ESTEVES Data Nascimento: 22/04/1957 Passaporte: CA426379 País: PORTUGAL; e

Processo: 47039010650202041 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: IGOR BOZIC Data Nascimento: 28/08/1980 Passaporte: 013898740 País: SÉRVIA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Caput)

Processo: 47039010517202095 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALEXANDER GROELING Data Nascimento: 31/07/1974 Passaporte: C75K554Y8 País: ALEMANHA;

Processo: 47039010619202019 Requerente: GUSTAVO ALBERTO FROTA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GERASIMOS KALOURIS Data Nascimento: 10/11/1957 Passaporte: AN2175668 País: GRÉCIA;

Processo: 47039010757202090 Requerente: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Mike Metcalfe Data Nascimento: 28/02/1959 Passaporte: 564047579 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039010778202013 Requerente: GUSTAVO ALBERTO FROTA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BORIS VASILEV BORISOV Data Nascimento: 20/03/1989 Passaporte: 385316684 País: BULGÁRIA;

Processo: 47039010779202050 Requerente: GUSTAVO ALBERTO FROTA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DANAIL YORDANOV DENEV Data Nascimento: 17/10/1982 Passaporte: 384240303 País: BULGÁRIA;

Processo: 47039010780202084 Requerente: GUSTAVO ALBERTO FROTA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EVANGELOS SPYROPOULOS Data Nascimento: 18/03/1982 Passaporte: AN4018058 País: GRÉCIA;

Processo: 47039010781202029 Requerente: GUSTAVO ALBERTO FROTA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GEORGIOS MARTAKIS Data Nascimento: 22/01/1982 Passaporte: AN2462282 País: GRÉCIA;

Processo: 47039010782202073 Requerente: GUSTAVO ALBERTO FROTA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: IVAYLO PETROV PETROV Data Nascimento: 19/12/1972 Passaporte: 383744389 País: BULGÁRIA;

Processo: 47039010783202018 Requerente: GUSTAVO ALBERTO FROTA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KONSTANTINOS KIRSANOF Data Nascimento: 01/01/1967 Passaporte: AN3341042 País: GRÉCIA;

Processo: 47039010784202062 Requerente: GUSTAVO ALBERTO FROTA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LEVENTE MARTON Data Nascimento: 05/01/1986 Passaporte: BS0971447 País: HUNGRIA;

Processo: 47039010785202015 Requerente: GUSTAVO ALBERTO FROTA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PANAGIOTIS KALAFATIS Data Nascimento: 10/06/1989 Passaporte: AN9359567 País: GRÉCIA;

Processo: 47039010844202047 Requerente: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DEVIS PELLEGRINI Data Nascimento: 14/11/1989 Passaporte: YB2506640 País: ITÁLIA;

Processo: 47039010848202025 Requerente: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALBERTO TARASCONI Data Nascimento: 05/08/1963 Passaporte: YA7512231 País: ITÁLIA;

Processo: 47039010849202070 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FRANCISCO PEREZ LIMA Data Nascimento: 14/11/1969 Passaporte: AAJ059481 País: ESPANHA;

Processo: 47039010890202046 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSÉ RAFAEL FERNANDES Data Nascimento: 20/04/1960 Passaporte: CB191070 País: PORTUGAL;

Processo: 47039010892202035 Requerente: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JAIME OMAR BALTAZAR RANGEL Data Nascimento: 23/08/1989 Passaporte: G15306198 País: MÉXICO;

Processo: 47039010901202098 Requerente: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Efrain Vega Gonzalez Data Nascimento: 14/06/1992 Passaporte: G26889018 País: MÉXICO; e

Processo: 47039010903202087 Requerente: BRAINFARMA INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Salvatore Ammirati Data Nascimento: 15/05/1972 Passaporte: YA9695724 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º)

Processo: 47039010655202074 Requerente: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PAVEL JICHA Data Nascimento: 23/03/1972 Passaporte: 40476534 País: REPÚBLICA TCHECA.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039009974202037 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Dmitrii Kazachok Data Nascimento: 25/01/1983 Passaporte: 761852893 País: RÚSSIA;

Processo: 47039010433202051 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Denys Sydorenko Data Nascimento: 19/03/1991 Passaporte: FH666874 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039010436202095 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/01/2022 Imigrante: LAURENTIU MIHAI SABANGEANU Data Nascimento: 12/04/1989 Passaporte: 058294341 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039010600202064 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 20/06/2022 Imigrante: OLEKSANDR KOZIAVKA Data Nascimento: 25/07/1985 Passaporte: FL536491 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039010602202053 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 20/06/2021 Imigrante: CRISTIAN-ALEXANDRU CHESCA Data Nascimento: 16/10/1985 Passaporte: 058101683 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039010604202042 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 31/01/2021 Imigrante: ROMANS TITOVS Data Nascimento: 01/07/1981 Passaporte: LV5142692 País: LETÔNIA;

Processo: 47039010605202097 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 31/01/2021 Imigrante: ROY COLIN JEFFREY Data Nascimento: 12/07/1961 Passaporte: 511179936 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039010606202031 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 31/01/2021 Imigrante: PAWEL ROZEWICKI Data Nascimento: 25/03/1980 Passaporte: EM9430251 País: POLÔNIA;

Processo: 47039010607202086 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 05/11/2021 Imigrante: AGOSTINO SAMMARCO Data Nascimento: 18/03/1975 Passaporte: YA6255601 País: ITÁLIA;

Processo: 47039010668202043 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Neil Edwin Ocampo Lim Data Nascimento: 28/07/1969 Passaporte: P7373750A País: FILIPINAS;

Processo: 47039010671202067 Requerente: ALTERA PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Alexey Vinogradov Data Nascimento: 05/06/1976 Passaporte: 719482532 País: RÚSSIA;

Processo: 47039010724202040 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/01/2022 Imigrante: CRISTOPHER TOBIS CANTONEROS Data Nascimento: 18/11/1994 Passaporte: P0582123B País: FILIPINAS;

Processo: 47039010752202067 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 08/06/2022 Imigrante: BOJAN DESIC Data Nascimento: 06/05/1980 Passaporte: 029947998 País: CROÁCIA Imigrante: Goran Maricic Data Nascimento: 15/08/1976 Passaporte: 304657393 País: CROÁCIA Imigrante: Tomislav Tomaic Data Nascimento: 30/01/1985 Passaporte: 323699250 País: CROÁCIA;

Processo: 47039010756202045 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 08/06/2022 Imigrante: HAN IRMA L. JACOBS Data Nascimento: 16/02/1987 Passaporte: EM285564 País: BÉLGICA Imigrante: Lorenzo Hippolyt Caullet Data Nascimento: 19/08/1969 Passaporte: EN378604 País: BÉLGICA Imigrante: Marino De Paepe Data Nascimento: 01/03/1983 Passaporte: EN257320 País: BÉLGICA;

Processo: 47039010760202011 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 03/10/2021 Imigrante: Arend Willem Nijkamp Data Nascimento: 24/03/1962 Passaporte: NP2HKKD95 País: HOLANDA Imigrante: Gerrit De Vos Data Nascimento: 26/10/1965 Passaporte: BF6L06DH3 País: HOLANDA;

Processo: 47039010763202047 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Grzegorz Artur Korczynski Data Nascimento: 31/03/1981 Passaporte: EN7008013 País: POLÔNIA;

Processo: 47039010762202001 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 19/05/2021 Imigrante: Jonny Balubar Bugtong Data Nascimento: 03/04/1976 Passaporte: P2777461A País: FILIPINAS;

Processo: 47039010794202006 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ARTUR STEFAN BARCZEWSKI Data Nascimento: 22/06/1967 Passaporte: EH 7690069 País: POLÔNIA;

Processo: 47039010797202031 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: EMANUEL CLAUDIU CALENIC Data Nascimento: 08/09/1974 Passaporte: 58820080 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039010798202086 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GKOLFIS KOSTOPANAGIOTOU Data Nascimento: 19/06/1978 Passaporte: AN4065533 País: GRÉCIA;

Processo: 47039010800202017 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MUHAMAD SYAKIR BIN NOR AZLAN Data Nascimento: 02/07/1994 Passaporte: A41174111 País: MALÁSIA;

Processo: 47039010802202014 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MUHAMMAD SHAKIR BIN YASIN Data Nascimento: 04/01/1994 Passaporte: A50516729 País: MALÁSIA;

Processo: 47039010804202003 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/06/2021 Imigrante: SHERWIN OANES DIEGO Data Nascimento: 13/11/1979 Passaporte: P3291803A País: FILIPINAS;

Processo: 47039010823202021 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/01/2022 Imigrante: HERMIE LEO MOSECAN VILLENA Data Nascimento: 05/12/1994 Passaporte: P9313020A País: FILIPINAS;

Processo: 47039010824202076 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: IOANNIS ARISTEIDIS ALMPANOPOULOS Data Nascimento: 18/04/1995 Passaporte: AP5306739 País: GRÉCIA;

Processo: 47039010826202065 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KRYSTIAN MARIUSZ LENC Data Nascimento: 19/05/1981 Passaporte: ED2159152 País: POLÔNIA;

Processo: 47039010828202054 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARKELLOS MARIS Data Nascimento: 09/08/1996 Passaporte: AP5125812 País: GRÉCIA;

Processo: 47039010830202023 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/08/2021 Imigrante: PAATA KIRTSKHALIA Data Nascimento: 31/07/1965 Passaporte: 10AB73264 País: GEÓRGIA;

Processo: 47039010834202010 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/01/2022 Imigrante: RANDY CASTRO MONTEMAYOR Data Nascimento: 29/12/1993 Passaporte: P9220831A País: FILIPINAS; e

Processo: 47039010842202058 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: John Axlross Sejalbo Dela Torre Data Nascimento: 05/12/1992 Passaporte: EC8095254 País: FILIPINAS.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º, Inciso I)

Processo: 47039003501202026 Requerente: CELTA L.A. PARTICIPACOES S.A. Prazo: Indeterminado, condicionado à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: Luís Maria Castelo Branco De Assis Teixeira Data Nascimento: 12/05/1961 Passaporte: C878000 País: PORTUGAL.

Residência Prévia - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039009078202078 Requerente: LES JONCS MARINS POUSADA E HOSPEDAGEM LTDA Prazo: Indeterminado, ficando condicionada a continuidade da residência à comprovação do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: JULIEN RAPHAEL JOEL DAIRE Data Nascimento: 25/11/1972 Passaporte: 15AD04938 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039007300202006 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: ZHEHUI ZHAO Data Nascimento: 25/07/1997 Passaporte: EB0107504 País: CHINA; e

Processo: 47039007302202097 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: JUN YANG Data Nascimento: 06/04/1993 Passaporte: EH1094872 País: CHINA.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039009022202013 Requerente: ZHANG DANPENG Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FENGZHEN HAO Data Nascimento: 14/04/1988 Passaporte: EB7381830 País: CHINA Mãe: XIUZHEN ZUO Pai: XINXIN HAO;

Processo: 47039010202202048 Requerente: CONTART SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: AGENOR ANTONIO LOPEZ CARRACEDO Data Nascimento: 20/10/1972 Passaporte: AAD627337 País: ESPANHA Mãe: MARIA DE LA CONCEPCION CARRECEDO Pai: AGENOR ANTONIO LOPEZ; e

Processo: 47039010505202061 Requerente: NEWTESC TECNOLOGIA E COMERCIO EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RODOLFO ISLAS PEREZ Data Nascimento: 09/11/1966 Passaporte: G16905127 País: MÉXICO Mãe: ELSY PEREZ MARQUEZ Pai: JUAN ISLAS SANTOS.

Residência - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 3º)

Processo: 47039010070202054 Requerente: CAM DO BRASIL CONSTRUCAO EQUIPAMENTOS MECANICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Roberto Romano Data Nascimento: 26/05/1973 Passaporte: YA5941055 País: ITÁLIA;

Processo: 47039010074202032 Requerente: CAM DO BRASIL CONSTRUCAO EQUIPAMENTOS MECANICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Mauro Ballari Data Nascimento: 30/12/1971 Passaporte: YA6650849 País: ITÁLIA;

Processo: 47039010076202021 Requerente: CAM DO BRASIL CONSTRUCAO EQUIPAMENTOS MECANICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GAUDENZIO MELLO Data Nascimento: 13/01/1965 Passaporte: YB6150971 País: ITÁLIA; e

Processo: 47039010079202065 Requerente: CAM DO BRASIL CONSTRUCAO EQUIPAMENTOS MECANICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DANIELE ROMANO Data Nascimento: 06/07/1979 Passaporte: YA4898705 País: ITÁLIA.

Residência - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º c/c 2º, Inciso I)

Processo: 47039010691202038 Requerente: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: SOON TAE KIM Data Nascimento: 05/09/1953 Passaporte: M60518374 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039010700202091 Requerente: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: DAECHEOL JEONG Data Nascimento: 23/02/1983 Passaporte: M76608319 País: CORÉIA DO SUL; e

Processo: 47039010710202026 Requerente: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: JEONG WEON KANG Data Nascimento: 11/09/1966 Passaporte: M01764976 País: CORÉIA.

Residência - RN 17 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039006080202095 Requerente: ANOUSCHKA NINA JURNA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Anouschka Nina Jurna Data Nascimento: 13/03/1969 Passaporte: BK91HK9K7 País: HOLANDA.

Residência - RN 20 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039010651202096 Requerente: NOSLEN HERNANDEZ GONZALEZ Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Noslen Hernández González Data Nascimento: 16/10/1982 Passaporte: K745848 País: CUBA;

Processo: 47039010706202068 Requerente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO Prazo: 15 Mês(es) Imigrante: Diego Medrano Jimenez Data Nascimento: 30/03/1992 Passaporte: PAE882308 País: ESPANHA;

Processo: 47039010897202068 Requerente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HORACIO HECTOR MERCAU Data Nascimento: 21/06/1975 Passaporte: AAA949920 País: ARGENTINA; e

Processo: 47039010911202023 Requerente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO Prazo: 15 Mês(es) Imigrante: Ricardo Martinez Garcia Data Nascimento: 02/02/1988 Passaporte: PAK564014 País: ESPANHA.

Residência - RN 24 - Resolução Normativa, de 20/02/2018

Processo: 47039010587202043 Requerente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PARAMITA BARAI Data Nascimento: 27/12/1979 Passaporte: Z5673794 País: ÍNDIA Mãe: JHARNA BARAI Pai: PARIMAL KUMAR BARAI.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039009249202069 Requerente: WAY BRASIL ENSINO AMERICANO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KIMBERLY ANNE TRACEWSKI Data Nascimento: 26/03/1990 Passaporte: 573896318 País: EUA Mãe: LAURIE ANNE GIPSON Pai: JOSEPH NICHOLAS TRACEWSKI;

Processo: 47039009308202007 Requerente: CMI BRASIL SERVICOS DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YOHAN CHELKOWSKI Data Nascimento: 17/09/1991 Passaporte: 13AY79742 País: FRANÇA Mãe: DANIEL CHELKOWSKI Pai: VALERIE EDOUARDE FEOUGIER; e

Processo: 47039010429202093 Requerente: CHEN TIANRONG Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUORONG CHEN Data Nascimento: 15/04/1974 Passaporte: EF0533137 País: CHINA Mãe: YINJU CHEN Pai: JINQUAN CHE.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 03/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039009832202070 Requerente: PROMA BRASIL AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Giorgio Gargano Data Nascimento: 04/09/1977 Passaporte: YA9039668 País: ITÁLIA Mãe: Rosaria Della Monica Pai: Angelo Gargano;

Processo: 47039010511202018 Requerente: EXXONMOBIL EXPLORACAO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: THOMAS LEE CONNER Data Nascimento: 27/09/1959 Passaporte: 505896644 País: EUA Mãe: Devenia Davison Conner Pai: Ray Conner; e

Processo: 47039010578202052 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Miguel Caetano Fernandes Data Nascimento: 29/07/1972 Passaporte: S6820030 País: ÍNDIA Mãe: Rosa Maria Rodrigues Pai: Caetano Fernandes.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 06/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039010030202011 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/10/2020 Imigrante: JASON WILLIAM ALBURY Data Nascimento: 03/05/1988 Passaporte: 505427755 País: EUA Mãe: CHANA MALLAYNE ALBURY Pai: ROBERT WILLIAM ALBURY;

Processo: 47039010031202057 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 22/10/2020 Imigrante: JOHN ANTHONY BABIN Data Nascimento: 10/06/1971 Passaporte: 488357996 País: EUA Mãe: ELAINE MARGRET TRAHAN Pai: RANDALL FRANCIS BABIN;

Processo: 47039010032202000 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/10/2020 Imigrante: NELSON TOGONON ANIOG Data Nascimento: 08/04/1959 Passaporte: 529547247 País: EUA Mãe: JULIETA TOGONON ANIOG Pai: ENRIQUE UMADHAY ANIOG;

Processo: 47039010033202046 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/10/2020 Imigrante: RAFAEL LAMONT ATKINS Data Nascimento: 19/09/1970 Passaporte: 530963699 País: EUA Mãe: MARY LOUISE ATKINS Pai: WILLIAM ATKINS;

Processo: 47039010034202091 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 20/10/2020 Imigrante: TIMOTHY CLEB GRISSETT Data Nascimento: 09/06/1958 Passaporte: 565747219 País: EUA Mãe: MAXIE GRISSETT Pai: CLEB GRISSETT;

Processo: 47039010415202070 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 12/09/2021 Imigrante: REMIGIUSZ KLONOWSKI Data Nascimento: 24/09/1974 Passaporte: EE4681689 País: POLÔNIA Mãe: HANNA KLONOWSKA Pai: MIROSLAW ROMAN KLONOWSKI;

Processo: 47039010493202074 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 20/06/2022 Imigrante: STEPHEN COADE Data Nascimento: 10/01/1963 Passaporte: 500727178 País: GRÃ BRETANHA Mãe: CATHERINE HOWE COADE Pai: WILLIAM RANSON COADE;

Processo: 47039010516202041 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AUNG KHINE Data Nascimento: 06/10/1974 Passaporte: MC938649 País: BIRMÂNIA Mãe: DAW SAN AYE Pai: U AUNG THAN;

Processo: 47039010529202010 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 12/04/2021 Imigrante: Krzysztof Litwinski Data Nascimento: 10/04/1960 Passaporte: ES8947604 País: POLÔNIA Mãe: Maria Kitwinska Pai: Jan Litwinski; e

Processo: 47039010530202044 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 12/04/2021 Imigrante: DARRYN PHILIP CLARK Data Nascimento: 18/05/1988 Passaporte: 504610981 País: GRÃ BRETANHA Mãe: GEORGE CLARK Pai: VALERIE CLARK.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 11/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039009528202022 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Shingo Kimata Data Nascimento: 23/06/1960 Passaporte: TZ1003630 País: JAPÃO Mãe: Kyoko Kimata Pai: Jun Kimata; e

Processo: 47039009532202091 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Tsukasa Ito Data Nascimento: 29/10/1971 Passaporte: TR9544926 País: JAPÃO Mãe: Ranko Ito Pai: Akira Ito.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 14/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039010251202081 Instituição: ASSOCIACAO INTERNACIONAL BUDISTA PROGRESSO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HON-LIN HSIAO Data Nascimento: 20/06/1960 Passaporte: 310482753 País: TAIWAN Mãe: YUEH-CHUI HSIAO Pai: CHI-MEI LIN.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 15/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039010209202060 Requerente: PIA SOCIEDADE DOS MISSIONARIOS DE S CARLOS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALEXANDRA SIRANDING BALDEH LORAS Data Nascimento: 16/01/1977 Passaporte: 13CP20493 País: FRANÇA Mãe: DANIÈLE JOCELYNE BASTIEN Pai: CHAMI BALDEH.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DE PRAZO (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039009672202069 Requerente: SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: KEITA FUJISAWA Data Nascimento: 02/08/1991 Passaporte: TS0269447 País: JAPÃO Mãe: KUMIKO FUJISAWA Pai: YOSHIRO FUJISAWA;

Processo: 47039009715202014 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: DANNY ANNA FRANCISCUS JOHANNES HOUBEN Data Nascimento: 10/03/1975 Passaporte: NY8L90HF9 País: HOLANDA Mãe: ELISA CATHARINA GERARDA ANTONIA VEUGEN Pai: JOHANNES HUBERTUS NICOLAAS HOUBEN;

Processo: 47039009816202087 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JORGE EDUARDO STONE MEXIA Data Nascimento: 07/05/1979 Passaporte: G17531004 País: MÉXICO Mãe: DORA ALICIA MEXIA MONTIEL Pai: ARTURO STONE HARO;

Processo: 47039010080202090 Requerente: R.K. INDIANA E SHURUWAT LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: GOVIND SINGH Data Nascimento: 06/03/1995 Passaporte: P7674574 País: ÍNDIA Mãe: Kamla Devi Pai: Mor Singh;

Processo: 47039010081202034 Requerente: R.K. INDIANA E SHURUWAT LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: PANKAJ SINGH YUDDHAVEER SINGH GHANATA Data Nascimento: 03/06/1994 Passaporte: P2719837 País: ÍNDIA Mãe: Vikrama Yuddhaveer Singh Ghanata Pai: Yuddhaveer Singh Ghanata;

Processo: 47039010307202005 Requerente: HARILTON RICARDO DE SOUSA DIAS Prazo: Indeterminado Imigrante: Harilton Ricardo de Sousa Dias Data Nascimento: 23/04/1991 Passaporte: N1573328 País: ANGOLA Mãe: Celeste Caldeira de Sousa Pai: Ângelo Armando Almeida Dias;

Processo: 47039010359202073 Requerente: AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: Vito Michele Di Lecce Data Nascimento: 14/11/1986 Passaporte: YA6001648 País: ITÁLIA Mãe: Bruna Cuscianna Pai: Biagio Di Lecce; e

Processo: 47039010532202033 Requerente: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: CHEN WANG Data Nascimento: 04/09/1989 Passaporte: E33924629 País: CHINA Mãe: QIUYUE CHEN Pai: JIGEN WANG.

Residência - RN 36 - Resolução Normativa, de 21/11/2018 (Artigo 4º c/c 2º, Alínea a)

Processo: 47039006976202074 Requerente: SARA BARBOSA RODRIGUES DOS SANTOS NOEL BOUTON Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANTHONY PAUL MUGNIER-NEUVESSELLE Data Nascimento: 04/08/1980 Passaporte: 16DL17197 País: FRANÇA Mãe: ROSANNA LIBERTI Pai: ROLAND GEORGES MUGNIER.

Residência - RN 40 - Resolução Normativa, de 27/11/2019 (Artigo 3º c/c 4º, Inciso II)

Processo: 47039010215202017 Requerente: JOSE MANUEL PRONTO DO ROSARIO SANTOS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jose Manuel Pronto do Rosário Santos Data Nascimento: 10/06/1958 Passaporte: CA201771 País: PORTUGAL Mãe: Maria de La Salete Silva Pronto do Rosário Santos Pai: Pedro Pereira do Rosário Santos.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante RAMAKRISHNA SADARAM a exercer concomitantemente o cargo de Presidente na SABERO ORGANICS AMERICA S/A. Processo: 47039.010173/2020-14, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.009467/2020-01.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Presidente na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ANGELA 01 S/A. Processo: 47039.010661/2020-21, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Presidente na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ANGELA 03 S/A. Processo: 47039.010662/2020-76, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Presidente na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ANGELA 08 S/A. Processo: 47039.010687/2020-70, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Presidente na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ANGELA 09 S/A. Processo: 47039.010690/2020-93, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ANGELA 10 S/A. Processo: 47039.010693/2020-27, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora na ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ANGELA 11 S/A. Processo: 47039.010697/2020-13, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ROBERTA BONOMI a exercer concomitantemente o cargo de Diretora Presidente na CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA BOM NOME LTDA. Processo: 47039.010872/2020-64, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013537/2018-01.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 49, de 12/03/2020, Seção 1, p. 178, Processo: 47039.004461/2020-30, onde se lê: Mãe: EWA WALKOWIAK; Pai: KRZYSTOF WALKOWIAK, leia-se: Mãe: EWA KRYSTYNA WALKOWIAK; Pai: KRZYSTOF JOZEF WALKOWIAK.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 138, de 21/07/2020, Seção 1, p. 36, Processo: 47039.010274/2020-95, onde se lê: Passaporte: EC779945, leia-se: Passaporte: EC7799745.

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHOS

DESPACHO Nº 4510/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Não conhecimento do recurso de pedido de naturalização
Interessado(a): MAQUISSA VIEIRA NHANRU
Processo: 08270.003880/2019-16
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência a mim atribuída pelo Art. 218, do Decreto nº 9.199/2017, de 20 de novembro de 2017, não conheço o recurso, tendo em vista a intempestividade da peça recursal, conforme previsto no Art. 232 do Decreto 9.199/2017

DESPACHO Nº 4121/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado(a): Ancie Dorcine
Processo: 08389.005812/2019-64
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no inciso IV, do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

DESPACHO Nº 4135/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: DIANGANI ALBERTO FRANCISCO
Processo: 08460.004198/2019-11
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por falta de cumprimento no disposto no inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

DESPACHO Nº 4137/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: NOUAR MY DRISS
Processo: 08508001742201386
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, e arquivo o pedido, tendo em vista que o requerente não atende ao disposto no inciso VI, do Art. 112, da Lei nº 6.815/80.

DESPACHO Nº 4172/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: JUDE HENRY
Processo: 08354.001491/2019-26
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, pelo não cumprimento dos incisos II e IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 3270/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Manutenção de Indeferimento
Interessado: AHMED HASOUN
Processo: 08501.003865/2019-15
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso II do Art. 65 c/c com o inciso II do Art. 66, ambos da Lei 13.445/2017.

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 2.068, DE 22 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ARTIN ARTIN - G136219-A, natural da Síria, nascido em 28 de junho de 1976, filho de Antonious Artin e de Tamina Karima, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n° 08432.000222/2020-14);

ABDUL FATAH ABDUL FATAH - V866200-T, natural do Líbano, nascido em 23 de agosto de 1977, filho de Ibrahim abdul Fatah e de Amina Safadi, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08389.009428/2019-31);

ALI MELHEM - V617282-3, natural do Líbano, nascido em 15 de outubro de 1990, filho de Hassan Melhem e de Feryal Melhem, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.002067/2020-61);

ALPHA AMADOU SOW - G448260-D, natural da Guiné, nascido em 01 de janeiro de 1981, filho de Thierno Mamadou Dioulde e de Aissatou Balde, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.022820/2019-00);

ANILEY ZUNIGA ESTRADA - G014495-F, natural de Cuba, nascida em 22 de outubro de 1983, filha de Alberto Zuniga Rodriguez e de Barbara Niurka Sosa, residente no Estado do Mato Grosso (Processo n° 08320.001592/2020-28);

ARLINDO MENDES - V829428-M, natural da Guiné Bissau, nascido em 20 de dezembro de 1984, filho de Malafi Mendes e de Julieta Mendes, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.024801/2019-18);

BASSEL MATAR - G165324-0, natural da Síria, nascido em 01 de março de 1982, filho de Antoun Matar e de Frial Yousef Doumani, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.023353/2019-27);

CARLOS AUGUSTO DE SOUSA COELHO - V182217-W, natural da Angola, nascido em 17 de julho de 1969, filho de José de Sousa Coelho e de Carolina Augusto André de Sousa Coelho, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 08460.008012/2019-95);

DIANA NIKOLOVA TODOROVA - V854273-I, natural da Bulgária, nascida em 09 de novembro de 1988, filha de Nicola Georgiev Todorov e de Ginka Aleksandrova Todorova, residente no Estado do Amazonas (Processo nº 08240.004876/2020-66);

EDSON JOSÉ DOMINGOS MANUEL - V908123-3, natural da Angola, nascido em 22 de abril de 1987, filho de José Manuel Domingos e de Sofia Francisco Domingos Manuel, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 08460.004292/2019-62);

FADI ALHALAK - G371631-S, natural do Kuwait, nascido em 22 de fevereiro de 1984, filho de Moussa Alhalak e de Najah Salameh, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08125.000333/2020-96);

HANI MOHAMAD SALAMI - V640743-A, natural do Líbano, nascido em 11 de abril de 1982, filho de Mohamad Salami e de Dalal Salami, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.009166/2019-12);

KARIM LAMRAOUI - F015687-9, natural da Argélia, nascido em 08 de novembro de 1983, filho de Said Lamraoui e de Rebiha Neggaz, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.025333/2019-91);

LUTHER JEAN LOUIS - G284456-6, natural do Haiti, nascido em 23 de novembro de 1991, filho de Elie Jean Louis e de Gerda Auguste, residente no Estado de Santa Catarina (Processo n° 08494.000580/2020-94);

MAHMOUD SAGHERJI - G058512-Y, natural da Síria, nascido em 10 de janeiro de 1986, filho de Mhd Haitham e de Fayzeh Almofashi, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.000646/2019-01);

MARBELIS LUSSON PELEGRIN GOMES - G005363-X, natural de Cuba, nascida em 30 de outubro de 1982, filha de Alberto Lusson Cobas e de Neris Pelegrin Perez, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.012524/2019-93);

MOHAMMAD ALMOBARAK - G107787-N, natural da Síria, nascido em 01 de janeiro de 1984, filho de Mustafa Almobarak e de Khadeija Alshahma, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.001012/2020-34);

MOHAMMAD AMMAR KEIKATI - G093999-I, natural da Síria, nascido em 16 de maio de 1970, filho de Hisham Keikati e de Ghada Al Seirafi Al Najjar, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.008147/2019-61);

MOHAMMED TUFAYEL AHMED - G411522-P, natural de Bangladesh, nascido em 05 de novembro de 1987, filho de Mohammed Abul Lais e de Mohmuda Begum, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08125.000176/2020-19);

MOHAMUD TAMMAM NAKCHBANDI - G167932-4, natural da Síria, nascido em 11 de junho de 1980, filho de Mhd Chazi Nakchbandi e de Rehab Sad Aldeen, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.024846/2019-84);

TAIWO OLALEKAN LASISI - V705147-I, natural da Nigéria, nascido em 23 de julho de 1968, filho de Ifaola Oyewusi Lasisi e de Mulikat Lasisi, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08385.002646/2020-18) e

VINICIUS DOS ANJOS PARAISO CASSANDRA - G025605-N, natural de São Tomé e Príncipe, nascido em 12 de junho de 1989, filho de Marcelo de Carvalho Cassandra e de Leonor Benedito M dos A Paraíso Cassandra, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.000290/2020-75).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.069, DE 22 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

CARLOS RUBEN PACHECO FUENZALIDA - V113714-I, natural do Chile, nascido em 13 de janeiro de 1971, filho de Carlos Enrique Pacheco Rojas e de Virginia Fuenzalida Lopez, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08504.006653/2018-71);

DANILO ANDREIS - V323121-P, natural da Itália, nascido em 28 de março de 1973, filho de Natale Andreis e de Angela Ferrero, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo n° 08420.000717/2019-31) e

FABIO DEL POPOLO LAMPURI - V288008-4, natural da Itália, nascido em 03 de maio de 1967, filho de Giuseppe Del Popolo Lampuri e de Cornelia Carabelli, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08506.001902/2020-36).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHO

Declara que o exato nome dos genitores de PHILIPPE MBUDI MAVUNGU, incluído na Portaria da SNJ nº 1.122, de 24 de Abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de Abril de 2020, é ALPHONCINE PHEMBA PHAMBU e PHILIPPE MBUDI MAVUNGU, e não como constou. 08505.025415/2019-35

Declara que a correta grafia do nome do genitor de AHMED KHALED FAROUK MOHAMED HUSSEIN, incluído na Portaria Naturalização nº 1.989, de 15 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 16 de julho de 2020, é KHALED FAROUK MOHAMED HUSSEIN e não como constou. 08354.000486/2020-30

Declara que a correta grafia do nome da genitora de HEATHER MARIA MARTIN, incluída na Portaria Naturalização nº 560, de 19 de Fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 20 de Fevereiro de 2020, é Cynthia Gail Cordes e não como constou. 08354.001532/2019-84

Declara que a correta grafia do nome de MARIEHT DE JESUS PAOLI BARAZARTE, incluído na Portaria CPMIG nº 1.780, de 26 de Junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 29 de Junho de 2020, é MARIETH DE JESUS CARRASQUEL PAOLI e não como constou. 08505.000583/2020-51

Declara que os dados corretos de KODJOVITO DELLALI ZEGUE, incluída na presente Portaria Naturalização nº 1.436, de 13 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2019, são: RNM G4545082-5, natural do Togo, nascido em 14 de dezembro de 1987, filho de EYA DJOGBEMA e de KOUMA ZEGUE, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 08460.005632/2019-72) e não como constou.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe de Divisão

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 22 DE JULHO DE 2020

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 16 do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016, resolve:

Nº 1.153 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO PINHEIRO, com sede em São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 10.562.871/0001-52, conforme Nota Técnica nº 347/2020/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (11855566) aprovada pelo Despacho nº 607/2020/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (11857654), Processo SEI/MJ nº 08084.001908/2020-11.

Nº 1.166 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, com sede em São Francisco de Itabapoana - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 24.251.110/0001-94, conforme Nota Técnica nº 348/2020/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (11868022) aprovada pelo Despacho nº 614/2020/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (11873860). Processo SEI/MJ nº 08084.002996/2020-79.

Nº 1.251 - Tornar pública a PERDA da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de ofício, da entidade social ABRALE ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINFOMA E LEUCEMIA, com sede em São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.404.321/0001-75 conforme Nota Técnica nº 364/2020/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (11952396), aprovada pelo Despacho nº 641/2020/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (11953504). Nos termos do art. 5º inciso LV, da Constituição Federal de 1988, e art. 4º Parágrafo Único, do Decreto nº 3.100/99, ficam assegurados o direito da ampla defesa e do contraditório. Conforme art. 4º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016, a entidade terá 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste ato, para apresentar pedido de reconsideração dirigido à autoridade que proferiu a decisão. Processo SEI/MJ nº 08071.000242/2019-90.

Nº 1.323 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA APA DE CAMPINAS, com sede em Campinas - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 12.326.053/0001-86, conforme Nota Técnica nº 386/2020/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (12020212) aprovada pelo Despacho nº 675/2020/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (12021282). Processo SEI/MJ nº 08084.003307/2019-18.

Nº 1.396 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO BARRA CIDADÃ, com sede em Barra do Turvo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 20.593.303/0001-72, conforme Nota Técnica nº 414/2020/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (12100304) aprovada pelo Despacho nº 718/2020/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (12100997). Processo SEI/MJ nº 08084.004300/2020-49.

Nº 1.427 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social Liga de Assistência Social e Educação Popular - LASEP, com sede em Franca - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 47.968.359/0001-10, conforme Nota Técnica nº 421/2020/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (12132007) aprovada pelo Despacho nº 731/2020/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (12132571), Processo SEI/MJ nº 08084.000679/2020-18.

Nº 1.488 - Tornar pública a PERDA da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de ofício, da entidade social ASSOCIACAO COMUNITARIA DE REALIZACOES PARA O DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDEDORISMO, com sede em SÃO GERALDO DO ARAGUAIA - PA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.077.557/0001-70 conforme Nota Técnica nº 445/2020/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (12186588), aprovada pelo Despacho nº 759/2020/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (12187449). Nos termos do art. 5º inciso LV, da Constituição Federal de 1988, e art. 4º Parágrafo Único, do Decreto nº 3.100/99, ficam assegurados o direito da ampla defesa e do contraditório. Conforme art. 4º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016, a entidade terá 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste ato, para apresentar pedido de reconsideração dirigido à autoridade que proferiu a decisão. Processo SEI/MJ nº 08026.000959/2020-11.

ANNALINA CAVICCHIOLO TRIGO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 762, DE 22 DE JULHO DE 2020

Ato de Concentração nº 08700.003155/2020-74. Requerentes: Colgate-Palmolive Company e Philips Oral Healthcare, LLC. Advogados: Marcelo Calliari, Patricia Carvalho, Giuliana Gonçalves e João Paulo Salviano. Decido pelo não conhecimento da operação.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DESPACHO Nº 766, DE 23 DE JULHO DE 2020

Processo Administrativo nº 08700.002787/2019-87 (Apartado Restrito nº 08700.002790/2019-09)
Representante: Cade ex officio
Representados: Roberto Manoel Rodrigues de Jesus e Flávio Bortolati Libonati.
Advogados: Marcelo Procópio Calliari, Barbara Rosenberg e outros.
Decido pelo encerramento da fase instrutória e pela intimação do Representado Roberto Manoel Rodrigues para apresentar novas alegações, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do artigo 73 da Lei nº 12.529/2011 e artigo 155 do Regimento Interno do Cade, a fim de que, em seguida, a Superintendência-Geral profira suas conclusões definitivas acerca dos fatos investigados. Ao Protocolo.
Publique-se.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 218

Dia: 22/07/2020
Hora: 15:30 horas
Presidente: Alexandre Barreto de Souza
Secretária do Plenário Substituta: Keila de Sousa Ferreira

A distribuição é realizada nos termos do §1º, artigo 35 do Regimento Interno do Cade e iniciará sem os nomes dos Conselheiros Mauricio Oscar Bandeira Maia, Sérgio Costa Ravagnani e Luis Henrique Bertolino Braido, que nos últimos blocos de sorteio, nas sessões ordinárias nºs 216 e 217, e na 74ª extraordinária foram os relatores sorteados respectivamente.

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:

Consulta nº 08700.003320/2020-98

Consulentes: Banco MODAL S.A, Fundo de Investimento em Participações Malbec Multiestratégia e Fundo de Investimento em Participações Melbourne Multiestratégia

Advogados: Leopoldo Ubiratan Carreiro Pagotto, Naiara de Oliveira e Eric Felipe Sabadini Nakahara

Relatora: Conselheira Paula Farani de Azevedo Silveira

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário Substituta

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 326, DE 23 DE JULHO DE 2020

Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição Federal e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e no Decreto nº 9.672, de 2 de janeiro de 2019, e o que consta do processo administrativo nº 02000.001433/2020-60, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa Agenda Ambiental na Administração - Programa A3P, desenvolvido e mantido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º O Programa A3P tem a finalidade de promover a responsabilidade socioambiental, a adoção de procedimentos de sustentabilidade e critérios socioambientais nas atividades do setor público e, deve se basear, no mínimo, nos seguintes eixos temáticos:

I - uso racional dos recursos naturais e bens públicos: utilizar energia, água, madeira, papel, copos e materiais de expediente, entre outros, de forma racional, para que haja economia dos recursos financeiros, menor desperdício e menor impacto ambiental negativo;

II - gestão adequada dos resíduos gerados: adotar a política dos 5R's - Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar - e, com base na Lei nº 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, implantar o gerenciamento de resíduos sólidos;

III - qualidade de vida no ambiente de trabalho: criar meios para que todas as pessoas que circulam no ambiente se sintam bem e, conforme cada caso, adotar procedimentos e instalar equipamentos que contribuam para a melhor qualidade de vida;

IV - sensibilização e capacitação dos servidores: criar e consolidar nos servidores a consciência cidadã quanto à responsabilidade socioambiental, com a adoção de práticas que promovam a sustentabilidade e o respeito à vida;

V - contratações públicas sustentáveis: adquirir e contratar com critérios de sustentabilidade, e considerar a relação custo/benefício no médio e longo prazos, e não somente o critério de menor preço; e

VI - construções sustentáveis: construir e/ou reformar considerando critérios que atendam o conforto térmico e acústico, fazendo uso da luz solar, energia dos ventos e água da chuva, utilizar materiais e equipamentos que impliquem em maior economia de energia, entre outros, e produzam pouco ou nenhum impacto ambiental; garantir a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 3º As diretrizes do Programa A3P constam em anexo a esta Portaria.

Art. 4º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 28, de 19 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 34, de 20 de fevereiro de 2018, Seção 1; e

II - a Portaria nº 3, de 27 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 41, de 1º de março de 2018, Seção 1.

Art. 5º Esta Portaria entra vigor em 3 de agosto de 2020.

RICARDO SALLES

ANEXO

DIRETRIZES DO PROGRAMA
AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P é um programa de governo, criado, desenvolvido e mantido pelo Ministério do Meio Ambiente.

§ 1º O Programa A3P, de caráter voluntário, é destinado às instituições públicas, não cabendo sanções legais por parte do Ministério do Meio Ambiente para a sua implantação

§ 2º O Programa A3P é disponibilizado para os órgãos públicos dos três poderes da República - Legislativo, Executivo e Judiciário -, e para as três instâncias - federal, estadual e municipal.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 2º Constituem objetivos da A3P:

I - apoiar os órgãos públicos na criação e implementação de ações de responsabilidade socioambiental;

II - sensibilizar os servidores para a necessidade de preservação dos bens naturais;

III - estimular a construção de uma cultura institucional que agregue valores, atitudes e comportamentos consoantes com a responsabilidade socioambiental;

IV - incentivar os órgãos públicos a adotarem medidas que visem à redução de impactos socioambientais negativos decorrentes de suas atividades;

V - aumentar a eficiência da gestão, promovendo a economia de recursos naturais e de gastos institucionais;

VI - promover a atualização sistemática do conhecimento e a modernização de conceitos, instrumentos, tecnologias e metodologias, referentes ao campo da sustentabilidade;

VII - promover a transparência no serviço público;

VIII - garantir a acessibilidade nos órgãos públicos às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

IX - estimular e apoiar ações de defesa do meio ambiente;

X - facilitar o acesso das instituições públicas ao Programa A3P;

XI - estimular ações de cooperativismo, solidariedade, respeito, compromisso profissional e ético;

XII - capacitar e sensibilizar os gestores públicos quanto à responsabilidade socioambiental;

XIII - colaborar para a melhoria da qualidade de vida dos servidores;

XIV-- incentivar às ações coletivas e às decisões democráticas; e

XV - promover a produção e o consumo sustentáveis.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P atenderá aos seguintes princípios:

I - transparência no serviço público;

II - supremacia do interesse público sobre os interesses individuais;

III - reconhecimento e respeito às diferenças de raça, etnia, cor, sexo, opinião política, língua, religião;

IV - valorização do servidor público;

V - respeito ao meio ambiente;

VI - respeito aos valores éticos da pessoa humana;
VII - respeito à liberdade e apreço à tolerância; e
VIII - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CAPÍTULO IV

DOS EIXOS TEMÁTICOS

Art. 4º A A3P está estruturada sobre focos de atividades, ou Eixos Temáticos, que orientam suas ações.

Art. 5º São Eixos temáticos da A3P:

I - uso racional dos recursos naturais e bens públicos: utilizar energia, água, madeira, papel, copos e materiais de expediente, entre outros, de forma racional, para que haja economia dos recursos financeiros, menor desperdício e menor impacto ambiental negativo;

II - gestão adequada dos resíduos gerados: adotar a política dos 5R's - Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar - e, com base na Lei nº 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, implantar o gerenciamento de resíduos sólidos;

III - qualidade de vida no ambiente de trabalho: criar meios para que todas as pessoas que circulam no ambiente se sintam bem e, conforme cada caso, adotar procedimentos e instalar equipamentos que contribuam para a melhor qualidade de vida;

IV - sensibilização e capacitação dos servidores: criar e consolidar nos servidores a consciência cidadã quanto à responsabilidade socioambiental, com a adoção de práticas que promovam a sustentabilidade e o respeito à vida;

V - contratações públicas sustentáveis: adquirir e contratar com critérios de sustentabilidade, e considerar a relação custo/benefício no médio e longo prazos, e não somente o critério de menor preço; e

VI - construções sustentáveis: construir e/ou reformar considerando critérios que atendam o conforto térmico e acústico, fazendo uso da luz solar, energia dos ventos e água da chuva, utilizar materiais e equipamentos que impliquem em maior economia de energia, entre outros, e produzam pouco ou nenhum impacto ambiental; garantir a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Os méritos dos seis Eixos temáticos constituem um padrão a ser adotado em todas as iniciativas e publicações da A3P.

CAPÍTULO V

DOS INSTRUMENTOS

Art. 6º São instrumentos da Agenda Ambiental na Administração Pública:
I - Termo de Adesão;
II - Parcerias institucionais;
III - Rede A3P;
IV - Certificado de Sustentabilidade e Selo A3P;
V - Prêmio A3P - Melhores Práticas de Sustentabilidade;
VI - Fórum A3P;
VII -Publicações ou outros meios de divulgação; e
VIII - Sistema de Responsabilidade Socioambiental - RESSOA.

Seção I

Do Termo de Adesão

Art. 7º Termo de Adesão é o documento que formaliza a parceria estabelecida entre o Ministério do Meio Ambiente e o órgão público e será assinado por representante do Ministério do Meio Ambiente e do órgão que firma a parceria.

§ 1º O Termo de Adesão seguirá modelo disponibilizado pelo Programa A3P incluindo, necessariamente, um Plano de Trabalho que institui ações e prazos para sua implementação.

§ 2º O Termo de Adesão terá prazo de vigência de 5 (cinco) anos.

§ 3º Expirada a vigência do Termo de Adesão cabe ao órgão interessado dar entrada no pedido de renovação.

Art. 8º Após a formalização do Termo de Adesão, é necessário que o órgão ou entidade adote os seguintes procedimentos, conforme cronograma previsto no Plano de Trabalho:

I - crie Comissão Gestora da A3P, com o objetivo de implantar o Programa A3P no órgão;

II - realize diagnóstico socioambiental do órgão, para definição das ações a serem adotadas;

III - elabore Programa de gestão socioambiental;

IV - elabore Plano de sensibilização dos servidores para a implantação da A3P; e

V - monitore e avalie periodicamente a implantação do Programa A3P no órgão.

§ 1º A Comissão Gestora da A3P tem por objetivo coordenar a implantação e a realização de atividades do Programa no órgão.

§ 2º O diagnóstico socioambiental deve identificar pontos críticos, como possíveis desperdícios em relação ao consumo de água e energia, uso do material de expediente e de produtos descartáveis, entre outros.

§ 3º O Programa de gestão socioambiental deve estabelecer objetivos e metas a serem alcançados.

§ 4º A mobilização e sensibilização dos servidores deve ser permanente e estar associada a cursos, campanhas e outras ações, envolvendo todos os que atuam no ambiente, incluindo os servidores de todas as escalas de atividade, dirigentes, equipes técnicas, pessoal da copa e limpeza, brigadistas, técnicos e vigilantes, entre outros.

Art. 9º O processo burocrático para formalizar o Termo de Adesão requer o envio ao Ministério do Meio Ambiente de documentos do órgão e de seu representante, como estabelecido pelo Programa A3P.

Seção II

Das Parcerias Institucionais

Art. 10. O Programa A3P pode formar parcerias com instituições públicas e privadas com os seguintes objetivos:

I - realização de seminários, palestras, workshops e outros eventos, de interesse do Programa A3P;

II - realização de cursos, capacitação e sensibilização em A3P ou de questão associada a um dos seus Eixos Temáticos;

III - promoção, mobilização e difusão do Programa A3P;

IV - produção de livros, livretos, cartilhas, boletins, jornais, manuais, adesivos, folders e cartazes, em meio impresso ou digital;

V - produção e manutenção de sites e mídias em redes sociais; e

VI - obtenção de recursos visando à promoção de atividades relacionadas à A3P.

Parágrafo único. Serão considerados parceiros da A3P os órgãos públicos que formalizaram com o Ministério do Meio Ambiente o Termo de Adesão ao Programa A3P ou outro tipo de instrumento de parceria.

Seção III

Da Rede A3P

Art. 11. A Rede A3P é a plataforma na internet criada e mantida pelo Ministério do Meio Ambiente, sob a coordenação do Programa A3P, com o objetivo de promover a troca de experiências e informações sobre sustentabilidade, entre pessoas físicas e jurídicas, dos setores público e privado.

Art. 12. A participação na Rede é franqueada às pessoas físicas integrantes de órgão público e do setor privado.

Parágrafo único. A Rede irá divulgar eventos cuja temática seja a sustentabilidade, as boas práticas desenvolvidas neste campo, notícias e informes.

Seção IV

Do Certificado de Sustentabilidade e do Selo A3P

Art. 13. Quando da assinatura do Termo de Adesão, o Programa A3P concederá à instituição o Certificado de Sustentabilidade na Administração Pública.

Parágrafo único. O Certificado terá prazo de validade igual ao do Termo de Adesão.

Art. 14. Anualmente o Programa A3P atribuirá o Selo A3P, com validade para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Parágrafo único. Fará jus ao Selo A3P a instituição pública que:

I - possua o Termo de Adesão vigente;

II - preencha e encaminhe os dados do RESSOA até 31 de março do ano subsequente.

Seção V

Do Prêmio A3P de Melhores Práticas de Sustentabilidade

Art. 15. O Prêmio A3P de Melhores Práticas de Sustentabilidade tem como finalidades:

I - reconhecer o mérito das iniciativas das instituições do setor público na promoção e na prática da A3P;

II - estimular a implementação de iniciativas sustentáveis e inovadoras de gestão socioambiental que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do servidor, do ambiente organizacional e do meio ambiente;

III - compartilhar informações que sirvam de inspiração ou referência para iniciativas de outras instituições; e

IV - encorajar e recompensar as instituições que possuem compromisso com a implementação da A3P.

Parágrafo único. A Premiação da A3P será realizada a cada dois anos, sempre em anos pares, podendo a coordenação do Programa A3P adaptar o calendário por motivo de força maior.

Art. 16. O Prêmio A3P será estabelecido por categorias associadas aos eixos temáticos da Agenda A3P, definidas em Regulamento próprio.

Art. 17. Somente podem concorrer ao Prêmio A3P, órgãos, entidades e instituições públicas que possuam, vigente, o Termo de Adesão.

Parágrafo único. Uma das categorias será reservada aos órgãos públicos que ainda não têm o Termo de Adesão ao Programa, desde que estejam cadastrados na Rede A3P.

Art. 18. A coordenação do Programa A3P divulgará, da forma mais ampla possível, o período de inscrição para o Prêmio.

Art. 19. A cada edição, a A3P produzirá o Regulamento do Prêmio e lhe dará a máxima visibilidade.

Art. 20. Para julgar as iniciativas concorrentes ao Prêmio, a coordenação do Programa A3P instituirá Comissão Julgadora, formada por especialistas, técnicos ou estudiosos, com total autonomia para selecionar e indicar os premiados.

Art. 21. À Comissão Julgadora cabe:
I - avaliar e julgar as iniciativas inscritas; e
II - selecionar as finalistas.

Art. 22. A Comissão Julgadora deve avaliar as iniciativas concorrentes ao Prêmio de acordo com os seguintes critérios:

I - impactos ambientais da iniciativa: os benefícios ambientais gerados com a implantação da iniciativa, em termos qualitativos e quantitativos;

II - caráter social: benefícios sociais gerados, direta ou indiretamente, para a instituição e para a sociedade, com a implantação da iniciativa;

III - caráter econômico: benefícios econômicos gerados para a instituição e para a sociedade;

IV - inovação: iniciativas inovadoras que promovam a modernização da gestão e gerem benefícios para a instituição e para a sociedade, signifiquem redução dos impactos ambientais negativos, ganhos econômicos e/ou sociais;

V - relevância: benefícios gerados em termos de saúde, proteção do meio ambiente, economia dos recursos públicos;

VI - institucionalização: inserção da iniciativa à cultura institucional; e

VII - integração: incorporação servidores, envolve outras áreas da instituição com a implantação da iniciativa.

Seção VI

Do Fórum A3P

Art. 23. O Fórum da A3P é evento destinado a promover o debate sobre temas que tratem da gestão socioambiental na Administração Pública.

Art. 24. O Fórum tem os seguintes objetivos específicos:

I - dar visibilidade às ações socioambientais implementadas pelas instituições públicas;

II - estimular a implementação de iniciativas inovadoras de gestão ambiental que contribuam para a melhoria do ambiente organizacional e do meio ambiente;

III - encorajar os esforços das instituições públicas que possuem compromisso com a implementação de ações e projetos de sustentabilidade;

IV - sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental;

V - promover a inserção da responsabilidade socioambiental no setor público; e

VI - promover o debate e a troca de experiências entre as instituições públicas.

Art. 25. O Fórum da A3P será realizado a cada dois, concomitante ao Prêmio A3P.

Seção VII

Das Publicações e outros meios de divulgação

Art. 26. O Programa A3P produzirá, com recursos próprios ou de parceiros, folders, folhetos, cartilhas, manuais, livros, boletins, artigos, adesivos, material didático para cursos presenciais e à distância, informações para a Internet e para a Rede A3P, na forma de impresso ou digitalizado, ou por outros meios de divulgação que se façam necessários.

§ 1º O Programa A3P constituirá uma biblioteca básica que servirá de referência bibliográfica, com foco nos Eixos Temáticos, disponibilizada para o público interno e externo ao Ministério do Meio Ambiente.

§ 2º O Programa A3P produzirá apostilas de caráter didático para serem utilizadas nos cursos de capacitação.

§ 3º Todo material de divulgação produzido pela A3P, estará, obrigatoriamente, disponível no portal da A3P (a3p.mma.gov.br), sendo de livre acesso à sociedade.

§ 4º É livre a cópia e impressão das publicações da A3P, desde que citada a fonte.

Seção VIII

Sistema de Responsabilidade Socioambiental - RESSOA

Art. 27. O RESSOA, Sistema de Responsabilidade Socioambiental, é um sistema de monitoramento online disponibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente para os órgãos que fizerem a adesão ao Programa A3P.

§ 1º O acesso e uso do RESSOA é exclusivo para quem tem o Termo de Adesão à A3P.

§ 2º É vetado o envio de relatórios de monitoramento impressos para a A3P.

Art. 28. O Ministério do Meio Ambiente é responsável pela administração, manutenção e atualização do sistema RESSOA.

Parágrafo único. O sistema RESSOA irá assegurar ao usuário o livre acesso aos seus dados, em qualquer tempo, permitindo fazer as alterações que considere necessárias.

CAPÍTULO VI

DA DISSEMINAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM A3P

Art. 29. Para divulgar, capacitar e promover a implementação da A3P serão usados os seguintes meios:

I - produção de material de divulgação;

II - divulgação nas mídias disponíveis, incluindo as redes sociais;

III - divulgação na Rede A3P;

IV - mobilização de municípios, estados e instituições para conhecimento e formalização de parcerias com o Programa; e

V - promoção ou participação em cursos, capacitações, palestras, treinamentos, seminários, debates e demais eventos que promovam a sustentabilidade.

Art. 30. O Programa A3P poderá oferecer suporte técnico ao órgão que formalizar sua adesão ao Programa, na forma de consultoria, via internet, por telefone ou presencial, por curso de capacitação, palestra e distribuição de material didático.

Art. 31. O Programa A3P promoverá cursos, treinamentos e capacitações, presenciais ou à distância, para orientar e qualificar a realização do diagnóstico socioambiental do órgão, a definição das ações prioritárias, a elaboração do programa de gestão socioambiental, a elaboração do plano de sensibilização, o monitoramento e avaliação da implantação do Programa A3P, a difusão do conhecimento relativo aos eixos temáticos da A3P.

Parágrafo único. A Coordenação do Programa A3P capacitará preferencialmente gestores de órgãos públicos e servidores públicos.

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

EXTRATO DA ATA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2020

O Ministério do Meio Ambiente torna públicas as deliberações da 77ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente, ocorrida no dia 15 de julho de 2020, por videoconferência.

Deliberações:

1. Aprovado o novo Regimento Interno do colegiado, que será encaminhado à Consultoria Jurídica do MMA para posterior publicação;

2. Aprovado o fomento do FNMA ao projeto para adequação da gestão de resíduos sólidos no estado de Rondônia, conforme proposição na Nota Técnica registrada no SEI 0588168, a ser incluído na Plataforma +Brasil, no valor de até R$ 3.096.816,00 do orçamento de 2020 e até R$ 3.136.306,64 do orçamento previsto para 2021, mais um valor complementar de até R$ 3.000.000,00 de recursos extras para 2021 caso haja disponibilidade orçamentária adicional na LOA, perfazendo um total de até R$ 9.233.122,64 do FNMA, com o registro de que o valor total das aplicações no projeto e na sua gestão pode ser de até R$ 12.603.226,07 entre todas as fontes federais;

3. Detalhada a aplicação do mencionado apoio de até R$ 9.233.122,64, que se refere tanto ao fomento de até R$ 8.833.122,64 do FNMA ao projeto, por meio de instrumento de repasse a ser celebrado com o estado de Rondônia e complementado por outras fontes de recursos, quanto ao custeio de até R$ 400.000,00 do FNMA ao serviço da CAIXA para gestão e acompanhamento do projeto, conforme contrato firmado pelo MMA e complementado com outras fontes do orçamento.

LUÍS GUSTAVO BIAGIONI
Secretário-Executivo

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 276, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.002335/2020-18. Interessada: Taguá Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 14.092.532/0001-00. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Pequena Central Hidrelétrica denominada Taguá, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: PCH.PH.PR.036914-4.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.676, de 24 de março de 2020, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 277, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.002662/2020-61. Interessada: Cavernoso III Energia SPE Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 30.037.511/0001-49. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Pequena Central Hidrelétrica denominada Cavernoso III, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: PCH.PH.PR.037314-1.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.738, de 7 de abril de 2020, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.076, DE 21 DE JULHO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.003383/2014-77. Interessado: Translead Empreendimentos e Incorporações Ltda. Objeto: Autorizar a Translead Empreendimentos e Incorporações Ltda. a implantar e explorar a PCH Açungui 2F, CEG PCH.PH.PR.036917-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 9.900 kW de potência instalada, localizada no município de Itaperuçu, no estado do Paraná. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.077, DE 21 DE JULHO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004686/2015-98. Interessado: Eldorado Brasil Celulose S.A. Objeto: Autorizar a exploração da UTE Onça Pintada, cadastrada sob o CEG UTE.FL.MS.035085-0.01 e localizada no município de Três Lagoas, estado do Mato Grosso do Sul, também por meio do estabelecimento filial da empresa, CNPJ 07.401.436/0001-31, localizado no mesmo município e estado da usina. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.078, DE 21 DE JULHO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo n° 48500.004411/1999-46. Interessado: Companhia Siderúrgica do Pará - COSIPAR Objeto: Revoga a Resolução Autorizativa nº 214, de 6 de junho de 2005, que autorizou o Interessado a explorar a UTE Cosipar, CEG UTE.CM.PA.027793-2.01, localizada no município de Marabá, estado do Pará. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.079, DE 21 DE JULHO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.0001568/2020-95. Interessada: São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, as áreas necessárias à implantação da PCH Salgado, localizadas no rio São Bartolomeu, no município de Luziânia, no estado de Goiás. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.080, DE 21 DE JULHO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001664/2020-33. Interessada: São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas que perfazem uma superfície de 668,9101 ha (seiscentos e sessenta e oito hectares, noventa e um ares, um centiare), localizadas no município de Luziânia, no estado do Goiás, necessárias à implantação da PCH São Bartolomeu

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.081, DE 21 DE JULHO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003756/2020-58. Interessada: RGE Sul Distribuidora de Energia - RGE. Objeto: declara de utilidade pública para desapropriação, em favor da RGE Sul Distribuidora de Energia - RGE, a área de terra necessária à ampliação da Subestação 69/13,8 kV Carlos Barbosa 1, localizada no município de Garibaldi, estado no Rio Grande do Sul. A íntegra deste Despacho e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.082, DE 21 DE JULHO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003803/2020-63. Interessada: RGE Sul Distribuidora de Energia - RGE. Objeto: (i) Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área necessária à implantação da Subestação 69/13,8 kV Gramado 2, localizada no município de Gramado, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.083, DE 21 DE JULHO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003182/2020-18. Interessada: Pampa Transmissão de Energia S.A. Objeto: declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Interessada, da área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 525 kV Gravataí - Capivari do Sul C1, localizada no estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.087, DE 21 DE JULHO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.002641/2019-11. Interessada: Chimarrão Transmissora de Energia S.A. Objeto: Altera a Resolução Autorizativa nº 7.900, de 11 de junho de 2019, que trata da declaração de utilidade pública, em favor da Chimarrão Transmissora de Energia S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 525 kV Candiota 2 - Guaíba 3 C1 e C2, localizada no estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução (e seu anexo) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 890, DE 21 DE JULHO DE 2020

Retifica a Resolução Normativa nº 875, de 10 de março de 2020, que estabeleceu, de forma consolidada, as normas referentes aos procedimentos e requisitos para realização de estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas, exploração e outorga de empreendimentos hidrelétricos

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.074, de 7 de julho de 1995, art. 5°, §§ 2° e 3°, no Parágrafo Único do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, art. 4°, no Decreto n° 10.272, de 12 de março de 2020, art. 1°, e no Processo n° 48500.003665/2017-17, resolve:

Art. 1°. Retificar a Ementa da Resolução Normativa nº 875, de 10 de março de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Estabelece os requisitos e procedimentos necessários à aprovação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico de bacias hidrográficas, à obtenção de outorga de autorização para exploração de aproveitamentos hidrelétricos, à comunicação de implantação de Central Geradora Hidrelétrica com Capacidade Instalada Reduzida e à aprovação de Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica e Projeto Básico de Usina Hidrelétrica sujeita à concessão."

Art. 2°. Retificar o art. 1° da Resolução Normativa nº 875, de 10 de março de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1°. Estabelecer os requisitos e procedimentos necessários à realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico de bacias hidrográficas, à obtenção de outorga de autorização para exploração de aproveitamentos hidrelétricos, com potência superior a 5.000 kW e igual ou inferior a 50.000 kW, à comunicação de implantação de Central

Geradora Hidrelétrica com capacidade instalada reduzida, com potência igual ou inferior a 5.000 kW, e à aprovação de Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica e Projeto Básico de Usina Hidrelétrica sujeita à concessão."

Art. 3°. Retificar o § 2º do art. 20 da Resolução Normativa nº 875, de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. .....

[...]

§ 2º Caso haja mais de um DRI-PCH para o mesmo aproveitamento, será selecionado o interessado que primeiro protocolar, na ANEEL, após o prazo de 90 (noventa) dias de que trata o caput, o Sumário Executivo acompanhado das correspondentes Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e do Projeto Básico desenvolvido."

Art. 4°. Retificar o § 2º do art. 22 da Resolução Normativa nº 875, de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. .....

[...]

§ 2º Caso haja mais de um DRI-UHE para o mesmo aproveitamento, será selecionado o interessado que primeiro protocolar, na ANEEL, após o prazo de 90 (noventa) dias de que trata o caput, o Sumário Executivo acompanhado das correspondentes ART(s) e do Projeto Básico desenvolvido.

[...]"

Art. 5°. Retificar os arts. 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 49 da Resolução Normativa nº 875, de 2020, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 42. A ANEEL divulgará, periodicamente, a relação dos registros ativos, assim como dos EVTE(s) e dos projetos básicos apresentados ou aprovados.

Art. 43. Para que o registro do EVTE ou projeto básico seja considerado ativo, o interessado deverá apresentar para cada aproveitamento hidrelétrico as seguintes informações, conforme determinações disponíveis no sítio da ANEEL na internet.

[...]

VIII - cronograma e condições técnicas de realização indicando a data de término do EVTE ou projeto básico;

[...]

XI - previsão do dispêndio com o EVTE ou projeto básico.

Art. 44. Após o registro, a ANEEL informará ao interessado os prazos para apresentação dos relatórios de andamento do EVTE ou do projeto básico, compatíveis com a sua complexidade e com as articulações e licenças legais necessárias, de modo que o registro permaneça na condição de ativo.

[...]

Art. 45. O titular de registro ativo pode comunicar à ANEEL, em qualquer fase do EVTE e dos projetos, sua desistência em continuar desenvolvendo-os, podendo retirar as informações porventura apresentadas.

Art. 46. Será anulado o registro de EVTE ou de projeto básico quando houver fundados indícios que o seu titular, direta ou indiretamente, visa apenas alcançar resultado que iniba ou desestimule a iniciativa de outros interessados no mesmo potencial hidráulico, ou objetive a formação de reserva de potenciais para seu uso futuro.

Art. 47. Os EVTE(s) e os projetos básicos serão objeto de avaliação quanto aos seguintes aspectos:

I - desenvolvimento dos EVTE(s) ou dos projetos básicos fundamentados em estudos básicos consistentes e adequados à etapa e ao porte do empreendimento;

[...].

Art. 48. Examinado e aceito o primeiro requerimento para inclusão no programa de licitação de concessões, com a apresentação do EVTE e do projeto básico, a ANEEL informará aos demais interessados que possuam registro ativo para o mesmo empreendimento, assinalando lhes prazo de 120 (cento e vinte) dias para apresentação dos EVTE(s) e dos projetos básicos.

[...].

§ 2º O exame do requerimento para inclusão no programa de licitação de concessões será realizado segundo metodologia descrita no art. 47 e a ANEEL somente iniciará o processo de convocação dos demais interessados caso considere os EVTE(s) e os projetos básicos apresentados pelo requerente e adequados ao caso específico.

§ 3º Verificado pela ANEEL que os EVTE(s) e os projetos básicos do requerente estão inconclusos ou necessitam de detalhamento para seu exame, o pedido será indeferido sem a convocação dos demais interessados, sendo comunicado ao requerente o prazo em que ele poderá reapresentá-lo, que não será inferior a 90 (noventa) dias.

§ 4º O não encaminhamento do EVTE ou do projeto básico à ANEEL, no prazo assinalado neste artigo, será considerado como desistência dos interessados na conclusão dos estudos e dos projetos.

§ 5º Os EVTE(s) e projetos básicos deverão ser apresentados conforme determinações disponíveis no sítio oficial da ANEEL na internet.

Art. 49. Ocorrendo o envio de outros EVTE(s) ou projetos básicos para o mesmo empreendimento, em condições de ser aprovados, todos serão colocados à disposição dos interessados para o processo de licitação.

Parágrafo único. Somente o EVTE ou o projeto básico escolhido pelo vencedor da licitação fará jus ao ressarcimento, de acordo com o respectivo edital."

Art. 6°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.136, DE 21 DE JULHO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.006404/2018-30, decidiu (i) conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela CEB Distribuição S.A. - CEB-D em face do Despacho nº 199, de 2019; (ii) declarar, por exaurimento da finalidade, a perda de objeto do pedido de Medida Cautelar apresentado pela CEB-D, com fulcro no artigo 52 da Lei nº 9.784, de 1999, c/c o artigo 14, caput, da Norma de Organização ANEEL nº 001, com redação dada pelo Anexo da REN nº 273, de 2007; (iii) autorizar a utilização de 1 (uma) das 6 (seis) Entradas de Linha - EL em 138 kV na Subestação Brasília Leste pela Enel Distribuição Goiás - Enel GO, atualmente destinada à CEB-D, a partir da data prevista para a entrada em operação no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT a ser firmado entre a Enel GO e a Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia - VSB, quando cessará a responsabilidade e remuneração da CEB-D quanto ao encargo de conexão correspondente a esta Entrada de Linha; e (iv) determinar que a VSB informe à ANEEL quando forem realizadas as correspondentes mudanças nos CCT da Enel GO e CEB-D.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.135, DE 21 DE JULHO DE 2020

A DIRETORA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no §1º do artigo 14 da Norma do Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL nº 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta no Processo nº 48500.000866/2020-68, decide extinguir, por exaurimento de finalidade, o requerimento administrativo, com pedido de medida cautelar, interposto pela Santa Quitéria Geradora Ltda., com vistas à revisão do procedimento de conexão da Central Geradora Hidrelétrica - CGH Santa Quitéria aos sistemas de distribuição da Cemig Distribuição S.A.

ELISA BASTOS SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.156, DE 22 DE JULHO DE 2020

Processo nº 48500.001743/2004-07. Interessado: Rio Tainhas Geração de Energia Ltda. Decisão: (i) alterar para 22 de agosto de 2020 o prazo estabelecido no Despacho nº 1.276, de 7 de maio de 2019, para a empresa Rio Tainhas Geração de Energia Ltda. apresentar o Sumário Executivo e o projeto básico referentes à PCH Salto do Soque, com potência de 15.000, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.SC.043216-4.01, localizada no rio do Peixe, integrante da sub-bacia 72, no município de Tangará, no estado de Santa Catarina. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 2.122, DE 21 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003864/2017-25, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Energisa Mato Grosso, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

VIA RADIO NET COMUNICAÇÕES LTDA	PORTAL NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA

DESPACHO Nº 2.123, DE 21 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003994/2017-68, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura que entre si celebram a Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S.A. e M A Informática LTDA.; (ii) a receita proveniente do contrato homologado no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S.A. conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

DESPACHO Nº 2.124, DE 21 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004112/2017-81, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

RODRIGO OLIVEIRA DE SOUZA	CONECT TELECOM COMUNICAÇÃO LTDA	R E R ANDRADE EIRELI

DESPACHO Nº 2.125, DE 21 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003944/2019-24, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA e Oi S.A.; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela COOPERA, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

DESPACHO Nº 2.126, DE 21 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003863/2017-81, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas CEEE-D , conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A	PROSERVER TELECOMUNICAÇÕES LTDA -ME

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHOS DE 22 DE JULHO DE 2020

Nº 2.137. Processo Nº 48500.001351/2019-41. Interessados: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE e Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana de Recife - Emlurb. Decisão: extinguir e arquivar o processo administrativo, considerando a perda do objeto.

Nº 2.138. Processo Nº 48500.003053/2020-20. Interessados: Copel Distribuição S.A. - Copel-DIS e Uniserta Comercio de Produtos Agropecuarios Ltda. Decisão: extinguir e arquivar o processo administrativo, considerando a perda do objeto.

Nº 2.139. Processo nº 48500.002409/2020-16. Interessados: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA e Padaria Soraia Ltda. Decisão: extinguir e arquivar o Processo.

Nº 2.140. Processo nº 48500.005632/2019-73. Interessados: Equatorial Energia Pará e Amazon Polpas Indústria e Comércio de Polpas Ltda. Decisão: negar provimento à reclamação da empresa consumidora.

Nº 2.141. Processo Nº 48500.002635/2020-99. Interessados: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba e Hotel Vista da Chapada Ltda. Decisão: dar provimento parcial à reclamação do consumidor.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GUSTAVO MANGUEIRA DE ANDRADE SALES
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 2.108, DE 17 DE JULHO DE 2020

Processo nº: 48500.003613/2020-46. Interessado: Santo Antônio Energia S.A. Decisão: (i) reconhecer o total R$ 87.521,57 (oitenta e sete mil, quinhentos e vinte e um reais e cinquenta e sete centavos) referente à realização do Projeto de Gestão, PG-6683-2013/2013; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente
Substituto

DESPACHO Nº 2.127, DE 21 DE JULHO DE 2020

Processo nº: 48500.003761/2020-61 Interessado: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A e empresas cooperadas. Decisão: (i) reconhecer os investimentos referentes à realização do Projeto de P&D, código PD-6585-1206/2012 da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A e empresas Cooperadas, no valor total de R$2.595.701,39 (dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, setecentos e um reais e trinta e nove centavos), sendo R$ 958.586,51 (novecentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos) de aporte da Energisa Minas Gerais -Distribuidora de Energia S/A; R$ 329.689,61 (trezentos e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta e um centavos) de aporte da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A; R$ 231.341,80 (duzentos e trinta e um mil, trezentos e quarenta e um reais e oitenta centavos) da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A; R$ 390.220,25 (trezentos e noventa mil, duzentos e vinte reais e vinte e cinco centavos) da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A e R$ 687.101,38 (seiscentos e oitenta e sete mil, cento e um reais e trinta e oito centavos) da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A; (ii) estabelecer a glosa de R$ 1.238,16 (um mil, duzentos e trinta e oito reais e dezesseis centavos); e (iii) declarar o encerramento desse projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente
Substituto

DESPACHO Nº 2.128, DE 21 DE JULHO DE 2020

Processo nº: 48500.001790/2020-98. Interessado: Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica LTDA - IENERGIA. Decisão: (i) reconhecer o valor de R$ 318.612,56 (trezentos e dezoito mil, seiscentos e doze reais e cinquenta e seis centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código 0087-0002/2012; e (ii) declarar o encerramento desse projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente
Substituto

DESPACHO Nº 2.133, DE 21 DE JULHO DE 2020

Processo nº: 48500.000925/2018-83. Interessado: Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 65.868,45 (sessenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-6585-0005/2008; e (ii) declarar o encerramento desse projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 2.158, DE 23 DE JULHO DE 2020

Processo nº: 48500.003377/2020-68. Interessados: CEB PARTICIPAÇÕES S/A e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Decisão: (i) aprovar o ajuste do preço base de venda de energia dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR sob responsabilidade da CEB PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 03.682.014/0001-20, firmados no âmbito do 1º Leilão de Energia Nova - LEN (Leilão nº 002/2005), lastreados pela Usina Hidrelétrica - UHE Queimado, em decorrência da alteração das alíquotas da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE e da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, conforme o disposto no Anexo I deste Despacho; (ii) aprovar o modelo de Termo Aditivo ao CCEAR para o ajuste dos preços base de venda de energia estabelecido no inciso (i), conforme o disposto no Anexo II deste Despacho; e (iii) determinar que a CCEE disponibilize os Termos Aditivos aos CCEAR com o ajuste dos preços base de venda de energia estabelecido no inciso (i) para que os agentes envolvidos celebrem os respectivos instrumentos contratuais, conforme modelo estabelecido no inciso (ii). A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

OTÁVIO RODRIGUES VAZ
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

DESPACHO
Relação nº 338/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2985/2020-820.119/2020-PORTO COMERCIO DE AREIA FINA LTDA-
2986/2020-820.147/2020-J.V. TRANSPORTES E MINERAÇÃO LTDA. ME-
2983/2020-820.308/2019-MENDONÇA PESQUISA MINERAL LTDA-
2984/2020-820.113/2020-BEIRA RIO PORTO DE AREIA EIRELI EPP-
2987/2020-820.175/2020-PORTO DE AREIA GANZELLA LTDA.-
2981/2020-820.481/2018-DIBASE TERRAPLANAGEM LTDA-
2982/2020-820.107/2019-SHYOZ EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA ME-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

3005/2020-820.117/2020-DPB MINERAÇÃO LTDA.-
3006/2020-820.118/2020-DPB MINERAÇÃO LTDA.-
2988/2020-821.005/2015-MINERACAO FAZENDA BOA VISTA LTDA-
3010/2020-820.182/2020-ANTONIO DE PAULI NETO-
3009/2020-820.179/2020-PAULISTA SUDESTE TRANSPORTE DE CARGAS LTDA-
3008/2020-820.177/2020-LUIS FERNANDO ALVES LOPES-
3007/2020-820.176/2020-PAULINO DE OLIVEIRA NASCIMENTO FILHO LTDA-
2995/2020-820.383/2018-EMBU S.A ENGENHARIA E COMÉRCIO-
2993/2020-820.381/2018-RAUL MONEGAGLIA-
2992/2020-820.380/2018-CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEÚTICOS LTDA-
2996/2020-820.424/2018-SQ PARTICIPAÇÕES LTDA-
2999/2020-820.722/2018-CONSTRUTORA BRASIL S. A.-
2989/2020-820.072/2016-CERÂMICA BOA VISTA TOMAZELLA LTDA-
2990/2020-820.378/2018-CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEÚTICOS LTDA-
2991/2020-820.379/2018-CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEÚTICOS LTDA-
2994/2020-820.382/2018-ANTÔNIO EUSTÁQUIO DE FARIA-
2997/2020-820.524/2018-EMPRESA MINERADORA BOA SORTE LTDA-
2998/2020-820.526/2018-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
3004/2020-820.098/2019-MINERAÇÃO SANTO EXPEDITO LTDA-
3003/2020-820.028/2019-PEPASA PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO SANTA ADÉLIA LTDA-
3002/2020-820.027/2019-PEPASA PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO SANTA ADÉLIA LTDA-
3001/2020-820.790/2018-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-
3013/2020-820.195/2020-COMERCIO DE MINERIOS AREIA BRANCA LTDA EPP-
3012/2020-820.192/2020-COMERCIO DE MINERIOS AREIA BRANCA LTDA EPP-
3011/2020-820.191/2020-COMERCIO DE MINERIOS AREIA BRANCA LTDA EPP-
3000/2020-820.777/2018-ADALBERTO GREGO-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

2980/2020-820.108/2020-PORTO DE AREIA XINGU LTDA. EPP-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 340/2020

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
830.745/1982-CERAMICA SAFFRAN LTDA-AREIA
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
830.745/1982-CERAMICA SAFFRAN LTDA-ARGILA

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 342/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2900/2020-840.019/2020-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES-
2896/2020-840.128/2019-MAQUESUEL FRANCISCO DE ARAUJO DIAS-
2895/2020-840.123/2019-THIAGO AVELAR TEIXEIRA EIRELI-
2901/2020-840.024/2020-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA-
2893/2020-840.033/2016-BRANDÃO & SIMAS MINERAÇÃO LTDA ME-
2897/2020-840.129/2019-TALENT METALS MINERACAO LTDA-
2899/2020-840.011/2020-LUSMAR VICENTE NOVO-
2898/2020-840.135/2019-GUIMARÃES & SOUZA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME-
2894/2020-840.278/2018-SUDAMERICA LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2892/2020-840.009/2020-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-
2890/2020-840.058/2019-MAP MINERAÇÃO LTDA-
2891/2020-840.148/2019-FRANCISCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA-
2889/2020-840.215/2018-CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S A-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 343/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2943/2020-850.807/2019-MINERADORA TAPAJÓS - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2945/2020-850.214/2020-MTM MINERACAO EIRELI-
2951/2020-850.585/2020-ARAGUAIA NÍQUEL METAIS LTDA.-
2952/2020-850.775/2020-MINERAÇÃO CASTELO DOS SONHOS LTDA.-
2948/2020-850.485/2020-H SOARES OLIVEIRA EIRELI-
2944/2020-850.073/2020-ALLSTAR EXPORTACAO E LOGISTICA DE CARGAS DO BRASIL EIRELI-
2946/2020-850.289/2020-ANDRE LUIS FONSECA FONTANA-
2947/2020-850.316/2020-A T M SABAT MINÉRIOS EIRELI EPP-
2949/2020-850.552/2020-BRASIL MARABA MINERADORA LTDA-
2950/2020-850.553/2020-BRASIL MARABA MINERADORA LTDA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 344/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2910/2020-831.575/2019-GERALDO ROTONDO JUNIOR-
2906/2020-831.396/2019-TRAJANO CONSULTORIA MINERAL LTDA-
2909/2020-831.560/2019-MINERAÇÃO POA LTDA.-
2911/2020-831.578/2019-DEIVID SANTOS GOMES-
2912/2020-831.585/2019-EVERALDO CHAVES RÊGO-
2913/2020-831.586/2019-MARCELO LACERDA DE MESQUITA-
2914/2020-831.595/2019-COSTA E GUIMARAES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LT-
2915/2020-831.629/2019-SP MINÉRIOS LTDA-
2916/2020-831.644/2019-MINERAÇÃO POA LTDA.-
2917/2020-831.686/2019-GAMA MINERADORA ASSUNÇÃO LTDA ME-
2918/2020-830.389/2020-LEONARDO FERREIRA GUIMARÃES-
2919/2020-830.414/2020-VAILLANT MARMORES E GRANITOS EIRELI-
2920/2020-830.471/2020-AREAL CERQUEIRA LTDA-
2904/2020-830.570/2019-MINERAÇÃO SERRA SUL LTDA.-
2905/2020-830.836/2019-REGIS TOTTI SEBEN-
2903/2020-831.598/2018-MINERAIS BRASIL LTDA-
2908/2020-831.529/2019-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-
2907/2020-831.413/2019-LAUER GRANITOS EIRELI ME-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2940/2020-830.117/2020-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-
2936/2020-831.513/2019-MINERAÇÃO MINAS BRASIL EIRELI ME-
2935/2020-831.303/2019-MINERAÇÃO MINAS BRASIL EIRELI ME-
2923/2020-830.802/2019-MANOEL HEITOR DOS SANTOS TRINDADE-
2924/2020-830.832/2019-ROBSON DUARTE MOREIRA-
2926/2020-830.900/2019-JS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE CASCALHO EIRELI-
2927/2020-830.909/2019-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-
2928/2020-830.924/2019-LORISVALDO DAS GRAÇAS DE SENA.-
2930/2020-831.067/2019-JOSE LUIZ MAGALHÃES FILHO-
2931/2020-831.115/2019-VITÓRIA MINAS BRASILEIRA MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-
2932/2020-831.118/2019-NANCY KIYOKO DE MACEDO ONODERA DE SIQUEIRA-
2933/2020-831.125/2019-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-
2934/2020-831.137/2019-FERNANDA FELICIANO FARIAS-
2937/2020-831.596/2019-MINERACT CONSULTORIA MINERAL LTDA-
2938/2020-831.646/2019-MINERAÇÃO BMW LTDA-
2939/2020-830.071/2020-LEONARDO FERREIRA GUIMARÃES-
2941/2020-830.267/2020-ROBSON ROGERIO DE OLIVEIRA-
2942/2020-830.268/2020-ROBSON ROGERIO DE OLIVEIRA-
2921/2020-830.637/2019-JOAQUIM ALVARES DA SILVA CAMPOS-
2922/2020-830.663/2019-DIOVANI NORONHA DE FARIA ME-
2925/2020-830.881/2019-AMAZONAS PARTICIPAÇÕES EIRELI-
2929/2020-831.047/2019-CONSTRUTORA MADEMA EIRELI-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

2902/2020-830.419/2020-COMERCIAL DE PISO EIRELI ME-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 345/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2961/2020-864.111/2019-GILMAR QUEIROZ DA SILVA-
2960/2020-864.076/2019-POSTO NERÓPOLIS LTDA-
2963/2020-864.123/2019-HELI OVIDIO DA SILVA-
2966/2020-864.164/2019-P C NUNES EIRELI EPP F.I.-
2969/2020-864.179/2019-MINERAÇÃO BELO MONTE LTDA-
2968/2020-864.170/2019-MARCELO SOARES CÔRTES-
2970/2020-864.184/2019-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA-
2977/2020-864.072/2020-FERREIRA DUARTE CONSTRUCOES LTDA ME-
2959/2020-864.122/2017-FRANCISCO RONALDO DOS SANTOS ALVARENGA-
2964/2020-864.125/2019-TALYANNA BARREIRA LEOBAS DE FRANCA ANTUNES-
2962/2020-864.112/2019-GILMAR QUEIROZ DA SILVA-
2975/2020-864.063/2020-NEXA RECURSOS MINERAIS S A-
2976/2020-864.064/2020-NEXA RECURSOS MINERAIS S A-
2972/2020-864.058/2020-NEXA RECURSOS MINERAIS S A-
2979/2020-864.080/2020-TRANSPORTADORA SAMPAIO LTDA-
2973/2020-864.059/2020-NEXA RECURSOS MINERAIS S A-
2978/2020-864.077/2020-DELVANI SANTOS REIS-
2965/2020-864.127/2019-MINERAÇÃO APOLLO LTDA-
2967/2020-864.168/2019-J C BATISTA ENGENHARIA E PROJETOS EIRELI-
2974/2020-864.062/2020-NEXA RECURSOS MINERAIS S A-
2971/2020-864.052/2020-VITOR RAFAEL COSTA ALVES-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2954/2020-864.185/2019-CORCOVADO GRANITOS LTDA-
2955/2020-864.199/2019-MINERAÇÃO VENEZA LTDA-
2958/2020-864.067/2020-DELIO DE JESUS SOARES-
2956/2020-864.035/2020-INVESTCO S.A.-
2957/2020-864.047/2020-INVESTCO S.A.-
2953/2020-864.108/2018-RUBERVALDO LIMA DOS SANTOS-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
Relação nº 59/2020

Fase de Autorização de Pesquisa

Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)

815.046/2019-EDEGAR LAZAREK-ALVARÁ N°1170/2019
815.046/2020-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-ALVARÁ N°1170/2019
815.024/2019-DANILO LUIZ ZIMMERMANN-ALVARÁ N°1165/2019

Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)

815.720/2017-AQUAROL ÁGUA MINERAL LTDA EPP-ALVARÁ N°1635/2018
815.148/2018-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-ALVARÁ N°3425/2018
815.149/2018-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-ALVARÁ N°3426/2018
815.210/2017-EVILAZIO LOCKS-ALVARÁ N°4770/2017

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

809.746/1972-ÁGUAS MORNAS MINERADORA LTDA- Arrendatária: AMX - Envasadora e Distribuidora de Água Mineral Ltda., Fonte Platina para a marca Água Platina, para embalagens descartáveis de 600 mL, com e sem gás.- ÁGUAS MORNAS/SC

002.014/1941-TERMAS SANTO ANJO DA GUARDA LTDA.- Fonte Balneário, marca Imperatriz: Embalagens descartáveis, sem gás: 10 L, formato retangular; Fonte Santo Anjo, marca Imperatriz: Embalagens retornáveis, sem gás 20 L, formato circular e para marca Da Guarda: Embalagens retornáveis, sem gás, 20 L formato elíptico.- TUBARÃO/SC- TUBARÃO/SC

815.298/2000-AGUA MINERAL SERRA DO TABULEIRO LTDA- Arrendatária: JAN Envasadora de Águas Minerais Ltda. Fonte Tabuleiro para marca Imperatriz:10L, com e sem gás,embalagens descartáveis; para marca Da Guarda, 10 L, sem gás, embalagens descartáveis; Fonte Serra para marca Da Guarda: 1,5 L, com e sem gás, embalagens descartáveis; 500 mL, com e sem gás, embalagens descartáveis; 20 L, sem gás, embalagens retornáveis, com rótulos de formatos elíptico, circular e retangular.- SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC

Fase de Direito de Requerer a Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)

815.476/2018-LANDO TERRAPLANAGEM LTDA ME-PORTO BELO/SC - Guia n° 193/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC--16.200t/ano-Saibro- Validade:10/04/2023
815.476/2018-LANDO TERRAPLANAGEM LTDA ME-PORTO BELO/SC - Guia n° 93/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC-16.200toneladas/ano-Saibro- Validade:10/04/2023
815.520/2016-MARQUIS TERRAPLANAGEM, SERVIÇOS E OBRAS LTDA-ÁGUAS MORNAS/SC, RANCHO QUEIMADO/SC - Guia n° 203/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC-16.500t/ano-Saibro- Validade:21/01/2022

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

815.604/1997-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA FARIAS LTDA- Registro de Licença N° 668/1998 - Vencimento em 07/02/2022
815.689/2001-TRANSPORTES E ATERROS BORCHARDT LTDA ME- Registro de Licença N° 953/2002 - Vencimento em 25/10/2023
815.704/2013-SCHERER TRANSPORTES LTDA ME- Registro de Licença N° 2062/2019 - Vencimento em 12/03/2021
815.486/2009-KLABIN S.A- Registro de Licença N° 1460/2014 - Vencimento em 22/06/2025
815.546/1986-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME- Registro de Licença N° 199/1987 - Vencimento em 16/08/2021
815.289/2002-EXTRAÇÃO DE AREIA FANTONI LTDA- Registro de Licença N° 1038/2003 - Vencimento em 16/09/2023
815.762/2008-HEINIG PRÉ MOLDADOS EM CONCRETO, ARGAMASSAS E AGREGADOS LTDA- Registro de Licença N° 1541/2012 - Vencimento em 30/05/2021
815.818/2012-TERRAPLENAGEM NH LTDA EPP- Registro de Licença N° 2088/2017 - Vencimento em 08/05/2021
815.758/2002-TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA- Registro de Licença N° 1077/2015 - Vencimento em 27/07/2022
815.156/2004-KLABIN S.A.- Registro de Licença N° 1186/2005 - Vencimento em 17/03/2040
815.260/2004-KLABIN S.A.- Registro de Licença N° 1150/2014 - Vencimento em 18/03/2030
815.471/2004-KLABIN S.A.- Registro de Licença N° 1127/2014 - Vencimento em 18/03/2030
815.334/2014-CDV MINERAÇÃO E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA.- Registro de Licença N° 1626/2014 - Vencimento em 29/11/2020
815.326/1997-AREIAS KRETZ LTDA- Registro de Licença N° 876/2002 - Vencimento em 14/10/2020
815.310/2000-MINERAÇÃO VEIGA LTDA- Registro de Licença N° 881/2001 - Vencimento em 18/02/2021
815.717/2003-WESTROCK, CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS LTDA- Registro de Licença N° 1096/2004 - Vencimento em 8/09/2024
815.405/2004-KLABIN S.A.- Registro de Licença N° 1122/2004 - Vencimento em 17/03/2040
815.070/2005-KLABIN S.A.- Registro de Licença N° 1171/2005 - Vencimento em 17/03/2040
815.115/2015-MADEIREIRA BEIRA RIO LTDA- Registro de Licença N° 1986/2015 - Vencimento em 23/03/2025
815.279/2014-NICOLI DA SILVA & CIA LTDA- Registro de Licença N° 1618/2014 - Vencimento em 26/09/2020
815.069/2016-L. FERNANDES EIRELI ME- Registro de Licença N° 2013/2016 - Vencimento em 07/10/2024
815.787/2011-CARVALHO MINERAIS LTDA- Registro de Licença N° 2124/2018 - Vencimento em 14/08/2020
815.540/2018-ARGAMASSA 2 IRMÃOS LTDA EPP- Registro de Licença N° 2128/2018 - Vencimento em 14/04/2021

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)

815.279/2014-NICOLI DA SILVA & CIA LTDA- Cessionário:Mineração Araçatuba Eireli Epp- CNPJ 24.616.941/0001-12- Registro de Licença N° 1618, de 13/06/2014,- Vencimento da Licença: 26/09/2020
815.818/2012-TERRAPLENAGEM NH LTDA EPP- Cessionário:Comércio e Extração de Areia NH Ltda. Epp- CNPJ 95.758.306/0001-18- Registro de Licença N° 2088/2017- Vencimento da Licença: 08/05/2021

Fase de Registro de Extração

Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 1 ano(939)

815.202/2019-PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIÓ-Registro de Extração N°2/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC/2020/ de 19/03/2020
815.466/2001-MUNICIPIO DE AGROLANDIA-Registro de Extração N°Registro de Extração N°39/2002/ de 02/04/2020
815.241/2019-MUNICIPIO DE AGROLANDIA-Registro de Extração N°6/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC/ de /2020 de 15/04/2020
815.243/2019-PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA EMMA-Registro de Extração N°11/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC/ de 16/04/2019

Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 04 anos(926)

815.211/2019-PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR-Registro de Extração N°1/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC/2020/ de 17/03/2020

Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 05 anos(927)

815.390/2014-MUNICIPIO DE RIO DE RIO DAS ANTAS-Registro de Extração N°2/2015 - GERÊNCIA REGIONAL/SC/ de 24/03/2020

815.416/2019-MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA-Registro de Extração N°3/2020 - GERÊNCIA REGIONAL ANM/SC/ de 02/04/2020
815.513/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO-Registro de Extração N°21/2019/ de 14/04/2020
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 03 anos(941)
815.375/2019-MUNICIPIO DE PERITIBA-Registro de Extração N°4/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC/ de 02/04/2020
815.310/2019-MUNICÍPIO DE IRANI-Registro de Extração N°5/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC/ de 14/04/2019
815.179/2019-PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS-Registro de Extração N°7/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC/ de 15/04/2020
815.277/2019-PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS-Registro de Extração N°8/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC/ de 15/04/2020
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.548/2018-TERRA VIVAH COMERCIO ATACADISTA EIRELI-CANELINHA/SC - Guia n° 7/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC e 8/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC-50.000 e 12.000toneladas/ano-Areia e Argila- Validade:36 meses a partir da publicação no DOU
815.278/2002-ADILSON MACIEL ME-BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA/SC - Guia n° 144/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC-16.800t/ano-Areia- Validade:11/03/2021
815.216/2005-EXTRAÇÃO DE AREIA ARGILA E TRANSPORTE SANTA HELENA LTDA-TIJUCAS/SC - Guia n° 162/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC-50.000t/ano-Areia- Validade:Validade:18/12/2022
815.216/2005-EXTRAÇÃO DE AREIA ARGILA E TRANSPORTE SANTA HELENA LTDA-TIJUCAS/SC - Guia n° 162/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC-50.000t/ano-Areia- Validade:18/12/2022
815.769/2010-JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA. EPP-JAGUARUNA/SC - Guia n° 179/2020-36.000t/ano-Areia- Validade:13/02/2021
815.388/2013-FLORESTAL ITUPIRANGA FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO LTDA.-RIO NEGRINHO/SC - Guia n° 168/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC-16.500t/ano-Siltito- Validade:04/09/2020
815.612/2011-BRITAGEM BOSA LTDA ME-TIMBÉ DO SUL/SC - Guia n° 2/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC-96.000t/ano-CASCALHO- Validade:22/03/2021
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
815.626/2016-MC EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA ME-Registro de Licença N° 2182/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC - Vencimento em 15/06/2021
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação(920)
815.086/2020-MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO- Registro de Extração N°20/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC/ de 25/06/2020
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
815.428/2019-PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA- Registro de Extração N°21/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC/ de 03/07/2020

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Gerente

DESPACHO
Relação nº 67/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.830/2016-AREAL PRATA LTDA ME- Alvará n°829/2017 - Cessionario:815.046/2020, 815.047/2020, 815.048/2020 e 815.049/20020-Cristal Tech Construtora Ltda- CPF ou CNPJ 04.546.681/0001-49
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
815.831/2008-CACHOEIRA ARRENDAMENTOS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA.- Arrendatária: Água Mineral Lind'Água da Serra Ltda., Fonte Campo Alegre, marca Lind'Água da Serra, para embalagens retornáveis de 10 L e 20 L, sem gás, rótulo retangular.- CAMPO ALEGRE/SC
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.580/2017-FLORESTAL GATEADOS LTDA.- Registro de Licença N° 2122/2018 - Vencimento em 15/04/2022
815.261/2004-KLABIN S.A.- Registro de Licença N° 1140/2004 - Vencimento em 09/03/2030
815.858/2015-WINTERPLAN COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA-Registro de Licença N° 2045/2016 - Vencimento em 19/09/2023
815.090/2009-KLABIN S.A- Registro de Licença N° 1410/2009 - Vencimento em 17/12/2024
815.419/1989-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 399/1993 - Vencimento em 14/11/2020
815.240/1985-VEGINI COMÉRCIO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 451/2019 - Vencimento em 10/03/2021
815.443/2016-COMERCIO DE AREIAS ODORIZZI LTDA- Registro de Licença N° 2047/2016 - Vencimento em 11/03/2024
815.380/1993-MANOEL LUIZ MARTINS ME- Registro de Licença N° 424/1994 - Vencimento em 01/08/2020
815.094/2004-DISK GRAMA COMERCIAL LTDA ME- Registro de Licença N° 1104/2004 - Vencimento em 24/10/2024
815.627/2009-PONTERRA EXTRAÇÃO DE BARRO LTDA ME- Registro de Licença N° 1426/2009 - Vencimento em 16/07/2021
815.178/2014-SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.- Registro de Licença N° 1610/2019 - Vencimento em 01/06/2022
815.262/2004-KLABIN S.A- Registro de Licença N° 1120/2004 - Vencimento em 1712/2024
815.643/1996-EXTRAÇÃO DE AREIA DESCHAMPS LTDA- Registro de Licença N° 574/1997 - Vencimento em 18/07/20?23
815.397/1996-MINERAÇÃO NILSON LTDA- Registro de Licença N° 807/2019 - Vencimento em 15/05/2021
815.456/2007-KLABIN S.A- Registro de Licença N° 1315/2017 - Vencimento em 17/12/2024
815.489/1998-DRAGAGEM DE AREIA BARTSCH LTDA- Registro de Licença N° 733/1999 - Vencimento em 17/07/2021
815.145/2005-LAURO MAR EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 1193/2016 - Vencimento em 05/05/2024
815.786/2011-CARVALHO MINERAIS LTDA- Registro de Licença N° 1542/2012 - Vencimento em 11/05/2021
815.418/1989-TJF EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.- Registro de Licença N° 398/2018 - Vencimento em 21/02/2021
815.197/2014-CNS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- Registro de Licença N° 1612/2019 - Vencimento em 04/05/2021
815.030/2002-MONDINI EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 1178/2005 - Vencimento em 01/08/2021
815.151/2002-STRATEGIES MINERAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA ME- Registro de Licença N° 963/2002 - Vencimento em 16/07/2024
Fase de Registro de Extração
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 04 anos(926)
815.035/2012-PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA-Registro de Extração N°4/2015 de 11/05/2020
815.446/2011-PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ-Registro de Extração N°5/2015 de 13/05/2020
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 03 anos(941)
815.803/2007-URUSSANGA-PREFEITURA-Registro de Extração N°29/2008 de 11/05/2020
815.723/2009-PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ-Registro de Extração N°7/2011 de 12/05/2020
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.102/1998-MACOTER MAT. CONST. LTDA- Alvará n° 9853/2005 - Cessionário: Terfal Mat. Const. Ltda- CNPJ 83.945.022/0001-51
815.635/2017-RTB GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA.- Requerimento de Lavra. Disponibilidade n° s/n - Cessionário: Mineração Nilson Ltda- CNPJ 00.855.016/0001-86
815.080/1991-RIO DO MORRO MINERAÇÃO EIRELI EPP.- Alvará n° 10.567/1998 - Cessionário: Berg Mineração Eireli- CNPJ 30.541.063/0001-16
815.192/2009-SABINO RODRIGUES DE FREITAS- Alvará n° 6003/2009 - Cessionário: GAIA ESTUDOS GEOLOGICOS LTDA- CNPJ 31.080.156/0001-53
815.295/2011-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA DOIS SOARES LTDA ME- Alvará n° 8704/2011 - Cessionário: SANTOS E DIAS EXTRAÇÃO DE AREIA EIRELI- CNPJ 33.201.779/0001-62
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
816.102/1996-PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA.-SCHROEDER/SC - Guia n° 215/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC-10.000t/ano-Saibro- Validade:03/07/2021
815.000/2001-PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA.-GUARAMIRIM/SC, SCHROEDER/SC - Guia n° 220/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC-16.500t/ano-Saibro- Validade:13/06/2022
815.817/2010-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-JAGUARUNA/SC, SANGÃO/SC - Guia n° 234/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC-12.000t/ano-Argila- Validade:20/05/2023
815.381/1998-SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.-PAULO LOPES/SC - Guia n° 235/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC-50.000t/ano-Areia- Validade:20/05/2023
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
815.220/2019-EDUARDO PEREIRA O DUDU EPP-Registro de Licença N° 2173/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC - Vencimento em 30/05/2029
815.221/2019-TERRACOTAGRES CERAMICA LTDA-Registro de Licença N° 2174/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC - Vencimento em 31/05/2029
815.222/2019-EDUARDO PEREIRA O DUDU EPP-Registro de Licença N° 2172/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC - Vencimento em 30/05/2024
815.015/2019-MARCON & REDIVO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.-Registro de Licença N° 2175/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC - Vencimento em 07/12/2020
815.704/2017-TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA-Registro de Licença N° 2176/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC - Vencimento em 20/11/2022
815.126/2019-DRAGAGEM DE AREIA BARTSCH LTDA-Registro de Licença N° 2178/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC - Vencimento em 19/03/2023.
815.077/2016-JOAIA ADMINISTRADORA DE BENS EIRELI EPP-Registro de Licença N° 2177/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC - Vencimento em 04/05/2021
815.223/2019-CS SILVA LTDA.-Registro de Licença N° 2179/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC - Vencimento em 21/05/2024
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
815.321/2019-PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS- Registro de Extração N°12/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC/2020 de 29/04/2020
815.101/2020-PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA- Registro de Extração N°15/2020 de 19/05/2020
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
815.546/2018-RIO FORTUNA PREFEITURA- Registro de Extração N°13/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC de 14/05/2020
815.338/2019-RIO FORTUNA PREFEITURA- Registro de Extração N°14/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/SC de 14/05/2020

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 191/2020

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
BARRAGEM IMERYS, RIO CAPIM CAULIM-IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A.-815.104/1971-OF. N°123/2020/SESBM-PA/GER-PA
BARRAGEM IMERYS, RIO CAPIM CAULIM-IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A.-815.104/1971-OF. N°124/2020/SESBM-PA/GER-PA

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 95/2020

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
811.336/2011-ARCOL ENGENHARIA LTDA- Registro de Licença N° 68/2012 - Vencimento em 19/12/2023
810.768/2002-MICHEL DEUTSCHMANN MACHADO- Registro de Licença N° 2622/2003 - Vencimento em 14/07/2024
810.997/2016-HERMES ANTONIO VIELMO E CIA LTDA- Registro de Licença N° 216/2016 - Vencimento em 03/07/2024
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
810.058/1985-EXTRAÇÃO DE BASALTO COSTELLA
810.056/1985-EXTRAÇÃO DE BASALTO FERRONATO LTDA
811.485/2015-TRANSPORTES E BASALTO ROMANZINI LTDA
Fase de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(954)
810.131/2016-MUNICÍPIO DE MUITOS CAPÕES - RS-OF. N°251/2020
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
810.568/2012-J. RENATO RAUBER & CIA LTDA EPP-OF. N°250/2020
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.144/2013-BRITAFORTE COMÉRCIO DE BRITA LTDA-Registro de Licença N° 125/2020 - Vencimento em 21/11/2024
810.158/2020-NEUSA ECKEL E CIA LTDA-Registro de Licença N° 126/2020 - Vencimento em 09/07/2029
810.461/2019-J DA SILVA FERREIRA-Registro de Licença N° 127/2020 - Vencimento em 22/08/2023
810.130/2019-TERRAPLENAGEM KLEIN LTDA EPP-Registro de Licença N° 128/2020 - Vencimento em 12/02/2023
810.645/2017-DREHER CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA-Registro de Licença N° 129/2020 - Vencimento em 14/09/2022

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO TOCANTINS

DESPACHO
Relação nº 33/2020

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
864.078/2020-RAMOS E FERNANDES LTDA-Registro de Licença N° 35/2020 - Vencimento em INDETERMINADO
864.128/2019-IRINÊ DA SILVA-Registro de Licença N° 32/2020 - Vencimento em 30/07/2022
864.149/2019-JULIANO PALMA-Registro de Licença N° 33/2020 - Vencimento em 10/08/2021
864.096/2019-DONIZET JOSE ALVES-Registro de Licença N° 31/2020 - Vencimento em 27/07/2024
864.208/2019-VILMA CECÍLIA DA SILVA-Registro de Licença N° 34/2020 - Vencimento em 14/10/2021

FABIO LUCIO MARTINS JUNIOR
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

AUTORIZAÇÃO Nº 494, DE 23 DE JULHO DE 2020

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 804, de 20 de Dezembro de 2019, concede os registros aos produtos discriminados a seguir:

Nº DESPACHO	RAZÃO SOCIAL DO DETENTOR	CNPJ DO DETENTOR	MARCA COMERCIAL	PROCESSO	REGISTRO
826857	VOLVO DO BRASIL VEÍCULOS LTDA.	43.999.424/0001-14	VOLVO ÓLEO PARA EIXO COM FREIO EM BANHO DE ÓLEO WB 101	48600.201557/2020-85	1376
816053	VOLVO DO BRASIL VEÍCULOS LTDA	43.999.424/0001-14	VOLVO ÓLEO PARA SISTEMA HIDRÁULICO HVI	48600.202124/2020-47	2465
829706	ENERGIS 8 AGROQUÍMICA LTDA.	03.805.416/0005-07	MAXI GEAR GL-5	48600.202114/2020-10	4401
824857	INTERLUB BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÓLEO AUTOMOTIVO LTDA	07.830.331/0001-06	SUPER RAID SL	48600.201902/2020-81	9911
833300	PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	61.531.620/0017-09	KELUBE W-130 EP	48600.201962/2020-01	10765
826415	VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA	43.999.424/0001-14	VOLVO PREMIUM ECONOMY PARA DIFERENCIAL	48600.202127/2020-81	16488
832527	USIQUÍMICA DO BRASIL LTDA	60.755.519/0001-01	VALVOLINE COMPETITION PLUS SEMISSINTÉTICO	48600.202957/2019-74	16500
816419	ENERGIS 8 AGROQUÍMICA LTDA.	03.805.416/0001-75	MAXI GRANZ	48600.202117/2020-45	18908
831986	USIQUÍMICA DO BRASIL LTDA	60.755.519/0001-01	VALVOLINE ADVANCED MST 5W30	48600.201144/2020-09	19326
819135	EXPERT COMERCIAL IMPORTADORA AGENCIAMENTOS E REPRESENTAÇÕES	01.636.140/0001-13	INTERFLON FOOD GREASE EP	48600.202131/2020-49	20261
821063	MENZOIL INDÚSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA	06.160.091/0001-09	GOODYEAR ATF DEXRON III	48600.202123/2020-01	20270
825012	FERSOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A	47.226.493/0001-46	PHOENYX P6 AXME	48600.201946/2020-19	20277
825680	MENZOIL INDÚSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA	06.160.091/0001-09	GOODYEAR SEMISSINTETICO SAE 10W40	48600.202061/2020-29	20278
825995	EXPERT COMERCIAL IMPORTADORA AGENCIAMENTOS E REPRESENTAÇÕES	01.636.140/0001-13	INTERFLON FOOD GREASE 1	48600.202129/2020-70	20279
826173	ECOLUBRI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA	14.791.264/0001-15	MULT LUB TAC 3	48600.202038/2020-34	20281
826402	SIGLA-OIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP	14.993.396/0001-20	MOTOR'S PRIME PLUS HD MAX	48600.201969/2020-15	20282
826720	TOTAL DO BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA	71.770.689/0001-81	QUARTZ 7000 FUTURE XT	48600.202054/2020-27	20284
828298	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	34.274.233/0001-02	LUBRAX ATF DX6	48600.201854/2020-21	20287
829110	ALMEXX DO BRASIL COMERCIO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	10.683.267/0001-84	XXTREME TRANSFLUID CVT	48600.201617/2020-60	20289
829442	MENZOIL INDÚSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA	06.160.091/0001-09	GOODYEAR SEMISSITENTICO SAE 10W30	48600.202078/2020-86	20290
830134	TOTAL DO BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA	71.770.689/0001-81	FLUIDMATIC XLD FE	48600.202049/2020-14	20291
830149	MENZOIL INDÚSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA	06.160.091/0001-09	GOODYEAR SINTÉTICO SAE 5W30	48600.202088/2020-11	20292
830744	MENZOIL INDÚSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA	06.160.091/0001-09	GOODYEAR SINTETICO SAE 0W20	48600.202098/2020-57	20293
830710	MENZOIL INDÚSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA	06.160.091/0001-09	GOODYEAR SAE 15W40 API SL	48600.202103/2020-21	20294
830857	TOTAL DO BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA	71.770.689/0001-81	TRAXIUM AXLE 7	48600.202085/2020-88	20295
831254	TOTAL DO BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA	71.770.689/0001-81	TRAXIUM AXLE 7	48600.202101/2020-32	20295
830986	PARTS IMPORT COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	02.322.453/0007-55	ROWE ESSENTIAL SAE 5W30 MS C3	48600.201771/2020-31	20297
832600	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.	03.805.416/0005-07	NATTO SYNT NX 100	48600.201571/2020-89	20299
832913	MOTUL BRASIL LUBRIFICANTES LTDA	24.055.649/0001-78	MOTUL 8100 ECO-LITE SP	48600.201966/2020-81	20300
833029	FERSOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A	47.226.493/0001-46	PHOENYX MOTO 4T 20W50	48600.201950/2020-79	20302

DANIELLE MACHADO E SILVA CONDE

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 495, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e o que consta no processo nº 48610.211222/2020-56, autoriza a empresa PETROZIL JC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - CNPJ 24.052.844/0001-44, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 496, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 8, de 06/03/2007, e o que consta do processo n.º 48610.207518/2020-72, autoriza a empresa DIAMANTE DIESEL LTDA, CNPJ n.º 27.373.838/0001-87, a exercer a atividade de transportador revendedor retalhista (TRR).

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 497, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo n.º 48610.207518/2020-72, autoriza a empresa DIAMANTE DIESEL LTDA, CNPJ n.º 27.373.838/0001-87, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR) localizada na Estrada Guaraipo, s/n, Bairro Interior, Município de Maravilha - SC, CEP 89.874-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -26:44:18,024; -53:08:50,323 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 90,00 m³.

TQ	Ø (m)	Comp. (m)	Capacidade (m³)	Produto	Classe	Tipo
1	2,54	8,90	45,00	Óleo Diesel S500	II ou III	horizontal aéreo
2	2,54	8,90	45,00	Óleo Diesel S10	II ou III	horizontal aéreo

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 498, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo n.º 48610.209543/2020-91, autoriza a empresa RURAL DIESEL LTDA., CNPJ n.º 72.218.779/0001-27, a operar a instalação de Transportador Revendedor Retalhista (TRR) localizada na Estrada Genúncia, Km 02, Lote 257-B Zona Rural - Floraí/PR, CEP 87185-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -23:19:53,600, -52:21:08,400 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 120,00 m³. Ficam revogadas as Autorizações ANP n.º 140/2009 e n.º 1.178/2018.

TQ	Ø (m)	Altura/ Compr. (m)	Capacidade Nominal (m³)	Classe	Tipo
01	2,90	8,00	50,00	II e III	Aéreo horizontal
02	3,40	8,00	70,00	II e III	Aéreo horizontal

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 499, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 777, de 05/04/2019, e o que consta do processo n.º 48610.210038/2020-99, autoriza a empresa PETRONAS LUBRIFICANTES BRASIL S.A, CNPJ n.º 03.613.421/0001-86, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior. Fica revogada a Autorização ANP n.º 258/2011.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 500, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17/10/2014, e o que consta no processo nº 48610.210734/2020-03, fica a filial da empresa LARCO COMERCIAL DE PRODUTOS DE PETROLEO LTDA, CNPJ nº 02.805.889/0018-58, a exercer a atividade de distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 501, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e o que consta no processo nº 48610.21168/2020-49, autoriza a empresa THERON MARKETING LTDA - CNPJ 02.260.769/0001-74, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior. Revoga-se a autorização ANP nº 751/2015.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 502, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 777, de 05/04/2019, e o que consta do processo n.º 48610.210674/2020-11, autoriza a empresa TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n.º 00.472.805/0001-38, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior. Fica revogada a Autorização ANP n.º 1.200, de 3 de dezembro de 2018.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 503, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e o que consta no processo nº 48610.21110/2020-03, autoriza a empresa VERQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS EIRELI - CNPJ 43.588.060/0001-80, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior. Revoga-se a autorização ANP nº 269/2009.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 584, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n° 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinteautorização para o exercício da atividade de posto revendedor flutuante:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PF/AM0200770	A I G LOBO	33.880.536/0001-06	48610.000832/2020-26

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 585, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no que consta do processo administrativo ANP n.º 48610.203317/2020-04, torna pública a revogação da autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos - filial de nº 695/2015 e da autorização de operação nº 483/2017 outorgadas à DIRECIONAL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., sociedade inscrita no CNPJ sob o n.° 06.536.758/0002-06, situada na Avenida Monroe, nº 321, Bairro Vila Actura, Município de Duque de Caxias/RJ. CEP 25225-040. Revogam-se as disposições em contrário.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 586, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPPA0358421	A D OLIVEIRA & CIA LTDA	10.249.951/0003-14	48610.003272/2020-61
GLPCE0358430	A H MOURA	37.097.875/0001-63	48610.003708/2020-12
GLPMG0358404	AGUIA GAS II LTDA	37.164.174/0001-08	48610.003730/2020-62
GLPRO0358460	AUTO POSTO REBOUCAS LTDA	26.317.031/0001-64	48610.003897/2020-23
GLPGO0358425	AUZONIA APARECIDA SOUTO PACHECO DE MIRANDA EIRELI	36.391.317/0001-43	48610.003607/2020-41
GLPES0358409	COMERCIAL DE GAS VALE DO SOL LTDA	02.325.414/0012-79	48610.003778/2020-71
GLPMG0358423	DELNICIO FRANCISCO FERREIRA	04.423.722/0002-90	48610.003727/2020-49
GLPSP0358452	DIALIQUI COMERCIO DE GAS LTDA	36.693.282/0001-05	48610.003883/2020-18
GLPCE0358411	DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS BARROCAO EIRELI	35.054.482/0001-47	48610.000675/2020-59
GLPMG0358444	DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA ROCHAEL EIRELI	37.382.489/0001-13	48610.003874/2020-19
GLPMG0358462	DORALICE LANA CORDEIRO MACHADO	37.008.221/0001-16	48610.003898/2020-78
GLPES0358464	GISELE BATISTA DA CONCEICAO	34.632.053/0001-47	48610.003899/2020-12
GLPPI0358438	HELTON DA S. OLIVEIRA LTDA	36.378.341/0001-42	48610.003865/2020-28
GLPSP0358454	IRINEU ARAUJO COSTA GAS	37.201.690/0001-57	48610.003887/2020-98
GLPSP0358407	ISAC CARVALHO DA SILVA	28.709.185/0004-70	48610.003826/2020-21
GLPPR0358434	J L S REVENDA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO LTDA	37.335.784/0001-19	48610.003863/2020-39
GLPDF0358419	J P COMERCIO DE GAS LTDA	37.569.744/0001-31	48610.003659/2020-18
GLPPA0358442	JESUS POR NOS COMERCIO DE COMBUSTIVEL EIRELI	33.146.239/0001-23	48610.003872/2020-20
GLPPA0358456	M R CARDOSO DA MOTA	36.779.449/0001-47	48610.003889/2020-87
GLPPR0358432	NOELI ALVES DE JESUS	36.929.860/0001-51	48610.003818/2020-84
GLPSP0358440	O.R. COMERCIO DE GAS E AGUA MINERAL LTDA	37.501.857/0001-03	48610.003870/2020-31
GLPPR0358446	PANDA GAS LTDA	28.390.160/0004-56	48610.003878/2020-05
GLPPR0358458	PEREIRA COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	24.689.315/0001-56	48610.003893/2020-45
GLPPR0358415	RAPHAEL NUNES DE LIMA REVENDA DE GLP	26.517.214/0001-23	48610.003742/2020-97
GLPES0358450	SOUZA GAS E AGUA LTDA	37.445.360/0001-07	48610.003880/2020-76
GLPSP0358448	VLM DOS SANTOS SILVA COMERCIO DE GAS	37.188.789/0001-66	48610.003881/2020-11
GLPMA0358427	Z S COSTA COMERCIO	34.939.342/0001-93	48610.002351/2020-55

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 587, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PI0200832	A DE S RIBEIRO EIRELI	31.869.026/0001-02	48610.003830/2020-99
PR/SP0200812	AUTO POSTO A. PRADO E SILVA LTDA	32.277.318/0001-00	48610.003718/2020-58
PR/PR0200831	AUTO POSTO ARIZONA LTDA	36.518.530/0001-73	48610.003817/2020-30
PR/MG0200851	AUTO POSTO ZEZINHO E CIA LTDA	36.772.266/0001-08	48610.003926/2020-57
PR/BA0200849	BARRETO & ROTONDANO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	36.152.615/0001-80	48610.003555/2020-11
PR/BA0200813	EMA COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	35.749.770/0001-16	48610.003673/2020-11
PR/SC0200850	EXCELENCIA EM COMBUSTIVEIS IRANI LTDA	02.526.475/0001-41	48610.003471/2020-70
PR/RS0200810	LEANDRO EINHARDT DEVANTIER EIRELI	36.551.081/0001-65	48610.003882/2020-65
PR/RO0200833	M L L SANTIAGO	14.175.261/0001-57	48610.008325/2015-73
PR/BA0200852	POSTO CASA NOVA LTDA	10.440.334/0003-00	48610.003929/2020-91
PR/PB0200830	POSTO DE COMBUSTIVEIS SAO MARCOS II LTDA	33.689.469/0001-39	48610.003766/2020-46
PR/RS0200811	POSTO DE COMBUSTIVEL WACHHOLZ E ASSMANN LTDA	37.092.452/0001-50	48610.003772/2020-01
PR/PR0200829	PRATA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	36.307.580/0001-01	48610.003023/2020-76

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 589, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 8, de 06/03/2007, e o que consta do processo n.º 48610.207518/2020-72, declara habilitada a empresa DIAMANTE DIESEL LTDA, CNPJ n.º 27.373.838/0001-87, como transportador revendedor retalhista (TRR).

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 590, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº PR/DF000295 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao POSTO PARK TAGUATINGA DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 01.624.992/0001-90, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.205410/2018-21.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 591, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº PR/DF0213617 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao G3 AUTO POSTO LTDA - EPP, com inscrição no CNPJ sob o nº 08.414.749/0001-97, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.200253/2019-48.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 592, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/RS0237107 para o exercício da atividade de revenda varejista de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente ao GB COMERCIAL DE GÁS EIRELI ME, com inscrição no CNPJ sob o nº 17.189.048/0001-92, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.211219/2019-07.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 593, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº PR/RJ0172522 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao POSTO MEGA EQUADOR LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 06.073.957/0001-44, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.205282/2018-15.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 594, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº PR/SP0139962 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao AUTO POSTO CASERTA LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 18.363.813/0001-01, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.200719/2019-13.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 595, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº PR/MS0187422 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao MARIA MADALENA GALLI TEIXEIRA, com inscrição no CNPJ sob o nº 07.175.876/0001-18, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.205651/2018-70.

CEZAR CARAM ISSA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

DESPACHO Nº 596, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo Regimento Interno, pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, e pela Portaria ANP nº 470, de 5 de novembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e de acordo com a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, considerando o que consta do Processo ANP nº 48610.011531/2013-07, resolve:

Fica revogado o art. 2º da Autorização ANP nº 173, de 05/03/2018, publicada no DOU de 06/03/2018, em função da regularização no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público (Cadin) e apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal.

THYAGO GROTTI VIEIRA

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ASSUNTOS DE SOBERANIA NACIONAL E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E JUSTIÇA
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

NOS TERMOS DA LEI Nº 13.810, DE 8 DE MARÇO DE 2019, E DO DECRETO Nº 9.825, DE 5 DE JUNHO DE 2019, O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES TORNA PÚBLICO A ADOÇÃO PELO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, EM 25 DE JUNHO DE 2020, DA RESOLUÇÃO 2528 (2020) A SEGUIR TRANSCRITA

Resolução 2528 (2020)

Adotada pelo Conselho de Segurança em 25 de junho de 2020

O Conselho de Segurança,

Recordando suas resoluções e declarações presidenciais anteriores sobre a situação na República Democrática no Congo (RDC),

Reafirmando seu forte compromisso com a soberania, independência, unidade e integridade territorial da RDC, bem como de todos os Estados da região e *enfatizando* a necessidade de respeitar plenamente os princípios de não interferência, boa vizinhança e cooperação regional,

Tomando nota do relatório final (S/2019/469) do Grupo de Peritos sobre a República Democrática do Congo ("o Grupo de Peritos") estabelecido de acordo com a resolução 1533 (2004), cujo mandato foi prorrogado em conformidade com as resoluções 1807 (2008), 1857 (2008), 1896 (2009), 1952 (2010), 2021 (2011), 2078 (2012), 2136 (2014), 2198 (2015), 2293 (2016), 2360 (2017), 2424 (2018) e 2478 (2019),

Expressando preocupação com a continuidade da presença de grupos armados nacionais e estrangeiros no leste da RDC e com o sofrimento que eles impõem à população civil do país, inclusive em razão de graves violações de direitos humanos, *expressando preocupação também* com a persistência da exploração e do comércio ilegais de recursos naturais, que permitem a operação desses grupos armados, *acolhendo com satisfação* o compromisso diplomático assumido pelos Estados da região para promover a paz e a reconciliação na região, *exortando* todos os Estados signatários a implementarem plenamente seus compromissos de acordo com o Acordo-Quadro sobre a Paz e a Segurança para a RDC e a região,

Reiterando a necessidade de que o governo da RDC investigue rápida e exaustivamente o assassinato de dois membros do Grupo de Peritos e de quatro nacionais congoleses que os acompanhavam e de que leve os responsáveis à justiça, *acolhendo com satisfação* o compromisso do Secretário-Geral de que as Nações Unidas farão todo o possível para assegurar que os perpetradores sejam levados à justiça, *acolhendo com satisfação também* o trabalho da equipe das Nações Unidas desdobrada para ajudar as autoridades congolesas em suas investigações, de comum acordo com estas autoridades, e *acolhendo com satisfação* sua constante cooperação,

Determinando que a situação na RDC segue constituindo ameaça à paz e à segurança internacional na região,

Atuando ao amparo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas,

1. Decide prorrogar até 1º de julho de 2021 as medidas estabelecidas nos parágrafos 1 a 6 da resolução 2293 (2016), incluindo suas reafirmações;

2. Reafirma que as medidas descritas no parágrafo 5 da resolução 2293 (2016) se aplicarão a indivíduos e entidades designadas pelo Comitê, em consonância com o disposto no parágrafo 7 da resolução 2293 (2016) e no parágrafo 3 da resolução 2360 (2017);

3. Decide prorrogar até 1º de agosto de 2021 o mandato do Grupo de Peritos, estabelecido pelo parágrafo 6 da resolução 2360 (2017), *expressa sua intenção* de rever o mandato e tomar as medidas apropriadas em relação a outra possível prorrogação até 1º de julho de 2021, e *solicita* ao Secretário-Geral que tome, o mais rapidamente possível, as medidas administrativas necessárias para reestabelecer o Grupo de Peritos, em consulta com o Comitê, aproveitando, conforme o caso, o conhecimento dos membros do Grupo estabelecido de acordo com as resoluções anteriores;

4. Solicita ao Grupo de Peritos que apresente ao Conselho de Segurança, após deliberações com o Comitê, um relatório provisório até 30 de dezembro de 2020 e um relatório final até 15 de junho de 2021, e que submeta informações mensais ao Comitê, exceto nos meses em que deva apresentar os relatórios provisório e final;

5. Reafirma as disposições relativas à apresentação de relatórios nas resoluções 2360 (2017) e 2478 (2019);

6. Recorda as Diretrizes do Comitê para a Condução de seu Trabalho, adotadas pelo Comitê em 6 de agosto de 2010, e *solicita* aos Estados membros que usem, quando apropriado, os procedimentos e critérios nelas estabelecidos, inclusive sobre questões relacionadas à inclusão na lista de sancionados e à exclusão desta, e *recorda* a resolução 1730 (2006) a esse respeito;

7. Decide continuar ocupando-se ativamente da questão.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.817, DE 23 DE JULHO DE 2020

Desabilita Unidade de Suporte Avançado (USA), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), e estabelece a dedução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Piauí e Município de Uruçuí.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.705/GM/MS, de 17 de novembro de 2011, que habilita município a receber o incentivo de custeio referente às Unidades de Suporte Básico e Avançado destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Estadual do Piauí (PI);

Considerando o Título II - Do Componente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a manifestação por parte do Município de Uruçuí (PI) pela desabilitação da Unidade de Suporte Avançado (USA), conforme Ofício 71/2018; e

Considerando o Parecer Técnico nº 270/2018-CGUE/DAHU/SAS/MS da Coordenação-Geral de Urgência (CGURG/DAHU/SAES/MS), constante do NUP-SEI nº 25000.111700/2014-63, resolve:

Art. 1º Fica desabilitada a Unidade de Suporte Avançado (USA), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município descrito no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecida a dedução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 462.000,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil reais), incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Piauí e Município de Uruçuí.

Art. 3º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, deixa de onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018-8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 534/GM/MS, de 30 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 61, de 31 de março de 2016, Seção 1, página 43.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	VALOR A SER DEDUZIDO (R$ ANO)
PI	221120	URUÇUÍ	7056273	MUNICIPAL	USA	82.49 - UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR USA SAMU 192	R$ 462.000,00

PORTARIA Nº 1.819, DE 23 DE JULHO DE 2020

Habilita o Município de Divinópolis (MG) a receber incentivo financeiro para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando o Título II, Seção IV da Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019 que institui o Programa Previne Brasil e estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação/GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a necessidade de financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 e Capítulo II, Seção V, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando o Capítulo II, Seção V, Art. 129 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previstos no art. 25, Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Divinópolis (MG) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, até o teto físico/financeiro constante no anexo a esta Portaria, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

Parágrafo único. Os recursos serão repassados mensalmente e baseados no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no Capítulo II, Seção V, art. 130, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, serão plurianuais e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, Plano Orçamentário 000A - Incentivo para Ações Estratégicas.

Art. 3° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Divinópolis (MG).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Município	Unidade	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
MG	Divinópolis	Centro Socioeducativo de Divinópolis - CSED	Municipal	41	R$ 8.556,00	R$ 8.556,00

PORTARIA Nº 1.821, DE 23 DE JULHO DE 2020

Habilita o Município de Fazenda Rio Grande (PR) a receber incentivo financeiro para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando o Título II, Seção IV da Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019 que institui o Programa Previne Brasil e estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a necessidade de financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 e Capítulo II, Seção V, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando o Capítulo II, Seção V, art. 129 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previstos no art. 25, Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município identificado no anexo a esta Portaria a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, até o teto físico/financeiro constante no anexo a esta Portaria, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

Parágrafo único. Os recursos serão repassados mensalmente e baseados no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no Capítulo II, Seção V, art. 130, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, serão plurianuais e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, Plano Orçamentário 000A - Incentivo para Ações Estratégicas.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Fazenda Rio Grande (PR).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE

UF	Município	Unidade	Gestão	Média de adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
PR	Fazenda Rio Grande	CENSE Fazenda Rio Grande	Municipal	30	R$ 7.486,50	R$ 7.486,50

PORTARIA Nº 1.822, DE 23 DE JULHO DE 2020

Habilita Municípios no Programa "De Volta para Casa"

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

Considerando a Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003, que institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações; e

Considerando o Titulo I, Capítulo III, Seção I da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da regulamentação do Programa "De Volta para Casa", resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios a seguir, descritos no Programa "De Volta Para Casa".

UF	MUNICÍPIO	IBGE
SP	EMBU-GUAÇU	3515103
SP	SANTA FÉ DO SUL	3546603
AL	PENEDO	27063703
GO	NOVO GAMA	5215231
RS	JARI	4311130
MG	PADRE CARVALHO	3146255
MG	OURO PRETO	3146107
SP	SÃO PEDRO	3550407
SP	FRANCA	3516200
MG	JANUÁRIA	3135209
RN	CEARÁ-MIRIM	2402600

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação desta Portaria, para formalizar a adesão do Município ao "Programa de Volta para Casa" junto à Secretaria de Atenção Primária à Saúde/Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

PORTARIA Nº 1.823, DE 23 DE JULHO DE 2020

Habilita o Município de Ponta Grossa (PR) a receber incentivo financeiro para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando o Título II, Seção IV da Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019 que institui o Programa Previne Brasil e estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a necessidade de financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 e Capítulo II, Seção V, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando o Capítulo II, Seção V, art. 129 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previstos no art. 25, Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município identificado no anexo a esta Portaria a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, até o teto físico/financeiro constante no anexo a esta Portaria, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

Parágrafo único. Os recursos serão repassados mensalmente e baseados no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no Capítulo II, Seção V, art. 130, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, serão plurianuais e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, Plano Orçamentário 000A - Incentivo para Ações Estratégicas.

Art. 3° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Ponta Grossa (PR).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Município	Unidade	Gestão	Média de adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
PR	Ponta Grossa	CENSE	Municipal	207	R$ 10.695,00	R$ 13.903,50
		Casa de Semiliberdade		18	R$ 3.208,50	

PORTARIA Nº 1.824, DE 23 DE JULHO DE 2020

Habilita o Município de Piraquara (PR) a receber incentivo financeiro para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando o Título II, Seção IV da Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019 que institui o Programa Previne Brasil e estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a necessidade de financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 e Capítulo II, Seção V, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando o Capítulo II, Seção V, art. 129 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previstos no art. 25, Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município identificado no anexo a esta Portaria a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, até o teto físico/financeiro constante no anexo a esta Portaria, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

Parágrafo único. Os recursos serão repassados mensalmente e baseados no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no Capítulo II, Seção V, art. 130, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, serão plurianuais e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, Plano Orçamentário 000A - Incentivo para Ações Estratégicas.

Art. 3° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Piraquara (PR).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Município	Unidade	Gestão	Média de adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
PR	Piraquara	CENSE São Francisco	Municipal	60	R$ 8.556,00	R$ 8.556,00

PORTARIA Nº 1.825, DE 23 DE JULHO DE 2020

Descredencia o Laboratório Regional de Prótese Dentárias (LRPD) dos Municípios de Tabaporã (MT) e Valentim Gentil (SP)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Seção I - Disposições gerais do Capítulo V - Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando o Capitulo I - Dos componentes de financiamento no bloco da média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (MAC) do Título III - Do custeio da atenção média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Resolução da CIT nº 36/2018, de 25 de janeiro de 2018, que definiu o prazo para os gestores enviarem manifestação ao Ministério da Saúde e definiu a suspensão da transferência dos recursos de custeio referente às habilitações dos serviços de atenção à saúde de média e alta complexidade que não estejam em funcionamento ou não apresentem a produção assistencial registrada nos sistemas de informação em saúde considerando as políticas de atenção à saúde;

Considerando o que estabelece a Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente em relação à reorganização das práticas e a qualificação das ações e serviços oferecidos na Saúde Bucal, visando à integralidade das ações;

Considerando a necessidade de monitoramento da Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente; e

Considerando o Ofício nº 42/2020 e o Termo de Compromisso - Secretaria Municipal de Saúde de Tabaporã e Secretaria Municipal de Saúde de Valentim, através do qual solicitam o descredenciamento dos Laboratórios Regional de Prótese Dentária (LRPD) dos Municípios de Tabaporã (MT) e Valentim Gentil (SP), resolve:

Art. 1º Fica descredenciado o Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) dos Municípios de Tabaporã (MT) e Valentim Gentil (SP) e deduzido o valor de custeio mensal de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) do custeio de atenção à Saúde Bucal, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZZUELO

ANEXO

UF	CÓDIGO	MUNICÍPIO	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	RECURSO ANUAL (R$)	RECURSO MENSAL (R$)	FAIXA DE PRODUÇÃO PRÓTESES DENTÁRIAS	GESTÃO
MT	510794	TABAPORÃ	Portaria nº 1.289, de 25 de maio de 2017.	R$ 90.000,00	R$ 7.500,00	20-50	MUNICIPAL
SP	355610	VALENTIM GENTIL	Portaria nº 3.168, de 09 dezembro de 2019.	R$ 90.000,00	R$ 7.500,00	20-50	MUNICIPAL

DESPACHO Nº 50, DE 22 DE JULHO DE 2020

Ref. Processo Administrativo nº 25000.104357/2018-24
Interessado: Associação Transcultural RHEMA
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde.
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 343/2019-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00704/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivos Despachos de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade acima referenciada.

EDUARDO PAZUELLO
Ministro
Interino

DESPACHO Nº 51, DE 22 DE JULHO DE 2020

Processo nº 25000.160280/2012-87
Interessado: ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO HUMANA DE PIUMHI/MG
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde.
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 148/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00709/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivos Despachos de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade acima referenciada.

EDUARDO PAZUELLO
Ministro
Interino

DESPACHO Nº 52, DE 22 DE JULHO DE 2020

Ref. Processo Administrativo n° 25000.107325/2018-81
Interessado: Instituto Socio-Educacional da Biodiversidade
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde.
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 94/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00706/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivos Despachos de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade acima referenciada.

EDUARDO PAZUELLO
Ministro
Interino

DESPACHO Nº 53, DE 23 DE JULHO DE 2020

Processo nº 25000.148615/2019-65
Interessado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - CIS-COMCAM/PR
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde.
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 99/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00708/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivos Despachos de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade acima referenciada.

EDUARDO PAZUELLO
Ministro
Interino

DESPACHO Nº 54, DE 23 DE JULHO DE 2020

Processo n° 25000.026728/2019-19
Interessado: Associação Hospitalar Caridade Santa Rosa/Hospital Vida e Saúde
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento do "Aquisição de equipamento PET CT - Tomografia por emissão de pósitrons, para atendimento oncológico do HVS", apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - (PRONON).
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados no PARECER TÉCNICO Nº 282/2020-DAET/CGAE/DAET/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00694/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivos Despachos de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade acima referenciada.

EDUARDO PAZUELLO
Ministro
Interino

DESPACHO Nº 55, DE 23 DE JULHO DE 2020

Processo nº 25000.165746/2018-26
Interessado: INSTITUTO SOCIAL SAÚDE RESGATE À VIDA/SP
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde.
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 222/2019-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00703/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos DESPACHOS nº 03257/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU e nº 03266/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade acima referenciada.

EDUARDO PAZUELLO
Ministro
Interino

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE

CONSULTA PÚBLICA Nº 29, DE 23 DE JULHO DE 2020

Ref.: 25000.195223/2019-95, 0015876241.
O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec, relativa à proposta de incorporação da dabigatrana para prevenção do acidente cerebral vascular em pacientes acima de 60 anos com fibrilação atrial não valvar que não conseguem permanecer na faixa terapêutica de razão normalizada internacional com varfarina e idarucizumabe para reversão do efeito anticoagulante da dabigatrana, apresentada pela Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda. (NUP 25000.195223/2019-95). Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/consultas-publicas.
A Secretaria-Executiva da Conitec avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

HÉLIO ANGOTTI NETO

CONSULTA PÚBLICA Nº 30, DE 23 DE JULHO DE 2020

Ref.: 25000.012435/2020-80, 0015883353.
O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC, relativa à proposta de incorporação do bortezomibe para o tratamento do mieloma múltiplo em pacientes adultos, não previamente tratados, inelegíveis ao transplante autólogo de células-tronco hematopoiéticas, apresentada pela Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular - ABHH, nos autos do processo NUP 25000.012435/2020-80. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas as contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/consultas-publicas.
A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

HÉLIO ANGOTTI NETO

CONSULTA PÚBLICA Nº 31, DE 23 DE JULHO DE 2020

Ref.: 25000.012327/2020-15, 0015883365.
O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC, relativa à proposta de incorporação do bortezomibe para o tratamento do mieloma múltiplo em pacientes adultos previamente tratados, apresentada pela Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular - ABHH, nos autos do processo NUP 25000.012327/2020-15. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas as contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/consultas-publicas.
A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

HÉLIO ANGOTTI NETO

CONSULTA PÚBLICA Nº 32, DE 23 DE JULHO DE 2020

Ref.: 25000.012317/2020-71, 0015889541.
O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec, relativa à proposta de incorporação do bortezomibe para o tratamento do mieloma múltiplo em pacientes adultos, não previamente tratados, elegíveis ao transplante autólogo de células-tronco hematopoiéticas, apresentada pela Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular - ABHH, nos autos do processo NUP 25000.012317/2020-71. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas as contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/consultas-publicas.
A Secretaria-Executiva da Conitec avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

HÉLIO ANGOTTI NETO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHO Nº 109, DE 23 DE JULHO DE 2020

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao art. 54, IV do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e em cumprimento ao Acórdão proferido pela Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, na Ação Ordinária (Apelação) referente ao Processo nº 0807107-45.2014.4.05.8100, que determinou a anulação da multa decorrente do Auto de Infração Sanitária nº 976/2005/GPROP/DIFRA/ANVISA, Processo 25351.312055/2005-23, torna insubsistente a decisão que negou provimento ao recurso administrativo, expediente 593665/09-9, interposto pela empresa EDITORA VERDES MARES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.209.299/0001-38, publicada mediante o Aresto nº 251, de 13 de setembro de 2011, no Diário Oficial da União nº 179, de 16 de setembro de 2011, Seção 1, pág. 68.

ANTONIO BARRA TORRES

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.573, DE 22 DE JULHO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:
Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DO PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO

WCT Serviços de Pesquisa Clínica LTDA. - 11.334.242/0001-38
APL-9
61/2020

25351.670647/2020-04 2288998/20-1
10751 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) de ORPCs - Sintético
25351.677298/2020-43 2306625/20-3
10482 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Medicamentos Sintéticos
---
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
Macitentana
66/2015
25351.472238/2019-01 1407754/20-0
10824 - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.629, DE 23 DE JULHO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DO PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO

PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. - 33.009.945/0001-23
MSTT1041A / UTTR1147A
62/2020
25351.607578/2020-94 2090550/20-5
10754 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Produtos Biológicos
25351.671737/2020-12 2291067/20-1
10479 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos Biológicos
---
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
Macitentana
66/2015
25351.341181/2019-91 1422256/20-6
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.571, DE 22 DE JULHO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018;

Art. 1º Adotar as medidas cautelares constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: FLAMARIMPEX REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. - CNPJ: 09.543.616/0001-83
Produto - (Lote): BISCOITO PARA LACTENTES E CRIANÇAS "BABY BISCUIT" - CRICH (TODOS OS LOTES);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 2271565/20-7
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Importação, Propaganda
Recolhimento
Motivação: Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, em especial os art. 196, 197, 200, incisos I, II e VI; considerando os arts. 4º e 6º da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990; considerando os arts. 2º, 6º, inciso I, alínea "a", VII e VIII e §1º do art. 6º da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990; os incisos XV do art. 7º e o inciso II do § 1º do art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999; os art. 29 e 31 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969; a Portaria SVS/MS nº 29/1998; a Portaria SVS/MS nº 36/1998; considerando que alimentos infantis necessitam de registro prévio à comercialização e o produto biscoito para lactentes e crianças, sob marca "Baby Biscuit" - CRICH, é importado e comercializado pela empresa FLAMARIMPEX - REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS Ltda., sem o devido registro sanitário obrigatório; considerando a vulnerabilidade do público consumidor do produto e os princípios e fundamentos que norteiam a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL), nos termos da Lei nº 11.265/2006 e Decreto nº 9.579/2018; foram infringidos os seguintes dispositivos legais: o art. 3º do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969; item 5.2.1, da Resolução nº 23, de 15 de março de 2000; a Resolução nº 22/2000; o Anexo II da Resolução-RDC nº 27, de 06 de agosto de 2010.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.605, DE 23 DE JULHO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: Desconhecida - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): CLEXANE (8S15C); CLEXANE (8S803); CLEXANE (8S480);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 2312281/20-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando o art. 62, caput e II, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e que a empresa Sanofi Medley Farmacêutica Ltda, detentora do registro do medicamento confirma que o produto Clexane 40 mg/0,4 mL solução injetável seringa pré-enchida , lote 8S803 , data de fabricação 13/08/2018 e data de validade 07/2020 nunca foi produzido pela empresa, tratando-se, portanto, de falsificação. A empresa Sanofi Medley Farmacêutica Ltda também não reconhece a fabricação do lote 8S15C de Clexane 40 mg/0,4mL solução injetável seringa pré-enchida, data de fabricação 29/10/2018 e data de validade 09/2020. Este número de lote é válido, porém a empresa confirma a sua utilização em um lote com a dosagem de 20 mg, sendo a dosagem de 40 mg falsificada.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.630, DE 23 DE JULHO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Revogar a Medida Preventiva nº 2 do Anexo da Resolução-RE nº 2.013, de 18 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 116, de 19 de junho de 2020, Seção 1, página 66.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: Vários sites - CNPJ: NA
Produto - Apresentação (Lote): THORAVIRIL (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 2290744/20-1
Assunto: 70358 - Revogação de Medida Preventiva
Ações de fiscalização revogadas: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação de Notificação do produto Thoraviril Gel para Massagem como cosmético isento de registro.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.631, DE 23 DE JULHO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: NL COMERCIAL LTDA - CNPJ: 13.910.177/0001-77
Produto - Apresentação (Lote): MINXID - MINOXIDIL 15% (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 1047435/20-8
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da divulgação/comercialização do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, em desacordo com o Arts. 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976. As ações determinadas se aplicam a todos os estabelecimentos e veículos de comunicação.
.....
2. Empresa: SAMUEL GOMES CAMARGO - CNPJ: 26.094.981/0001-77
Produto - Apresentação (Lote): NALTREXONA-LDN (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 2280113/20-8
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Constatação de propaganda e comércio de produto sem registro na Anvisa, por meio do site www.qvidaboa.com.br, infringindo aos artigos 12, 50 e 59 da Lei 6360/1976. As ações determinadas se aplicam a todos os estabelecimentos e veículos de comunicação.
.....
3. Empresa: LABORATÓRIOS FERRING LTDA - CNPJ: 74.232.034/0001-48
Produto - Apresentação (Lote): DDAVP - 0,1 MG/ML SOL NAS CT FR VD AMB SPR 2,5ML(R14670G, P15641A, P16790A, R12631A, R12631L e S10153F);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 2290490/20-5
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Art. 7º, XV, da Lei nº 9.782/1999; Resolução RDC n° 55/2005; e comunicado de recolhimento voluntário em razão de resultado fora de especificação do teor de acetato de desmopressina e cloreto de benzalcônio e do volume do medicamento DDAVP (acetato de desmopressina) spray nasal, apresentação 0,1 MG/ML SOL NAS CT FR VD AMB SPR X 2,5 ML, Reg. MS- 1.2876.0015.005-8, lotesR14670G (fab. 10/2019; val. 09/2021), P15641A (fab. 10/2018, val. 09/2020), P16790A (fab. 12/2018, val. 11/2020), R12631A (fab. 06/2019, val. 05/2021), R12631L (fab. 06/2019, val. 05/2021) e S10153F (fab. 01/2020, val. 12/2021).
.....
4. Empresa: B2W COMPANHIA DIGITAL - CNPJ: 00.776.574/0006-60
Produto - Apresentação (Lote): CHÁ DA VIDA DIABETE (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 2266710/20-5
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comércio e propaganda de produto sem registro ou notificação, por meio do site eletrônico https://www americanas.com.br/, em desacordo com os artigos 12 e 59 da Lei 6360/76. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os estabelecimentos físicos e veículos de comunicação que comercializem ou divulguem os produtos irregulares.
.....

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.632, DE 23 DE JULHO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa na certificação publicada pela Resolução-RE nº 1.419, de 30 de maio de 2019, no Diário Oficial da União nº.105, de 3 de junho de 2019, Seção 1, pág. 84, e em Suplemento da Seção 1, pág. 43, de VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda., CNPJ 04.718.143/0001-94 , para D-Med Material Médico Laboratorial Ltda, CNPJ 40.159.576/0001-1, conforme expedientes nº 1112332/18-0 e 0595926/20-7.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.633, DE 23 DE JULHO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8°, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Biohit Healthcare (Hefei) Co., Ltd.
Endereço: Building D9, Innovation Park, No.800 West Wangjiang Road, High-Tech Zones - Hefei - Anhui Province 230088 China
Solicitante: Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. CNPJ: 04.967.408/0001-98
Autorização de Funcionamento: 8.01.175-8 Expediente: 1921403/20-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.

"Fabricante: Shenzhen Jet May Care Limited
Endereço: District 2, 1F, Block A, Haikexing Sinovac Strategic Emerging Industrial Park - Pingshan District - Shenzhen - China
Solicitante: Oyster Importação e Exportação Ltda - ME CNPJ: 13.197.391/0001-28
Autorização de Funcionamento: 8.13.614-4 Expediente: 2104351/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.

Fabricante: Zybio Inc.
Endereço: Floor 1 - 4, Building 27-28, No. 10 of Taikang Road, Block C of Jianqiao Industrial Park,Dadukou District, Chongqing, China
Solicitante: Labtest Diagnostica S/A CNPJ: 16.516.296/0001-38
Autorização de Funcionamento:1.00.090-1 Expediente: 2023488/20-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.647, DE 23 DE JULHO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Revogar a Medida Preventiva nº 1 do Anexo da Resolução-RE N° 2.167, DE 26 DE JUNHO DE 2020, PUBLICADA NO DOU N° 122, DE 29/06/2020, SEÇÃO 1, PÁG. 81, conforme as informações constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: NUTRIEX IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E FARMOQUIMICOS LTDA - CNPJ: 06.172.459/0001-59
Produto - (Lote): Nutriex Máscara de Proteção PFF-2 N95(Todos os Lotes);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 2404874/20-7
Assunto: 70358 - Revogação de Medida Preventiva
Ações de fiscalização revogadas: Interdição cautelar
Motivação: Considerando a necessidade de incluir a fundamentação Legal, Lei nº 9782/99.
.....

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.648, DE 23 DE JULHO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas cautelares constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: MOBIUS LIFE SCIENCE INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA - CNPJ: 04.645.160/0001-49
Produto - (Lote): Kit Mix para Detecção de RNA de Enterovirus spp. (EV)(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020); KIT XGEN MULTI PR FLOW CHIP - Família de Kits MULTIPLEX para Detecção de Patógenos Respiratórios através de PCR e Hibridização Reversa. (LOTES A PARTIR DE 26/05/2020); X-GEN CONTROLE POSITIVO TOXO - CONTROLE POSITIVO na Detecção de DNA de Toxoplasma Gondii (TOXO) - XG-TOXOC-B(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020); X-GEN MIX TOXO - Kit Mix para Detecção de DNA de Toxoplasma Gondii (TOXO) - XG-TOXOS-B(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);FAMÍLIA KIT XGEN MASTER COVID-19 - Kit Master para Detecção do Coronavírus SARS-CoV-2(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);FAMÍLIA KIT XGEN MULTI IST - Kits MULTIPLEX para Detecção de Patógenos Responsáveis por Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);FAMÍLIA XGEN MULTI SEPSE CHIP(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);HYBRISOFT HSHS(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);Kit Controle Positivo na Detecção de RNA de Enterovirus spp. (EV)(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);Kit Master para Detecção de RNA de Enterovirus spp. (EV)(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN CHIKUNGUNYA IgG - Kit de Sorologia para Detecção de Anticorpos IgG para o Vírus Chikungunya.(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN CHIKUNGUNYA IgM - Kit de Sorologia para Detecção de Anticorpos IgM para o Vírus Chikungunya(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN MASTER HSV1 - Kit MASTER para Detecção de Herpesvirus simplex 1 (HSV1)(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN MASTER HSV2 - Kit MASTER para Detecção de Herpesvirus simplex 2 (HSV2).(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN MASTER ZV - Kit MASTER para Detecção do Vírus Zika (LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN MULTI DC Kit MULTIPLEX para Detecção de RNA do Vírus da Dengue e do Vírus Chikungunya(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN MULTI FLU - Kit MULTIPLEX para Detecção de Influenza(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN MULTI GB - Kit MULTIPLEX para Detecção de Bactérias Causadoras de Gastroenterite(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN MULTI HPV CHIP - Família de Kits MULTIPLEX para Detecção e Genotipagem do Papilomavírus Humano (HPV) através de PCR e Hibridização Reversa(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN MULTI IST CHIP - Família de Kits MULTIPLEX para Detecção de Patógenos Responsáveis por Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) (LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN MULTI MB - Kit MULTIPLEX para Detecção de Bactérias Causadoras de Meningite(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN MULTI MV - Kit MULTIPLEX para Detecção de Vírus Causadores de Meningite(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN MULTI N9 - Kit MULTIPLEX para Detecção de Vírus Causadores de Encefalite(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN MULTI PR21 Kit MULTIPLEX para Detecção de 21 Patogenos respiratórios(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN MULTI UB - Kit MULTIPLEX Básico para Detecção de Patógenos Causadores de Uretrite(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN MULTI UP - Kit MULTIPLEX Plus para Detecção de Patógenos Causadores de Uretrite(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN MULTI ZDC - Kit MULTIPLEX para Detecção dos Vírus Zika, Dengue e Chikungunya- XG-MULTI-ZDC(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN ZIKA VÍRUS IgG - Kit de Sorologia para Detecção de Anticorpos IgG para Zika Vírus(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);KIT XGEN ZIKA VÍRUS IgM - Kit de Sorologia para Detecção de Anticorpos IgM para Zika Vírus(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);X-GEN CONTROLE POSITIVO CTDNA - Kit CONTROLE POSITIVO para Detecção de DNA de Chlamydia trachomatis(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN MASTER BKV - Kit Master para Quantificação de Vírus BK (BKV) - XG-BKV-MB(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN MASTER CMV - Kit Master para Quantificação de Citomegalovírus (CMV) - XGEN-CMV-MB(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);X-GEN MASTER CTDNA - Kit MASTER para Detecção de DNA de Chlamydia trachomatis(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN MASTER EBV - Kit Master para Quantificação de Vírus Epstein-Barr (EBV) - XG-EBV-MB(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN MASTER Fator II - Kit Master para Detecção Alélica de Fator II(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN MASTER Fator V - Kit Master para Detecção Alélica de Fator V de Leiden(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN MASTER HHV6- Kit Master para Quantificação de Herpesvírus humano 6 (HHV6) - XG-HHV6-MB(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN MASTER HLA-B27 - Kit Master para Detecção de HLA-B27 - XG-B27-MB(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN MASTER MTB - Kit Master para Detecção de Mycobacterium tuberculosis (MTB) (LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN MASTER MTHFR A1298C - Kit Master para Detecção Alélica de MTHFR A1298C(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN MASTER MTHFR C677T - Kit Master para Detecção Alélica de MTHFR C677T(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN MASTER PAI-1 - Kit Master para Detecção Alélica de PAI-1 - XG-PAI1-MB (LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN MASTER TOXO - Kit Master para Detecção de DNA de Toxoplasma Gondii (TOXO) - XG-TOXO-MB(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);X-GEN MIX BKV - Kit Mix para Quantificação de Vírus BK (BKV) - XGENBKVS-B(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);X-GEN MIX CMV - Kit Mix para Quantificação de Citomegalovírus (CMV) - XGEN-CMVS-B(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);X-GEN MIX CTDA - Kit MIX para Detecção de DNA de Chlamydia trachomatis(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);X-GEN MIX EBV - Kit Mix para Quantificação de Vírus Epstein-Barr (EBV) - XGEN-EBVS-B(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN MIX HHV6 - Kit Mix Quantificação de Herpesvírus humano 6 (HHV6) - XG-HHV6S-B(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN MIX p190 - Kit MIX para Identificação e Quantificação de cDNA de BCR-ABL p190 - XG-P190-MB(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN MIX p210 - Kit MIX para Identificação e Quantificação de cDNA de BCR-ABL p210 - XG-P210-MB(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN MULTI CMV/EBV - Kit Multiplex para Quantificação de CMV e EBV - XG-CE-MB (LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN MULTI GV - Kit MULTIPLEX para Detecção de Vírus Causadores de Gastroenterite(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);X-GEN PADRÃO BKV - Padrão para Quantificação de Vírus BK (BKV) - XGEN-BKVP-B(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);X-GEN PADRÃO CMV - Padrão na Quantificação de Citomegalovírus (CMV) - XGEN-CMVP-B(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);X-GEN PADRÃO EBV - Padrão na Quantificação de Vírus Epstein-Barr (EBV) - XGEN-EBVP-B(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN PADRÃO HHV6 - Kit Padrão na Quantificação de Herpesvírus humano 6 (HHV6) - XG-HHV6P-B(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN PADRÃO p190 - Kit PADRÃO na Identificação e Quantificação de cDNA de BCR-ABL p190 - XG-P190-PB (LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN PADRÃO p210 - Kit PADRÃO na Identificação e Quantificação de cDNA de BCR-ABL p210 - XG-P210-PB(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);XGEN RNA REFERÊNCIA - Conjunto de Soluções Referência de RNA - XG-RNAR-B(LOTES A PARTIR DE 26/05/2020);
Tipo de Produto: Produtos para diagnóstico de uso in vitro
Expediente nº: 2377469/20-0
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Comercialização, Distribuição
Motivação: Descumprimento das boas práticas de fabricação determinadas nos itens 7.1.1.2, 7.2.1.1 a 7.2.1.5, 5.6.2, 4.1, 5.5 e 2.2.2 da Resolução RDC 16/2013, conforme resultado da inspeção fiscal realizada de 18 a 19/9/2019.
.....
2. Empresa: NUTRIEX IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E FARMOQUIMICOS LTDA - CNPJ: 06.172.459/0001-59
Produto - (Lote): Nutriex Máscara de Proteção PFF-2 N95(Todos os Lotes);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 2404895/20-0
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Conforme disposto no Art 7º, inciso XIV da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, considerando que os Respiradores para Particulados (N95, PFF2 ou equivalente) fabricados pela empresa falharam em demonstrar adequada vedação a face do profissional de saúde, devido à quebra das alças de fixação durante a colocação do respirador, com infeciência na vedação, conforme detectado pelo próprio fabricante. A medida de fiscalização poderá ser reconsiderada caso laudo emitido por Laboratório acreditado pelo Inmetro ateste a eficiência na vedação em concordância com o padrão requerido para Respiradores para Particulados (N95, PFF2 ou equivalente).
.....
3. Empresa: ASSUT EUROPE LATINO AMERICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ: 07.032.636/0001-64
Produto - (Lote): Teste de Anticorpo IgG/IgM do Novo Coronavirus (nCoV-2019 (Ouro Coloidal)(20200401);
Tipo de Produto: Produtos para diagnóstico de uso in vitro
Expediente nº: 2404324/20-9
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 e o Laudo de Análise Fiscal inicial nº 2095.1P.1/2020, emitido pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS, que apresentou resultado insatisfatório no ensaio de sensibilidade e especificidade. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de noventa dias.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.610, DE 23 DE JULHO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

drogaria katia popular ltda / 034.564.355/0001-25
25351.621542/2019-80 / 7732637
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3349937195

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.611, DE 23 DE JULHO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

FERREIRA RIBEIRO MEDICAMENTOS EIRELI / 032.905.749/0001-74
25351.417837/2019-53 / 7667943
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2570520195

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.612, DE 23 DE JULHO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

DAYNER LEITE DANTAS EIRELI / 036.393.228/0001-36
25351.201422/2020-01 / 1240242
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1142920208

FORTAL SSS EXPRESSO AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA / 036.197.252/0001-08
25351.559364/2020-02 / 3095031
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1935446207

LEONARDO MAC DOWELL VELLOSO / 023.539.719/0001-09
25351.564311/2020-03 / 8202842
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1949534201

LUMMINY COMERCIO DE PRODUOTS PARA A ASAUDE LTDA EPP / 026.333.809/0001-29
25351.559332/2020-07 / 3095044
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1935413201

OLTRAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 014.829.987/0003-28
25351.564343/2020-09 / 8202856
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 1949571203

J B T INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 027.168.027/0001-44
25351.564181/2020-09 / 4021688
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1949355209

FORTAL SSS EXPRESSO AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA / 036.197.252/0001-08
25351.559355/2020-11 / 4021717
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1935437208

Pontes & Morais LTDA / 035.481.195/0001-13
25351.564276/2020-14 / 4021626
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1949498204

FANN AROMATIZANTES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME / 010.996.360/0001-49
25351.156114/2020-14 / 4021630
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 0992160205

GAYATRI DISTRIBUIDORA, IMPORTADORA E EXPORTADORA DE COSMÉTICOS EIRELI / 007.252.321/0001-22
25351.564246/2020-16 / 3094998
735 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1949467201

J. FERREIRA DE OLIVEIRA FILHO / 009.491.586/0001-09
25351.671407/2020-19 / 4021661
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2290170208

NATALIA SOUZA - BRONZEAMENTO ARTIFICIAL LTDA / 032.292.982/0001-29
25351.156216/2020-21 / 4018541
748 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - EXPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0685724208

FORTAL SSS EXPRESSO AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA / 036.197.252/0001-08
25351.559390/2020-22 / 1240320
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1935474201

EXCLUSIVA COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 008.562.196/0003-81
25351.564186/2020-23 / 8202825
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1949365204

CH SOUZA PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES / 033.932.094/0001-96
25351.103456/2020-23 / 1240273
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 0951889204

HBR AVIAÇÃO S.A. / 007.418.547/0001-50
25351.631052/2020-25 / 8202796
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 2165304202

G & L TRANSPORTES EIRELI / 015.385.199/0001-90
25351.559335/2020-32 / 4021721
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1935415204

FRANCOR INDUSTRIA E COMERCIO QUIMICA EIRELI / 011.628.964/0001-03
25351.559372/2020-41 / 3095027
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1935456202

MEDBIT COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA / 034.995.970/0001-96
25351.559397/2020-44 / 1240316
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1935482203

BIMBATTI & OLIVEIRA TRANSPORTES RODOVIARIO LTDA / 012.152.244/0001-79
25351.564310/2020-51 / 4021691
746 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1949533204

HIPERFAR MATERIAIS HOSPITALAR E MEDICAMENTOS LTDA / 036.028.477/0001-22
25351.564303/2020-59 / 1240302
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1949525201

UP IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. ME / 019.932.057/0001-57
25351.527866/2020-66 / 8202782
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1838039201

FORTAL SSS EXPRESSO AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA / 036.197.252/0001-08
25351.559352/2020-70 / 8202860
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 1935434209

KLARINHA PRODUTOS DOMISSANITÁRIOS LTDA / 032.595.300/0001-57
25351.559384/2020-75 / 3095000
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1935468201

DYLAN LIGHTING COMERCIAL LTDA / 018.915.001/0001-21
25351.564331/2020-76 / 4021703
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1949558207

OXIGENIO DOIS IRMAOS LTDA / 013.657.269/0001-97
25351.026668/2020-80 / 1240256
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1897386206

MILFARMA COMERCIAL LTDA / 008.241.229/0001-20
25351.564298/2020-84 / 4021674
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1949520200

Deuscelia Vasconcelos 51850788804 / 019.475.279/0001-98
25351.564352/2020-91 / 3095013
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1949580202

ASOL FONOAUDIOLOGIA, COMERCIO E SERVIÇOS DE APARELHOS AUDITIVOS LTDA / 035.156.409/0001-86
25351.563831/2020-91 / 8202839
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 1949235209

BIANCHIN B2B DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI / 033.744.683/0001-40
25351.564289/2020-93 / 8202808
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1949510204

EXPRESSO MASTER LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA EPP / 006.927.621/0001-00
25351.558690/2020-94 / 1240287
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1934487202

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.613, DE 23 DE JULHO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 019.907.582/0001-12
25351.044439/2019-11 / 1184944
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2009236203

PROCIFAR DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR S/A / 014.722.938/0001-20
25351.046903/2018-15 / 3078628
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 2009382200

EB PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 010.940.830/0001-52
25351.427901/2010-23 / 2057635
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 2009340205

AL EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI / 029.753.978/0001-06
25351.328870/2018-29 / 8167520
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2023332206

SELIA M. HERMANNS / 029.806.057/0001-64
25351.396842/2018-34 / 8169213
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2009305205

EB PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 010.940.830/0001-52
25351.427933/2010-37 / 8066422
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2009297202
25351.584593/2009-53 / 1080595
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 2009357205
25351.427888/2010-57 / 3046446
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 2009385209

POTUS - COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 008.860.262/0001-38
25351.284767/2018-60 / 8166416
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1326161204

RCC - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI / 000.358.519/0001-46
25351.683008/2015-63 / 1147980
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 2009943206

PROCIFAR DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR S/A / 014.722.938/0001-20
25022.001780/2005-65 / 8026489
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2009312201

ACS MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP / 011.032.062/0001-00
25351.136630/2013-65 / 2067983
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2023286204

SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 019.907.582/0001-12
25351.698063/2018-71 / 8173221
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2009279204

Biopharma Comércio Importação e Exportação de Produtos Hospitalares Ltda- epp / 017.909.910/0001-94
25351.160391/2015-74 / 8118693
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2012856208

WINNING TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 013.352.623/0002-56
25351.472662/2020-81 / 8200872
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2194245201

ÁVITA CARE IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS LTDA. / 031.203.582/0001-37
25351.001429/2019-83 / 8176929
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2356978208
25351.001429/2019-83 / 8176929
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1811266208

ACS MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP / 011.032.062/0001-00
25351.619567/2014-93 / 3060966
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2023331200

PROCIFAR DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR S/A / 014.722.938/0001-20
25000.000343/00-13 / 1046558
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 2009292201

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.614, DE 23 DE JULHO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento da Empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

POLLITEX ARTEFATOS DE LATEX LTDA ME / 007.699.581/0001-40
25351.478953/2009-41 / 8055755
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 1233795201

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.615, DE 23 DE JULHO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

FORTAL SSS EXPRESSO AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA / 036.197.252/0001-08
25351.559362/2020-13 / 1240347
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1935444204

CH SOUZA PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES / 033.932.094/0001-96
25351.103481/2020-15 / 1240260
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 0951925204

CAMILA SIMOES DO ROSARIO ME / 029.594.240/0001-43
25351.461197/2019-19 / 1240291
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 2223819192

Alfa & Omega - comercio e serviços eireli / 015.361.503/0001-60
25351.564333/2020-65 / 1240333
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1949561208

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.616, DE 23 DE JULHO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

PROCIFAR DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR S/A / 014.722.938/0001-20
25351.855454/2018-07 / 1194815
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 2009381203

RCC - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI / 000.358.519/0001-46
25351.366978/2018-10 / 1178447
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 2009971201

EB PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 010.940.830/0001-52
25351.078120/2010-98 / 1225202
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 2009411200

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.617, DE 23 DE JULHO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

Transnil Transporte Rodoviário de Cargas Ltda / 005.367.573/0001-71
25351.559291/2020-41 /
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 1935368206
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

K DE ARAULO FURTADO / 032.893.758/0001-92
25351.558128/2020-61 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1933546206
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

MEDLAB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME / 015.660.446/0001-10
25351.559354/2020-69 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1935436201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.
---
erivania meire silva magalhaes miranda / 022.364.626/0001-10
25351.559341/2020-90 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1935422201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

LIKE MED DISTRIBUIDORA LTDA / 034.369.445/0001-65
25351.558161/2020-91 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1933626208
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.618, DE 23 DE JULHO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento da Empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

ÁVITA CARE IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS LTDA. / 031.203.582/0001-37
25351.001429/2019-83 / 8176929
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2167538204
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para a atividade e classes pleiteada (exportar produtos para saúde), conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

1ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 428, DE 21 JULHO DE 2020

Divulga os Resultados Trimestrais alcançados pela GGMED/Anvisa nos ciclos de 2019.

A Gerente-Geral de Gestão de Pessoas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a delegação de competência outorgada pela Portaria nº 1.596, publicada no DOU de 9 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Dar publicidade aos resultados trimestrais alcançados pela Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED no Programa de Gestão Orientada para Resultados - PGOR, atendendo ao disposto no §6º do art. 6º do Decreto 1.590, de 10 de agosto de 1995.

Art. 2º Os resultados alcançados pelos servidores ingressos no PGOR, lotados na Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos - GGMED/DIRE2/ANVISA e suas subunidades (Coordenação de Propriedade Intelectual - COOPI, Gerência de Avaliação de Segurança e Eficácia - GESEF, Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos - COPEC, Coordenação de Equivalência Terapêutica - CETER, Coordenação de Inovação Incremental - COINC, Gerência de Avaliação da Qualidade de Medicamentos Sintéticos - GQMED, Coordenação de Registro de Insumos Farmacêuticos Ativos - COIFA, Coordenação de Bula, Rotulagem, Registro Simplificado e Nome Comercial - CBRES, Gerência de Avaliação de Tecnologia de Pós-Registro de Medicamentos Sintéticos - GEPRE, Coordenação de Pós-Registro de Menor Complexidade - CPMEC, Gerência de Medicamentos Específicos, Notificados, Fitoterápicos, Dinamizados e Gases Medicinais - GMESP e Gerência de Avaliação de Produtos Biológicos - GPBIO), estão dispostos no Anexo I, em conformidade com a Portaria nº 1.152/ ANVISA, de 19 de junho de 2019, publicada no Boletim de Serviços da Anvisa nº. 27, em 24 de junho de 2019.

Art. 3º Republicar os resultados do primeiro ciclo de 2019 dos servidores lotados na Coordenação de Propriedade Intelectual - COOPI, devido a ajustes realizados posteriormente, em substituição aos publicados na Portaria nº. 158, de 06 de fevereiro de 2020, os quais estão dispostos no Anexo II, em conformidade com a Portaria nº 1.152/ ANVISA, de 19 de junho de 2019, publicada no Boletim de Serviços da Anvisa nº. 27, em 24 de junho de 2019.

DANITZA PASSAMAI ROJAS BUVINICH

ANEXO I

SIAPE	MODALIDADE	1ª CICLO	PERÍODO 1	2º CICLO	PERÍODO 2	3ª CICLO	PERÍODO 3	4º CICLO	PERÍODO 4
1493405	SEMIPRESENCIAL	-	-	26,05%	1°/04/2019 a 30/06/2019	27,65%	1°/07/2019 a 30/09/2019	22,88%	1°/10/2019 a 31/12/2019
1491200	DCA/TELETRABALHO	-	-	20,55%	1°/04/2019 a 30/06/2019	21,76%	1°/07/2019 a 30/09/2019	25,20%	1°/10/2019 a 31/12/2019
1492249	DCA/TELETRABALHO	-	-	23,04%	1°/04/2019 a 30/06/2019	21,76%	1°/07/2019 a 30/09/2019	22,09%	1°/10/2019 a 31/12/2019
2331355	TELETRABALHO	31,85%	1°/02/2019 a 31/03/2019	35,92%	1°/04/2019 a 31/05/2019	-	-	-	-
1491971	TELETRABALHO	-	-	33,36%	1°/04/2019 a 30/06/2019	53,38%	1°/07/2019 a 30/09/2019	51,87%	1°/10/2019 a 31/12/2019
1335981	TELETRABALHO	-	-	34,21%	1°/04/2019 a 30/06/2019	24,91%	1°/07/2019 a 30/09/2019	32,38%	1°/10/2019 a 31/12/2019
1491046	DCA/SEMIPRESENCIAL	-	-	31,27%	1°/04/2019 a 30/06/2019	29,13%	1°/07/2019 a 30/09/2019	23,40%	1°/10/2019 a 31/12/2019
1493410	DCA/SEMIPRESENCIAL	-	-	36,32%	1°/04/2019 a 30/06/2019	29,19%	1°/07/2019 a 30/09/2019	25,12%	1°/10/2019 a 31/12/2019
1518121	DCA/SEMIPRESENCIAL	-	-	22,94%	1°/04/2019 a 30/06/2019	25,02%	1°/07/2019 a 30/09/2019	24,94%	1°/10/2019 a 31/12/2019
1491157	DCA/SEMIPRESENCIAL	-	-	23,13%	1°/04/2019 a 30/06/2019	25,42%	1°/07/2019 a 30/09/2019	24,32%	1°/10/2019 a 31/12/2019
1493409	DCA/SEMIPRESENCIAL	-	-	27,47%	1°/04/2019 a 30/06/2019	27,23%	1°/07/2019 a 30/09/2019	28,13%	1°/10/2019 a 31/12/2019
1568136	TELETRABALHO	-	-	38,43%	1°/04/2019 a 31/05/2019	-	-	-	-
2492702	DCA	-	-	46,15%	1°/04/2019 a 31/05/2019	-	-	-	-
1568699	TELETRABALHO	-	-	23,04%	1°/04/2019 a 31/05/2019	-	-	-	-
1491065	DCA/TELETRABALHO	-	-	20,16%	1°/05/2019 a 31/07/2019	20,22%	1°/08/2019 a 1°/10/2019	-	Desligado do PGOR em 2/10/2019
2110728	TELETRABALHO	-	-	-	-	-	-	76,17%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1700025	DCA/TELETRABALHO	-	-	20,43%	1°/05/2019 a 31/07/2019	20,06%	1°/08/2019 a 31/10/2019	20,36%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1584294	TELETRABALHO	-	-	28,49%	1°/05/2019 a 31/07/2019	25,68%	1°/08/2019 a 31/10/2019	22,02%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1531703	TELETRABALHO	-	-	39,32%	1°/05/2019 a 31/07/2019	12,09%	1°/08/2019 a 31/10/2019	0,00%	1°/11/2019 a 07/11/2019
1583954	TELETRABALHO	-	-	20,15%	1°/05/2019 a 31/07/2019	21,34%	1°/08/2019 a 31/10/2019	21,34%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1612434	TELETRABALHO	-	-	23,53%	1°/05/2019 a 31/07/2019	24,82%	1°/08/2019 a 31/10/2019	40,40%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1680110	TELETRABALHO	-	-	20,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	20,24%	1°/08/2019 a 31/10/2019	20,98%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1204373	TELETRABALHO	-	-	26,44%	1°/05/2019 a 31/07/2019	22,23%	1°/08/2019 a 31/10/2019	20,65%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1311229	TELETRABALHO	90,79%	8/04/2019 a 30/04/2019	22,81%	1º/05/2019 a 31/07/2019	38,29%	1°/08/2019 a 31/10/2019	20,64%	1°/11/2019 a 31/01/2020
2110837	TELETRABALHO	-	-	-	-	27,99%	1°/10/2019 a 31/10/2019	26,97%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1189229	TELETRABALHO	-	-	22,98%	1°/05/2019 a 31/07/2019	21,01%	1°/08/2019 a 31/10/2019	21,90%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1568785	DCA/TELETRABALHO	-	-	25,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	24,00%	1°/08/2019 a 31/10/2019	26,00%	1°/11/2019 a 31/12/2019
1492814	DCA	-	-	0,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	-	-	-	-
2110552	DCA	-	-	26,00%	1°/05/2019 a 30/06/2019	-	-	-	-
1568671	TELETRABALHO	-	-	25,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	31,00%	1°/08/2019 a 31/10/2019	25,00%	1°/11/2019 a 31/12/2019
1568120	TELETRABALHO	-	-	23,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	25,00%	1°/08/2019 a 31/10/2019	25,00%	1°/11/2019 a 31/12/2019
2092373	TELETRABALHO	-	-	22,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	31,00%	1°/08/2019 a 31/10/2019	29,00%	1°/11/2019 a 31/12/2019
2110218	TELETRABALHO	-	-	22,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	21,00%	1°/08/2019 a 31/10/2019	25,00%	1°/11/2019 a 31/12/2019
1050180	DCA/TELETRABALHO	-	-	29,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	27,00%	1°/08/2019 a 31/10/2019	30,00%	1°/11/2019 a 31/12/2019
1185104	TELETRABALHO	-	-	23,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	24,00%	1°/08/2019 a 31/10/2019	22,00%	1°/11/2019 a 31/12/2019
1449392	TELETRABALHO	-	-	42,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	20,00%	1°/08/2019 a 31/10/2019	50,00%	1°/11/2019 a 31/12/2019
1568652	TELETRABALHO	-	-	34,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	30,00%	1°/08/2019 a 31/10/2019	33,00%	1°/11/2019 a 31/12/2019
1476493	DCA/TELETRABALHO	-	-	22,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	23,00%	1°/08/2019 a 31/10/2019	23,00%	1°/11/2019 a 31/12/2019
1492810	TELETRABALHO	-	-	33,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	24,00%	1°/08/2019 a 31/10/2019	39,00%	1°/11/2019 a 31/12/2019
1568408	DCA/TELETRABALHO	-	-	29,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	25,00%	1°/08/2019 a 31/10/2019	26,00%	1°/11/2019 a 31/12/2019
1926306	TELETRABALHO	-	-	21,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	17,00%	1°/08/2019 a 31/08/2019	-	Desligado do PGOR em 1°/09/2019
1421133	TELETRABALHO	-	-	25,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	21,00%	1°/08/2019 a 31/10/2019	24,00%	1°/11/2019 a 31/12/2019
2111301	TELETRABALHO	-	-	-	Licença ou Afastamento	26,00%	1°/09/2019 a 31/10/2019	23,00%	1°/11/2019 a 31/12/2019
1380797	TELETRABALHO	-	-	-	-	20,00%	1°/10/2019 a 31/10/2019	33,00%	1°/11/2019 a 31/12/2019
1568706	DCA/TELETRABALHO	-	-	24,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	-	Licença ou Afastamento	-	Licença ou Afastamento
1040723	DCA/TELETRABALHO	23,34%	1°/02/2019 a 30/04/2019	31,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	27,97%	1°/08/2019 a 31/10/2019	22,13%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1568044	TELETRABALHO	20,47%	1°/02/2019 a 30/04/2019	21,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	20,07%	1°/08/2019 a 31/10/2019	20,10%	1°/11/2019 a 31/01/2020
2113236	TELETRABALHO	40,43%	1°/02/2019 a 30/04/2019	45,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	20,21%	1°/08/2019 a 31/10/2019	21,72%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1569174	TELETRABALHO	20,97%	1°/02/2019 a 30/04/2019	22,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	21,77%	1°/08/2019 a 31/10/2019	22,73%	1°/11/2019 a 31/01/2020
2110915	TELETRABALHO	22,05%	1°/02/2019 a 30/04/2019	24,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	20,94%	1°/08/2019 a 31/10/2019	21,30%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1517464	DCA/SEMIPRESENCIAL	25,67%	1°/02/2019 a 30/04/2019	22,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	30,08%	1°/08/2019 a 31/10/2019	25,00%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1491053	DCA/SEMIPRESENCIAL	20,04%	1°/02/2019 a 30/04/2019	20,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	20,29%	1°/08/2019 a 31/10/2019	20,10%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1568333	TELETRABALHO	30,17%	1°/02/2019 a 30/04/2019	37,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	31,00%	1°/08/2019 a 31/10/2019	21,02%	1°/11/2019 a 31/01/2020
2112375	TELETRABALHO	20,73%	1°/02/2019 a 30/04/2019	28,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	29,80%	1°/08/2019 a 31/10/2019	20,47%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1568341	TELETRABALHO	22,44%	1°/02/2019 a 30/04/2019	26,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	22,70%	1°/08/2019 a 31/10/2019	21,40%	1°/11/2019 a 31/01/2020
2116251	TELETRABALHO	25,30%	1°/02/2019 a 30/04/2019	-	-	24,50%	1°/10/2019 a 30/10/2016	21,60%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1376262	TELETRABALHO	-	-	50,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	54,54%	1°/08/2019 a 31/10/2019	31,08%	1°/11/2019 a 31/01/2020
2111352	TELETRABALHO	-	-	21,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	21,55%	1°/08/2019 a 31/10/2019	49,47%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1866971	TELETRABALHO	-	-	21,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	20,93%	1°/08/2019 a 31/10/2019	27,73%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1493327	TELETRABALHO	-	-	21,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	20,09%	1°/08/2019 a 31/10/2019	33,17%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1615962	TELETRABALHO	-	-	23,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	29,11%	1°/08/2019 a 31/10/2019	24,55%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1629737	SEMIPRESENCIAL/ TELETRABALHO	-	-	65,13%	1°/03/2019 a 30/06/2019	20,56%	1°/07/2019 a 31/10/2019	23,81%	1°/11/2019 a 31/01/2020
2090510	TELETRABALHO	20,02%	1°/03/2019 a 25/04/2019	-	Desligado do PGOR em 26/04/2019	-	-	-	-
2109791	DCA/TELETRABALHO	-	-	24,45%	1°/03/2019 a 30/06/2019	33,56%	1°/07/2019 a 29/09/2019	-	Desligado do PGOR em 30/09/2019
2110040	SEMIPRESENCIAL/ TELETRABALHO	-	-	40,26%	6/03/2019 a 30/06/2019	31,46%	1°/07/2019 a 31/10/2019	62,50%	1°/11/2019 a 31/01/2020
2330120	SEMIPRESENCIAL/ TELETRABALHO	-	-	45,41%	6/03/2019 a 30/06/2019	38,19%	1°/07/2019 a 31/10/2019	102,45%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1511497	TELETRABALHO	-	-	23,99%	6/03/2019 a 30/06/2019	21,10%	1°/07/2019 a 31/10/2019	29,13%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1780968	TELETRABALHO	-	-	41,46%	6/03/2019 a 30/06/2019	22,28%	1°/07/2019 a 31/10/2019	25,73%	1°/11/2019 a 31/01/2020
1491213	TELETRABALHO	-	-	20,07%	6/03/2019 a 30/06/2019	25,10%	1°/07/2019 a 31/10/2019	20,84%	1°/11/2019 a 31/01/2020
2116255	TELETRABALHO	-	-	24,49%	6/03/2019 a 30/06/2019	31,82%	1°/07/2019 a 31/10/2019	40,80%	1°/11/2019 a 31/01/2020
2111655	TELETRABALHO	-	-	41,39%	6/03/2019 a 30/06/2019	39,46%	1°/07/2019 a 31/10/2019	28,21%	1°/11/2019 a 31/01/2020

	2090811	TELETRABALHO	-	-	22,12%	1°/03/2019 a 30/06/2019	21,62%	1°/07/2019 a 31/10/2019	25,15%	1°/11/2019 a 09/12/2019
	2090822	TELETRABALHO	-	-	21,28%	1°/03/2019 a 30/06/2019	21,18%	1°/07/2019 a 31/10/2019	20,73%	1°/11/2019 a 31/01/2020
	2090970	TELETRABALHO	-	-	20,08%	1°/03/2019 a 30/06/2019	20,08%	1°/07/2019 a 31/10/2019	20,59%	1°/11/2019 a 31/01/2020
	2092214	TELETRABALHO	-	-	20,41%	1°/03/2019 a 30/06/2019	20,11%	1°/07/2019 a 31/10/2019	23,88%	1°/11/2019 a 31/01/2020
	2090123	TELETRABALHO	-	-	20,05%	1°/03/2019 a 30/06/2019	20,12%	1°/07/2019 a 31/10/2019	24,24%	1°/11/2019 a 31/01/2020
	1627800	TELETRABALHO	-	-	20,56%	1°/03/2019 a 30/06/2019	20,66%	1°/07/2019 a 29/09/2019	-	Desligada em 30/09/2019
	1518383	SEMIPRESENCIAL	-	-	24,64%	6/03/2019 a 17/05/2019	21,25%	1°/08/2019 a 31/10/2019	20,67%	1°/11/2019 a 31/01/2020
	2092134	TELETRABALHO	-	-	-	-	20,16%	1°/08/2019 a 31/10/2019	37,09%	1°/11/2019 a 31/01/2020
	1674849	TELETRABALHO	-	-	23,52%	6/03/2019 a 30/06/2019	29,50%	1°/07/2019 a 31/10/2019	23,74%	1°/11/2019 a 31/01/2020
	2112940	TELETRABALHO	-	-	21,25%	1°/03/2019 a 30/06/2019	29,15%	1°/07/2019 a 31/10/2019	35,54%	1°/11/2019 a 31/01/2020
	2110249	TELETRABALHO	-	-	42,66%	25/03/2019 a 30/06/2019	29,34%	1º/07/2019 a 31/10/2019	21,22%	1°/11/2019 a 31/01/2020
	2110338	TELETRABALHO	-	-	33,80%	6/03/2019 a 30/06/2019	-	Desligado do PGOR em 1°/07/2019	-	-
	1867029	TELETRABALHO	-	-	28,39%	6/03/2019 a 30/06/2019	27,62%	1°/07/2019 a 31/10/2019	22,85%	1°/11/2019 a 31/01/2020
	1568687	TELETRABALHO	-	-	20,30%	6/03/2019 a 30/06/2019	26,07%	1°/07/2019 a 31/10/2019	23,22%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	1492641	TELETRABALHO	-	-	32,95%	6/03/2019 a 30/06/2019	26,51%	1°/07/2019 a 31/10/2019	24,12%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	2111401	TELETRABALHO	-	-	35,58%	6/03/2019 a 30/06/2019	28,84%	1°/07/2019 a 31/10/2019	25,98%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	1991920	TELETRABALHO	-	-	35,06%	6/03/2019 a 30/06/2019	34,13%	1°/07/2019 a 31/10/2019	38,57%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	1568326	TELETRABALHO	-	-	49,33%	6/03/2019 a 30/06/2019	23,40%	1°/07/2019 a 31/10/2019	36,42%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	1026289	TELETRABALHO	-	-	26,30%	6/03/2019 a 30/06/2019	28,12%	1°/07/2019 a 31/10/2019	39,15%	1°/11/2019 a 31/12/2019
GQMED	2090560	TELETRABALHO	-	-	36,97%	1°/03/2019 a 30/06/2019	25,57%	1°/07/2019 a 31/10/2019	22,96%	1°/11/2019 a 30/12/2019
GQMED	2740227	TELETRABALHO	-	-	21,83%	6/03/2019 a 22/05/2019	-	Licença ou Afastamento	48,74%	19/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	2112684	TELETRABALHO	-	-	63,90%	6/03/2019 a 30/06/2019	-	Licença ou Afastamento	27,97%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	2113215	TELETRABALHO	-	-	31,58%	6/03/2019 a 20/03/2019	83,43%	17/09/2019 a 31/10/2019	20,45%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	2116849	TELETRABALHO	-	-	25,68%	6/03/2019 a 30/06/2019	24,83%	1°/07/2019 a 30/07/2019	-	Licença ou Afastamento
GQMED	1707239	TELETRABALHO	-	-	20,39%	6/03/2019 a 30/06/2019	43,08%	1°/07/2019 a 31/10/2019	29,98%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	1491897	TELETRABALHO	-	-	20,89%	6/03/2019 a 30/06/2019	64,67%	1°/07/2019 a 25/09/2019	-	Desligada do PGOR em 26/09/2019
GQMED	2118720	TELETRABALHO	-	-	25,09%	6/03/2019 a 30/06/2019	49,68%	1°/07/2019 a 31/10/2019	40,58%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	2118763	TELETRABALHO	-	-	22,60%	6/03/2019 a 30/06/2019	27,83%	1°/07/2019 a 31/10/2019	24,05%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	1568276	TELETRABALHO	-	-	-	-	-	-	28,95%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	1568701	TELETRABALHO	-	-	-	-	-	-	27,59%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED/COIFA	2114509	TELETRABALHO	20,06%	1°/01/2019 a 31/03/2019	21,50%	1°/04/2019 a 30/06/2019	20,30%	1°/07/2019 a 31/10/2019	20,37%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED/COIFA	2112800	TELETRABALHO	20,08%	16/11/2018 a 15/02/2019	20,38%	16/02/2019 a 15/05/2019	20,92%	16/05/2019 a 31/10/2019	21,20%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED/COIFA	2111659	TELETRABALHO	21,85%	1°/01/2019 a 31/03/2019	20,21%	1°/04/2019 a 30/06/2019	24,13%	1°/07/2019 a 31/10/2019	22,96%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED/CBRES	2090498	TELETRABALHO	-	-	-	-	28,96%	1°/07/2019 a 30/09/2019	22,33%	1°/10/2019 a 31/12/2019
GQMED/CBRES	2090816	TELETRABALHO	-	-	34,68%	1°/05/2019 a 31/07/2019	50,14%	1°/08/2019 a 22/09/2019	-	Licença ou Afastamento
GQMED	1867196	DCA/TELETRABALHO	-	-	34,60%	1°/04/2019 a 30/06/2019	25,80%	1°/07/2019 a 31/10/2019	28,58%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	1568685	TELETRABALHO	-	-	28,40%	19/04/2019 a 21/07/2019	27,30%	22/07/2019 a 31/10/2019	27,24%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	2110068	TELETRABALHO	-	-	21,70%	18/04/2019 a 19/07/2019	27,65%	20/07/2019 a 31/10/2019	25,52%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	1568130	TELETRABALHO	-	-	33,10%	22/04/2019 a 26/07/2019	22,10%	27/07/2019 a 31/10/2019	22,82%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	1491180	TELETRABALHO	-	-	20,70%	19/04/2019 a 22/07/2019	27,90%	23/07/2019 a 31/10/2019	-	Licença ou Afastamento
GQMED	1491222	TELETRABALHO	-	-	29,30%	19/04/2019 a 21/07/2019	105,90%	22/07/2019 a 31/10/2019	22,07%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	2091192	DCA/TELETRABALHO	-	-	99,20%	1°/04/2019 a 30/06/2019	56,30%	1°/07/2019 a 31/10/2019	71,01%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	1703963	TELETRABALHO	-	-	39,70%	2/05/2019 a 28/07/2019	20,50%	29/07/2019 a 31/10/2019	20,20%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	1583104	TELETRABALHO	-	-	27,40%	19/04/2019 a 18/07/2019	48,50%	19/07/2019 a 31/10/2019	51,40%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	1568282	TELETRABALHO	21,60%	19/01/2019 a 18/04/2019	22,80%	19/04/2019 a 18/07/2019	33,70%	19/07/2019 a 31/10/2019	110,01%	1°/11/2019 a 28/01/2020
GQMED	2111627	TELETRABALHO	-	-	29,10%	23/04/2019 a 18/07/2019	40,10%	19/07/2019 a 31/10/2019	48,09%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	2111651	TELETRABALHO	-	-	23,30%	26/04/2019 a 25/07/2019	24,50%	26/07/2019 a 31/10/2019	25,49%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	2114394	TELETRABALHO	-	-	21,30%	20/04/2019 a 12/07/2019	29,10%	13/07/2019 a 31/10/2019	35,34%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	2111330	TELETRABALHO	-	-	28,90%	19/04/2019 a 18/07/2019	27,10%	19/07/2019 a 31/10/2019	25,64%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GQMED	2111154	DCA/TELETRABALHO	-	-	24,00%	1°/04/2019 a 30/06/2019	25,00%	1°/07/2019 a 31/10/2019	22,63%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GEPRE/CPMEC	1242204	TELETRABALHO	54,80%	19/01/2019 a 18/04/2019	40,30%	19/04/2019 a 18/07/2019	34,10%	19/07/2019 a 18/10/2019	34,10%	19/10/2019 a 31/12/2019
GEPRE/CPMEC	2091198	DCA	23,50%	19/01/2019 a 18/02/2019	-	Desligado do PGOR em 4/02/2019	-	-	-	-
GEPRE/CPMEC	2090502	TELETRABALHO	30,60%	19/01/2019 a 18/02/2019	-	-	-	-	-	-
GEPRE/CPMEC	2090087	TELETRABALHO	27,80%	19/01/2019 a 18/04/2019	29,80%	19/04/2019 a 18/07/2019	28,10%	19/07/2019 a 18/10/2019	36,80%	19/10/2019 a 31/12/2019
GEPRE/CPMEC	1928126	TELETRABALHO	22,00%	19/01/2019 a 18/04/2019	24,20%	19/04/2019 a 18/07/2019	21,70%	19/07/2019 a 18/10/2019	22,60%	19/10/2019 a 31/12/2019
GEPRE/CPMEC	2648477	DCA/SEMIPRESENCIAL	36,20%	1°/01/2019 a 31/03/2019	22,50%	1°/04/2019 a 30/06/2019	22,30%	1°/07/2019 a 30/09/2019	24,00%	1°/10/2019 a 31/12/2019
GMESP	2110708	TELETRABALHO	-	-	26,20%	1°/06/2019 a 31/08/2019	20,60%	1°/09/2019 a 31/10/2019	21,60%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GMESP	1491451	TELETRABALHO	32,70%	1°/04/2019 a 30/06/2019	23,30%	1°/07/2019 a 30/09/2019	21,70%	1°/10/2019 a 31/10/2019	20,40%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GMESP	1437869	TELETRABALHO	27,40%	1°/04/2019 a 30/06/2019	24,80%	1°/07/2019 a 30/09/2019	21,40%	1°/10/2019 a 31/10/2019	26,00%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GMESP	2111629	DCA/TELETRABALHO	-	-	20,60%	1°/05/2019 a 31/07/2019	25,50%	1°/08/2019 a 31/10/2019	21,00%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GMESP	1568046	TELETRABALHO	-	-	27,40%	1°/05/2019 a 31/07/2019	20,60%	1°/08/2019 a 31/10/2019	33,30%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GMESP	1000744	TELETRABALHO	20,10%	18/03/2019 a 17/06/2019	23,70%	18/06/2019 a 17/09/2019	20,20%	18/09/2019 a 31/10/2019	21,70%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GMESP	1494292	TELETRABALHO	20,10%	1°/04/2019 a 30/06/2019	21,70%	1°/07/2019 a 30/09/2019	21,50%	1°/10/2019 a 31/10/2019	21,10%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GMESP	1493422	TELETRABALHO	-	-	21,30%	1°/05/2019 a 31/07/2019	23,10%	1°/08/2019 a 31/10/2019	20,20%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GMESP	2111247	TELETRABALHO	-	-	24,20%	1°/05/2019 a 31/07/2019	20,50%	1°/08/2019 a 31/10/2019	24,30%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GMESP	1568692	TELETRABALHO	20,30%	1°/04/2019 a 30/06/2019	21,40%	1°/07/2019 a 30/09/2019	26,20%	1°/10/2019 a 31/10/2019	22,00%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GMESP	1495623	SEMIPRESENCIAL	-	-	20,10%	1°/05/2019 a 31/07/2019	21,80%	1°/08/2019 a 08/08/2019	-	Desligado do PGOR em 9/08/2019
GMESP	1491166	TELETRABALHO	-	-	-	-	-	-	41,00%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GMESP	2110543	TELETRABALHO	-	-	20,40%	1°/05/2019 a 29/07/2019	-	Desligada do PGOR em 30/07/2019	-	-
GPBIO	1568343	TELETRABALHO	-	-	44,80%	1°/04/2019 a 31/07/2019	55,80%	1°/08/2019 a 31/10/2019	65,50%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	2112869	TELETRABALHO	X	Licença ou Afastamento	X	Licença ou Afastamento	22,46%	1°/07/2019 a 31/10/2019	23,90%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	2319292	TELETRABALHO	-	-	21,40%	9/03/2019 a 31/07/2019	21,50%	1°/08/2019 a 31/10/2019	22,50%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	1491683	DCA/TELETRABALHO	-	-	54,80%	1°/03/2019 a 31/07/2019	41,30%	1°/08/2019 a 31/10/2019	25,10%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	1568647	TELETRABALHO	-	-	26,50%	9/03/2019 a 31/07/2019	35,80%	1°/08/2019 a 31/10/2019	59,10%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	1491044	DCA/TELETRABALHO	-	-	29,60%	1°/03/2019 a 31/07/2019	25,00%	1°/08/2019 a 31/10/2019	31,20%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	1822586	DCA/TELETRABALHO	-	-	26,40%	1°/05/2019 a 31/07/2019	39,42%	1°/08/2019 a 31/10/2019	27,50%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	1491214	TELETRABALHO	-	-	20,70%	9/04/2019 a 31/07/2019	23,70%	1°/08/2019 a 31/10/2019	23,80%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	2095365	TELETRABALHO	-	-	22,00%	9/05/2019 a 31/07/2019	21,40%	1°/08/2019 a 31/10/2019	20,20%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	1492826	TELETRABALHO	-	-	-	-	63,00%	1°/09/2019 a 31/10/2019	32,20%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	1491634	TELETRABALHO	-	-	-	-	40,90%	1°/09/2019 a 31/10/2019	21,60%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	1491227	TELETRABALHO	-	-	38,90%	1°/03/2019 a 31/07/2019	32,90%	1°/08/2019 a 31/10/2019	39,80%	1°/11/2019 a 10/01/2020
GPBIO	2187464	DCA/TELETRABALHO	-	-	29,80%	1°/03/2019 a 31/07/2019	72,70%	1°/08/2019 a 31/10/2019	50,40%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	2445303	TELETRABALHO	-	-	31,20%	9/05/2019 a 31/07/2019	39,80%	1°/08/2019 a 31/10/2019	61,40%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	1492819	TELETRABALHO	-	-	24,50%	9/04/2019 a 31/07/2019	20,80%	1°/08/2019 a 31/10/2019	30,50%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	1492699	TELETRABALHO	-	-	-	-	50,30%	1°/08/2019 a 31/10/2019	77,10%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	1492976	DCA/TELETRABALHO	-	-	-	-	23,80%	1°/08/2019 a 31/10/2019	71,10%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	2110290	TELETRABALHO	-	Licença ou Afastamento	-	Licença ou Afastamento	23,30%	1°/08/2019 a 31/10/2019	26,90%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	1489175	DCA	-	-	59,40%	1°/05/2019 a 30/05/2019	-	Desligada do PGOR em 31/05/2019	-	-
GPBIO	1491233	DCA/TELETRABALHO	-	-	74,00%	1°/05/2019 a 31/07/2019	25,20%	1°/08/2019 a 31/10/2019	26,40%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	1568338	TELETRABALHO	-	-	32,20%	9/04/2019 a 31/07/2019	28,80%	1°/08/2019 a 31/10/2019	59,90%	1°/11/2019 a 31/01/2020
GPBIO	1598508	TELETRABALHO	-	-	-	-	-	-	20,89%	1°/11/2019 a 31/12/2019

ANEXO II

SEGUNDA DIRETORIA - DIRE2/ANVISA				
GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS - GGMED				
Dados de Ganho de Produtividade (em %) de 2019 da Coordenação de Propriedade Intelectual - COOPI				
UORG	SIAPE	MODALIDADE	1ª CICLO	PERÍODO 1
COOPI	1493405	DCA	23,03%	1°/02/2019 a 31/03/2019
COOPI	1491200	DCA	24,40%	1°/02/2019 a 31/03/2019
COOPI	1492249	DCA	47,37%	1°/02/2019 a 31/03/2019
COOPI	1491971	TELETRABALHO	30,40%	1°/02/2019 a 31/03/2019
COOPI	1335981	TELETRABALHO	25,23%	1°/02/2019 a 31/03/2019
COOPI	1491046	DCA	38,36%	1°/02/2019 a 31/03/2019
COOPI	1493410	DCA	21,40%	1°/02/2019 a 31/03/2019
COOPI	1518121	DCA	25,50%	1°/02/2019 a 31/03/2019
COOPI	1491157	DCA	24,55%	1°/02/2019 a 31/03/2019
COOPI	1493409	DCA	29,52%	1°/02/2019 a 31/03/2019
COOPI	1568136	TELETRABALHO	20,09%	1°/02/2019 a 31/03/2019
COOPI	2492702	DCA	24,79%	1°/02/2019 a 31/03/2019
COOPI	1568699	TELETRABALHO	24,91%	1°/02/2019 a 31/03/2019
COOPI	1569117	TELETRABALHO	22,40%	1°/02/2019 a 31/03/2019

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO Nº 30, DE 22 DE JULHO DE 2020

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o consignado no § 2º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conheço o recurso interposto pela proponente Provopar Ação Social, CNPJ nº 76.793.397/0001-88, nos autos do Processo nº 72031.004811/2020-85, e NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo-se a reprovação da prestação de contas do projeto cultural, com base nas razões contidas no Parecer nº 01292/2019/CONJUR-MC/CGU/AGU e na Nota 276/2020/CONJUR-MC/CGU/AGU, ambos da Consultoria Jurídica do Ministério da Cidadania, e no Despacho nº 194/2020/SE/SGFT/DEFNC/CGPC-INCENTIVO, da Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências da Secretaria Executiva daquela Pasta, bem como na Nota nº 00062/2020/CONJUR-MTUR/CGU/AGU e no exposto no Despacho nº 00545/2020/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, ambos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Turismo.

MARCELO HENRIQUE TEIXEIRA DIAS
Ministro

PORTARIA Nº 482, DE 23 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a alocação de Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE da Estrutura Regimental e Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Turismo, aprovada pelo Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, e tendo em vista o disposto no art. 17 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Fica efetivada a alocação de uma Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE 101.3, Coordenação, da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, vinculada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, para a Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação, vinculada à Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências, da Secretaria Executiva do Ministério do Turismo.

Parágrafo único. A coordenação que de trata o caput será responsável pelas atividades de tomada de contas especial referentes à Pasta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 30 de julho de 2020.

MARCELO HENRIQUE TEIXIERA DIAS

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 476, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 463, de 16 de julho de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO LUIZ VALENTIM

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
203109 - COLORADO DO BRÁS - CARNAVAL 2021
Gremio Recreativo Escola de Samba Colorado do Brás
CNPJ/CPF: 57.864.167/0001-18
Processo: 01400003099202011
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.380.895,20
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Viabilizar a realização do Desfile de Carnaval 2021 do Gremio Recreativo Escola de Samba Colorado do Brás no grupo especial do carnaval de São Paulo.
203110 - In Materia
Felchak & Fernandes Produções Artísticas LTDA-ME
CNPJ/CPF: 09.209.856/0001-46
Processo: 01400003100202008
Cidade: Guarapuava - PR;
Valor Aprovado: R$ 68.474,65
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Promover o desenvolvimento artístico cultural ao proporcionar ao público um Espetáculo de Artes Cênicas, no segmento da Dança, e dar condições de ampliar o mercado de trabalho para os profissionais das artes cênica/dança, assim, ampliando e aperfeiçoando o seu repertório cultural.
203111 - Feira de Dança de Salão de Curitiba.
ASSOCIACAO DE DANCA DE SALAO DE CURITIBA E REGIAO METROPOLITANA
CNPJ/CPF: 26.325.270/0001-66
Processo: 01400003101202044
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 189.887,50
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Tem esta proposta cultural, a intensão de produzir um evento na cidade de Curitiba, com três dias de duração, com o intuito de reunir todo o público e profissionais da dança. Visando a expansão do público que pratica danças de salão em Curitiba e Região Metropolitana, a Feira de Dança de Salão de Curitiba irá reunir escolas, profissionais, promotores de eventos, dançarinos e população em geral, para uma grande festa que será um marco em nossa cidade para os profissionais da dança.
203112 - TRADICIONAIS FESTEJOS FOLCLÓRICOS DE SÃO BENEDITO E SÃO SEBASTIÃO DE FUNDÃO/ES
associação das bandas de congo de Fundão
CNPJ/CPF: 18.883.597/0001-25
Processo: 01400003102202099
Cidade: Fundão - ES;
Valor Aprovado: R$ 917.703,60
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O evento "Tradicionais Festejos Folclóricos de São Benedito e São Sebastião de Fundão/ES" é uma manifestação singular do patrimônio cultural de natureza imaterial do município de Fundão/ES, um dos mais tradicionais símbolos folclóricos, culturais e históricos do Estado do Espírito Santo, e realizado nas seguintes etapas: Cortada do Mastro, Visita a Bandeira, Puxada do Navio, Fincada do Mastro, Encontro Regional de Bandas de Congo e Derrubada do Mastro.
203113 - Que Paidéia é essa, Sem Filosofia
Grupo de Teatro Laheto
CNPJ/CPF: 01.206.329/0001-76
Processo: 01400003103202033
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 290.397,57
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realizar a circulação do espetáculo circense, "Que Paidéia é Essa, Sem Filosofia?", com apresentações em 04 cidades Brasileiras, oferecer 05 oficinas de técnicas circenses, proporcionando a integração entre as diferentes linguagens utilizadas no circo e contribuir na evolução do trabalho de profissionalização de artistas emergentes do Projeto Arte, Circo e Cidadania, desenvolvido há mais desde 1996, pelo Circo Laheto.
203114 - Projeto Evolução V
Teatro do Kaos
CNPJ/CPF: 02.316.301/0001-54
Processo: 01400003104202088
Cidade: Cubatão - SP;
Valor Aprovado: R$ 258.581,40
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Ministrar curso de teatro para alunos com idade a partir dos 12 anos. E como conclusão do curso, serão encenadas peças teatrais.
203116 - Três Histórias de Amor para Crianças
CAMALEAO PRODUCOES CULTURAIS - ME
CNPJ/CPF: 11.661.520/0001-61
Processo: 01400003106202077
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 882.012,00
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto pretende realizar a circulação dos espetáculos infantis de sucesso, chamados: A Gaiola, Contos Partidos de Amor e Vamos Comprar Um Poeta, com o objetivo de apresentar conteúdos e temas que estão presentes no dia a dia das crianças e dos pais. E, com isso, pretendemos levantar reflexões significativas, estimulando o diálogo entre adultos e crianças. Desta maneira, o pensamento sobre cultura como papel de extrema relevância na educação, será fortalecido na circulação dos espetáculos pelo país.
203117 - Um presente até você
ALLAN ORTEGA MONTEIRO 36402127892
CNPJ/CPF: 26.367.975/0001-46
Processo: 01400003107202011
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.952,87
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O Projeto "Um presente até você" busca uma ampla circulação do espetáculo O Presente, um encontro cênico e brincante que ocorre entre o Palhaço Billy e crianças de 0 a 6 anos. Realizada em 3 etapas, a circulação busca beneficiar sobretudo escolas públicas do ensino infantil. Além do espetáculo, são previstas as seguintes atividades formativas no início do projeto: workshops com professoras e professores e vivências com crianças da primeira infância. Ao final, como resultado dessas atividades formativas, serão criadas vídeo aulas sobre concentração e consciência corporal na infância, disponibilizadas em plataforma online e divulgadas ao longo da circulação.
203118 - Brava Gente
SIMONE CLEICE VIEIRA
CNPJ/CPF: 798.602.736-34
Processo: 01400003108202066
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 257.191,55
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: A proposta é a realização de curso de teatro para capacitação em artes cênicas, como incentivo a novos talentos e fomento a formação de novas platéias, de forma gratuita.
203119 - Circulação do espetáculo Música e Brincadeiras com o Patinho Tuga
ABÓBORA PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 22.013.888/0001-30
Processo: 01400003109202019
Cidade: Petrolina - PE;
Valor Aprovado: R$ 199.177,20
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto propõe uma circulação do espetáculo infantil Música e Brincadeiras com o Patinho Tuga, com tradução em libras e a realização de dinâmica de grupo e palestras para educadores da rede pública de ensino, realizadas nos teatros das cidades visitadas.
203120 - Em busca da infância prometida
LUCIANA BRITO
CNPJ/CPF: 15.522.452/0001-00
Processo: 01400003110202035
Cidade: Viamão - RS;
Valor Aprovado: R$ 252.480,80
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto "Em busca da infância prometida" pretende capacitar professores de educação infantil que atuem em abrigos de três cidades situadas na região Norte, Centro Oeste e Sul do país, com o intuito de fomentar o fazer artístico para crianças. Usando como mote a história clássica do imaginário infantil "Peter Pan", será realizada uma releitura desta narrativa a partir do processo formativo com os professores e com a participação de crianças de zero a seis anos residentes em abrigos, a partir das vivencias presenciadas no período do trabalho.
203121 - X9 - PAULISTANA - CARNAVAL 2021
GREMIO RECREATIVO E CULTURAL ESCOLA DE SAMBA X 9 PAULISTANA
CNPJ/CPF: 46.538.765/0001-80
Processo: 01400003111202080

Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 711.842,56
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Produção e realização do desfile da X9 - PAULISTANA para o Carnaval de São Paulo, no ano de 2021 , no sambódromo do Anhembi onde serão distribuídas fantasias para comunidade.
203123 - O Mundo de Lygia
Branca e Branca produções Artisticas Ltda
CNPJ/CPF: 05.560.238/0001-95
Processo: 01400003113202079
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 988.988,00
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Montagem e manutenção do espetáculo infantil - "O Mundo de Lygia" - durante3 meses e 1 palestra sobre o universo da criação de um espetáculo teatral.
203125 - Festival Internacional de Teatro de Catalão
BRICOLAGEM PRODUCOES COMUNICACAO E CULTURA EIRELI
CNPJ/CPF: 23.117.665/0001-85
Processo: 01400003115202068
Cidade: Caldas Novas - GO;
Valor Aprovado: R$ 474.471,35
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a realização do Festival Internacional de Teatro de Catalão, como espaço e evento de promoção e difusão do Teatro, contando a participação de artistas e grupos de teatro de diversas regiões do Brasil e do exterior.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
203115 - Jairo Barcar Desbravando a Cultura Musical Brasileira
JAIRO BARBOSA CARVALHO
CNPJ/CPF: 278.433.418-03
Processo: 01400003105202022
Cidade: Novo Horizonte - SP;
Valor Aprovado: R$ 498.069,00
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto "Jairo Barcar Desbravando a Cultura Musical Brasileira" tem como principais objetivos divulgar instrumentistas e contribuir com a agenda cultural de municípios no interior de São Paulo, com a realização de apresentações de música instrumental.
203122 - Agharta Festival Instrumental - Manaus/AM
ALEXANDRE BATISTA DA SILVA
CNPJ/CPF: 021.584.712-12
Processo: 01400003112202024
Cidade: Manaus - AM;
Valor Aprovado: R$ 199.630,20
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O presente projeto tem a missão de contribuir para a preservação de patrimônio da cultura popular tradicional brasileira, visando a formação de público para apreciar a instrumentalidade musical através de 01 (um) festival de música instrumental na cidade de Manaus/AM
203127 - FESTA DA MÚSICA NO MARANHÃO FMM20
Interart Produção Criativa e Serviços LTDA
CNPJ/CPF: 19.738.556/0001-08
Processo: 01400003117202057
Cidade: São Luís - MA;
Valor Aprovado: R$ 199.716,00
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto "Festa da Música no Maranhão - FMM20" consiste na produção e na realização de um grande encontro de música, de modo a integrar artistas maranhenses e celebrar seu legado musical, por meio do Prêmio Papete.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
203102 - Oficinas de Artes Plásticas: Artes na Caixa
SAMANTHA VALESKA ALVES DE CASTRO
CNPJ/CPF: 259.820.228-70
Processo: 01400003092202091
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.964,88
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto "Artes na Caixa" visa desenvolver vivências em artes plásticas por meio de oficinas de artes e mandálas comestíveis (arte criada com frutas pouco conhecidas pelo público) que serão desenvolvidas por artistas plásticos e pela proponente do projeto, Samantha Valeska. O projeto "Artes na Caixa" consiste em integrar Cultura, Saúde, e ARTE. Buscando viabilizar o projeto em época de quarentena e em um mundo pós-pandemia, gravaremos as oficinas e disponibilizaremos aos CREAS - Centro de Referencia da Assistencia Social, das cinco maiores cidades do Estado de São Paulo. O monitoramento será realizado por meio de relatórios, fotos e filmagens que serão feitas pelas Assistentes Sociais de cada território. Kit's serão entregues às crianças de casas de acolhimento dessas cidades, para que as mesmas possam realizar todas as atividades dentro da programação do espaço.
203124 - PLANO ANUAL IFT - 2021
INSTITUTO FOCUS TÊXTIL
CNPJ/CPF: 18.843.398/0001-93
Processo: 01400003114202013
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.146.726,79
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O Projeto "PLANO ANUAL IFT - 2021" tem como objetivo a manutenção das atividades contínuas do Instituto Focus Têxtil, que promove ações culturais de formação em design e artes plásticas, além de promover exposições de artes plástica e design, encontros, palestras, debates e workshops, com intuito de discutir e ampliar os temas design, arte, criatividade e sustentabilidade. Sempre de forma gratuita e de acesso livre à todos os produtos e sub-produtos. Além da realização de um prêmio de design de moda, com foco na criatividade e impacto social e artístico.
203126 - JARDIM SENSORIAL - EXPOSIÇÃO DE ARTE
GUANABARA PRODUCOES E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 20.985.209/0001-69
Processo: 01400003116202011
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 647.979,75
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realizar uma exposição de artes visuais a partir de releituras simbólicas do universo vegetal e animal, por meio de desenhos, gravuras, pinturas, vídeos, fotografias e instalações que compõe a ambientação de um jardim cenográfico. Uma reflexão sensorial que conduzirá o expectator a enxergar o valor simbólico da fauna e flora nativa e seus processos de transformação e degradação ao longo dos anos.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
203103 - MARÉS
MARCELO EIJI OIKAWA
CNPJ/CPF: 063.374.149-34
Processo: 01400003093202036
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 186.943,68
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O presente projeto pretende viabilizar a publicação do livro Marés - A poesia Bissexta dos Paranaenses Marcelo Oikawa, Silvio Oricolli e Rafael Monteiro. A obra é um criação coletiva, que vem sendo aprimorada desde os anos 1970 e reúne os melhores poemas dos escritores citados. Os poetas bissextos são londrinenses, e em suas declamações é possível perceber os ecos de um passado que parece distante do norte do Paraná, especialmente Londrina. Um estado de calma, sossego, até felicidade em suas novas vidas em Curitiba. Percorrendo o tempo e a distância entre esses dois pontos eles apresentam um caleidoscópio que mostra suas relações com o mundo e seus espantos. São observadores capturados pelas ocorrências e que para livrarem-se delas, buscam alívio, relaxamento, libertação na poesia navegando em seus mares interiores, contra as marés. Além da tiragem de livros e audiobook, está prevista a realização de oficinas de criação poética.
203104 - Os Alquimistas de Curitiba
MARCELO EIJI OIKAWA
CNPJ/CPF: 063.374.149-34
Processo: 01400003094202081
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 195.538,20
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Finalização de edição e publicação do livro "Os Alquimistas de Curitiba", de Marcelo Oikawa, com a realização de evento de lançamento, palestras a escolas de ensino fundamental, distribuição gratuita de parte da tiragem para estudantes e bibliotecas públicas e venda à preços populares. Também será produzido o audiobook do conteúdo que será disponibilizado gratuitamente através de link na internet. Esse projeto apresenta a publicação de uma extensa pesquisa acerca da história da construção urbana da cidade de Curitiba entre os anos 60 e a 90. Através de depoimentos do urbanista Jaime Lerner e sua equipe, formada por Rafael Dely, Nicolau Kluppel e Carlos Ceneviva (os últimos três já falecidos), o pesquisador Marcelo Oikawa apresenta uma leitura singular sobre o planejamento de construção de Curitiba, ao publicar entrevistas com os responsáveis por esse processo de planejamento da cidade que transformou Curitiba.
203106 - Paraty e Ilha Grande: Cultura e Biodiversidade
8 PRODUCAO CULTURAL LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.590.644/0001-51
Processo: 01400003096202070
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 449.248,80
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto pretende realizar a pesquisa, produção e edição de 2.000 unidades do livro de arte/ fotografia "Paraty e Ilha Grande: Cultura e Biodiversidade", que apresenta as caracteristicas que originaram o registro como patrimonio da humanidade destes dois locais. Como contrapartida social o projeto realizará oficinas sobre o tema em escolas de cidades da Região da Costa verde do estado do Rio de Janeiro.
203107 - RAÍZES DO CELEIRO CATARINENSE
INSTITUTO HUMANIZA
CNPJ/CPF: 14.164.259/0001-82
Processo: 01400003097202014
Cidade: Barracão - RS;
Valor Aprovado: R$ 192.319,60
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realização de pesquisa histórica, cultural e social, com foco nos aspectos festivos (música, dança e congraçamento) que interferiram na identidade cultural de Campos Novos, materializando a pesquisa em produtos culturais: livro, espetáculos de artes cênicas: danças típicas da época, documentários, e ações educativas, salvaguardando e divulgando aspectos que identificam a cultura camponovense.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
203105 - Soul 70 e Dois Mil
LUZ PRODUCOES LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05.089.799/0001-58
Processo: 01400003095202025
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 657.438,00
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto SOUL 70 E DOIS MIL se apresenta não só como uma homenagem ao movimento soul brasileiro, surgido nos bailes populares do final da década de 60 e início da década de 70, mas também como uma releitura dos maiores clássicos produzidos naquele período por grupos e artistas selecionados a partir de uma linha curatorial que permeou as diversas fases do movimento. Aqui temos os pais (Hyldon, Carlos Dafé, Gérson King Combo, Banda Black Rio) e os filhos (Cláudio Zoli, Léo Maia, Paula Lima) do gênero e os novíssimos (Ellen Oléria e Negra Li) que mesmo navegando em outros estilos, foram batizados pelas águas santificadas do Soul Music brasileiro. No projeto temos 2 produtos: O principal são as apresentações musicais e o secundário são os encontros de contrapartidas sociais.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)
203108 - ZUPI LIVE 1ª Edição
ZUPI DESIGN EDITORA CULTURA E ENTRETENIMENTO LTDA
CNPJ/CPF: 07.219.049/0001-89
Processo: 01400003098202069
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 104.857,50
Prazo de Captação: 24/07/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Gerar Conteúdo de forma 100% Online de Criatividade, Arte, Design, Cultura e Economia Criativa com palestrantes e entrevistados brasileiros ou estrangeiros dos mais variados sub-nichos e segmentos da Arte, Cultura e Economia Criativa como pintura, desenho, teatro, música, escultura, cinema, games, filmes, animação, ilustração, graffiti, fotografia, poesia, XR (realidades diversas), marketing, publicidade, entre inúmeras outras, tendo como foco a multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, de forma a potencializar os criativos brasileiros. A população está ainda mais ávida por consumir bons e pertinentes conteúdos através de plataformas online. Portanto, apresentamos a 1a edição de uma série de conteúdos ao vivo (palestra, bate papo, mesa redonda, arte ao vivo, visita a estúdios e locais de trabalho, etc) totalmente gratuita e online e que ficará registrada para posterior acesso e por qualquer pessoa no mundo todo de forma 100% gratuita ao conteúdo gerado por este projeto cultural.

PORTARIA Nº 477, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 463, de 16 de julho de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO LUIZ VALENTIM

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
193731 - Que coincidência é o amor 2019
Luis Lima Costa
CNPJ/CPF: 005.663.873-60
Cidade: Fortaleza - CE;
Prazo de Captação: 23/07/2020 à 31/12/2020
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
194146 - Arte e Música no Memorial
Angela dos Santos Resta ME
CNPJ/CPF: 15.615.279/0001-95
Cidade: Campinas - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

PORTARIA Nº 478, DE 23 DE JULHO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 463, de 16 de julho de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO LUIZ VALENTIM

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
192870 - Floripa Instrumental 2019
Antonio Carlos Floriano
CNPJ/CPF: 454.473.659-53
Cidade: Itajaí - SC;
Valor Reduzido: R$ 27.033,60
Valor total atual: R$ 173.974,90
200332 - Concertos Sinfônicos - Sons do Brasil - Brasília
AMARCORD PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 03.886.245/0001-56
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 2.700,00
Valor total atual: R$ 1.669.819,14
200585 - Concertos Sinfônicos - Sons do Brasil - Porto Alegre
AMARCORD PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 03.886.245/0001-56
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 2.700,00
Valor total atual: R$ 1.650.055,14
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
185862 - XIV Mostra Cultural de Paraisópolis
UNIAO DOS MORADORES E DO COMERCIO DE PARAISOPOLIS
CNPJ/CPF: 53.820.619/0001-09
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 1.549,80
Valor total atual: R$ 323.270,20
ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
193237 - Museu de Arte do Rio - Plano Anual 2020
INSTITUTO ODEON
CNPJ/CPF: 02.612.590/0002-10
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 423.496,16
Valor total atual: R$ 20.630.427,62

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
DIRETORIA COLEGIADA
DIRETOR PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 98, DE 23 DE JULHO DE 2020

Altera a Resolução de Diretoria Colegiada n.º 92, de 27 de setembro de 2019.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, III e IV do art. 6º do Anexo I ao Decreto n.º 8.283, de 3 de julho de 2014, em sua 760ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 21 de julho de 2020, conforme Deliberação de Diretoria Colegiada n.º 525-E, de 2020, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 92, de 27 de setembro de 2019, nos termos deste ato normativo.

Art. 2º O art. 2º, inciso XXII, do Anexo da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 92, de

2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

XXII - dar publicidade de seus atos, observada a restrição do art. 15 deste Regimento.

....." (NR)

Art. 3º Esta Resolução de Diretoria Colegiada entra em vigor na data de sua publicação.

ALEX BRAGA
Diretor-Presidente
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 99, DE 23 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a alteração das Resoluções de Diretoria Colegiada n.º 59, de 2 de abril de 2014, e n.º 60, de 2 de abril de 2014, e dá outras providências.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, IV e V do art. 6º do Anexo I ao Decreto n.º 8.283, de 3 de julho de 2014, em sua 760ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 21 de julho de 2020, conforme Deliberação de Diretoria Colegiada n.º 532-E, de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera as Resoluções de Diretoria Colegiada n.º 59, de 2 de abril de 2014, e n.º 60, de 2 de abril de 2014.

Art. 2º O art. 20 da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 59, de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 20 .....

.....

III. monitorar a execução orçamentária e financeira dos recursos alocados nos programas de fomento previstos em legislação, bem como dos recursos referentes ao fomento direto e indireto; (NR)

.....

VI. prestar apoio técnico e administrativo ao Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual, com fins de subsídio à função de secretaria-executiva exercida pela ANCINE; (NR)

.....

VIII. gerenciar a articulação com os agentes financeiros relacionados ao FSA e aos demais mecanismos de fomento direto e indireto geridos pela ANCINE; (NR)

.....

X. monitorar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de sistemas informatizados, que dão suporte às operações de fomento direto e indireto; (NR)

XI. propor a elaboração e revisão de normas, súmulas, manuais e outros documentos normativos relativos às atividades de fomento direto e indireto;

XII. auxiliar a Diretoria Colegiada na articulação da ANCINE com órgãos e instituições voltadas ao estímulo e financiamento do setor audiovisual para o desenvolvimento de ações conjuntas na área internacional;

XIII. subsidiar a elaboração de acordos internacionais para o desenvolvimento das atividades audiovisuais brasileiras na área de fomento;

XIV. gerir programas internacionais de cooperação e intercâmbio que utilizem recursos públicos geridos pela ANCINE;

XV. analisar e decidir quanto aos recursos apresentados em face de decisões praticadas nas esferas administrativas a ela subordinada; e

XVI. definir as atribuições da(o) Secretária(o) Adjunta(o) de Políticas de Financiamento."

Art. 3º Os incisos IV e VI do art. 29 da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 59, de 2014,

passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 29 .....

.....

IV - são atribuições da Superintendência de Fomento:

a) analisar e decidir, em primeira instância, sobre os projetos audiovisuais submetidos à aprovação da ANCINE para utilização de recursos públicos federais; (NR)

b) contribuir para o planejamento e a avaliação de resultados dos programas e ações de fomento direto e indireto geridos pela ANCINE, no âmbito de sua competência; (NR)

.....

f) monitorar a execução dos projetos aprovados pela ANCINE que utilizem recursos públicos federais; (NR)

g) controlar o recolhimento, a movimentação, a liberação e a aplicação de recursos públicos federais aplicados em projetos audiovisuais aprovados pela ANCINE; (NR)

.....

l) gerir as ações dos programas de fomento previstos em legislação e de outras ações que utilizem recursos do Fundo Setorial do Audiovisual ou recursos orçamentários da ANCINE;

m) supervisionar a seleção dos beneficiários, acompanhar a execução, o retorno financeiro e a prestação de contas dos projetos contemplados com recursos do FSA e do orçamento da ANCINE, bem como o cumprimento das demais obrigações assumidas pelos agentes econômicos junto aos agentes financeiros credenciados;

n) subsidiar a Secretaria de Políticas de Financiamento na contratação dos agentes financeiros, para os programas geridos no âmbito de sua competência;

o) gerir as ações do Programa Cinema Perto de Você e do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica;

p) monitorar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de sistemas informatizados, que dão suporte às operações da Superintendência de Fomento; e

q) definir as atribuições da(o) Superintendente(o) Adjunta(o) de Fomento."

.....

VI - .....

.....

i) registrar e instruir processos de tomada de contas especial e proposta de cobrança extrajudicial de débitos, no âmbito de suas competências; (NR)

j) efetuar a cobrança e gerir o parcelamento da devolução de recursos de renúncia fiscal; e (NR)

k) definir as atribuições da(o) Superintendente(o) Adjunta(o) de Prestação de Contas."

Art. 4º O item 3.6 da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 60, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.6 GERÊNCIA

Unidade executiva com a função de auxiliar as Secretarias na execução das atividades de gestão." (NR)

Art. 5º O item 5.1 da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 60, de 2014, passa a vigorar acrescido das seguintes unidades executivas:

"5.1 UNIDADES EXECUTIVAS

.....

Gerência de Desenvolvimento de Mercado - GDM

.....

Coordenação de Enquadramento e Aprovação - CEA
Coordenação de Análise Técnica e Seleção - CAS
Coordenação de Direitos e Contratação - CDC
Coordenação de Acompanhamento de Projetos - CAP
Coordenação de Programas e Projetos Especiais - CPP
Coordenação de Programas Internacionais - CPI
Coordenação de Planejamento e Gestão de Fomento - CPG
Coordenação de Análise e Instrução - CIN
Coordenação de Desenvolvimento de Mercado e Articulação Institucional - CDA
Coordenação de Planejamento Financeiro de Fomento - CPF
....."

Art. 6º Os itens 6.4 e 6.9 da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 60, de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"6.4 VINCULAM-SE À SECRETARIA DE POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO - SEF:

Superintendência de Fomento - SFO
Superintendência de Prestação de Contas - SPR
Gerência de Desenvolvimento de Mercado - GDM" (NR)

"6.9 VINCULAM-SE À SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO - SFO:

Coordenação de Enquadramento e Aprovação - CEA
Coordenação de Análise Técnica e Seleção - CAS
Coordenação de Direitos e Contratação - CDC
Coordenação de Acompanhamento de Projetos - CAP
Coordenação de Programas e Projetos Especiais - CPP
Coordenação de Planejamento e Gestão de Fomento - CPG" (NR)

Art. 7º Fica acrescido o item 6.19 na Resolução de Diretoria Colegiada n.º 60, de 2014, com a seguinte redação:

"6.19 VINCULAM-SE À GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE MERCADO - GDM:

Coordenação de Desenvolvimento de Mercado e Articulação Institucional - CDA
Coordenação de Planejamento Financeiro de Fomento - CPF
Coordenação de Programas Internacionais - CPI"

Art. 8º Ficam acrescidos os itens 7.2-C e 7.2.63 a 7.2.72 na Resolução de Diretoria Colegiada n.º 60, de 2014, com a seguinte redação:

"7.2-C Constituem atribuições comuns das Coordenações que compõem a estrutura da Superintendência de Fomento:

I. realizar a triagem, o registro, a distribuição e o arquivo dos documentos enviados pelos agentes econômicos à Superintendência de Fomento, no âmbito de sua competência;

II. registrar e instruir processos administrativos;

III. acompanhar a regularidade fiscal, tributária e previdenciária, com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN, bem como a adimplência perante a ANCINE, de proponentes de projetos aptos a utilizar recursos públicos federais, sob competência da Superintendência de Fomento; e

IV. elaborar deliberações para fins de publicidade dos atos administrativos relativos aos projetos aptos a utilizar recursos públicos federais sob competência da Superintendência de Fomento."

"7.2.63. São atribuições da Gerência de Desenvolvimento de Mercado:

I. subsidiar a Secretaria de Políticas de Financiamento no planejamento e na supervisão da gestão e da integração dos programas, ações e mecanismos de fomento direto e indireto geridos pela ANCINE, bem como na avaliação de seus resultados;

II. acompanhar a execução orçamentária e financeira dos recursos alocados nos programas de fomento previstos em legislação, bem como dos recursos referentes ao fomento direto e indireto, coordenando a elaboração de relatórios sobre a gestão dos programas e dos referidos recursos;

III. subsidiar a Secretaria de Políticas de Financiamento na articulação da ANCINE com órgãos, instituições e empresas voltados ao estímulo e financiamento do setor audiovisual para o desenvolvimento de ações conjuntas, relativas ao fomento direto e indireto;

IV. subsidiar a Secretaria de Políticas de Financiamento na formulação de programas, planos e atos normativos de estímulo e financiamento ao setor audiovisual, relativos a ações de fomento direto e indireto;

V. prestar apoio técnico e administrativo ao Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual, com fins de subsídio à função de secretaria executiva exercida pela ANCINE;

VI. propor o Relatório Anual de Gestão do FSA nos termos do art. 12, inciso VI, do Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007;

VII. propor e subsidiar a contratação, bem como coordenar a articulação com os agentes financeiros relacionados ao FSA e aos demais mecanismos de fomento direto e indireto geridos pela ANCINE;

VIII. supervisionar a execução das obrigações dos agentes financeiros credenciados e avaliar o relatório de prestação de contas referentes à execução dos serviços contratados;

IX. auxiliar a Secretaria de Políticas de Financiamento e a Diretoria Colegiada na representação da Agência em fóruns e instituições estrangeiras e internacionais;

X. auxiliar a Secretaria de Políticas de Financiamento e a Diretoria Colegiada na interlocução com órgãos da Administração Pública responsáveis por assuntos internacionais, ressalvadas as atribuições das demais áreas da Agência;

XI. acompanhar e desenvolver ações e programas internacionais de apoio, cooperação e intercâmbio na área audiovisual;

XII. acompanhar e desenvolver ações de difusão e promoção do cinema e do audiovisual brasileiro no exterior; e

XIII. subsidiar a elaboração de acordos internacionais para o desenvolvimento das atividades audiovisuais brasileiras."

"7.2.64. São atribuições da Coordenação de Programas Internacionais:

I. propor, gerir e executar programas internacionais de apoio, cooperação e intercâmbio na área audiovisual;

II. propor, gerir e executar as ações de difusão e promoção do cinema e do audiovisual brasileiro no exterior;

III. acompanhar e desenvolver ações com entidades estrangeiras e organismos internacionais da atividade audiovisual;

IV. subsidiar a elaboração de acordos internacionais para o desenvolvimento das atividades audiovisuais brasileiras;

V. acompanhar e difundir informações relativas ao cenário audiovisual internacional;

VI. monitorar programas internacionais de apoio, cooperação e intercâmbio na área audiovisual realizados por órgãos e entidades nacionais e internacionais; e

VII. realizar procedimentos junto às representações diplomáticas brasileiras referentes às produções audiovisuais realizadas em território nacional. "

"7.2.65. São atribuições da Coordenação de Planejamento e Gestão de Fomento:

I. articular fluxos de processos e informações das coordenações da Superintendência de Fomento, compilando e processando dados gerenciais em atendimento a demandas internas e externas;

II. elaborar relatórios gerenciais e subsidiar estudos sobre os negócios envolvendo direitos sobre obras audiovisuais brasileiras de produção independente realizadas com recursos públicos federais;

III. coletar e sistematizar informações sobre desenho de produção e custos para a realização de projetos audiovisuais, elaborando relatórios para subsídio das políticas de financiamento;

IV. controlar o recolhimento e a utilização dos valores referentes aos mecanismos dispostos nos art. 3º e 3º-A da Lei nº 8.685/1993 e inciso X do art. 39 da Medida Provisória nº 2.228-1/2001;

V. monitorar as remessas de recursos para o exterior, referentes aos mecanismos dispostos nos art. 3º e 3º-A da Lei nº 8.685/1993 e inciso X do art. 39 da Medida Provisória nº 2.228-1/2001, com a finalidade de subsidiar o controle dos tributos relacionados às operações;

VI. subsidiar a elaboração de acordos de cooperação com órgãos e instituições para fins de desenvolvimento, implementação e aperfeiçoamento de mecanismos de controle das remessas de recursos ao exterior relativas aos benefícios fiscais afetos à ANCINE;

VII. coordenar o suporte ao planejamento e avaliação dos resultados dos programas e ações de competência da Superintendência, compilando e processando dados gerenciais;

VIII. subsidiar tecnicamente a gestão e o acompanhamento dos contratos firmados com os agentes financeiros, para os programas geridos no âmbito da Superintendência;

IX. acompanhar a performance mercadológica dos agentes econômicos apoiados com recursos do FSA, de forma a subsidiar a elaboração de cenários e perspectivas de desenvolvimento do mercado audiovisual que possam impactar as ações do Fundo;

X. coordenar a coleta, organização e sistematização das informações que dão suporte às operações de Fomento, propondo e acompanhando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das soluções de TI;

XI. elaborar relatórios gerenciais internos e subsidiar estudos de ações de fomento automático e de fomento seletivo;

XII. acompanhar e elaborar relatórios gerenciais sobre as políticas de investimento dos FUNCINES; e

XIII. consolidar informações e apoiar a gestão da implementação das recomendações e determinações decorrentes das solicitações de auditoria interna e de órgãos de controle externos."

"7.2.66. São atribuições da Coordenação de Enquadramento e Aprovação:

I. analisar a estimativa de custos de projetos de obras audiovisuais submetidos à aprovação pela ANCINE para fins de captação e utilização de recursos de fomento federal;

II. solicitar a abertura de contas para projetos aptos a utilizar recursos incentivados federais;

III. realizar a análise da elegibilidade dos projetos inscritos nos editais do FSA, salvo quando dispensado nos respectivos instrumentos convocatórios;

IV. monitorar os prazos de captação de projetos aprovados para captação, sem liberação de recursos;

V. controlar o arquivo de projetos ativos, sem liberação de recursos, para fins de utilização de recursos oriundos de incentivo fiscal;

VI. gerir os editais, desenvolver e executar processos organizacionais relativos à aplicação de recursos de fomento automático no âmbito do FSA e dos prêmios de performance financeira e programas de incentivo à qualidade do audiovisual brasileiro; e

VII. processar os cancelamentos de projetos realizados com recursos oriundos de incentivo fiscal federal e recursos orçamentários que não obtiveram autorização para movimentar recursos."

"7.2.67. São atribuições da Coordenação de Análise Técnica e Seleção:

I. emitir parecer sobre a adequação do orçamento à proposta do projeto audiovisual submetido à ANCINE para fins de utilização de recursos públicos federais;

II. emitir parecer sobre a primeira liberação de recursos públicos federais;

III. executar procedimentos relativos à aplicação de recursos de fomento seletivo no âmbito do PRODAV e do PRODECINE;

IV. supervisionar e controlar, junto aos agentes financeiros credenciados, os processos seletivos do FSA, no âmbito de competência da coordenação;

V. prestar apoio técnico e administrativo às instancias de análise e seleção adotadas nos processos seletivos do FSA, inclusive auxiliando-os no planejamento das atividades;

VI. emitir parecer sobre os requerimentos de alteração do projeto técnico, redimensionamento e remanejamento interno de recursos em projetos beneficiados com recursos públicos federais; e

VII. analisar os pedidos de exercício do direito de opção de investimento na comercialização das obras do FSA."

"7.2.68. São atribuições da Coordenação de Direitos e Contratação:

I. emitir parecer sobre a disciplina de direitos para fins de utilização de recursos públicos federais;

II. emitir parecer sobre os requerimentos de reconhecimento provisório de obras audiovisuais produzidas em regime de coprodução internacional;

III. gerir, no âmbito das atribuições da ANCINE e supervisionar e controlar, junto aos agentes financeiros credenciados, os processos relativos à contratação de projetos audiovisuais concorrentes a recursos do FSA; e

IV. analisar as propostas de política de investimento e de habilitação de projetos para investimento dos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica - FUNCINES."

"7.2.69. São atribuições da Coordenação de Acompanhamento de Projetos:

I. monitorar os prazos de conclusão do objeto e de execução dos projetos aprovados para captação de recursos;

II. acompanhar os depósitos de recursos de incentivo fiscal nas contas de recolhimento e captação, bem como monitorar o enquadramento destas contas e a destinação dos recursos públicos nelas depositados;

III. realizar a primeira liberação de recursos públicos federais de acordo com parecer emitido pela Coordenação de Análise Técnica e Seleção, e emitir parecer sobre liberações posteriores e sobre as solicitações de reinvestimento entre projetos acompanhados no âmbito da Superintendência de Fomento;

IV. emitir parecer sobre as transferências de recursos entre as contas de recolhimento, captação e movimentação em projetos beneficiados com recursos oriundos de incentivo fiscal federal e recursos orçamentários da ANCINE;

V. analisar e emitir parecer sobre os requerimentos de remanejamento das fontes de recursos em projetos beneficiados com recursos públicos federais;

VI. solicitar a abertura de contas de movimentação ou captação oriundas de remanejamento para projetos aptos a utilizar recursos incentivados federais;

VII. monitorar a execução física dos projetos audiovisuais aprovados na ANCINE, no âmbito da Superintendência de Fomento, para utilização de recursos públicos federais;

VIII. processar pedidos de prorrogação do prazo de conclusão do objeto de projetos aprovados para execução;

IX. analisar e emitir parecer sobre os requerimentos de prorrogação do prazo de captação e prorrogação do prazo de conclusão da execução dos projetos beneficiados com recursos públicos federais;

X. controlar a relação de projetos ativos, com liberação de recursos;

XI. acompanhar e controlar a efetivação do depósito legal das obras realizadas com recursos públicos federais geridos pela ANCINE;

XII. supervisionar e controlar, junto aos agentes financeiros credenciados, os processos de controle da execução física e cumprimento das obrigações, referentes aos projetos contemplados com recursos do FSA;

XIII. supervisionar e controlar, junto aos agentes financeiros e entes conveniados, os processos de liberação de recursos e administração do retorno financeiro referentes aos projetos contemplados com recursos do FSA; e

XIV. realizar análises atribuídas às demais coordenações da Superintendência de Fomento, nos casos de interpretação reiterada e incontroversa, conforme determinação do Superintendente de Fomento, fixada em portaria."

"7.2.70. São atribuições da Coordenação de Programas e Projetos Especiais:

I. gerir a aplicação de recursos no âmbito do PROINFRA, incluídas as ações de fomento direto destinadas ao setor de exibição cinematográfica;

II. gerir a aplicação de recursos em sistemas de crédito, de capitalização e de participação em empresas, fundos e projetos especiais, no âmbito dos Programas do FSA;

III. executar os procedimentos relativos à aplicação de recursos do Programa Cinema Perto de Você e de medidas do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica;

IV. supervisionar e controlar, junto aos agentes financeiros credenciados e entes conveniados, os procedimentos de convocação, seleção e contratação de projetos audiovisuais concorrentes a recursos do FSA e de demais dotações orçamentárias, no âmbito de competência da coordenação; e

V. gerir a aplicação de recursos em programas e projetos audiovisuais sujeitos a regras específicas, no âmbito de suas competências."

"7.2.71. São atribuições da Coordenação de Desenvolvimento de Mercado e Articulação Institucional:

I. auxiliar a Secretaria de Políticas de Financiamento na elaboração de atos normativos, programas, planos e ações de estímulo e financiamento ao setor audiovisual;

II. prestar apoio técnico e administrativo ao Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual, com fins de subsídio à função de secretaria-executiva exercida pela ANCINE;

III. subsidiar a articulação com órgãos, instituições e empresas voltados ao estímulo e financiamento do setor audiovisual para o desenvolvimento de ações conjuntas;

IV. propor, relatar e acompanhar a execução de acordos, contratos, convênios e parcerias firmados com instituições públicas e privadas;

V. elaborar diagnósticos relativos à aplicação de recursos públicos federais no desenvolvimento do mercado audiovisual;

VI. avaliar os resultados das ações e programas de fomento; e

VII. Propor e desenvolver projetos, visando a criação de novos produtos e soluções para o aperfeiçoamento da atuação da ANCINE na área de fomento de projetos audiovisuais."

"7.2.72. São atribuições da Coordenação de Planejamento Financeiro de Fomento:

I. acompanhar a execução orçamentária e financeira dos recursos alocados em programas de fomento previstos na legislação, bem como dos recursos referentes aos demais programas de fomento direto e ao fomento indireto, coordenando a elaboração de relatórios sobre a gestão dos programas e recursos;

II. elaborar o Relatório Anual de Gestão do FSA nos termos do art. 12, inciso VI, do Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007;

III. subsidiar a contratação de agentes financeiros relacionados às operações de fomento da ANCINE;

IV. controlar a execução das obrigações dos agentes financeiros credenciados e avaliar o relatório de prestação de contas referentes à execução dos serviços contratados;

V. elaborar relatórios de dados do fomento direto e indireto;

VI. auxiliar no desenvolvimento e o aperfeiçoamento de sistemas informatizados voltados para criar relatórios e informações de fomento direto e indireto; e

VII. subsidiar o planejamento, o controle e a análise dos resultados das ações da ANCINE na área de fomento."

Art. 9º Ficam revogados:

I - a alínea "b" do inciso VIII e a alínea "e" do inciso IX do art. 4º da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 59, de 2014;

II - os incisos II, VII e IX do art. 20 da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 59, de 2014;

III - o art. 26 da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 59, de 2014;

IV - as alíneas "h", "i" e "k" do inciso IV do art. 29 da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 59, de 2014;

V - o inciso V do art. 29 da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 59, de 2014;

VI - as unidades executivas "Superintendência de Desenvolvimento Econômico - SDE", "Coordenação de Planejamento de Fomento - CPF", "Coordenação de Articulação Institucional para Ações de Fomento - CAI", "Coordenação de Gestão de Processos de Fomento - CGP", "Coordenação de Programas Internacionais de Cooperação e Intercâmbio - CPI", "Coordenação de Análise de Direitos - CDI", "Coordenação de Acompanhamento de Projetos - CAC", "Coordenação de Gestão Financeira - CGF", "Coordenação de Gestão Integrada e Análise de Negócios - CGN", "Coordenação de Suporte Automático - CSA", "Coordenação de Suporte Seletivo - CSS", "Coordenação de Gestão Física e Financeira - CFF", "Coordenação de Infraestrutura e Projetos Especiais - CIP" do item 5.1 da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 60, de 2014;

VII - a unidade de consultoria e assessoramento "Assessoria Internacional - AIN" no item 5.2 da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 60, de 2014;

VIII - a unidade "Assessoria Internacional - AIN" no item 6.2 da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 60, de 2014;

X - os itens 6.10 e 6.17 da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 60, de 2014; e

XI - os itens 7.2.8, 7.2.9, 7.2.21, 7.2.22, 7.2.23, 7.2.24, 7.2.26, 7.2.27, 7.2.28, 7.2.29 e 7.2.30 da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 60, de 2014.

Art 10. Esta Resolução entra em vigor em 24 de agosto de 2020.

ALEX BRAGA
Diretor-Presidente
Substituto

DESPACHO Nº 70-E, DE 23 DE JULHO DE 2020

O DIRETOR - PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso da atribuição prevista no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as Deliberações de Diretoria Colegiada a seguir:

Art. 1º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual para o qual a proponente estava autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada.

19-0303 PERSPECTIVAS
Processo: 01416.007034/2019-24
Proponente: NKLS PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 12.521.386/0001-66
Valor total aprovado: R$ 117.800,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 111.910,00 para R$ 100.000,00
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº. 58-E, realizada em 22/07/2020
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 2º Aprovar as análises complementares dos projetos audiovisuais para os quais as proponentes estavam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas.

18-0602 NO PARAÍSO COM GIO EWBANK
Processo: 01416.009165/2018-65
Proponente: SENTIMENTAL FILME LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.326.727/0001-87
Valor total aprovado: de R$ 3.150.015,00 para R$ 2.647.427,31
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.992.514,25 para R$ 2.515.055,94
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº 743, realizada em 03/04/2020
Prazo de captação: até 31/12/2021.

18-0748 A HERANÇA
Processo: 01416.009744/2018-16
Proponente: BUBBLES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 14.440.714/0001-25
Valor total aprovado: de R$ 2.224.667,51 para R$ 3.010.400,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.113.434,13 para R$ 2.500.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 359.880,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 758, realizada em 09/07/2020
Prazo de captação: até 31/12/2022.

Art. 3º Realizar a revisão orçamentária da análise complementar do projeto audiovisual para o qual a proponente estava autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada.

18-0866 AS GRANDES RIVALIDADES DO MMA
Processo: 01416.013060/2018-19
Proponente: CIRANDA FILMES E VÍDEOS EIRELI ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.322.209/0001-46
Valor total aprovado: de R$ 1.601.482,33 para R$ 1.647.171,09
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.521.408,21 para R$ 1.564.621,68
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 753, realizada em 02/06/2020
Prazo de captação: até 31/12/2022.

Art. 4º Realizar a revisão orçamentária do redimensionamento do projeto audiovisual para o qual a proponente estava autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada.

15-0389 AMAZON ADVENTURE
Processo: 01580.020073/2015-91
Proponente: AVENTURAS PRODUÇÕES E EDIÇÕES EDUCATIVAS LTDA
Cidade/UF: Bragança Paulista / SP
CNPJ: 01.287.908/0001-90
Valor total aprovado: de R$ 23.507.394,05 para R$ 25.967.996,39
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 4.000.000,00 para R$ 1.700.000,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 975.801,25 para R$ 0,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 750, realizada em 12/05/2020
Prazo de captação: até 31/12/2018.

Art. 5º Fixar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual até 31/12/2019, mantidos os demais termos da aprovação.

15-0424 DIVALDO FRANCO
Processo: 01580.053872/2015-44
Proponente: LUZ PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: Fortaleza / CE
CNPJ: 00.975.333/0001-36
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 756, realizada em 26/06/2020.

Art. 6º As Deliberações produzem efeitos a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Diretor-Presidente Substituto nº 67-E de 03/07/2020, publicada no DOU nº. 129 de 08/07/2020, Seção 1, página 59, em relação ao projeto "20-0088 VERMELHO MONET", para considerar o seguinte:

Onde se lê:
Valor total aprovado: R$ 7.675.000,00
Leia-se:
Valor total aprovado: R$ 7.990.526,33

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO

DESPACHO Nº 9-E, DE 20 DE JULHO DE 2020

O COORDENADOR DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Prorrogar os prazos de captação de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo até 31/12/2020, mantidos os mecanismos já aprovados.

16-0097 NOSSO SONHO.
Processo: 01580.009408/2016-00
Proponente: URCA FILMES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.256.465/0001-21
16-0284 MATRIOSKA
Processo: 01416.000777/2016-21
Proponente: CANHOTO PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 15.096.101/0001-85

Art. 2º Autorizar a troca de título do projeto audiovisual relacionado abaixo.

19-0210 "PENÉLOPE" (DESENVOLVIMENTO) para "PÉROLA" (DESENVOLVIMENTO).
Processo: 01416.019252/2018-21
Proponente: GLAZ ENTRETENIMENTO S/A.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.140.164/0001-40

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL HALFELD DUTRA

COORDENAÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

DESPACHO Nº 15-E, DE 23 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE GESTÃO FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento de fontes de recursos e sua revisão orçamentária do projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada.

15-0424 DIVALDO FRANCO
Processo: 01580.053872/2015-44
Proponente: LUZ PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: Fortaleza / CE
CNPJ: 00.975.333/0001-36
Valor total aprovado: de R$ 5.102.040,64 para R$ 5.092.040,64
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.346.000,00 para R$ 2.100.000,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 237.438,61
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.500.000,00
Prazo de captação: até 31/12/2020.

Art. 2º Aprovar o remanejamento de fontes de recursos e prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada.

19-0234 VIVER PARA LUTAR - 4ª TEMPORADA
Processo: 01416.005822/2019-86
Proponente: RT2A PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 06.998.046/0001-28
Valor total aprovado: R$ 3.477.260,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 300.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Prazo de captação: até 31/12/2022.

Art. 3º Aprovar os remanejamentos de fontes de recursos, suas revisões orçamentárias e prorrogar os prazos de captação dos projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos da legislação indicada.

19-0215 A EVOLUÇÃO DO COMBATE - 2ª TEMPORADA
Processo: 01416.005391/2019-58
Proponente: RADAR CINEMA E TELEVISÃO LTDA
Cidade/UF: Cotia / SP
CNPJ: 02.947.857/0001-49
Valor total aprovado: de R$ 3.473.685,21 pra R$ 3.443.685,21
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 300.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00
Prazo de captação: até 31/12/2020.
18-0842 O GAROTO DO CACHECOL VERMELHO
Processo: 01416.012733/2018-13
Proponente: 55 FILMES E PRODUÇÕES EIRELI ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 23.671.684/0001-59
Valor total aprovado: de R$ 4.984.645,80 para R$ 4.784.645,80
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.435.412,80 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 3.000.000,00
Prazo de captação: até 31/12/2022.

Art. 4º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

ELISA FARIAS SAUWEN DE ALMEIDA

RETIFICAÇÃO

No Despacho Decisório CGF nº 13-E de 07/07/2020, publicada no DOU nº. 129 de 08/07/2020, Seção 1, página 60, em relação ao projeto "18-1041 O TRAIDOR", para considerar o seguinte:

Onde se lê:
Valor total aprovado: R$ 4.432.500,00

Leia-se:
Valor total aprovado: R$ 29.549.999,9
Onde se lê:
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Leia-se:
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 295, DE 23 DE JULHO DE 2020

Altera o prazo do trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (covid-19).

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 26, Inciso V, do Decreto nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017, Portaria Casa Civil nº 225, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, nas Instruções Normativas nºs 19, 20 e 21 da Secretaria de Gestão de Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, bem como o disposto na Portaria nº 174, de 17 de março de 2020, e no art. 6º da Portaria nº 175, de 18 de março de 2020, o que consta dos autos do processo nº 01450.001049/2020-04, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 175, de 18 de março de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Autorizar, até o dia 31 de julho de 2020, o trabalho remoto dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços do Iphan.

(...)

§4º Visando a retomada segura do trabalho presencial dos servidores, empregados públicos, estagiários, colaboradores e prestadores de serviços, todas as unidades do Iphan devem garantir a implementação, até o dia 31 de julho de 2020, das medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), conforme Anexo I da Portaria nº 242, de 28 de maio de 2020.

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LARISSA PEIXOTO

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 136, DE 22 DE JULHO DE 2020

Institui o Núcleo Regional de Pesquisa e Análise de Contas Públicas (NPAC) no âmbito da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 124, incisos XX e XXII da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, conforme disposição constante do artigo 7º do ANEXO à Portaria nº 143/PGJM, de 3 de agosto de 2017;

Considerando a necessidade de adequar a estrutura administrativa das Procuradorias de Justiça Militar, com o objetivo de aprimorar o combate à corrupção;

Considerando que a Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ manifesta interesse e dispõe, atualmente, de recursos humanos capacitados para implementação do Núcleo Regional de Pesquisa e Análise de Contas Públicas (NPAC), nos termos do Ofício nº 38/GAB 5ªPROC 1ºOF/PJM/RIO/RJ/MPM (SEI 19.03.0000.0003510/2020-69) e Ofício nº 106/SEC/PJM/RIO/RJ/MPM (Processo SEI 19.03.0011.0000602/2020-18), resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ, o Núcleo Regional de Pesquisa e Análise de Contas Públicas (NPAC), na forma do artigo 7º do ANEXO à Portaria PGJM nº 143/PGJM, de 3/8/2017, que trata do Regimento Interno do Centro do Apoio à Investigação (CPADSI).

Art. 2º Designar a Dra. MARIA DE LOURDES SOUZA GOUVEIA, Procuradora de Justiça Militar, como Coordenadora do NPAC, instituído no âmbito da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE

CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 6, DE 22 DE JULHO DE 2020

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 137, c/c o artigo 139, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; no artigo 4º, inciso III, da Resolução nº 90, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Superior do Ministério Público Militar; na Resolução nº 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público; e em conformidade com o Plano de Correições Ordinárias - 2020, resolve:

I - Determinar a promoção de Correição na Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar, nos dias 17 e 18 de agosto de 2020, observado o contido no artigo 5º, da Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 2, de 06 de abril de 2020, que dispõe sobre os parâmetros das atividades correicionais durante a situação de emergência nacional em face da pandemia de coronavírus e dá outras diretrizes;

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GIOVANNI RATTACASO

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 24, DE 21 DE JULHO DE 2020
(Sessão Telepresencial)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretário da Primeira Câmara: TEFC Paulo Morum Xavier

Às 15 horas, o Presidente declarou aberta a sessão telepresencial da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a ata nº 23, referente à sessão realizada em 14 de julho de 2020.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 013.645/2016-1, 018.502/2020-2 e 030.735/2015-7, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;

- 005.708/2020-6 e 016.179/2015-3, de relatoria do Ministro Bruno Dantas; e

- 033.768/2015-3, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 7689 a 7965.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº 027.351/2019-0, cujo Relator é o Ministro Vital do Rêgo, a Dra. Letícia Kaufmann apresentou sustentação oral em nome de Maria Cristina Vendas Vilas Boas de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 7966 a 8021, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 7689/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.597/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Monica Dias dos Santos (270.063.638-45)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7690/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.067/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eduardo Gomes da Silva (287.826.744-34); Evanilda dos Santos Silva (424.419.194-15); Lindomar de Lima Castro (263.004.864-00); Nelson Nery de Oliveira Castro (273.530.367-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7691/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.206/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Andrea Cristina Regis Ribeiro Secches (910.093.167-53); Antonio Carlos Fernandes (372.542.949-91); Giovanni Rios do Rego Barros (355.368.103-91); Helenkilse Veras Angelim (600.049.084-49); Iraci Josefina Antoniassi (362.997.319-15); Jair Ribeiro de Souza (315.638.057-15); Jose Custodio de Souza (166.871.751-49); Marcio de Oliveira Rodrigues (273.467.652-49); Miguel Soares Mesquita (280.597.005-53); Paulo Renato Constant da Cunha (344.834.890-20)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7692/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.255/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Carlos Garcia (610.580.507-10); Ricardo Pinheiro Lobo (593.723.207-06)
1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7693/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade,

com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.413/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Soares Guimaraes (383.574.107-15); Joaquim Ladislau Pires Junior (481.514.249-15)
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7694/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.762/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila da Silva Santos (043.425.685-43); Felipe Guilherme Gonçalves da Silva (082.380.004-08); Felipe Santos Estrela de Carvalho (018.237.125-50); Julyan Gleyvison Machado Gouveia Lins (070.948.664-29); Livia Gomes de Vasconcellos (807.319.705-78); Tatiane de Jesus Ribeiro (806.675.625-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7695/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.481/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claudijane do Carmo Arruda (998.975.802-63); Elisandro de Moura Martins (920.161.892-15); Gean Carlos de Souza Albuquerque (020.436.982-73); Gizele de Melo Viana (665.767.252-72); Junior Cezar da Silva (972.637.292-53); Lucas de Oliveira Menezes (002.743.822-88); Marcelle Toricaquiri de Araujo (922.579.172-00); Maria Odaise Silva dos Santos (647.705.162-15); Paulo Roberto dos Santos (797.290.702-10); Rafaela Dias Silva (010.545.682-94)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7696/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.644/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Willian Ferreira de Sena (033.003.303-43); Cintia Mariko Nishizawa Miyahira (003.559.639-22); Erivelton Aparecido de Oliveira (276.113.668-31); Fhilipe Rodrigues Valbao (125.629.517-51); Jobson de Paula Gomes (373.412.038-11); Leonardo Cardoso Monteiro (971.929.537-68); Pietro Henrique Custodio (410.937.158-98); Roberto Jose da Paixao Silva (365.594.405-59); Sergio Luiz Melo da Silva (073.504.394-90); Vinicius Dato Sacchi (331.176.738-14)
1.2. Órgão/Entidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7697/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.687/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Luiz de Oliveira Fagundes (804.833.130-68); Claudio Luis Quaresma Bastos Junior (022.593.180-02); Daiane Brum Peixoto (009.259.280-54); Eduarda Rodrigues Brundo (029.796.110-18); Fabricio Pereira Batista (312.939.048-05); Filipi Vieira Amorim (066.716.829-09); Gustavo Martinez Souza (304.383.428-36); Kissiany Correa de Castro (019.591.090-73); Maria Luzia Machado Godinho (030.872.600-61); Priscila Thiel Gabe (002.216.460-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7698/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.754/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adilson Moreira de Souza (139.014.768-14); Carolina Zenero de Souza (418.803.038-09); Eliana Maria dos Santos (083.010.688-09); Fernando Almeida de Souza (310.431.108-01); Gileno Moura do Nascimento (081.917.068-22); Greice Pinheiro de Almeida (286.503.598-09); Leonardo Rocco (402.216.078-03); Patricia Hipolito de Alexandria (203.795.318-60); Ricardo Angelo Monteiro Canale (406.772.428-40); Sostenes Vieira dos Santos (038.842.388-92)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7699/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.775/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Silveira Cardoso Oliveira (963.367.650-91); Aracy Graça Ernst (118.114.040-49); Cristiane Mariliz Stocker (012.852.440-52); Daniel Soares Duarte (934.312.600-04); Diego Mion do Carmo (004.773.950-90); Laura Leal Moreira (032.546.100-75); Letícia Paludo Vargas (071.785.319-59); Marina dos Santos (021.731.050-86); Sergio Jorge (140.431.628-04); Vilson José Leffa (007.571.100-10)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7700/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.779/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Luiz Borba do Nascimento (086.611.604-48); André de Jesus Costa Dourado (816.050.563-91); Jefferson Ferreira da Silva Leite (042.065.523-98); Juliana Loureiro Silva (011.830.297-30); Keliton Araujo Santos (611.454.103-08); Laís Jéssica de Oliveira Veloso (036.194.383-07); Meryl Marylyne Renee Thiel (064.195.667-38); Paola Trindade Garcia (008.284.933-16); Silvano Araujo Costa Leite (837.385.413-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7701/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.783/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Ribeiro da Costa de Jesus Soares (086.641.877-62); Danielle Couto Fernandes (052.695.967-33); Judimar da Silva Gomes (004.498.317-44); Juliana Britto da Costa (128.743.247-60); Luiza Jordão Ferreira da Silva (116.053.957-06); Márcia Cristina Serino Almeida Reis (091.771.207-28); Maria Isabel Marques Silva (011.991.997-45); Mariana da Costa Portugal (120.433.347-51); Tiago Sales dos Reis Santos (100.209.487-94); Viviane da Silva Davi Andrade (145.240.247-78)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7702/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.800/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mateus Berger Kuschick (927.779.450-04); Michele Rosita Mantovani (349.291.158-76)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7703/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.861/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Guilherme Lentz da Silveira Monteiro (004.731.196-76)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7704/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.867/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elka Janaína dos Santos e Silva (053.965.054-43); Felipe Piauilino Gomes Santos (050.744.064-12); Jarderlany Sousa Nunes (031.507.273-32); Laiane Torres Silva (048.024.074-40); Vítor Hugo de Oliveira Barros (102.088.324-32)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7705/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.917/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ângela Maria Bueno (059.466.776-32); Brenda Santos de Azevedo (021.096.376-09); Carlos Alberto Faria (563.151.206-87); Denille Marques do Lago (078.100.396-28); Emerson Cesar Noronha (739.211.736-04); Joel Leandro da Silva (036.544.476-60); Marcus Vinícius Domingues (123.913.486-06); Maria Carolina Fernandes Sebastião (119.098.126-25); Renata de Castro Prates (018.043.851-40); Vanda Maria Vieira (073.723.066-55)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7706/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.953/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diego Henriques Correa (062.122.619-03); Douglas Fernandes de Oliveira (010.033.029-04); Edileusa Célia da Cunha (578.907.739-00); Iuly Carneiro Leão (064.317.069-35); Juliana Moreira Pinho (077.503.569-67); Lorayne Sahd Przytocki (073.003.829-75); Lucas Menegon Bertolla (084.995.909-85); Poliana Vitória dos Santos (106.753.169-60); Roni José Grabowski Franco (042.606.929-33); Wilson Eduardo Gehm Filho (052.473.049-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7707/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.977/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Rowena Carraca Neves (020.518.881-83)
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7708/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.990/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edneuton Souza Silva (004.034.961-60); Mariana Kikuchi (224.710.628-57)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7709/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.996/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bianca Torres da Silva Bezerra (025.217.041-56); Marcos Augusto Viana de Oliveira (015.658.676-29)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7710/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.558/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Carla Kwamme Latge Rodrigues (015.870.257-36); Luciana Azevedo Souza Ferreira (876.538.503-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7711/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.591/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruna Fernandes Flesch (021.092.220-69); Felipe da Silva Martins (230.896.478-26); Julio Souto Salom (854.877.590-49); Lidiane Maciel Pereira (026.048.430-05); Zara Regina Goveia de Souza (499.917.790-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7712/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.032/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: David Tolezano Felício Ferreira (161.239.377-23); Giovani Paim Chimento (165.933.147-14); Guilherme Aguiar Santos (112.389.897-99); Guilherme Ribeiro de Araujo (178.511.287-22); Guilherme Viana Barreto (177.209.477-38); Gustavo Alessandro Barbosa Macedo (126.667.457-83); João Moraes de Oliveira (197.421.077-42); Lucas de Vargas Guimarães (137.117.207-22); Pedro Lopes Pattitucci (151.446.307-58); Rodrigo Costa Sant Anna (150.897.767-41)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando da Marinha (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7713/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.046/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Josimar da Silva (129.498.116-12)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7714/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.057/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriezo Berbert Mariano Ribeiro (042.921.680-75); André Luiz Lavand Pereira (018.894.642-01); Bruno Rosa da Silva (028.756.800-80); Gustavo Garcia da Silva (858.014.605-43); Gustavo Henrique da Costa dos Santos (050.124.644-43); Hermeson Nóbrega Barros de Oliveira Junior (053.239.559-02); Huanan Rabelo Almeida (036.673.473-32); Jorge Fábio de Araujo Ribeiro (202.811.787-71); Marlon Miguel da Silva Filho (056.365.451-18); Thiago Nunes Morgado (164.584.907-47)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7715/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.221/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luiz Henrique Gomes da Encarnação (858.169.735-68)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7716/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.254/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Jéssica Nascimento Cardoso Gonzaga (793.169.305-10); Diogo Vinícius de Melo Destro (060.559.739-10); Dóris Helena Ribeiro Farias (555.943.100-10); Fábio Emmendoerfer Mello (922.135.100-91); Jeferson da Silva Flores (017.354.760-56); Juliete de Fátima Rocha (092.956.186-45); Maciel Braz Duarte Silveira (008.686.725-30); Samanta Brizolara Coutinho (934.196.600-06); Tamires Ferreira Abdon (000.568.962-71); Vinícius Lustosa de Araujo Rodrigues (031.188.651-56)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7717/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.263/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Christiane de Sales Ferreira (105.865.696-18); Jerônimo Dutra Pereira Batista Lopes (059.721.486-76)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7718/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.327/2020-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Nely de Gouvêa Maia (995.400.964-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7719/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.467/2020-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Robson Ferreira de Araújo (040.441.428-15); Sergio Fernandes Martins (007.988.270-68); Sergio Paulo de Cerqueira Leite Pereira (307.706.377-87); Sérgio Larghi de Campos (591.720.298-20); Sérgio de Souza Reis (032.604.882-00)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7720/2020 - TCU - 1ª Câmara

Considerando estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) contra a Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha (Fevale);
Considerando que, por meio do Acórdão 3.976/2019-TCU-Primeira Câmara, o Tribunal fixou novo e improrrogável prazo de quinze dias para que a Fevale efetuasse e comprovasse o débito imputado;
Considerando que a Fevale foi extinta e o Estado de Minas Gerais foi autorizado a assumir o seu passivo financeiro, por meio da Lei Estadual 23.136/2018;
Considerando que a SecexTCE e o MPTCU entendem que os autos não devem retornar à fase de citação, para apresentação de alegações de defesa, conforme requerido pelo Estado de Minas Gerais, tendo em vista que a Fevale já apresentou alegações de defesa, que foram apreciadas pelo Tribunal;
Considerando que a SecexTCE e o MPTCU propõem que seja devolvido ao Estado de Minas Gerais o prazo de quinze dias fixado pelo Acórdão 3.976/2019-TCU-Primeira Câmara para que efetue o recolhimento do débito, em razão de o ente federativo ser o responsável pelo passivo financeiro da Fevale;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 12, § 2º, da Lei 8.443/92, em:

1. Processo TC-016.294/2016-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Estado de Minas Gerais; Fundacao Educacional do Vale do Jequitinhonha (20.083.036/0001-93); Gilson Gilbertoni Burgarelli (131.108.616-15); Universidade do Estado de Minas Gerais (65.172.579/0001-15)
1.2. Órgão/Entidade: Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Jean Alessandro Serra Cyrino Nogueira (88308/OAB-MG) e outros; Rogerio Antonio Neves (166.259/OAB-MG); Camilo Mariano Murad Costa (43437-E/OAB-MG) e outros.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o Estado de Minas Gerais, como detentor do passivo da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia a seguir especificada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, atualizada monetariamente a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, nos termos dos artigos 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443, e 202, §§2º, 3º, e 4º, do RITCU:

DATA	VALOR (R$)
24/1/2008	183.891,99

1.7.2. informar ao Estado de Minas Gerais que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo quanto a sua responsabilidade e as suas contas poderão ser julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, nos termos do artigo 202, §4º, do RITCU;
1.7.3. autorizar o pagamento parcelado da quantia descrita no item "a" em trinta e seis parcelas, nos termos do artigo 217, do RITCU.

ACÓRDÃO Nº 7721/2020 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o item 36 da Portaria Segecex 12/2016 possibilita o arquivamento de denúncias e representações, com vistas a evitar a duplicidade de esforços, nas hipóteses em que o objeto estiver sendo tratado por outra instância de controle, para a qual o Tribunal possa expedir determinação quanto ao exercício de fiscalização primária, assinando prazo para encaminhamento das conclusões sobre a apuração;
Considerando que o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia não se enquadra nas condições previstas na referida Portaria, por não ser instância de controle jurisdicionada ao TCU;
Considerando que, de acordo com o art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014, no caso de os fatos serem considerados de baixo risco, materialidade e relevância, a unidade instrutiva deverá submeter os autos ao relator com proposta de conhecimento da representação e de que as questões sejam levadas ao conhecimento das unidades jurisdicionadas para a adoção das providências de sua alçada, com cópia para o órgão de controle interno, e de arquivamento do processo;
Tendo em vista a baixa materialidade da diferença entre as propostas apresentadas pelas primeira e segunda colocadas no Pregão Eletrônico 336/2019, promovido pela Secretaria de Saúde do Município de Salvador, e que o contrato decorrente foi assinado e está em andamento, tendo em vista a pandemia da Covid-19;
Considerando que compete ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) fiscalizar a regular aplicação dos recursos federais na área de saúde;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 235, 237, III, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, expedir a determinação e a orientação a seguir discriminadas, dar ciência da deliberação ao representante, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, ao Ministério da Saúde e à Controladoria-Geral da União e arquivar os presentes autos:

1. Processo TC-021.917/2020-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Município de Salvador - BA
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Lauro Augusto Passos Novis Filho (20800/OAB-BA) e outros, representando Solutis Tecnologias Ltda.
1.6. Ordenar à Segecex que oriente as unidades técnicas quanto à correta aplicação do item 36 da Portaria Segecex 12/2016;
1.7. Determinar ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS que, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe ao Tribunal o resultado das apurações quanto às supostas irregularidades no Pregão Eletrônico 336/2019, promovido pela Secretaria de Saúde do Município de Salvador, noticiadas nos presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 7722/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, exceto o ato de interesse do sr. Rodolfo Redig Lopes, que deve ser considerado prejudicado, por perda de objeto, nos termos do § 5º do art. 260 do Regimento Interno deste Tribunal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.032/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gisele Huf (704.515.597-20); Liliane Pereira Miranda (663.513.327-53); Rodolfo Redig Lopes (544.206.107-78)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7723/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II e V, do Regimento Interno, em efetuar as determinações adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.450/2010-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Helena de Rezende Brito Portela (066.959.143-20); Maria Iris Mendes da Rocha Sá (078.691.343-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: Geane Patrícia Oliveira Nunes e outros, representando Maria Iris Mendes da Rocha Sá.
1.7. Determinações:
1.7.1. à Fundação Universidade Federal do Piauí, para que:
1.7.1.1. a partir de 15/5/2014, data do trânsito em julgado do Mandado de Segurança 31.412/DF, promova a absorção gradual da vantagem referente à URP de fevereiro de 1989, paga em destacado sob o título "DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO" às sras. Maria Helena de Rezende Brito Portela (066.959.143-20) e Maria Iris Mendes da Rocha Sá (078.691.343-68), mediante sua compensação - sem redução nominal do montante dos proventos - com os acréscimos decorrentes de novas estruturas remuneratórias definidas por lei com eficácia posterior à respectiva decisão judicial;
1.7.1.2. após a regularização dos proventos, cadastre no sistema Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, novos atos de aposentadoria em favor das interessadas, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU;
1.7.2. à SEFIP, para que monitore o cumprimento do item 1.7.1, representando ao Tribunal em caso de descumprimento;
1.7.3. dar ciência da presente deliberação ao órgão jurisdicionado e às interessadas.

ACÓRDÃO Nº 7724/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o inciso V do art. 169 do Regimento Interno, em fazer as seguintes determinações e ordenar o arquivamento do processo a seguir relacionado, por ter atingido sua finalidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.650/2013-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmerindo Augusto Rodrigues (054.531.194-20); Edeuze Fonseca Coelho (095.731.434-53); Eudes Gomes da Silva (101.823.814-04); Manoel Inácio Vieira (085.363.684-20); Paulo Bezerra de Veras (047.054.754-53); Paulo Ferreira de França (070.122.844-04); Walter Amaro dos Santos (079.799.834-91)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. ordenar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU, em sessão de 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 0800676-40.2015.4.05.8300, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em favor do Sr. Paulo Ferreira de França (CPF 070.122.844-04), bem como dê ciência à Conjur/TCU;
1.7.2. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Pernambuco que, no prazo de trinta dias, envie novo ato de aposentadoria em favor de Manoel Inácio Vieira (CPF 085.363.684-20), livre das irregularidades apontadas nos autos, conforme subitem 9.4.4 do Acórdão 7.033/2013-1ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 7725/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II e V, do Regimento Interno, em efetuar as determinações adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.410/2012-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carmem do Monte de Carvalho Brito (078.922.173-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: Helbert Maciel (1.387/OAB-PI) e outros, representando Carmen do Monte de Carvalho Britto.
1.7. Determinações:
1.7.1. reiterar à Fundação Universidade Federal do Piauí que:
1.7.1.1. a partir de 15/5/2014, data do trânsito em julgado do Mandado de Segurança 31.412/DF, promova, em consonância com o entendimento expresso no Acórdão 7.856/2014-1ª Câmara e sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, a absorção gradual da vantagem referente à URP de fevereiro de 1989, paga em destacado sob o título "DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO" à Sra. Carmem do Monte de Carvalho Brito (078.922.173-04), mediante sua compensação - sem redução nominal do montante dos proventos - com os acréscimos decorrentes de novas estruturas remuneratórias definidas por lei com eficácia posterior à respectiva decisão judicial;
1.7.1.2. após a regularização dos proventos, cadastre no sistema Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de aposentadoria em favor da interessada, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU;
1.7.2. à SEFIP, para que:
1.7.2.1. promova a audiência do Sr. Lauro Oliveira Viana (718.405.753-87), Superintendente de Recursos Humanos da Fundação Universidade Federal do Piauí, para que, no prazo de 15 dias, apresente suas razões de justificativa para o descumprimento do Acórdão 7.856/2014-1ª Câmara, notadamente a ausência de absorção da vantagem referente à URP de fevereiro de 1989, paga sob a forma de rubrica judicial à inativa Carmem do Monte de Carvalho Brito (078.922.173-04), pelas leis que vieram a alterar a estrutura remuneratória da servidora inativa com eficácia posterior à referida decisão;
1.7.2.2. monitore o cumprimento do item 1.7.1, representando ao Tribunal em caso de descumprimento.
1.7.3. dar ciência da presente deliberação ao órgão jurisdicionado, ao responsável e à interessada.

ACÓRDÃO Nº 7726/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II e V, do Regimento Interno, em efetuar as determinações adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.412/2012-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Resende Leite (011.709.963-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: Helbert Maciel (1.387/OAB-PI) e outros, representando Jose Resende Leite.
1.7. Determinações:
1.7.1. reiterar à Fundação Universidade Federal do Piauí que:
1.7.1.1. a partir de 15/5/2014, data do trânsito em julgado do Mandado de Segurança 31.412/DF, promova, em consonância com o entendimento expresso no Acórdão 7.857/2014-1ª Câmara e sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, a absorção gradual da vantagem referente à URP de fevereiro de 1989, paga em destacado sob o título "DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO" ao Sr. José Resende Leite (011.709.963-53), mediante sua compensação - sem redução nominal do montante dos proventos - com os acréscimos decorrentes de novas estruturas remuneratórias definidas por lei com eficácia posterior à respectiva decisão judicial;
1.7.1.2. após a regularização dos proventos, cadastre no sistema Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de aposentadoria em favor do interessado, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU;
1.7.2. à SEFIP, para que:
1.7.2.1. promova a audiência do Sr. Lauro Oliveira Viana (718.405.753-87), Superintendente de Recursos Humanos da Fundação Universidade Federal do Piauí, para que, no prazo de 15 dias, apresente suas razões de justificativa para o descumprimento do Acórdão 7.857/2014-1ª Câmara, notadamente a ausência de absorção da vantagem referente à URP de fevereiro de 1989, paga sob a forma de rubrica judicial ao inativo Jose Resende Leite (011.709.963-53), pelas leis que vieram a alterar a estrutura remuneratória do servidor inativo com eficácia posterior à referida decisão;
1.7.2.2. monitore o cumprimento do item 1.7.1, representando ao Tribunal em caso de descumprimento.
1.7.3. dar ciência da presente deliberação ao órgão jurisdicionado, ao responsável e ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 7727/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.749/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ernesto Miranda de Morais (037.293.462-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7728/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.298/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cristina Lepesteur da Costa (239.609.141-72); Rosali Costa de Paula (281.065.471-91); Zilda Ribeiro Bittencourt (954.361.897-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça (extinta)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7729/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.317/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Helena Maria Camilo de Moraes Nogueira (475.993.910-53); Jussara Cabral Cruz (401.786.330-20); Maria Ester Pereira (516.360.269-15); Pascoal José Marion Filho (303.208.520-91); Sílvio Claudio Pereira Rodrigues (314.469.900-44)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7730/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.354/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adriane de Souza Leite Rocha (015.115.357-41); Amilcar de Paiva da Silva (553.186.817-00); Gilberto Rodrigues da Motta (317.048.087-15); Lucinaldo da Silva Ramos (396.758.664-20); Madiel Lima Souza (016.788.332-15); Miria Luiza de Andrade Alves (435.675.336-49); Nelson Wagner Tavera Cordeiro (487.449.801-91); Paulo Antonio da Silva (713.729.897-49); Ronaldo de Souza Lopes (118.402.578-90); Rosangela Parreira de Almeida (351.717.236-72)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7731/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.015/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fernanda Cristina Nonato Bonini (061.370.284-02)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7732/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-014.824/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Aldo Neves (224.993.808-37); Ana Paula Damasceno de Brito (215.841.118-01); Guilherme Augusto Spina Monesi (373.575.358-27); Jafe Jose de Almeida (727.011.706-30); Marcio Feliciano do Prado (057.241.766-70); Mariane Sales Oliveira (043.015.123-30); Renata Kristin Succi (406.355.578-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação: ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo para que se abstenha de realizar admissões sem avaliação por junta médica oficial, conforme previsto no art. 14 da Lei 8.112/1990, sob pena de aplicação da pena de multa prevista na Lei 8.443/1992.

ACÓRDÃO Nº 7733/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.266/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe Paschoalin Pacheco (051.451.766-27); Simone Fernandes do Nascimento Ferreira (083.259.677-90)
1.2. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7734/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.241/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diogo de Oliveira Sinclair Haynes (087.247.317-14); Fernando Luiz Ferreira e Souza (131.358.387-14); Sergio da Silva Ferreira (139.462.377-11)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7735/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.312/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Beatriz Guedes Ribeiro (383.134.758-11); Caroline Medeiros Santos (011.364.464-78); Elen Priscila Garcia Assuncao de Castro (791.708.112-53); Helayne Maria da Silva Medeiros (064.895.204-51); Jamille Santos de Carvalho (010.013.995-79); Josuela Fonte de Oliveira (966.004.975-72); Mariana Costa de Carvalho Andrade (062.325.934-64); Patricia Costa de Oliviera (451.146.844-34); Raquel Siqueira Antunes Pereira (962.215.007-10); Thaline Brito Aguiar Portela Ribas (011.374.513-35)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7736/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.298/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alana Maria da Silva (266.024.747-15); Roberto Mauro Ferreira de Azevedo (463.103.047-04)
1.2. Órgão/Entidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7737/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.300/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alinne Leão Mendes Beltrão (746.851.982-04); Bruno Eduardo Pereira Laporte (031.943.226-21); Ítalo Bruno dos Santos Sousa (068.381.904-60); Julia Moraes Mendes (014.457.940-55); Lara Andrade Dantas (072.544.944-60); Mohammed Jamalaldin Hilal Darnasser (736.013.491-91)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7738/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.188/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: José Willamis dos Santos (068.714.674-75)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7739/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.288/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Chrysthyam William Calisto dos Santos (098.910.259-93); Eduardo Lima da Silva (056.253.061-41); Gabriel Elias Colman Aguirre (076.207.061-78); Guilherme Rocha Lima (078.402.611-40); Gustavo Dutra de Oliveira (057.031.221-39); Jonatan do Carmo Dias (053.316.001-40); Matheus Vinicius Moura de Sousa (066.005.351-99); Paulo Pinheiro Neto (079.072.331-00); Rodrygo Portilho Rodrigues (077.731.631-54); Vinicius Henrique de Lima (071.126.361-24)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7740/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.337/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aleson Henrique Galvao de Almeida (701.573.524-55); Arthur de Jesus da Silva Santos (071.085.015-89); Christyan Leandro Meireles de Souza (119.664.654-67); Davi Batista dos Santos (079.025.105-13); Esron Albuquerque Santos (119.184.534-62); Franklin Souza de Jesus Santos (072.554.105-96); Joao Marcos Alves da Silva (018.296.304-74); Jonatas de Souza Teixeira (059.236.405-46); Matheus Calheiros de Freitas Timoteo (119.550.944-89); Matheus Rodrigues Borba de Amorim Silva (709.078.494-07)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7741/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.391/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Angela Maria Moed Lopes (088.650.496-18); Carlos Rafael Nogueira da Silva (062.953.946-47); Hugo Barcelo Oliveira (087.233.436-80); Igor dos Santos (072.916.566-30); Marilia Seixlack Silva (448.800.146-72); Sandro Cecilio Furiati (013.261.566-59); Veronica dos Santos Lopes (083.609.676-28)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7742/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.419/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Frederico (306.298.398-16); Ana Matilde Quadrado dos Reis Elias (901.210.310-04); Ana Paula Ratto de Lima Rodgers (030.001.467-84); Beatriz de Oliveira Sinclair Haynes (120.420.837-98); Bibiana Oliveira Serpa (017.276.530-76); Fernanda Moreira do Amaral (125.114.897-24); Filipe Bitencourt Manzoni (135.458.677-81); Jean Carlos da Silva Gomes (134.932.387-03); Joao Marcos de Azevedo Delou (056.985.157-27); Jorge Vieira da Rocha (440.837.187-49)
1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7743/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.489/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Souza Girao (918.576.517-15); Alexia Vitoria de Oliveira (190.150.788-23); Armando Jose Gomes Abrantes Ferreira (085.076.284-78); Bruna da Silva Machado da Conceicao (145.611.517-02); Carlos Eduardo Guedes Catunda (080.680.617-62); Jean Carlo Feital Frazzoli (089.231.827-96); Juliana Mendes da Silva (107.327.497-78); Lucas do Amaral Afonso (381.666.758-97); Rachel Manhaes de Lucena (124.392.937-50); Ricardo Washington Dutra Garcez (130.844.317-01)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7744/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.517/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joilson Marques Ferreira Filho (045.841.764-50); Vanessa Stephanie de Azevedo Arruda (074.581.354-25)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7745/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.587/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Douglas Espindola Baessa (052.777.056-60)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7746/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.592/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alan Silva da Paz Floriano (131.610.127-47); Daiana de Fatima Pavesi (099.826.587-00); Hansley Rampineli Pereira (129.985.177-06); Rodrigo Fiorotti (121.162.787-08); Rony Petterson Viana Albino (100.024.127-05)
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7747/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.612/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Candida Larissa Farias Alves (014.754.115-88); Carolina Dahmer Velloso (004.500.960-09); Carolina da Silva Miranda Emerich (056.749.689-93); Jaqueline Flores Rohr (036.862.699-70); Jose Vitor Benevides Ferreira (018.372.231-06); Luiz Carlos Pelaquini (463.047.389-00); Manuel Agnelo dos Santos Junior (821.343.165-00); Marcia Goncalves Neves (485.727.800-68); Rejane Silva Regis (620.670.520-04); Rene Alves Moura Cavalcanti (017.336.613-95)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7748/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.659/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Diogo Silva Damasceno (114.152.997-14)
1.2. Órgão/Entidade: Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7749/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.721/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Rodrigues Mazorche (008.911.106-07); Denis Veloso de Alcantara (296.694.888-42); Diego Andrade de Amorim (400.205.718-60); Dolignac Rodrigues dos Santos (098.689.278-54); Ivian Rainne Evangelista Rodrigues (060.520.475-69); Marcos Vinicius da Silva Bufete (386.474.978-64); Mauro Ferreira Antao (034.568.768-07); Rodrigo Diogo Trajano dos Santos (230.512.118-00); Rodrigo Hideki de Araujo Iza (416.076.298-01); Wender de Oliveira Piquia (469.648.838-19)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7750/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.515/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Tais Tiene Iamazaki de Souza (264.244.178-42)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7751/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.997/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Mariana Raguzzoni Aita (025.751.570-48)
1.2. Órgão: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7752/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.004/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gustavo Coimbra Kussler (124.273.596-88); Heinrich Hoffman Pereira da Silva (039.663.061-82); Heitor de Souza Siqueira (062.459.929-90); Herminio Joaquim da Silva Junior (080.478.031-58); Jhonata Panoeiro Silva Fabricio (167.523.557-03); Joao Marcos da Silva Pires (197.872.967-73); Jose Lucas Serpa dos Santos (156.140.526-40); Lucas Roberto da Silva (187.034.647-50); Luiz Otavio Monteiro Chenci (448.024.308-92); Matheus de Souza Lago (154.942.457-21)
1.2. Órgão: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7753/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.014/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Henrique Correa de Oliveira (407.941.408-07); Antonio Carlos Sarpa (473.385.828-07); Antony Gabriel da Silva Marreiro (491.584.028-02); Fabio Marciano Spangher (375.710.758-66); Guilherme Silva Santos (462.456.518-59); Isaac de Oliveira (454.717.758-99); Lucas Henrique Pereira (459.065.988-39); Luiz Fernando Bergamin da Silva (429.488.188-77); Marcel da Cunha Ezequiel (465.531.018-92); Rafael Fernando Delgado (504.200.718-06)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7754/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.021/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adony Martins Paschoalin Santos (111.029.729-75); Daniel Victor Chemure (115.153.169-39); Diogo Casagrande da Silva (114.461.699-95); Guilherme Marques (087.427.259-92); Kawe de Freitas (096.815.089-63); Leonardo Vinicius de Lima (118.296.369-28); Marlon Bruno Straub da Silva (109.607.589-09); Sergio Willian Ferreira da Silva (109.175.909-02); Vinicius Vieira dos Santos (110.416.069-23); Willian Souza da Silva (127.856.899-92)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7755/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.029/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Pedro Correa Rodrigues (136.473.487-75); Arthur Figueiredo Rocha Pereira (059.287.657-89); Bernardo Manno da Cunha (196.143.117-38); Davi Veloso Alves dos Santos (126.409.067-63); Erick Luiz Garcia Pereira (143.318.467-25); Joao Paulo do Amaral Ferrari (195.773.237-74); Joao Pedro de Menezes Lima (198.018.837-82); Lucas Araujo Mello (155.096.597-26); Lucas Trajano Francisco (132.153.487-64); Marcos Coda Annis Araujo (167.880.457-63)

1.2. Órgão: Ministério da Defesa-Comando da Marinha (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7756/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.092/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Caroline Ferreira Soares Cabral (131.371.437-21); Danielle Grace Rego de Almeida (106.502.647-11); Lucas Matheus Caminiti Amaya (116.675.977-60); Lucas Paixao Souza (144.085.307-00); Luiz Felippe Barletta Ferreira (134.091.417-40); Marcos Carvalho Brum de Oliveira (112.972.927-31); Rodrigo Cotrim de Carvalho (052.936.867-63); Thayla Fernandes da Conceicao (100.573.267-11); Thiago Machado Leitao (146.504.497-31); Thiago da Silva Rocha Paz (116.111.267-70)

1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7757/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.096/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Barsotti Vieira (008.962.317-71); Ismael Cruz de Farias (104.069.817-44); Jairo de Melo Amaro (143.661.677-86); Janaina Oliveira Caetano (104.897.237-21); Jaqueline Jacinto Bomfim de Almeida Silva (122.231.137-29); Marina Valente Barroso (121.359.077-90); Natalia Cristina Cardoso Nunes (114.834.467-51); Priscilla Paes Barreto Monteiro Hipolito (087.820.576-48); Rafael Mofreita Saldanha (100.843.957-61); Renata Fernandes Braga Cordeiro (098.727.937-86)

1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7758/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.108/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Geraldo Parente da Silva Guimaraes (068.223.853-80); Joao Vitor Matos Farias (853.374.802-78)

1.2. Entidade: Banco da Amazônia S.A.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7759/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.526/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adelia de Araujo Gonçalves (209.410.212-20); Margarete Rampinelli (612.643.347-53); Roberto Carvalho Ovalle (888.992.767-49); Sandra Ines dos Santos Soares (562.292.590-87); Sergio Silveira Gonçalves Pinto (925.891.707-34)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7760/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.301/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Tatiane Santiago da Silva (013.804.543-79); Thais Mendes da Silva (015.777.313-28); Valdir Batista Bento Junior (069.880.094-00); Werlane Maria Gomes Ferreira (018.371.073-86)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7761/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada, propugnada pelo Ministério Público:

1. Processo TC-005.768/2020-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Alcina Ignez Maurici Valle (105.196.889-53); Alzira Bueno Baptista (564.259.298-04); Dione da Silva Sarmento (030.844.487-60); Irene Alves da Costa (060.236.776-06); Jorginete Santos Santa Cecilia (539.693.597-91); Manoela Parralo Cabral (255.885.358-98); Maria Dilza Melgarejo Rossini (664.826.740-20); Maria José Santos Nascimento (507.548.585-53); Maria José Toledo Covas (099.006.928-10); Maria do Carmo Nunes Guedes (325.218.298-03); Vera Lucia da Silva Cecilia (584.927.987-34)

1.2. Órgão: Ministério das Comunicações (extinto)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar ao órgão de origem que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a adequação da pensão civil de interesse da sra. Irene Alves da Costa, viúva do ex-servidor Osmar Bernardes da Costa, inativado por invalidez, à disciplina estabelecida pela Emenda Constitucional 70/2012, procedendo, na sequência, ao cadastramento do respectivo ato de alteração no sistema e-Pessoal, para exame desta Corte.

ACÓRDÃO Nº 7762/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.331/2020-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Heitor Martins Goncalves (702.858.281-77)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7763/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em razão da maioridade ou do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerá-los prejudicados por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.779/2020-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Leonor Ferreira de Oliveira (846.359.839-00); Marlene Almeida Guimaraes (852.642.617-68); Mercedes dos Santos de Sa (803.852.577-91)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7764/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.433/2019-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Raphael Moreira Souza de Andrade (469.291.398-31); Raphaela Luiza Silva de Andrade (705.029.402-04)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7765/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação aos responsáveis a seguir relacionados, ante o recolhimento integral do débito solidário, e à empresa Hemo Comércio Atacadista de Produtos e Serviços Ltda., em relação à multa individual que lhe foi imputada por meio do Acórdão 5.626/2016-1ª Câmara, Sessão de 30/8/2016, Ata nº 31/2016, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.344/2013-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Dalton de Alencar Fischer Chamone (184.180.238-72); Hemo Comércio Atacadista de Produtos e Serviços Ltda. (00.600.397/0001-52).

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Alice Biancalana de Moura Cotait (187292/OAB-SP), representando Hemo Comércio Atacadista de Produtos e Serviços Ltda.; Pedro Henrique Cardim Barros (13.980/E /OAB-SP) e outros, representando Dalton de Alencar Fischer Chamone.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7766/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno e no art. 103, § 1º, da Resolução 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o seu arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.536/2020-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Maranhão
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7767/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em ordenar à Sefip que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU as informações necessárias ao acompanhamento da Ação 0807737-69.2017.4.05.8400, em trâmite no Tribunal regional da 5ª Região, em favor de Eva Maria de Vasconcelos (067.235.274-53), bem como dê conhecimento à Conjur/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.253/2009-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carla Costa da Silva (357.958.404-91); Eva Maria de Vasconcelos (067.235.274-53); Jose de Oliveira (057.584.084-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7768/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.586/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Oir Martins da Silva Junior (245.750.541-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7769/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.756/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angelo Manuel de Morais Barretto (196.502.054-20); Ismenia Silveira de Lima Souza (062.665.504-82)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7770/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em adotar as medidas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.660/2008-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Responsáveis: Alice Maria Baggio (184.403.639-15); Antonio Eustaquio Gama (346.518.538-20); David Alves de Castro (114.055.541-34); Eude de Oliveira Bueno (057.351.811-49); Issamu Asami (399.240.508-78); Jose Fernandes Maranhao (046.480.481-72); Sidney Rosa Nascimento Junior (010.311.801-25); Tarcisio Battaus Coutinho (096.917.151-04); Yolanda Alves Teixeira (145.721.681-72)
1.2. Interessados: Alcides Moreira da Silva Filho (077.127.151-49); Alice Maria Baggio (184.403.639-15); Alice Maria Baggio (184.403.639-15); Antonio Eustaquio Gama (346.518.538-20); Clovis Jesus de Souza (274.543.207-91); David Alves de Castro (114.055.541-34); Eude de Oliveira Bueno (057.351.811-49); Helena Angela Ribeiro de Oliveira (084.505.871-15); Henrique Holanda Dutra (010.173.903-63); Henrique Holanda Dutra (010.173.903-63); Issamu Asami (399.240.508-78); Jaci Quirino da Silva (042.562.471-49); Jair Jose Prieto (042.636.181-49); Joao Alberto Lima Vieira da Rocha (008.424.510-72); Jose Antonio Guarnieri (528.573.608-00); Jose Fernandes Maranhao (046.480.481-72); Jose Orlando Vieira de Carvalho (090.873.621-53); Jose Orlando Vieira de Carvalho (090.873.621-53); Jose Roque do Nascimento Filho (052.366.228-91); Leonel de Oliveira Barreiros (046.678.401-53); Manoel Pereira de Sousa (039.619.901-15); Maria Helvecia Arruda Moura (113.609.091-68); Petronio de Oliveira Camara (072.957.581-00); Roberto Paiva Bezerra (265.468.177-72); Roosevelt Ribeiro Mascarenhas (039.620.831-20); Sidney Rosa Nascimento Junior (010.311.801-25); Sidney Rosa Nascimento Junior (010.311.801-25); Tarcisio Battaus Coutinho (096.917.151-04); Willer Washington Ramos Silva (023.418.751-49); Yolanda Alves Teixeira (145.721.681-72); Yolanda Alves Teixeira (145.721.681-72)
1.3. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Representação legal: Carlos Alberto Macedo Cidade (16.800/OAB-DF) e outros, representando Jose Fernandes Maranhão, Sidney Rosa Nascimento Junior e Sidney Rosa Nascimento Junior; Rafael Pedrosa Diniz (19878/OAB-DF), representando Jose Fernandes Maranhão, Sidney Rosa Nascimento Junior, Sidney Rosa Nascimento Junior e David Alves de Castro.
1.8. ordenar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU, em Sessão de 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU as informações necessárias ao acompanhamento das seguintes ações, bem como dê ciência à Conjur/TCU:
1.8.1. ação Ordinária 5024098-73.2014.4.04.7000, em trâmite junto à Justiça Federal do Paraná, em favor de Alice Maria Baggio (184.403.639-15);
1.8.2. ação Ordinária 0044817-52.2012.4.01.3400, em trâmite junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em favor de David Alves de Castro (114.055.541-34);
1.8.3. ação Ordinária 2009.34.00.005791-6, em trâmite junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em favor de Sidney Rosa Nascimento Júnior (010.311.801-25);
1.9. determinar ao Banco Central do Brasil que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe, via sistema e-Pessoal, novos atos de concessão de aposentadoria em favor de Eude de Oliveira Bueno (057.351.811- 49) e de Tarcísio Battaus Coutinho (096.917.151-04), livres das irregularidades apontadas pelo Acórdão 5.255/2008-TCU-1ª Câmara, de relatoria do e. Ministro Valmir Campelo.

ACÓRDÃO Nº 7771/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.947/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Elvira de Barros Gonçalves (204.875.097-49); Regina Lucia Mendonca de Barros (598.957.647-15); Sonja da Fonseca Maia Bezerra (391.487.267-53); Valeria Maria Trinas de Freitas Tavares (539.184.607-20)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7772/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.132/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria das Gracas Bastos da Silva (140.451.685-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7773/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em ordenar à Sefip que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 1008075-12.2020.4.01.3600, em trâmite junto à Justiça Federal de Mato Grosso, em favor de Beatrice Maria Pedroso da Silva (137.756.771-00), bem como dê ciência à Conjur/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.634/2014-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Beatrice Maria Pedroso da Silva (137.756.771-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: Eleni Alves Pereira (3012/OAB-MT) e outros, representando Beatrice Maria Pedroso da Silva.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7774/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.729/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Demylha Arneiro Ribeiro (389.308.778-85); Diogo Jose Zanluqui (347.485.268-07); Edito Caldeira de Magalhaes (897.233.925-34); Elpidio de Oliveira Junior (311.604.488-09)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo/interior - DR/SPI
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7775/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.819/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jose Ricardo Turquetti (268.778.608-02)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7776/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.845/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ancejo Santana Resende (966.511.725-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7777/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.297/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio Luciano de Paiva Neto (154.823.387-03); Estevao Baltasar da Silva Filho (065.037.851-27); Mariana Cristina de Farias Costa Felix (156.498.387-04); Paula Beatriz Gomes de Freitas (065.046.929-12); Pedro Henrique de Souza Pina (158.912.417-06); Rafael Abner Machado Maciel (159.861.927-61); Rafael Vinicius Gomes de Oliveira (393.460.988-05); Renan Carmo de Oliveira (166.070.927-05); Samuel Santos de Moura (128.971.126-70); Vitor Hugo Figueiredo Goncalves (118.932.044-48)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7778/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.389/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alysson Leonardo Cruz Gomes (026.598.454-84); Marcela Neves Baptista Lins Stillitano (073.925.024-84); Marcia Regina Ribeiro (624.395.104-91); Rafael Souza de Oliveira (083.310.854-93); Tiago Pereira de Souza (082.803.334-01)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7779/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.413/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandra Sudario Galvao Queiroz (442.067.981-68); Fernanda Gerbis Fellipe Lacerda (110.810.707-90); Fernanda Menezes Machado (104.850.857-98); Italo Prazeres do Nascimento Dias (042.013.275-90); Juliana Ferreira Vasques (110.660.557-85); Kamilla Christina Ferraiuolo da Silva (147.520.907-08); Leonardo Carvalho Bertolossi (087.756.967-38); Leonardo Goncalves de Oliveira (074.042.249-93); Leticia Meinberg Pedrosa (147.512.067-29); Luciana Fernandes Guimaraes (125.114.757-74)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7780/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.503/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luiz Alfredo Artmann Rangel (021.631.338-42); Rodrigo Paiva Goncalves (053.629.607-33)
1.2. Órgão/Entidade: Comissão de Valores Mobiliários
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7781/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.526/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Millan Fachi (088.226.369-29); Giseli Luiza Cortina (094.998.359-46); Jessica Paula Vescovi (081.126.459-90); Jhessica de Cassia Mendonca (074.967.129-73); Jucelino Biagini (954.765.719-49); Juliana Copetti Hickmann (044.736.469-39); Merilin Caroline Alves da Silva (064.116.409-20); Paulo Franz Junior (066.673.236-14); Priscila Louise Leyser Santin (023.662.949-21); Thais dos Santos Chaves (098.790.319-54)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7782/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.652/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aurivar Fernandes Filho (970.079.865-87); Claudia Milanezi Vieira (056.920.819-03); Elaine Mitie Nakamura (045.292.449-97); Lisiane Schilling Poeta Fernandes (031.164.119-99); Mauro Jose Gontan Timm (634.731.000-72); Michele Pedroso do Amaral (023.735.960-08); Nicole Morem Pilau Moritz (676.047.900-97); Rafael Jaime de Souza (078.471.009-08); Tiago Camponogara Tomazetti (020.857.910-93); Walter Herzog (801.172.219-02)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7783/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.699/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Allan dos Anjos Costa Dantas (045.778.805-47); Benia Maria Santos Lima (036.173.365-82); Fernanda Barbosa Viana Gomes (077.375.664-73); Joao Lucas Freire Barros (084.149.534-33); Larissa Gabriella de Souza Sa (055.121.704-90); Larissa Jatoba Aroucha (084.575.894-23); Lorena Araujo de Oliveira Borges (007.440.521-73); Maria Carolina Cardoso Benner (054.793.504-80); Rafael Emiliano Lessa Carvalho (076.914.694-54); Sergio Daniel Gianna (719.350.944-67)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7784/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.703/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adilson de Brito Bispo (485.584.945-68); Alessandra Carvalho Caldas (395.797.603-06); Andrea Chaves Lopes (838.743.055-20); Antonio Vagno Santana Cardoso (374.874.935-04); Augusto Junior Azevedo Bastos (013.300.515-13); Bruno Souza Fernandes (018.785.545-57); Carlos Augusto Dorea Braganca (011.258.915-48); Caroline Morais Batista Cerqueira (045.814.125-95); Delma Ferreira de Oliveira (922.010.401-68); Dhiego Medina da Silva (033.209.995-40)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7785/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.734/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Luciano Silva Coutinho (812.963.201-20); Edileuza Penha de Souza (818.137.757-53); Francielle Campos Lima (107.065.706-93); Kim Sampaio de Lacerda Mileski (020.864.281-11); Liane de Moura Fernandes Costa (989.394.831-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7786/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.886/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Assuncao Lamounier (051.760.536-83); Daniel Rodrigo Herrera Morante (011.445.069-21); Estelina Serrano de Marins Capistrano (118.939.957-12); Fernanda Abizethe de Carvalho Duim (135.945.337-78); Jesse Rangel Queiroz Duarte (139.840.877-80); Marcos Felipe Costa Silva dos Santos (169.001.807-01); Mario Ferreira de Pragmacio Telles (973.523.303-72); Paulo Roberto Silvero Martins (087.031.967-12); Rosana Portugal Tavares de Moraes (021.557.797-39)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7787/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.888/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diogo Goulart Correa (110.942.427-21); Felipe Paiva Soares (031.158.435-77); Francisco Romerio Abrantes Junior (940.262.202-06); Giovanna Lorena Ribeiro Chaves (042.289.069-31); Gonzalo Ruben Alvarez (843.880.640-68); Joel Savi dos Reis (002.253.720-10); Leandro Santiago de Araujo (112.911.207-18); Leonardo Guimaraes Miquelutti (220.972.828-22); Luis Felipe Ignacio Cunha (057.983.917-60); Maria Celina Ibazeta (060.314.857-37)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7788/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.955/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Angelica Pereira da Silva (034.700.621-37); Claudio da Conceicao Pereira (010.330.313-80); Edna Correa Alves (020.782.111-92); Girlene dos Santos Alves Borges (979.623.171-91); Karina Rocha da Silva (052.243.461-42); Lilian Daiane Alves Bandeira Bibiano (033.902.631-60); Ludmilla Assuncao Lima (046.606.421-78); Ronis Hebert Serrano Araujo (909.291.441-04); Solange da Costa Souza (824.221.171-04); Vitor Cesar Chagas Ribeiro (052.616.051-99)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7789/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.561/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anderson Silva Machado (099.603.406-43); Braulio Afonso de Oliveira (082.786.726-36); Camila Carine Colen do Nascimento (014.917.216-85); Carlos Gustavo Rodrigues de Aquino (044.894.476-63); Daniel Moreira de Sousa Neto (060.101.946-60); Eduardo Borges da Silva (028.469.566-18); Eugenio Tadeu Rodrigues Bazaes (042.842.666-24); Euler de Assis Carvalho Junior (063.342.076-01); Evandro Goncalves de Souza (174.618.396-91); Flavia Higino Lima dos Santos (039.381.966-37); Flavio Maciel dos Santos Rosa (869.925.896-87); Julio Cesar da Silva (663.756.497-49); Lucas Ribeiro da Silva (092.685.776-23)

1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7790/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.981/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cristina Maria da Luz (970.880.133-04); Elizabeth Abreu de Sousa Santana (005.797.013-01); Livania Norberta de Oliveira (843.293.353-87); Selles Gustavo Ferreira Carvalho Araujo (045.625.703-93)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7791/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.044/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lucas Lopes Costa Fernandes (017.953.144-19); Myller Henrique Francisco Batista (703.229.504-57); Patrick Apolinario de Almeida (110.523.637-41); Whemerson Gabriel de Almeida (107.515.744-73)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7792/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.070/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Frank Reginaldo Oliveira Batista (782.986.950-20); Michael Jose Batista dos Santos (005.267.422-32)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7793/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.071/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Laura Valadao Dias (779.601.906-82); Flavia Guarda de Oliveira Porto (082.001.686-11); Karl Wagner Acerbi (402.350.458-02); Maria Eliza Nogueira Oliveira (318.209.978-71); Maria Olivia Ferreira Gouvea (096.676.596-66); Marina Bernardes Lourenco (089.379.446-50)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7794/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.076/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila Bim (024.597.751-13); Luan do Carmo da Silva (032.349.841-82); Marcelle Tacita de Oliveira Gomes (058.120.297-09); Maria Joceli Noronha de Andrade (090.918.153-53); Raquel Simao Sousa Barros Leal (479.862.553-15)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7795/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.085/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Isabela Lemos da Costa Coutinho (124.200.907-80); Joao Victor Bomfim de Jesus (130.997.727-55); Livia Vilas Boas Carr (078.967.497-18); Luciano Procopio da Silva (537.756.001-91); Luiz Paulo da Mota Reinol (121.090.207-92); Maini de Oliveira Perpetuo (013.473.586-25); Rafael Addum Moraes (142.175.007-42); Rafael Zacca Fernandes (120.670.947-26); Raisa Duarte da Silva Ribeiro (135.278.957-44); Renata Rodrigues Wanderley (082.236.647-98)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7796/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.086/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jeziel Gusmao de Abreu (141.507.917-08); Jose Victor Goulart Nascimento (100.213.587-70); Priscila Conrado Guerra Nunes (115.643.977-93); Ramon Dias de Araujo (077.309.916-67); Raquel Moraes Ferreira (124.370.907-38); Regina Cele Medeiros Peixoto Machry (058.841.347-03); Renata Cardoso Barbosa (165.257.987-79); Rodrigo Alves da Silva (056.177.567-29); Samira Silva Santos Soares (012.345.785-81); Sergio Ferreira Alves Junior (031.290.821-07)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7797/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.101/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elaine Cristina Scarlatto (225.471.528-35); Fabio Lopes (280.762.488-09); Jean Menossi (377.257.658-32); Luiz Claudio Pepe Luz (075.089.658-25); Marco Aurelio de Aguiar e Silva (218.191.388-95); Valeria Cristina Marques (463.084.156-34)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7798/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.104/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Aparecido da Silva Rodrigues (109.166.826-41); Renata Adrielle Lima Vieira (005.329.173-59); Roberta Ribas Pena (068.865.476-23); Wendy Yadira Eras Herrera (018.048.836-89)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7799/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.113/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Goncalves Pastana (026.951.427-90); Joao Carlos de Andrade Pereira (010.913.067-70)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7800/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.120/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luciana Coutinho Bezerra (077.802.257-98); Luciano dos Santos (399.610.011-68); Marcia Cristina Lessa (052.898.337-73); Marta de Souza Correa (001.264.927-94); Renata Lopes Reis (027.334.297-52); Sonia Danon (539.802.047-15); Stella Maris Couto dos Santos (084.762.537-02); Thais Citrangolo Correia (094.454.567-00); Vanessa Alves Soares (097.767.157-70); Wilson Okabayashi (068.611.857-01)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7801/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.123/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Allexander Stefan Rocha (053.975.436-67)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7802/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.186/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio Sergio Silva Nascimento (934.837.085-53); Cleber Pereira dos Santos (776.831.535-91); Jose Orlanio da Silva (296.392.555-72); Lais Costa de Oliveira (803.535.765-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7803/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.190/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juciani Marisete Machado (752.586.170-68); Lais de Cassia Nunes (018.053.600-19); Leandro Cruz Campos (000.408.450-01); Luciane Dani (948.067.480-72); Marco Aurelio Encarnacao Oliveira (057.751.267-69); Marina Bairros Heberle (026.835.110-43); Milene Cardoso Borges (036.412.239-03); Rosane Borges Tavares (992.460.740-68); Simone Seixas Alves Teixeira (004.363.750-79); Viviane Aparecida Reis Justin (998.717.930-49)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7804/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.239/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danilo Santana Moreira (067.554.216-26); Mateus Dias Nunes (015.523.370-06)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7805/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.973/2019-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria da Gloria Batista Ferreira (091.194.776-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. ordenar à Sefip que proceda à correção do campo referente ao CPF da beneficiária no ato, fazendo constar o número de registro 075.217.126-76.

ACÓRDÃO Nº 7806/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.847/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Regina Helena Marcondes de Oliveira Celso (519.847.098-87); Sandra Rosa da Rocha Correa (213.236.088-00); Surseli Cravol (104.234.508-24)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7807/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.344/2020-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Aidee Moraes Rodrigues (662.420.101-00); Celina Batista Pereira de Almeida (071.151.438-03); Claudia Ines França da Nova (379.133.951-68); Gabriel Silva de Almeida (070.121.911-47); Ida de Arruda Machado (638.682.101-72); Marli Luiza da Silva (295.939.641-34); Olizonir Ferreira da Silva Holsbach (293.919.461-00)
1.2. Órgão/Entidade: Nona Região Militar
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7808/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o exame do ato de concessão de reforma NC 10714952-07-2013-003164-0, tendo em vista haver cessado os efeitos financeiros; e em considerar legais e conceder os registros dos demais atos de concessão; de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.463/2020-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Marduqueu Rosa de Assis (197.688.188-91); Martinho de Castro Machado (049.064.387-68); Mauro Alves da Silveira (094.497.600-04); Mauro Gonçalves de Oliveira (088.919.581-15); Mayron dos Santos Pereira (028.098.007-82)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7809/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas de Márcio Percival Alves Pinto e José Roberto de Oliveira Martins, em face da inclusão de cláusula de êxito (Cláusula Terceira - da forma de pagamento, item "b") no contrato de prestação de serviços especializados de consultoria técnica, celebrado em 29/6/2009, entre a CaixaPar S/A e o Banco Fator S/A, procedimento em descordo com as disposições do § 1º, do art. 2º, da Lei 11.908/2009 e com os princípios da eficiência e da economicidade, previstos respectivamente nos art. 37 e 70 da Constituição Federal, dando-lhes quitação;

b) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena;

c) informar o conteúdo deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 13), à Caixa Econômica Federal, à Unidade Gestora CEF/Depósitos Judiciais e Extrajudiciais e à Caixa Participações S.A.

1. Processo TC-029.333/2010-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsáveis: Carlos Alonso Barbosa de Oliveira (294.127.068-04); Edelcio de Oliveira (546.874.466-04); Estilac Martins Rodrigues Xavier (270.684.120-68); Ivan Domingues das Neves (064.745.602-82); Jose Roberto de Oliveira Martins (186.693.441-49); Leopoldo Araújo Rodrigues (610.902.471-68); Luiz Philippe Peres Torelly

(116.357.541-00); Marcelo Terrazas (527.867.308-72); Maria Fernanda Ramos Coelho (318.455.334-53); Murilo Francisco Barella (105.876.658-90); Márcio Percival Alves Pinto (530.191.218-68)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal; Caixa Participações S.A.; CEF Depósitos Judiciais e Extrajudiciais

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão (SecexFinan).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7810/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva, em face das falhas apontadas, as contas dos responsáveis a seguir, dando-lhes quitação:

a.1) Reynaldo Aben Athar de Sousa, em razão de fragilidades na fiscalização de contratos de prestação de serviços terceirizados prestados com cessão de mão de obras, de modo a resguardar o atendimento do interesse público e garantir o cumprimento das obrigações contratuais, legais, trabalhistas e previdenciárias da empresa contratada, e de ausência de comprovação da manutenção das condições de habilitação, como condição de prorrogação contratual (Constatações 3.2.1.2 e 3.2.1.3 do Relatório de Auditoria da CGU 201701035);

a.2) Djair Fiorillo Lopes, em razão de fragilidades na fiscalização de contratos de prestação de serviços terceirizados prestados com cessão de mão de obras de modo, a resguardar o atendimento do interesse público e garantir o cumprimento das obrigações contratuais, legais, trabalhistas e previdenciárias da empresa contratada (Constatação 3.2.1.2 do Relatório de Auditoria da CGU 201701035);

b) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena;

c) informar o conteúdo deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 12), ao Ministério do Desenvolvimento Regional e à Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Regional, bem como ao Ministério de Transparência, Fiscalização e Controle.

1. Processo TC-034.897/2017-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Responsáveis: Carlos Antonio Vieira Fernandes (274.608.784-72); Diogo Peres Neto (286.454.178-55); Djair Fiorillo Lopes (149.747.111-72); Emilia Maria Silva Ribeiro Curi (292.910.701-49); Gilma Gomes Maciel (796.748.281-68); Jose Pereira da Silva (032.571.261-15); Laercio Roberto Lemos de Souza (124.085.224-04); Luiz Otávio Oliveira Campos (042.575.532-00); Reynaldo Aben Athar de Sousa (144.310.091-91)

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7811/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.2 do Acórdão 4122/2019-TCU-1ª Câmara, de forma que onde se lê "(...) condenando-os ao pagamento do débito (...)", leia-se "(...) condenando-os, solidariamente, ao pagamento do débito (...)", de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.448/2018-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Domingos Diogenes Aires Neto (204.313.173-72); Marcos Antonio Viana (116.358.193-34); União dos Técnicos Agrícolas do Estado do Ceara (05.994.022/0001-38)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Ceará

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF), representando Caixa Econômica Federal; Debora Aguiar de Franca (36.877/OAB-CE) e outros, representando Marcos Antonio Viana e Domingos Diógenes Aires Neto.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7812/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 27, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação a Hildo Soares de Souza, Carlos Tadeu Vilanova e à Escola Sindical São Paulo-CUT, ante o recolhimento integral das dívidas imputadas pelo Acórdão 3.674/2016-TCU-1ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.364/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Carlos Tadeu Vilanova (021.314.348-80); Escola Sindical São Paulo-CUT (01.522.070/0001-72); Hildo Soares de Souza (936.226.198-72)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Alessandra Maria Gonçalves (327.630/OAB-SP) e outros, representando Escola Sindical São Paulo-CUT.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7813/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item c.2 do Acórdão 61972/2020-TCU-1ª Câmara, de forma que onde se lê "a liquidação tempestiva do débito parcelado atualizado monetariamente, com a incidência de juros moratórios a partir (...)", leia-se "a liquidação tempestiva do débito parcelado atualizado monetariamente, sem a incidência de juros moratórios a partir (...)", de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.493/2018-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Farmácia e Cosméticos Mineirinho Ltda - ME (09.037.325/0001-13); Larissa Lucena Pereira (023.537.121-18); Thaissa Lucena Pereira (003.465.881-54)

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Marta da Silveira (16.939/OAB-DF), representando Farmácia e Cosméticos Mineirinho Ltda - ME, Thaissa Lucena Pereira e Larissa Lucena Pereira.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7814/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.179/2020-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio Carlos Neves (213.317.746-91); Isabel Constancia Pettinazzi Costa (920.909.828-53); Liliane Favini (119.724.988-51); Marilene da Costa (206.048.828-15); Rodryell Henriques Pivato (307.127.908-61); Silvia Regina Tachinardi (075.598.888-44); Solange Aparecida Franco Bueno (057.520.578-41); Vitor Borges Ferreira (936.911.738-53).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7815/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.117/2020-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alberto Luiz Pontes Neves (549.584.747-49); Antonia do Nascimento Fentanes (869.273.377-68); Antonio Carlos da Silva (375.991.787-91); Cesar Romero Botelho (332.745.417-53); Daniel Feliciano da Silva (948.382.248-34); Joao Carlos Chagas Costa (709.216.607-15); Jose da Silva Cavalcanti (194.239.424-15); Mauricio Ferreira (567.433.007-72); Mauro Sprone (692.725.657-15); Rosa Maria Lopes (659.473.397-49).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7816/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.121/2020-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Claudio Neves (322.313.007-10); Claudio Pessanha Rangel (418.980.797-49); Eliane de Queiroz Moraes (424.349.047-34); Haroldo Correa de Faria (323.086.047-00); Ilcimar Silva Oliveira (680.947.957-00); Isabel Regina Ricio (538.308.907-10); Luzia Maria da Fonseca (326.892.767-04); Nair Crespo (569.374.587-20); Roberto Luiz de Souza Vicente (538.355.907-82); Rosemery Tavares Pasco Barreto (729.848.727-20).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7817/2020 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de pedido de reexame interposto por Criseida Paschoal Góes, contra os itens 9.1, 9.3, 9.3.1 (exceto primeira parte) e 9.3.2 do Acórdão 5.809/2020-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas julgou ilegal o ato de sua aposentadoria, bem como fez diversas determinações à unidade jurisdicionada (peça 7).

Considerando que, regularmente notificada, em 5/6/2020 (peça 12), acerca da deliberação recorrida, a interessada somente compareceu aos autos em 23/6/2020, oportunidade em que protocolizou seu pedido de reexame (peças 17 a 19);

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos dos artigos 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que "a data de início do prazo é contada a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal", nos termos do art. 19, §3º, da Resolução TCU 170/2004, o termo a quo para análise da tempestividade foi o dia 8/6/2020, sendo certo que o termo final para sua interposição se deu no dia 22/6/2020;

Considerando que novas linhas argumentativas representariam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame na hipótese de interposição tempestiva do recurso, pois entendimento diverso estenderia para cento e oitenta dias, em todos os casos, o prazo para interposição dos pedidos de reexame, tornando letra morta o disposto no artigo 33 da Lei 8.443/92, que estabelece período de quinze dias para apresentação destes apelos;

Considerando que a tentativa de se provocar a pura e simples rediscussão de deliberações do TCU com base em discordância com as conclusões deste Tribunal não se constitui em fato ensejador do conhecimento do recurso fora do prazo legal;

Considerando, por fim, que não há que se falar na existência de fatos novos no presente expediente recursal, motivo pelo qual a impugnação não merece ser conhecida;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º, 277, inciso II, 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do pedido de reexame interposto por Criseida Paschoal Goes, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos; e

b) dar ciência desta decisão ao recorrente, à recorrente e à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.

1. Processo TC-030.692/2019-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Recorrente: Criseida Paschoal Goes (524.828.207-15).

1.2. Interessada: Criseida Paschoal Góes (524.828.207-15).

1.3. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.8. Representação legal: Marlucio Lustosa Bonfim (OAB/DF 16.619) e outros.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7818/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.911/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Gleice Dayane da Rocha Medeiros (013.139.354-50).
1.2. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7819/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.283/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Muniz Beni (089.680.179-99); Filipe Fernandes Lopes (041.085.211-29); Frederico Cota Pacheco (859.879.211-04); Gianpaolo Lucheti Fasanella (186.980.198-97); Guilherme Monteiro Vieira (052.986.253-04); Hugo Botelho de Carvalho (133.754.647-03); Igor Rodrigues Chamadoira Martins (230.046.408-05); João Roberto Ferreira de Melo (090.140.944-85); Karoline Brotto Montagner (085.161.139-73); Vinicius Bueno Jube Machado (029.719.641-32).
1.2. Órgão: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7820/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.293/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adolfo Sax Santos Dias (510.521.418-89); Alexandre Gomes de Mattos Junior (172.545.537-41); Andre Luiz Ruviaro Almeida (098.848.089-10); Andre da Costa Fabiano (025.729.797-99); Breno Oliveira Cavaleiro (171.956.807-38); Damaris Costa dos Santos Bonates (153.982.177-39); Diordan Lucas Marques Marinho (175.538.597-88); Eduarda Ramos Silva (153.258.277-31); Laysa Goncalves Martins (084.872.136-50); Pedro Vitor Bento Aleixo (058.758.437-80).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7821/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.315/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Rafaela Ramos Principe de Albuquerque (701.674.014-59).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7822/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.327/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Eduardo Sousa de Magalhães Bastos Gomes (154.845.387-00); Daniel Batista Cuadros (022.652.986-03); Daniel Masaaki Nojima (111.365.114-82); Felipe Azar Chaib (330.796.448-83); Felipe Leitao Rosa Fernandes (612.961.573-69); Gabriel Leonardo Duque (125.164.957-22); Gustavo Ewbank Rodrigues Danon (191.619.107-08); Igor Lucindo Cardoso (108.126.507-86); Ingrid Costa de Moura Condal (183.894.847-30); Rafael Cangussu Ferreira (707.113.084-11).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa-Comando do Exército (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7823/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.370/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Tassia Martins Cipriano (059.244.151-20).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7824/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.428/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla Mendonça Augusto (146.965.937-97); Danielle Santos de Souza (114.444.907-37); Eduardo Guimarães Dupim (124.306.877-98); João Vitor de Oliveira Silva (154.460.477-70); Juliana Cazarin de Menezes (139.622.607-90); Juliana da Silva Telles Borzino (116.628.427-16); Pedro Henrique Birindiba Batista (104.583.467-05); Roberta de Lemos Santos (029.363.655-97); Rodrigo Octavio Agueda Bandeira Cardoso (717.909.181-20); Thais Ribeiro Barroso Duarte (114.740.427-59).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7825/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.470/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Barbara de Castro Rodrigues Bento Pereira (113.959.527-01); Jucyleide Antônia de Castro Borba Santos (018.155.187-07); Karl Georges Meireles Gallao (117.368.637-11); Liliana Olga Jurado Cerron (061.973.857-08); Monica de Souza Houri (029.186.867-35); Patricia Pinto Abrantes (117.290.767-69); Raul Carpi Santos (122.886.707-03); Renata Carneiro da Cruz (120.381.847-55); Rose Brandão Honorio (013.588.107-29); Thayanne Thaty de Oliveira Dias (143.739.197-47).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7826/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.484/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Allan Rodrigues Augusto (371.213.538-65); Daniella da Silva Sousa (015.763.282-28); Denise Cristina Ferreira de Oliveira (008.568.302-75); Edmilson Maria de Brito (639.114.932-15); Hualan Patricio Pacheco (001.285.082-99); Isangela de Souza Duarte (607.444.992-91); Itarralyss Herico Cardoso Santos (935.258.692-15); Liduina Kenya Fernandes Januario (521.831.902-30); Marcos Sergio Mengel (003.646.549-61); Rosangela Simone de Oliveira Deiro (509.802.462-53).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7827/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.663/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clara Santana Sousa (060.099.405-83); Keyla Bessa Pinto (045.699.875-67); Luciana Alice Santana Teixeira (024.404.305-10); Rafaela dos Santos Bomfim (048.327.095-42); Samuel Fernandes Lucena Vaz Curado (234.793.468-63); Tatiana Hora Alves de Lima (019.701.425-96); Xenia Lamour Campos Oliveira (012.028.525-80).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7828/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.665/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ângela da Silva Gomes Poz (028.916.837-65); Caio Fabio Chrisostomo da Silva (151.315.787-60); Camila Gomes Ramos (109.855.277-65); Camila Zangerolame Santos (115.586.357-77); Cleidiane Basilio de Almeida Gomes (101.407.927-67); Fabiane da Costa Guimarães Souza (079.090.547-77); Italo Rennan Sousa Vieira (051.721.353-24); Mario Lucio Costa (022.664.647-52); Roberto Macedo de Santana (075.425.627-89); Rute Souza de Azevedo Ribeiro (124.420.947-38).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7829/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.694/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Cristina de Souza (392.891.108-21); Barbara Guimaraes Costa Pacheco (010.604.031-61); Edemilson Aparecido Floriano Junior (401.900.498-63); Guilherme Gloriano de Souza (412.226.638-64); Henrique Ranieri Covali Pontes (080.715.189-05); Lusianne de Azamor Torres (000.541.521-78); Natalia Fernandes Silveira (031.333.611-39); Priscila Damaceno Santos (361.553.768-83); Rafael Kendy Arakaki (033.430.051-77); Sergio Leandro Espindola Preza (002.534.031-03).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7830/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.700/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Aubert de Araujo Barros (048.729.104-27); Danilo Silva de Oliveira (114.192.774-80); Jessika Maria de Moura Neves (068.670.044-90).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7831/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.708/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Borges de Oliveira (813.661.245-53); Ari Marques de Araújo Neto (015.902.535-40); Candice Nobrega Carneiro (032.930.814-95); Carlo Ribeiro Celuque (423.376.235-72); Cecilia Nascimento Pires (013.382.815-85); Claudia Feio da Maia Lima (595.805.855-04); Daniel Rodrigues Ramos (576.623.201-20); Diogenes Martins Gomes (005.018.415-63); Everton Leandro Lazaro Suzart (032.569.255-61); Fabio Ressurreição Correia (810.995.845-15).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7832/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.713/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andreza Maria Lima Pires (646.537.813-20); Clicea Maria Augusto de Miranda (072.702.467-18); Francisca Robevania Medeiros Borges (672.337.083-04); Lais Santos Domingos (036.244.233-98); Pingrewaoga Bema Abdoul Hadi Savadogo (235.595.298-16); Rafaela Paula Melo (024.996.053-24).

1.2. Entidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7833/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.732/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Filipe Gabriel Martinez Mauricio (033.043.461-63); Getulio Cassemiro de Souza Junior (017.433.261-06); Guilherme de Freitas Kubiszeski (836.061.300-15); Izabela Paranaiba Calegari (085.677.636-06); José Roberto Albuquerque (225.016.061-91); Juliane Peixoto Medeiros (002.969.691-76); Laercio Bezerra Falcao Neto (581.477.132-15); Luiza Mader Paladino (015.463.021-74); Ramon José Gusso (007.095.549-23); Silvio Antônio de Lima (380.586.421-34).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7834/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.767/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandro Nakoneczny Schildt (075.039.154-55); Alexsandro Menezes da Silva (821.402.780-20); Cibele Bender Bittencourt (014.699.130-38); Claudia Juliane Machado de Oliveira Rodrigues (008.435.750-93); Greicy Rosa da Silva (018.821.730-40); Guilherme Viegas de Souza (709.365.440-15); Juliana Neves Fraga (968.409.940-15); Lara Gioconda Rohr (564.905.850-49); Mylene da Fontoura Silva Nunes (421.399.610-72); Victor Hugo Schaly Cordova (083.035.109-40).

1.2. Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7835/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.799/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Caroline Dzulinski (066.232.259-27); Ana Lucia Anversa Segatto (005.848.070-66); Ângela Faccin (013.466.710-79); Christian Langaro Vaisz (022.299.280-82); Gabriel Abreu Mussato (009.806.910-10).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7836/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.801/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano de Oliveira Martins (773.609.660-00); Larissa Weyh Monzon Hedler (014.430.060-50); Luciane de Oliveira Moreira (623.554.490-15); Priscila Wachs (000.230.610-73); Rossana Freitas Moreira (813.092.010-72).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7837/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.810/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernanda Antoniolo Hammes de Carvalho (506.520.440-34); Liliane Silva de Antiqueira (011.115.220-81); Lorena Santos da Silva (014.201.380-30); Marcia Angelica Eslabao Oliveira Ebersol (666.939.930-87); Priscila Martta Rodrigues (021.040.820-05); Thaigor D Armas Neves (843.261.740-72); Veronica Venturini Rossato (007.341.030-69).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7838/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.821/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel de Queiroz Rodrigues (021.070.533-75); Gabriel Martins Amaral (021.997.841-77); Geovanny da Costa Sales (040.423.421-67); Guilherme Freitas Melo (099.501.306-38); Mayssaa Mohamad Khodr (007.710.490-05); Rafael Lisboa Dantas de Albuquerque (022.189.971-50); Victor Hugo Oliveira Soares (010.395.101-67); Wiviany Costa e Silva (034.555.171-02); Yan Rodrigues de Sousa (041.055.761-78); Ygor Gabriel Capua da Silva Charlot (035.584.095-23).

1.2. Órgão: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7839/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.823/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carina Ribeiro Bastos Pereira (015.323.811-90); Fabio Felix do Nascimento (066.491.459-47); Luis Henrique Godzikowski de Souza (061.113.619-88); Mauricio Alves de Paiva (037.560.703-01); Mauricio Vieira do Nascimento (059.012.853-10); Rafael Amorim Cavalcanti (013.787.614-99); Raniele Bezerra (088.945.344-64); Ricardo da Silva Pereira Sousa (010.505.853-05); Savio Caiubi Carvalho de Sousa (039.787.943-14); Talio Itrio dos Santos Paz de Araujo (963.819.812-53).
1.2. Órgão: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7840/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.827/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Angelo Assis Johann de Resende (050.188.786-57); Felipe Emmanuel do Espirito Santo Gomes (098.874.894-09); Gabriel Pinto Pinheiro (113.097.317-48); Marcio Gomes Minosso (939.987.081-20); Maria Isabel Ribeiro de Souza Tavares (134.300.007-69); Rhuan Ferreira Santos (147.814.347-97); Ricardo Moraes Salgado (153.549.687-80); Thiago Teixeira Lopes (162.202.707-89); Tulio Talisson Martins de Castro (072.300.043-30); Vitor Augusto Ferreira de Freitas (039.009.661-09).
1.2. Órgão: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7841/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.842/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre William Dalssoto (038.758.459-51); Amanda Pereira Leal (903.411.042-72); David Dirceu Winicio de Souza (017.316.122-73); Fernando Sales Rocha Damasceno (043.004.253-10); Guilherme Matheus Franken Tojal (047.445.484-31); Jorge Augusto Villas Boas Santana (005.146.305-90); Lucas do Carmo Monteiro (109.170.696-41); Paulo Cruz Sales Junior (104.149.354-11); Renan Raimundi Batista (230.104.728-89); Thiago de Magalhães Garcia (125.069.967-37).
1.2. Órgão: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7842/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.897/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daiane Valente Valente (016.158.640-67); Gabriel Penido de Oliveira (067.983.036-76); Gabriela Brum de Deus (035.578.970-10); Luciano Nunes Viçosa de Souza (034.327.750-67); Natan Alexandre de Oliveira (010.063.340-41); Rosane Catarina Santos Dalenogare (405.831.120-72); Thais da Silva Dorneles (006.872.560-46).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7843/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.901/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Lopes Barbosa (838.356.523-20); Debora Nogueira Lopes (084.366.014-75); Emanuel Capistrano Costa Junior (986.202.583-20); Francisca Alana Araújo Aragao (061.289.103-86); Isaac Martins Pereira (610.847.543-98); Juliana Zanetti de Paiva (809.939.073-34); Maria Jorgiana Ferreira Dantas (016.510.553-43); Pedro Paula de Oliveira Vasconcelos (048.986.283-70); Rondinelli Batista Candido (013.228.074-42); Ticiana Monteiro Abreu (028.266.613-37).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7844/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.941/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Paulin Barufaldi (219.607.878-61); Cleber Fernando Santiago Venâncio (281.501.068-20); Fernanda Alves de Lima Negrini (469.934.068-70); Gabriel Bernardes Rodrigues (450.684.518-86); Josiane Cristina Alves Costa (408.777.638-79); Luciene Santos Cotrim (024.870.255-65); Raphaela Patini Lancellotti (355.208.748-67); Renan Freire de Carvalho Lopes Rocha (329.697.518-79); Ronaldo Baldo Camarotte (409.493.568-16).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7845/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.020/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Benemerita Alves Vilela Torres (049.696.134-94); Ana Rita Sokolonski Anton (918.601.995-34); Carla de Magalhaes Cunha (021.524.545-88); Claudio Ricardo Martins dos Reis (844.861.040-72); Danilo de Sousa Silva (019.323.785-70); Geovana Dotta Tamashiro (008.143.099-09); Hamuel Felipe Ferreira Santos (052.880.725-07); Izabel Almeida Alves (013.057.520-82); Luisa Gouvea Teixeira (098.244.857-08); Patricia Carla Silva do Vale Zucoloto (633.369.875-04).
1.2. Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7846/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.573/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Guilherme Induzzi Rosalem (113.076.597-05).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7847/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Processo TC-024.584/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Aparecida Marcurio de Morais (171.884.228-77); Matheus Giusepeti Bertolaccini (446.773.188-16).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7848/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.587/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Francianny Keyla Cabral Moraes (651.141.912-68).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7849/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.598/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Claudia Regina Soares Magnani (064.923.688-27).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7850/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.023/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriel Alex Hahn Lehmkuhl (091.431.719-90); Gabriel Carneiro Padilha (088.991.029-45); Gabriel Joseph Rezende Milacki (112.023.119-11); Gabriel Wergenski (105.646.939-01); Guilherme Lucas de Souza Rute (085.452.369-30); Gustavo Candido de Andrade (064.242.909-07); Gustavo Marques (087.427.209-23); Igor Moleta Guimaraes (108.343.019-03).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa-comando da Aeronáutica (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7851/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.052/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adonias Clemente de Souza Junior (703.443.254-66); Adriano Campos Nobre (180.103.867-82); Andre Felipe da Silva Sousa (064.333.645-19); Andrius Ranieri Barbosa Martins (171.174.627-44); Germano Machado Arenhart (031.341.530-76); Gilson Pereira Lopes Vieira (127.088.946-09); Giovanni Macedo Rodrigues (487.369.578-36); Guilherme Guerra Manzoni (024.470.820-70); Guilherme Kauan Mucha Ziemniczak (050.932.730-31); Pedro Henrique Goncalves Girelli de Oliveira (047.021.641-71).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa-comando do Exército (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7852/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.055/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexia Raphaela de Oliveira (021.945.656-98); Ana Beatriz Baeta Martins da Costa (176.844.317-30); Andrey Rafael Ricolice de Oliveira Paiva (991.015.722-53); Daniel Leonel Santos (137.626.196-03); Daniel Pereira Rodrigues (147.030.267-59); Gabriel Jose Nascimento de Freitas Rodrigues (134.366.047-55); Gabriel Lima de Paiva Almeida (140.473.587-97); Guilherme Batista Iabrudi (122.049.736-37); Hanrry Guerra Silva (168.261.227-90); Joao Pedro Costa do Nascimento Bonfim (062.334.173-50).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa-comando do Exército (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7853/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.063/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Heverton Rodrigo Goncalves de Souza (051.770.634-29); Maria Daniela Carneiro Gouveia de Melo (661.535.144-72); Thayse Bezerra Cintra Fontes (074.462.704-46).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7854/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.079/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Audrey Maria Mendes de Freitas Tapety (343.026.463-49).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7855/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.098/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Danielly Dubberstein (993.894.102-82).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7856/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.210/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandro Ferrari Jacinto (259.906.858-40); Fernanda Louise Martinho Haddad (260.104.248-60); Leandra Elena Yunis (274.820.788-27); Vanessa Christine Gusmao Santos (058.625.835-30).
1.2. Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7857/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.245/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe Sa Esmeraldo (017.753.993-38); Ivo Junior Rodrigues da Rocha (318.554.235-53); Paulo Henrique Albuquerque do Nascimento (048.419.473-96); Silvio Smorgenni Ferreira Ribeiro (922.897.973-91); Suzane Gomes da Cunha (006.255.203-19); Wanessa Facanha da Silva (037.867.123-52).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7858/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.250/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriane Alves Byron de Souza (023.552.467-00); Alexsandra Fernanda de Oliveira Lima Werkhauser (035.524.434-95); Aline Borges Penna (013.416.596-90); Amalia Rodrigues Barroso Acerbi (037.793.206-06); Brenno Cardoso Gomes (515.366.172-53); Marcos Santos Nobre (038.550.634-19); Maria do Carmo dos Santos (263.527.452-53); Renato Morais da Silva (996.834.661-68); Sylvia Helena Batista Pires Ferreira (009.368.823-79); Tatiana Erthal de Abreu (078.399.947-09).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7859/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.271/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Catiane Monteiro Lima (315.612.918-62).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7860/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-004.331/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Raimunda Aguiar Vilanova (095.875.353-91).
1.2. Órgão: Ministério do Trabalho (extinta).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7861/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-005.777/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Clea Machado de Oliveira (241.215.767-72); Leila Maria Ramos Rocha (032.751.637-28); Leila dos Santos (953.949.587-34); Leticia Luz Alves (152.245.077-74); Lidia Ferreira de Souza (054.946.978-86); Lindonor Luz Alves (004.504.847-93); Luciene Pereira Sinval Ferreira (791.364.007-34); Maria Alaydes Pereira Ritta de Paula (502.868.627-00); Maria Bernardete Pereira da Silva (532.016.207-34); Rosa Maria dos Santos Araújo (539.638.904-44).
1.2. Órgão: Primeira Região Militar.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7862/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-005.821/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ruth Gomes Rodrigues (653.266.367-00).
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7863/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-005.877/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Josefa Flor da Silva (063.107.744-84); Joseilton Silva de Lima (063.405.114-81); Maria Marlene Roberto de Oliveira (203.543.984-15); Terezinha Maria do Nascimento (263.665.094-68).
1.2. Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7864/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-022.833/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ivaneide Nascimento de Souza (000.706.264-80).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7865/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-022.885/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Luiza Santos de Lima (671.056.294-87).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7866/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-024.332/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Cacilda Lima da Silva e Silva (360.443.422-04).
1.2. Órgão: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7867/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-015.838/2020-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Maria Teresa Caldeira Costa (444.351.851-72); Sonia Luzia Caldeira Del Fiaco (484.333.141-49); Sueli Caldeira Lacerda (239.111.071-53); Vania Maria Caldeira Garcia (292.855.691-53).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa-Comando do Exército (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7868/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.449/2020-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: José Geraldo dos Reis (360.927.898-68); José Raymundo Soares (076.971.121-91); Lucio Botelho Bastos (277.074.907-20); Manoel Marcos Mendes de Azevedo (058.517.427-04); Odair Alves Izidoro (014.787.292-87).
1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7869/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) sobrestar, com fundamento no art. 157 do Regimento Interno c/c o art. 47 da Resolução TCU 259/2014, o julgamento das contas do senhor Carlos Augusto Moreira Junior (CPF 428.164.169-68), reitor, até decisão definitiva nos processos 021.208/2009-5, 003.748/2013- 8, 028.478/2014-2, 028.517/2014-8, 023.081/2017-1 e 028.441/2014-1;

b) julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Vilson Kachel (CPF 393.259.209-30), pró-reitor de Recursos Humanos e Estudantis, e Zaki Akel Sobrinho (CPF 359.063.759-53), pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças, dando-lhes quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

c) julgar regulares as contas dos responsáveis Maria Tarcisa Silva Bega (CPF 313.115.809-30), vice-reitora, Rita de Cássia Lopes (CPF 393.327.999-20), pró-reitora de Extensão e Cultura, Hamilton Costa Junior (CPF 359.489.909-82), pró-reitor de Administração, Nivaldo Eduardo Rizzi (CPF 299.706.879-72), pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, e Valdo José Cavallet (CPF 294.797.119- 15), pró-reitor de Graduação, dando-lhes quitação plena, nos termos dos artigos 16, inciso I, 17, e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

d) encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Universidade Federal do Paraná (UFPR); e

e) arquivar os autos, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-014.382/2005-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2004)
1.1. Apensos: 016.108/2017-5 (Solicitação); 017.629/2007-4 (Tomada de Contas Especial); 004.973/2017-8 (Solicitação); 003.962/2004-9 (Representação); 006.272/2007-5 (Representação).
1.2. Responsáveis: Carlos Augusto Moreira Junior (428.164.169-68); Hamilton Costa Junior (359.489.909-82); Maria Tarcisa Silva Bega (313.115.809-30); Nivaldo Eduardo Rizzi (299.706.879-72); Rita de Cássia Lopes (393.327.999-20); Valdo José Cavallet (294.797.119-15); Vilson Kachel (393.259.209-30); Zaki Akel Sobrinho (359.063.759-53).
1.3. Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEducação).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7870/2020 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de pedido de reparcelamento de débito e multa em 72 parcelas, formulado pelo Sr. Hildo dos Santos Fonseca, por e-mail, conforme peça 62.

Considerando que não foi constituído processo de cobrança executiva em desfavor do peticionante, de forma que não há remessa ao órgão responsável pela execução do título extrajudicial;

Considerando o manifesto interesse do responsável em realizar o pagamento de modo parcelado do débito e multa a ele imputados;

Considerando, por fim, que há precedentes nesta Corte de Contas no sentido de autorizar o pagamento da dívida em quantidade de prestações superior ao fixado no Regimento Interno/TCU, a exemplo dos Acórdãos 10.305/2018 e 1.562/2017, ambos de 1ª Câmara;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "b", e 217 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em autorizar o parcelamento do débito e multa aplicados por meio do Acórdão 11.842/2019-TCU-1ª Câmara, em 72 (setenta e duas) parcelas mensais e consecutivas, acrescidas da atualização monetária devida, sem prejuízo de alertar o responsável que, conforme disposto no § 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor.

1. Processo TC-005.811/2017-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Hildo dos Santos Fonseca (209.919.402-53).
1.2. Órgão: Governo do Estado do Amapá.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7871/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) considerar cumprida a determinação contida no item 1.7. do Acórdão 6.094/2017-TCU-1ª Câmara;

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Saúde, ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS e ao Ministério da Saúde; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-024.077/2020-8 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão: Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde; Prefeitura Municipal de Passos - MG.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7872/2020 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de representação formulada pela Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), na pessoa de seus diretores, a respeito de possíveis irregularidades na condução do pregão eletrônico 16/2016 e na execução do contrato 45/2016 dele decorrente, firmado com a empresa G4F Soluções Corporativas Ltda., tendo por objeto a execução de serviço técnico especializado em sistema integrado de gestão ERP (Enterprise Resource Planning), sistema integrado de gestão de pessoas e sistema de BI (Business Intelligence).

Considerando que o processo de apuração de responsabilidade 170/2020 ainda não foi concluído no âmbito da Codesa, e que, portanto, não há que se falar em irregularidade que justifique a atuação do Tribunal nesse momento;

Considerando que, por ora, cabe à Companhia esgotar as medidas administrativas para recomposição do dano causado à entidade em decorrência das irregularidades apontadas nesta representação e, em caso de insucesso, proceder à instauração de tomada de contas especial, a qual será oportunamente encaminhada ao TCU para julgamento;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) conhecer desta representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no Regimento Interno do TCU, sem emissão de juízo de mérito quanto à procedência das irregularidades ora aventadas;

b) fazer a determinação especificada no item 1.6;

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Companhia Docas do Espírito Santo; e

d) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-018.981/2020-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Companhia Docas do Espírito Santo.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).
1.5. Representação legal: Angélica Rangel Zanetti Bastos (OAB/ES 15.328) e outros.
1.6. Determinar à Companhia Docas do Espírito Santo que, no prazo de 180 dias, informe o resultado das medidas administrativas adotadas para apuração dos indícios de irregularidades tratados na presente representação, bem como aquelas voltadas à recomposição do dano causado à entidade, caso confirmadas as irregularidades, consoante disposto nos arts. 3º, 4º e 5º da Instrução Normativa TCU 71/2012.

ACÓRDÃO Nº 7873/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, aos representantes; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RI/TCU.

1. Processo TC-021.202/2020-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Prefeitura Municipal de Pesqueira - PE.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7874/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) conhecer desta representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante, à Companhia Docas do Rio de Janeiro e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários; e

c) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-039.455/2019-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7875/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.425/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Mauricio Moraes Negreiros (051.542.002-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7876/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.725/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Agnaldo Aparecido Correia (201.820.148-43); Aline de Cassia Donato Ignacio (372.124.988-74); Ana Rafaela Buim de Sousa (273.554.968-24); Anderson Cesar Pereira Soares (343.488.868-30)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da Ect Em São Paulo/interior - Dr/spi
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7877/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.811/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luiz Felipe Neris Cardoso (058.409.057-98)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7878/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.816/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Altevir Paula de Medeiros (969.649.604-49); Augusto Cesar de Sousa (011.428.834-85); Cristiane de Carvalho Ferreira Lima (865.177.403-68); Darlan Dantas Alves de Araujo (010.480.534-07); Gerlandia Joca de Castro (941.912.044-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7879/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.322/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Mandelli Neto (498.453.468-04); Breno Ferraz de Mello Quezada (190.496.577-61); Carlos Henricco Rabelo de Queiroz (043.649.541-44); Carlos Inacio Sermud Navega (155.701.467-17); Daniel Ambrozio Bretherick Marques (462.777.058-81); Enzo Silva Nascimento Cabanas (171.464.927-02); Matheus Andre Rodrigues (098.927.946-48); Samuel Mendes de Melo (074.358.653-03); Victor Vinicius Rocha Neves (121.084.394-39); Vinicius Beserra Cavalcante de Souza (078.085.135-80)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7880/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.385/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Charles Xavier Rabelo (043.209.453-95); Giselle Mari Speck (046.259.659-18); Guilherme Miguel Rosa (085.406.299-84); Rafael Jose Ramos Silva (067.690.979-58); Samuel Isidoro dos Santos Junior (080.930.309-48); Wagner Sacomori (054.880.569-55)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7881/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.397/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Elisiane Alba (021.949.670-60)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7882/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.448/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolina Pereira da Silva (118.875.957-40); Cristina Soares de Souza (124.798.197-52); Diego Guedes Paiva de Assis (129.918.877-02); Diogo de Oliveira Reis (126.765.387-64); Freddy Pablo Castro Vicente (061.452.957-32); Frederico Alisson da Silva (052.452.116-61); Hevelly Ferreira Acruche (124.837.327-80); Juliana Coelho Gontijo (089.158.027-13); Matheus Ferreira de Barros (135.757.777-05); Rodrigo Portugal da Costa (805.713.362-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7883/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.512/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elisangela Silva Araujo Freire (765.450.163-34); Giselle Sandin (028.895.549-88); Jalma Lima da Cruz Filho (604.805.052-68); Jaqueline Aparecida Pires de Oliveira (044.304.066-42); Marcello Jefferson Seba dos Santos (083.861.867-71); Pedro Yvo de Castro Lins (010.449.254-69)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7884/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.532/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gisele Silva Costa Duarte (038.035.279-61); Joana Karin Finkler (026.825.723-08); Juda Leao Lobo (070.870.749-11); Marcelo Figueiredo Terenciani (038.291.981-59); Marcia de S Thiago Rosa (729.985.209-87); Wesley Schwerz (094.082.819-77); Zeno Jair Caesar Junior (718.474.649-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7885/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.544/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexssander da Silva Vieira (037.248.177-97); Ana Caroline dos Santos Viana (106.157.637-07); Andrea Maria Crespo Marcos (005.991.487-48); Ariadne Callegario Nicolli (109.196.477-74); Cintia de Araujo Oliveira (084.633.577-84); Clevio Cezar da Fonseca (809.153.020-04); Elaine Cunha dos Santos (089.666.527-51); Igor Melo Silva (146.959.167-70); Paulo Leandro da Cunha Martins (052.505.857-52); Regina Goncalves Caldas (023.447.897-74)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7886/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.564/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alvaro Henrique Candido de Souza (371.807.778-70); Diego Azevedo Leite da Silva (047.000.001-55); Italo Jose Bastos Guimaraes (090.309.284-09); Laisa Gouveia Pimentel (088.121.856-14); Leandro dos Santos Soares (021.056.981-66); Moises Felix de Carvalho Neto (038.279.874-07); Rayfa Josefa de Jesus Rocha (059.065.901-45); Rose Anne Mendes Nunes Lopes (992.766.311-00); Tiago Macedo Soares (024.600.995-09)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7887/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.608/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jamila Lacerda de Freitas (070.754.064-00); Joao Paulo Capretz Batista da Silva (313.482.638-06); Lidemar Franca Sousa (063.302.123-76); Lucas Stropp Coelho (085.613.774-02); Marcos Antonio Pereira Silva (555.825.913-20); Pablo Rodrigues Costa Alves (032.586.895-63); Raphaela Mota Lacerda (080.792.404-00); Renata Azevedo Costa (058.629.024-90); Ricardo Azevedo Pontes de Carvalho (885.150.874-72); Thais Teles de Souza (029.010.555-24)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7888/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.647/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Behling Duarte (018.102.310-51); Carolina Rehling Goncalo (024.761.630-31); Diego Darci Langaro (012.961.820-96); Felipe Andre Zeiser (069.240.529-16); Gisele Severo Goncalves (035.853.020-25); Jennifer Rodrigues Silveira (024.961.790-06); Juliano Ramires de Moraes Bagiotto (029.094.040-05); Lilian Fetzer (005.830.360-07); Michele da Rosa Scholant Simoes (832.099.640-68); Paulo Henrique Simon (023.355.710-52)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7889/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.669/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlise Rigon Dalla Nora (016.065.770-93); Elisabete de Vargas Borges (918.864.900-82); Giovane Antonio Scherer (010.764.590-48); Graziela de Oliveira Schmitt Ribas (010.741.650-63); Luiz Jeronimo Lopes da Silva (964.288.560-34); Maria Vitoria Soares Pinto (019.757.550-14); Nathalia Marcolin Simon (010.784.770-19); Pamela Marconatto Marques (007.297.050-21); Patricia Ughi Barbosa (945.046.440-53); Paulo Ricardo Nunes Gomes (008.946.980-10)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7890/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.695/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adham Najeh Abdel Hamid Mohd Mustafa (072.339.831-35); Daniel Kleberson Moura de Almeida Rolon (121.012.677-05); Karina Ayumi Martins Utida (406.720.638-08); Laura Elis Aguero Reis (927.433.741-87); Rinaldo Poncio Mendes (034.688.878-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7891/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.719/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Odisseus Alves de Sousa (387.767.438-02); Daniela Lourenco Caravana (227.062.028-31); Esteverson Luiz Pedro (383.606.238-05); Guilherme de Moraes Barros (375.413.978-90); Ivan Ferrao Hernandes (220.876.938-46); Janaina Zorzetti (037.058.309-45); Maria da Cruz Nery (647.983.561-15); Osmair Alves (214.043.288-66); Paula Harumi Matsuda (224.235.548-18); Robson Aparecido Rocha (420.598.488-06)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7892/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.733/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Moraes da Silva (699.562.351-72); Evellin Lima de Mesquita (047.305.231-80); Fauzi Nelson Paranhos Lopes Mansur (276.878.481-87); Gustavo Filice de Barros (621.120.826-04); Karina Xavier Felix (073.116.396-62); Lara Cristina Pereira da Silva Pacheco (020.537.711-43); Lucas Vasconcelos de Morais (035.619.791-30); Melissa Silva Monteiro (505.506.161-87); Rogerio Marques da Silva (006.942.621-02); Washington Oliveira de Souza (259.139.561-68)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7893/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.787/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Allan Santos da Costa (151.510.687-09); Ana Deborah Freires do Canto (142.934.847-01); Lucas Amorim Lacerda (128.545.827-30); Luiz Felipe da Costa Batista (164.050.937-27); Marcos Paulo Rodrigues Campos (110.113.147-03); Matheus Carvalho Simoes (157.503.847-13); Robert Alves dos Santos (167.777.827-02); Telmara Mendes Gomes (118.692.717-85); Thairini Gonzalez Demartini (141.326.977-03); Thaisa Abrantes Elias (111.415.867-46)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro Ii
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7894/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.798/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Enrico Paternostro Bueno da Silva (369.294.888-36); Janderson Ferreira Dutra (066.351.044-96)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7895/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.802/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriel Moraes de Oliveira (037.423.350-06); Marcelo Machado Proenca (019.395.479-62)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7896/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.817/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Graciele Pereira da Cruz Gonschorowski (036.354.239-63); Jean Lucas dos Passos Belo (044.152.659-44); Liliane Claudino Ferreira (844.144.139-15); Oton Henrique Marcori (083.362.209-92)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7897/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.822/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Douglas Freire Machado (022.885.472-51); Eduardo Nascimento de Vasconcelos (008.052.882-10); Inacio Gontijo Ernesto (021.932.837-45); Leandro Souza de Oliveira (646.381.112-20); Lucas Barbosa Diogenes (012.050.782-07); Pablo da Silva Cordeiro (018.710.222-82); Paula Rafaella Borges da Silva (009.098.671-78); Renan Victor Sperotto (013.004.802-03); Rene Alan Pamplona Valverde (006.393.812-00); Yuri Diniz Almeida (012.047.355-06)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7898/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.853/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anderson Andrade Barbosa (035.963.611-09); Carlos Henrique Dagostini Valentim (099.219.817-81); Claudio Luiz Ubeda Junior (397.820.338-39); Cleuir Viegas da Silva Mascarenhas (014.249.341-41); Felipe Machado Nascimento (067.075.296-76); Italo Winter de Souza Ancelmo (029.578.441-50); Naira Venezia Portela (329.954.648-14); Samuel Marcos Ferreira Soares (072.941.057-90); Thais Pacheco Pitanga (116.865.217-07); Yuri Beline Ferreira (098.988.356-64)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7899/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.854/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Dorigon (066.333.679-10); Diego Aguiar de Arruda (007.966.300-11); Eduardo Eich Rosiack (012.085.559-36); Helber Efraim do Nascimento (394.204.618-07); Leilane Marisa Hunhoff (025.323.671-13); Leonardo de Franca Caruso (022.522.651-08); Matheus da Rocha Meirelles (100.633.336-35); Pedro Miguel Lopes Brum Oliveira (026.169.951-23); Ricardo Afonso de Lima Martins (033.476.821-73); Vinicius Ramos das Neves (084.442.359-97)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7900/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.858/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Cesar de Sousa e Silva (022.245.081-90); Joao Lucas Ferreira da Silva (051.422.431-29); Leandro de Araujo Silva (297.268.268-88); Lucas Ramos de Souza (027.651.171-95); Marcell Godoi Sivelli (105.920.876-89); Mario Seixas Sales (025.123.751-61); Murilo Jinkiti Rado Mizutsu (319.802.478-11); Rafael Silva Lima (717.541.561-34); Ramiro Reis Guimaraes (058.260.877-57); Wellington Rodrigues Xavier (020.943.901-79)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7901/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.860/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alisson Silva de Asevedo (023.204.531-30)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7902/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.869/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Passos Pizzi (054.216.967-31); Talliel Ribeiro Tezelli (038.482.751-98)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7903/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.878/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Allyson Moreira Goes (042.381.671-39); Bernardo Drummond Braga (937.162.901-06); Francesca Guaracyaba Garcia Chapadense (021.631.391-07); Iara Oliveira de Souza (064.762.755-85); Igor Santos Porfirio e Silva (033.705.811-32); Iliada Damasceno Pereira (657.908.123-68); Janda Cecilia Ribeiro Rodrigues (034.142.701-29); Juliana Borges da Silva Ferreira (034.863.441-29); Kaio Niitsu Campo (373.825.128-60); Marcia Guerrante Tavares (270.543.651-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7904/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.881/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Luiz Rodrigues da Silveira (769.525.331-68); Gisele Camara Oliveira Costa (116.538.467-12); Gustavo Passinato Neves (037.209.381-74); Hans Carrillo Guach (704.132.441-99); Kamila Vieira Lima Ferreira (017.662.841-08); Karolayne Peres de Melo (706.714.571-60); Mariane Farias de Oliveira (019.789.370-83); Mario Fernando de Sousa (043.000.851-10); Renata Rodrigues Alves (039.271.551-10); Tauan Nascimento de Almeida (021.127.831-90)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7905/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.920/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dariane Ramos de Oliveira Feitosa (013.245.531-54); Erivelto Kleybson Untura (088.441.486-84); Juliana de Cassia Silverio (067.874.406-85); Leandro de Souza Rocha (028.749.856-51); Lucas Gabriel Victor Garcia (119.324.246-01); Luiz Gustavo Cordeiro (076.837.706-47); Marcia Ferreira Alves (019.982.546-74); Mirele Pereira Barbosa (001.366.836-65); Reginaldo Duarte Nery (552.345.776-00); Wellington Junio dos Santos (097.331.774-40)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7906/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.968/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Silva Moraes (006.110.891-06); Antonio Claudio Nascimento Rodrigues (709.079.431-87); Douglas de Almeida da Silva (027.804.811-02); Edgard de Melo Keene Von Koenig Soares (026.157.901-02); Edmilson Soares Campos (590.192.801-63); Gabriel de Carvalho Carneiro (039.491.751-05); Laila Fernandes Camargos (012.778.161-74); Marianna dos Santos Oliveira de Sousa (032.496.821-36); Ricardo Gauche (213.727.051-04); Rodrigo Mendes de Souza (224.256.728-42)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7907/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.567/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Wesley Rodrigues Miranda (041.991.331-94)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7908/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.577/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Maria Clara Elias Polo (087.746.486-32)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7909/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.992/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Nazareth de Lana (071.283.506-75); Carina Tiemi Imai (029.378.301-29); Duilio Benicio e Silva Junior (003.031.043-17); Jose Ivam Vieira Filho (052.558.124-39); Leandro Vicente de Oliveira Costa (114.654.347-63); Rayla Farias de Lucena (146.587.277-90); Rebeca Ferraz de Menezes (068.491.144-25); Romulo Amaral Tafuri (063.026.166-03); Thales Lopes Gomes Pinto Ferreira (090.367.266-97); Vanessa de Assis Simoes Silva (117.752.217-92)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando da Aeronáutica (vinculador)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7910/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.095/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Taina da Silva Moura Carvalho (130.603.797-26); Taissa Paraiso Garcia (122.968.157-40); Tamires Maria Alves (124.319.177-54); Tarsila Santos Ribeiro (107.531.187-00); Thiago Barboza Henrique Martins Pinheiro (092.828.847-16); Thiago Pereira Coutinho (120.684.757-31); Thiago de Barros Pigozzo (132.667.517-60); Tiago Regis de Lima (966.213.973-72); Victor Barreto Goncalves de Oliveira (165.691.297-08); Vinicius de Oliveira Aguiar (112.501.627-26)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7911/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.187/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aristides Martins Ferreira (858.145.205-15); Carlos Andre Pereira de Jesus Silva (031.017.835-50); Diogo Martins Nascimento (031.557.025-32); Jessica de Souza Santana (039.028.965-58); Joranaide Alves Ramos (022.881.715-37); Liliane Matos Goes (014.198.065-64); Luciano Santos Sousa (980.407.585-72); Marcia Indrusiak Vinhaes Guariente (049.920.018-74); Vanessa Alvin Barberino dos Santos (010.681.105-38); Wania Jaguaracy de Sena Medrado (007.778.955-52)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7912/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260,

§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.189/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabrielle de Azevedo da Silva (016.091.240-73); Juliana Ramos da Silva Farias (005.092.420-65); Maicon Presser Cigolini (018.959.420-98); Marcos Dair Braun (939.139.319-53); Michelle de Souza Dias (950.720.120-34); Nelise Machado Fagundes (032.025.330-96); Paula Knorr de Oliveira (009.563.010-45); Raquel Belmonte Leao (895.261.040-72); Samantha Brum Leite (024.882.180-65); Tanara Carreira Meus Figueredo (016.223.360-46)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7913/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.220/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleiton Ricardo Rodrigues Alves (659.665.461-34); Leonardo da Silva Lima (037.011.391-80); Sidleyser Alves de Souza (006.543.671-75)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7914/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.222/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Eduardo Buzatti Souto (772.141.960-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7915/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.226/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Coriolanu Oliveira Bento Thill (303.058.678-22)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7916/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.240/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Silvana Vieira das Chagas (111.000.197-58)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7917/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.288/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolina de Matos Souza (922.897.895-34); Davi Tanajura Costa (974.813.605-10); Hudson Alex Carvalho dos Santos (049.816.415-24); Ighor Costa Barreto (033.780.065-01); Luciana Troccoli Lopes (989.646.581-91); Marcelo Luis Abreu e Silva (823.050.135-15); Marcos Antonio Barbosa Pinto (011.448.325-60); Marleide Maria dos Santos Oliveira (806.010.905-78); Renato Santos e Dias (854.216.426-15); Rogerio Fernando de Jesus (040.065.055-07)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7918/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.116/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreia Chiesorin Baganha (025.290.219-02); Caio Marcellus de Souza Gomes (125.375.467-50); Fabio da Silva Martins (106.139.777-77); Luis Carlos Correia de Almeida (113.378.097-05); Thiago Vinicius Margalho dos Santos (103.554.177-74)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da Ect No Rio de Janeiro - Dr/rj
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7919/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.823/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Caio Bruno Filgueira Bezerra (040.801.562-43); Edmar Chagas de Araujo (164.371.872-04); Ellijane Filgueira Bezerra (023.806.582-00); Enedina dos Santos Peixoto (323.246.772-53); Flaelton dos Santos Peixoto (033.447.452-39); Gabriela Lopes Brito (039.475.792-09); Gilmar Rosa da Silva (199.901.972-53); Glicia Ohana Nascimento da Silva (047.285.462-33); Maria de Nazareth Para Marques de Lima (189.907.462-72); Neuza Jovita Rufino (589.937.702-04); Nilra Jane Filgueira Bezerra (164.059.512-00); Olivia Lopes Brito (447.092.422-91); Riseuda Barnabe Bezerra (225.673.992-91); Tufic Antonio Assef Pereira (022.107.702-20); Wesley Caua Costa Melo (055.357.822-70)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7920/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.825/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Carlos Eduardo Chaves Cesar (032.909.282-09); Karolynne Gomes Cesar (021.325.282-17); Valdenize da Silva Chaves (692.618.902-10)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7921/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.319/2020-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Aldacir Oliveira Rua (054.455.077-34); Anderson de Oliveira Batista (274.893.878-09); Gilberto Freitas (240.087.457-34); Luiz Candido Luz (259.018.267-87); Thais Santos Cardoso Rocha (126.515.297-70)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7922/2020 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento das determinações contidas no Acórdão 2.772/2016 - TCU - 1ª Câmara, de 03/05/2016, de minha relatoria, prolatado em processo de contas anuais do Serviço Social da Indústria - Departamento Regional da Bahia - Sesi-DR/BA, relativo ao exercício de 2014.

Considerando as determinações constantes dos referido Acórdão:

"1.7.1 determinar ao Departamento Regional do Sesi da Bahia (Sesi - DR/BA), com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, que se definam rotinas e padrões para a Concessão de Transferências Financeiras, acompanhamento de sua execução, análise e aprovação da prestação de contas bem como dos resultados pactuados;

1.7.2. determinar ao Departamento Regional do Sesi da Bahia que apresente um plano de ação para que seja implantada a determinação 1.7.1 supra, estipulando prazo de 120 dias, contendo, no mínimo, as medidas a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para a sua implementação.".

Considerando que a unidade jurisdicionada informou em 9/9/2016, em relação aos dois itens acima, que a gestão das transferências financeiras e as análises das respectivas prestações de contas foram incorporadas às atribuições do Núcleo de Desenvolvimento Estratégico (NDE), havendo sido estabelecidos rotinas e padrões para a concessão de transferência de recursos financeiros, bem como que as providências teriam sido finalizadas em 6/9/2016 (§ 5º da instrução, peça 24).

Considerando que, diligenciado a comprovar o cumprimento das determinações, o Sesi-DR/BA apresentou cópia dos normativos que passaram a regulamentar a gestão e prestação de contas de convênios e um manual de orientações destinadas aos convenentes (§ 7º da instrução, peça 24);

Considerando que fiscalização empreendida pelo controle interno concluiu que foram adotadas as providências necessárias ao saneamento das impropriedades constatadas (§§ 8º e 9º da instrução, peça 24);

Considerando que a unidade técnica concluiu, de maneira uniforme, que a unidade jurisdicionada demonstrou o atendimento integral às determinações sob monitoramento (§§ 9º e 12 da instrução, peça 24);

Considerando que o Ministério Público junto a este Tribunal manifestou-se de acordo com a proposta oferecida pela unidade técnica,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) considerar cumpridas as determinações constantes do Acórdão 2.772/2016 - TCU- 1ª Câmara;

b) encaminhar cópia do presente acórdão ao Sesi-DR/BA;

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RI/TCU.

1. Processo TC-030.241/2015-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)
1.1. Responsável: Jose de Freitas Mascarenhas (000.630.535-00)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Regional do Sesi no Estado da Bahia
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrabalho).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 7923/2020 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. Aparecido Florentino da Silva (CPF 443.486.579-04), ex-prefeito Municipal de Rurópolis/PA (gestões 2005/2008 e 2009/2012), em face da omissão na prestação de contas quanto aos recursos repassados ao Município de Rurópolis/PA em virtude do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE (exercício 2011), cujo prazo final para a apresentação da prestação de contas expirou em 30/4/2013 (peça 2).

Considerando que, após promovida citação e audiência do responsável, foi apresentada documentação a título de prestação de contas (peças 32-36), que foi examinada pelo concedente e considerada em condições de ser aprovada (peça 46, p. 3-5; peça 48, p. 5);

Considerando a alegação de suposto embaraço criado pela gestão sucessora para inserção da prestação de contas no sistema disponibilizado pelo ente repassador (peça 32, p. 1);

Considerando, sobretudo, que não seria cabível a responsabilização do Sr. Aparecido Florentino da Silva, por omissão no dever de prestar contas, haja vista que o prazo limite para a apresentação da prestação de contas é de 30/4/2013 (peça 9, p. 1, item 1), e se escoou na gestão do prefeito sucessor;

Considerando a proposta instrutória (peças 49-51) acolhida pelo Parquet especializado (peça 55);

Considerando que os documentos que integram as peças 52-54, embora autuados posteriormente à manifestação da Unidade Técnica, reproduzem documentos que já integravam os autos (peças 46 e 48), não interferindo no exame outrora realizado,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 15, inciso I, alínea "p", 143, inciso V, alínea "a", 234 e 235, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) acatar as alegações de defesa e as razões de justificativa do responsável Aparecido Florentino da Silva;

b) julgar as contas do Sr. Aparecido Florentino da Silva regulares com ressalva, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 208, caput, e 214, inciso II, do RI/TCU;

c) encaminhar cópia deste Acordão e da instrução de peça 49 ao Sr. Aparecido Florentino da Silva, assim como ao seu advogado, o Dr. Paulo Roberto Corrêa Monteiro (OAB/PA 2.415), procuração constante da peça 31, e ao FNDE.

1. Processo TC-007.047/2018-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Aparecido Florentino da Silva (443.486.579-04)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rurópolis - PA
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Paulo Roberto Corrêa Monteiro (2.415/PA), representando Aparecido Florentino da Silva.

ACÓRDÃO Nº 7924/2020 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em desfavor da Sra. Francineti Maria Rodrigues Carvalho (CPF 318.852.252-53), ex-Prefeita Municipal de Abaetetuba/PA (gestões 2009/2012 e 2013/2016), em face da omissão na prestação de contas quanto aos recursos repassados ao Município de Abaetetuba/PA em virtude do Programa Brasil Alfabetizado - BRALF (exercício 2010), vigente de 19/4/2010 a 19/4/2012, cujo prazo final para a apresentação da prestação de contas expirou em 19/4/2012 (§ 1º da instrução, peça 68).

Considerando que, citada por este Tribunal, a referida responsável, entre as diversas alegações apresentadas no sentido de justificar o atraso na apresentação dos documentos (§ 22 da instrução, peça 68), apontou que a prestação de contas relativa ao BRALF-2010 havia sido finalmente inserida no Sistema SIGPC, do FNDE, por seu sucessor, na data de 18/02/2019, estando desde então na situação "aguardando análise" (§ 5º da instrução, peça 68);

Considerando que, diligenciado a respeito da emissão do parecer técnico relativo à referida prestação de contas, o Ministério da Educação concluiu que os documentos apresentados demonstram o cumprimento do objeto do programa (§ 21 da instrução, peça 68);

Considerando que, relativamente à intempestividade na apresentação da prestação de contas do BRALF-2010, a unidade técnica aponta que o prazo havia sido postergado para 2017, quando a responsável já não era prefeita municipal, transferindo a responsabilidade para seu sucessor (§ 23 da instrução, peça 68);

Considerando as propostas uniformes da unidade técnica, no sentido de que sejam aceitas as alegações de defesa apresentadas e do julgamento das presentes contas pela regularidade, com ressalvas (§§ 32 e 33 da instrução peça 68; e peças 69 e 70), com as quais concordou o representante do MP-TCU (peça 71);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, em:

a) julgar as contas da Sra. Francineti Maria Rodrigues Carvalho regulares com ressalva, relativamente ao BRALF/2010, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 208, caput, e 214, inciso II, do RI/TCU;

b) encaminhar cópia do presente Acórdão a Sra. Francineti Maria Rodrigues Carvalho, ao FNDE e ao Secretário de Alfabetização - SEALF/MEC, para ciência;

c) arquivar o presente processo.

1. Processo TC-036.800/2018-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Francineti Maria Rodrigues Carvalho (318.852.252-53)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Abaetetuba - PA
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: André Luiz Barra Valente (26.571/OAB-PA) e outros, representando Francineti Maria Rodrigues Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7925/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-023.069/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alcides Alves Vieira (076.611.001-00); Antonio Goncalves Sobrinho (013.926.461-20); Aparecido Pinto (981.710.978-04); Darci Dias de Oliveira (060.713.331-72); Dinalva Dias Carneiro (302.156.091-15); Djalma Quirino Lopes (276.800.101-53); Eloi Claudino de Galiza (075.353.503-30); Gilson Saltorio de Lima (145.563.161-20); Helder Lopes de Oliveira (063.700.123-00); Maria Dinalva Almeida (122.320.091-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7926/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-023.131/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Anna Goviadinova (006.547.998-06); Dirce Ayaco Oda (066.403.348-28); Elisabete da Silva Barbara (079.946.788-07); Magda Alvarez Coelho (010.878.048-17); Maria Benedita Gagliardo Pires (025.816.108-67); Marina Mota dos Santos (066.415.108-67); Mirtes Fonseca (031.185.228-95); Silvia Helena Garcia Barreto (076.359.598-59); Terezinha de Jesus Oliveira Ribeiro (805.945.308-49); Vanda Marcia Souza dos Santos Goes Sant Anna (009.244.598-59).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7927/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto.

1. Processo TC-024.377/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joilson Valerio do Rosario (378.071.297-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando da Marinha (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7928/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto.

1. Processo TC-024.390/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Wanderley Pereira Coelho (474.045.157-34); Maria Gorete de Albuquerque Silva (152.880.051-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cidadania.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7929/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto.

1. Processo TC-024.449/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Flavio Lisboa Galdino (096.367.734-91); Maria Solony Barbosa de Medeiros (067.455.394-20); Miriam Moreno e Silva (106.422.504-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7930/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-014.727/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Arnaldo Delfino Correa (289.816.018-01); Aubert Aparecido da Silva (172.227.448-43); Carlos Alberto Couvre (072.162.798-67).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT Em São Paulo/Interior - DR/SPI.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7931/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-023.321/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diego Henrique de Lima (032.345.445-30); Jamille Mendonca Reinaldo (048.808.185-85); Jurandir Fragoso Crisostomo Junior (085.350.954-97); Pedro Henrique Silva Santos Machado (048.785.325-30).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7932/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-023.352/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alana Cristine Flesch dos Santos (005.372.560-32); Bruna Adriane Comassetto Berneira (041.198.950-25); Daniel Luiz dos Santos (185.772.057-11); Eric Messias Menezes (189.440.367-30); Isabela Mendes de Souza (167.590.007-81); Renata Cristina Oliveira da Silva (438.413.148-80); Renata Maciel Martins (034.735.370-39); Roger da Silva Thomaz (153.863.897-50); Tais Kerche de Oliveira Stenico (442.219.228-00); Thais Franco da Silva Araujo (187.595.197-03).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7933/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-023.353/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dannyel Rafael de Carvalho (119.980.186-01); Fernanda Carvalho de Miranda (159.900.277-96); Jackson Moises Mattos de Carvalho (172.683.967-24); Jean Luz Chagas Rodrigues (168.506.247-41); Juliana dos Santos Goncalves (181.218.587-12); Leonardo de Mello Mendes (135.725.497-01).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7934/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-023.356/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Annie Caroline Ribeiro Carvalho (160.332.327-98); Guilherme Fogaca Camargo (448.635.368-44); Hermes Adriano Medeiros de Macedo (075.381.764-03); Igor Gabriel de Souza Paixao (160.983.167-59); Jaqueline da Silva Moreira (157.931.327-24); Jhonatan Mesquita da Silva (178.386.327-73); Jonathan do Nascimento de Assumpcao (142.094.527-00); Juliana Gomes Monteiro (177.507.407-24); Kassia Cristine Nascimento de Souza (158.086.347-76); Leticia Vasconcelos dos Santos Ferreira (182.879.277-22).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7935/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-023.425/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriel Guimaraes Barbosa (138.075.657-01); Gilberto Vieira Garcia (075.767.467-42); Gisele Batista Candido (049.788.399-63); Hugo Filardi Pereira (086.694.237-82); Igor Alves Pinto (136.544.617-43); Jessica de Medeiros Vidal (141.399.727-93); Joao Paulo da Silva Queiroz Menezes (144.811.727-54); Nathane Santanna Felix (127.641.827-24); Orlando Fernandes Junior (105.408.277-46); Valentin Arechaga (061.614.417-21).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7936/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-023.451/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonyony Carlos Jordao Heitor (135.271.867-78); Bernardo do Amaral Pedrete (055.099.377-00); Camila Alves Jourdan (118.874.807-65); Caroline Trapp de Queiroz (137.338.627-40); Fernando Damascena de Carvalho (072.477.317-70); Igor de Azevedo Fraga (101.166.397-09); Inny Bello Accioly (113.950.697-86); Mayara Nicolau de Paula (124.276.377-50); Rodrigo Alexandre Soares Santos (311.601.348-98); Tais de Lacerda Goncalves Massiere (105.190.827-29).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7937/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-023.459/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Carolina da Silva Goncalves (133.191.737-90); Bruna Brasil Albuquerque de Carvalho (142.269.177-23); Elizabeth da Silva Carvalhal (033.144.367-85); Fabianno Ferreira Dutra (112.318.917-00); Fernando Luiz Craveiro Parreira (082.955.177-83); Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (070.101.437-73); Gabriel Botelho Neves da Rosa (081.151.197-92); Gerson Fruzzoni (048.264.687-09); Joseane Barbosa de Lima (068.915.204-36); Juliana Arais Hocevar Kristoschek (970.338.390-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7938/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-023.626/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Regis da Silva Lopes (041.646.116-69); Bianca Silveira Zanotta (008.406.170-70); Eneida Rodrigues de Carvalho (524.905.800-00); Joana Maria da Silva Oliveira (476.654.086-72); Jose dos Reis Pereira (863.414.136-53); Liliane Montes Costa (008.833.450-30); Nilda Maria Ferreira da Cruz (628.219.896-87); Rafael Sbroggio Politano (312.470.488-61); Seleste Afonso da Silva (517.441.806-44); Silvia Regina Pereira Duarte (678.433.286-53).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7939/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-023.635/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elder Patrick dos Santos Queiroz (024.625.931-01); Ezequiel Severiano da Silva (067.212.484-09); Morgana Costa Barbosa (028.610.551-97); Poliana Ferreira Borges (052.344.991-70); Sarah da Silva Araujo (756.943.011-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7940/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-023.717/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cesar Bastamante Soares (223.650.718-64); Diego Alves Moraes (386.603.608-69); Jessen Silva Aguiar (368.998.968-00); Joaquim Basaglia Junior (395.231.748-94); Paulo Henrique Bellizia Destro (441.741.248-09); Renaldo Iza (076.043.908-70); Renan Evangelista de Novais (336.902.268-05); Renato Pereira de Almeida (370.253.108-40); Thiago de Carvalho Vicente (301.394.528-18); Vinicius Augusto Correia e Souza (450.990.878-41).
1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7941/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-023.939/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Giacobelli Cosmo (411.280.728-74); Carolina Callegari Barbisan (366.988.058-58); Caroline Eulalia Cassinha Faria (419.076.978-96); Fuvia Fernandes Pereira (406.444.988-62); Gabriel Fagian (307.237.738-31); Marilaine Balestrim Andrade (145.610.708-93); Reinaldo Jose Loiola (039.572.458-93); Thais Goncalves Teixeira (406.810.948-69); Vera Lucia dos Reis (259.867.578-90); Victor Henrique Sakamoto (406.959.168-07).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7942/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-023.992/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sergio Barros Bispo Junior (066.411.655-82).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7943/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-024.015/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Augusto Aragao Costa (966.877.975-49); Iago Ita de Almeida Pereira (055.784.215-80); Marcele Uzeda Melo (835.716.125-15); Marcio Santos da Natividade (916.902.265-87); Marcos Pereira Santos (033.336.195-47); Maria Elena Kioulpaloglou (641.295.515-15); Mateus Fernandes Venancio (089.968.326-69); Mauricio Brandao dos Santos (032.175.495-62); Patricia Carneiro Costa (020.085.195-03); Taiana Tosta Boaventura (021.513.975-56).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7944/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados.

1. Processo TC-024.549/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Debora Fernandes de Freitas (824.331.351-68); Diego Fraga Rezende (022.914.671-66); Joao Paulo Melleiro Malagutti (369.458.818-30); Laura Cristina da Silva Vasconcelos (804.834.531-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7945/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do ato de admissão a seguir relacionado.

1. Processo TC-024.553/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jeanne Marie Silveira Bazin (362.699.307-82).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7946/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, II, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados.

1. Processo TC-024.590/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex de Souza Lacerda (012.757.460-39); Alvaro Utempergher Bodas (119.582.018-63); Cassio Mauro Covalski (088.057.409-77); Claudio Felix Martins dos Santos (881.798.004-82); Claudio Ferreira (557.617.040-72); Dudson Roig Souza (048.543.589-63); Eduardo Sergio Goncalves Ferreira (856.078.514-00); Josue Barbosa Taveira Santos (126.841.177-99); Leonardo Costa Alves (702.416.841-29); Lucas Martins Goncalves de Azevedo (128.496.647-07); Marcio Lucas Machado (061.786.236-23); Marco Aurelio Alves dos Santos (222.620.818-67); Oseias da Silva Dantas (015.014.853-42); Renato Ignacio de Oliveira (006.845.017-67); Salvador Pereira Rocha da Silva Junior (523.689.123-04).
1.2. Órgão/Entidade: Liquigás Distribuidora S.a. - Petrobras - MME.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7947/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-025.026/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caio Tarso Santos Pereira (029.240.632-05); Carolainne Carolina de Andrade (152.383.237-19); Cristian Ferreira da Silva (114.668.374-03); Eliabe Rodrigues da Silva (167.723.847-09); Gabriel Marques da Silva (367.181.258-30); Igor Amoedo Pinheiro da Costa (035.296.952-03); Lucas Goncalves Dias de Oliveira (180.635.767-48); Matheus Goncalves Silva (168.079.517-10); Pablo da Silva Miranda (162.722.437-82); Renir dos Santos Fernandes da Rocha (141.517.087-82).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando da Marinha (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7948/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-025.082/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edinei da Silva Novais (031.015.484-70); Flavio Marques Castanho Barrero (174.001.088-40); Frederyk Antunnes de Sousa Alves (095.851.964-17); Raimundo Nonato Ferreira (658.705.653-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7949/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-025.119/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lilian de Menezes Silva (440.732.407-49); Luana Almeida do Amaral Thome (053.065.107-60); Luciana de Abreu e Lima Pamplona (958.168.607-04); Marilene Santana da Silva (036.334.237-02); Mauricio da Fonseca Castelhano (702.710.897-68); Michele de Jesus Silva (113.224.787-08); Patricia Sant Ana da Silva (057.003.837-56); Renata Regis da Silva (092.907.317-70); Suzana Dutra de Oliveira (812.702.757-04); Zulane da Silva Tavares Veiga (034.140.827-13).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7950/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-025.133/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adilson Marcio Coelho (830.826.626-68); Leonardo Bis dos Santos (070.626.557-24); Mariana dos Santos Cezar (101.682.407-69); Weriquison Simer Corbani (109.445.457-50).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7951/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-025.136/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Mauricio Valentin Junior (112.273.007-19)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7952/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-025.225/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Anatercia Rovani Pilati (989.338.250-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7953/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado:

1. Processo TC-025.228/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Elaine de Paula Witt (077.990.109-67).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7954/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-025.231/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Bonfim de Oliveira (042.112.805-46); Bruno Lopes Bueno Costa (079.943.417-56); Ednilson Fernandes de Oliveira (004.813.265-96); Fernando Rosseto de Souza (075.400.456-20); Francisco Assis Pereira da Silva (039.234.051-89); Gibran Fernando Ibrahim (072.860.639-95); Odilio Palmeira de Oliveira Junior (906.443.601-00); Vitor Hugo Gomes de Carvalho (105.030.437-37); Wesley Vertuan de Andrade (230.746.348-80).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7955/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-025.241/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolina dos Santos Arioza (007.828.161-00); Christianne Viana Ferreira Paiva Gonzaga (622.699.251-49); Fabricio Alves Araujo (010.862.201-02); Luciene Lima de Assis Pires (277.999.991-87); Maria Gabriela Machado Junqueira (007.584.301-32); Priscila de Souza Toledo (019.433.721-95).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7956/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-025.286/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jhennifer Lauanne Tavares da Cruz Silva (788.295.932-49); Lorena Costa Irmao Rego (648.633.602-15); Marinete Rodrigues da Silva (667.601.192-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7957/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-011.784/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Edilma Fernandes Cavalcante (461.614.061-87); Edna Pereira Alves (524.529.051-00); Francisca Iria de Sousa (239.251.401-15); Maria Brito Feitosa (058.885.733-53); Rosa Maria Colins Mariz (000.395.941-49); Vilma Cavalcante de Carvalho (185.551.361-72)
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7958/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-022.797/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ariete Maria de Araujo Oliveira (040.623.134-64); Maria Beatriz de Melo Leite (885.315.894-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7959/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor do beneficiário a seguir relacionado:

1. Processo TC-022.857/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Tereza Ferreira de Campos (505.328.809-78).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7960/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-022.919/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Cristina Ribeiro de Almeida (327.883.551-49); Odiva Auxiliadora da Cruz Rodrigues (395.424.161-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7961/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto.

1. Processo TC-024.337/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Gracy Tavares Vales (375.271.423-91); Raimunda Coelho Barbosa (254.120.863-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7962/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-013.452/2020-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Paula Delariva Carvalho (009.147.309-83); Cecilia Gomes Pereira (036.167.035-49); Claudete Delariva Carvalho (021.989.969-01); Elizete Delariva Carvalho Barbosa (021.995.049-05); Larissa Sauane Melquiades da Rocha Pereira (035.405.895-97); Luciana Delariva Carvalho (009.147.269-51); Marina Prazeres da Silva (399.180.417-49); Santa Jeovane Peres Carvalho (626.126.460-00); Teresa da Silva Pereira (467.434.807-20); Vania Lopes dos Reis (573.927.149-53); Vera Lopes dos Reis (411.950.789-00); Vinicius Lopes dos Reis (875.941.379-49).
1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7963/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-013.513/2020-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Adriana Braga de Souza (077.693.097-43); Elza Maria da Silva (097.884.331-20); Lia Luci Careli (012.842.990-90); Simone Bandeira Americo Paiva dos Santos (673.288.304-68); Yandara Bueno Moura (413.267.682-04).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7964/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-013.562/2020-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Maria do Patrocínio Azevedo Dias (014.123.171-85); Neuza Vertente Ribeiro (156.891.428-83); Regina Helena Gonçalves Pires (439.925.447-53); Sylvia Maria G. Pires Fonseca (002.860.537-30); Tania Mara Matos Brito Santos (101.168.855-72).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que retifique no formulário Sisac do ato de concessão da pensão militar instituída por Severino Dias de Oliveira o campo referente à data de vigência para "29/4/2014".

ACÓRDÃO Nº 7965/2020 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, II, 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, I, 208, § 1º e 2º, do RI/TCU, e na forma do art. 143, I, 'a', do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas do responsável a seguir indicado regulares com ressalva em razão da ressalva a seguir apresentada, e dar-lhe quitação, encaminhar cópia desta deliberação (peça 28) ao responsável, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao município de Arataca/BA, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
- Ressalva: apresentação intempestiva da prestação de contas, conforme item 20 da instrução, peça 28.

1. Processo TC-020.804/2017-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Agenor Birschner (379.873.217-53).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Arataca/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Rafael Lograd Barreto da Silva (OAB/BA 40.300), por Agenor Birschner.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7966/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.351/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Maria Cristina Vendas Vilas Boas de Carvalho (273.396.291-49).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Araceli Alves Rodrigues (OAB/DF 26.720) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Maria Cristina Vendas Vilas Boas de Carvalho em face do Acórdão 14.556/2019-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7966-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7967/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.651/2020-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Paulo Gomes da Silva (192.950.654-68).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do sr. Paulo Gomes da Silva, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. promova o destaque da parcela excedente de "quintos" incorporados pelo sr. Paulo Gomes da Silva, relativa ao exercício do cargo em comissão CJ-3 posteriormente a 8/4/1998, e transforme-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115;
9.3.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o sr. Paulo Gomes da Silva teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7967-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7968/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.702/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Maria do Carmo Tarini (203.373.102-20).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da sra. Maria do Carmo Tarini, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à sra. Maria do Carmo Tarini, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7968-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7969/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.824/2020-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Carlos Alcidio Emmel (402.061.069-04).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do sr. Carlos Alcidio Emmel, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao sr. Carlos Alcidio Emmel, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7969-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7970/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.986/2020-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Jacqueline Lyra Figueira Costa (399.405.864-34).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da sra. Jacqueline Lyra Figueira Costa, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à sra. Jacqueline Lyra Figueira Costa, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7970-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7971/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.995/2020-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Beatriz da Conceição de Almeida Gomes (116.327.982-04).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP em favor da Sra. Beatriz da Conceição de Almeida Gomes,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Beatriz da Conceição de Almeida Gomes (116.327.982-04), recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.4. autorizar à Sefip que:

9.4.1. esclareça à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos;

9.4.2. monitore o cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.3 acima.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7971-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7972/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.048/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Lilian Cristina Ramazini Rico (027.877.498-95).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da sra. Lilian Cristina Ramazini Rico, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. promova o destaque da parcela excedente de "quintos" incorporados pela sra. Lilian Cristina Ramazini Rico, relativa ao exercício da função comissionada FC-4 posteriormente a 8/4/1998, e transforme-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a sra. Lilian Cristina Ramazini Rico teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7972-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7973/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.060/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Antônio Carlos Delmônico (246.065.021-34).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do sr. Antônio Carlos Delmônico, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o sr. Antônio Carlos Delmônico teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7973-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7974/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.323/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Giovanni Fialho Netto (149.729.991-87).
4. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios em favor do Sr. Giovanni Fialho Netto,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Giovanni Fialho Netto (149.729.991-87), recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;
9.4. autorizar à Sefip que:
9.4.1. esclareça à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos;
9.4.2. analise a legitimidade dos valores que vêm sendo pagos ao interessado a título de quintos incorporados da função comissionada de código FC-5 (5/5), considerando-se que o valor atualmente devido em razão do exercício da referida função de confiança é de R$ 2.232,38, o que ensejaria o pagamento de quantia bem inferior à que atualmente lhe vem sendo paga;
9.4.3. monitore o cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.3 acima.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7974-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7975/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.333/2020-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Reginaldo Antonio Rodrigues (223.051.491-15).
4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do sr. Reginaldo Antonio Rodrigues, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o sr. Reginaldo Antonio Rodrigues teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7975-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7976/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.584/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Avelina Gomes Monteiro (539.372.101-30); Claudio Netto Estrella (231.173.469-53); Didimo Carvalho Teles (087.009.311-87); Francisco de Assis Linhares e Silva (044.616.653-72).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos iniciais de aposentadoria emitidos no âmbito do Ministério da Saúde em favor dos Srs. Avelina Gomes Monteiro, Claudio Netto Estrella, Didimo Carvalho Teles e Francisco de Assis Linhares e Silva,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegais os atos iniciais de aposentadoria dos Srs. Avelina Gomes Monteiro (539.372.101-30), Didimo Carvalho Teles (087.009.311-87) e Francisco de Assis Linhares e Silva (044.616.653-72), negando-se os registros correspondentes;
9.2. em relação aos atos considerados ilegais, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Ministério da Saúde que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos tidos por ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os eximem da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;
9.4. autorizar à Sefip que:
9.4.1. oriente o órgão jurisdicionado no sentido de que poderão ser editados novos atos de aposentadoria em favor dos interessados, desde que escoimados das irregularidades verificadas nos presentes autos, os quais deverão ser submetidos a novo julgamento por esta Corte de Contas, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU;
9.4.2. promova o destaque do ato inicial de aposentadoria emitido em favor do Sr. Claudio Netto Estrella (231.173.469-53), a fim de que sejam realizadas diligências quanto ao tempo de serviço prestado pelo interessado, notadamente acerca do tempo de atividade insalubre averbado;
9.4.3. monitore o cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.3 acima.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7976-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7977/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.618/2020-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em processo de Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Márcia Maria Mendonça (240.839.336-15)
3.2. Recorrente: Marcia Maria Mendonca (240.839.336-15).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos contra os termos do Acórdão 6313/2020-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. receber os presentes embargos de declaração para, no mérito, os acolher, com efeitos infringentes;
9.2. considerar legal a concessão de aposentadoria à interessada e tornar insubsistentes, em relação à sua pessoa, os subitens 9.1, 9.2 e 9.3 do Acórdão 6314/2020-1ª Câmara.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7977-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7978/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.881/2016-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Guilherme Henrique Magaldi Netto (185.805.131-20).
4. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal:
8.1. Arthur Lima Guedes (18.073/OAB-DF) e outros, representando Guilherme Henrique Magaldi Netto.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração em processo de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. receber os presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante e ao Ministério Público Federal.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7978-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7979/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.577/2017-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Maria Auxiliadora Dias do Rêgo (928.237.344-49); e Município de Riachão do Poço - PB (01.612.366/0001-84)
3.2. Recorrentes: Maria Auxiliadora Dias do Rêgo (928.237.344-49); e Município de Riachão do Poço - PB (01.612.366/0001-84).
4. Entidades: Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS) e Município de Riachão do Poço - PB.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Fabio Brito Ferreira (9672/OAB-PB), representando Maria Auxiliadora Dias do Rêgo; Mabel Amorim Costa (18.853/OAB-PB), representando o Município de Riachão do Poço - PB.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Município de Riachão do Poço/PB e pela Sra. Maria Auxiliadora Dias do Rêgo ao Acórdão 5.440/2020-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, nos termos do art. 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito:
9.1.1. rejeitar o expediente recursal trazido pelo Município de Riachão do Poço/PB;
9.1.2. acolher parcialmente o recurso interposto pela Sra. Maria Auxiliadora Dias do Rêgo, a fim de reduzir o valor da multa imposta no subitem 9.4 do Acórdão 5.440/2020-1ª Câmara para R$ 20.000,00;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, à Prefeitura e à Câmara Municipal de Riachão do Poço/PB e ao Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS);
9.3. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7979-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7980/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.373/2019-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Reforma
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Antônio Carlos Correia da Silva (280.038.967-20); Francisco Alves da Cruz (021.873.454-91); Jaime Severino do Nascimento (079.931.617-20); Júlio Cesar dos Santos (474.047.019-53); Manoel Prata Filho (199.270.378-72); Márcio da Silva Teixeira (046.520.451-15); Marcos Wanderley Ferreira (727.660.427-68); Reginaldo Silva de Lyra (930.272.577-49); Roni Anderson Peres da Silva (019.340.797-31); Wilson da Cruz Queiroga (607.092.277-87).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - COMANDO DA MARINHA (VINCULADOR).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de reforma de ex-militares do Comando da Marinha,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, e no Regimento Interno deste Tribunal, art. 260, § 5º, em:
9.1. considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de reforma dos srs. Antônio Carlos Correia da Silva, Júlio Cesar dos Santos, Manoel Prata Filho, Márcio da Silva Teixeira, Marcos Wanderley Ferreira, Reginaldo Silva de Lyra e Wilson da Cruz Queiroga
9.2. considerar ilegais os atos de alteração de reforma dos militares Francisco Alves da Cruz, Jaime Severino do Nascimento e Roni Anderson Peres da Silva e negar registro aos respectivos atos;
9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelos interessados mencionados no subitem anterior;
9.4. dar ciência desta deliberação ao Comando da Marinha.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7980-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7981/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.492/2010-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Isaac Roitman (027.406.567-34); Jacques Rocha Velloso (129.960.687-34); José Carlos Cordova Coutinho (002.126.281-00).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos inicial e de alteração de aposentadoria emitidos no âmbito da Fundação Universidade de Brasília em favor dos Srs. Isaac Roitman, Jacques Rocha Velloso e Jose Carlos Cordova Coutinho,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/92 e 262, § 2º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria aos Srs. Isaac Roitman (027.406.567-34), Jacques Rocha Velloso (129.960.687-34) e José Carlos Cordova Coutinho (002.126.281-00), negando-lhes o correspondente registro;
9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília que adote medidas para:
9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.2.2. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;
9.2.3. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal emitido em favor do Sr. Isaac Roitman (027.406.567-34), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, devendo o órgão jurisdicionado adotar, ainda, providências no sentido de obter o ressarcimento dos valores pagos indevidamente ao interessado após o trânsito em julgado do MS 25.678/DF impetrado pela ASPOFUB perante o Supremo Tribunal Federal;
9.2.4. esclarecer à Fundação Universidade de Brasília que, no presente caso, a suspensão dos pagamentos decorrentes dos atos impugnados e a emissão de novos títulos de inatividade para os Srs. Jacques Rocha Velloso (129.960.687-34) e José Carlos Cordova Coutinho ficam condicionados à eventual desconstituição da decisão liminar proferida pela Exma. Sra. Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, no Mandado de Segurança 26.156/DF, hipótese em que também deverá ser providenciada a restituição dos valores referentes à URP de fevereiro de 1989 pagos aos interessados desde a impetração da ação, nos termos do art. 46, § 3º, da Lei 8.112/1990, salvo a superveniência de decisão judicial expressa dispondo de forma distinta.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7981-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7982/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.208/2015-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio - ASBT (CNPJ 32.884.108/0001-80), Lourival Mendes de Oliveira Neto (CPF 310.702.215-20) e Valeria Patrícia Pinheiro de Oliveira Azevedo - ME (CNPJ 02.332.448/0001-38).
3.2. Recorrentes: Associação Sergipana de Blocos de Trio - ASBT (CNPJ 32.884.108/0001-80), Lourival Mendes de Oliveira Neto (CPF 310.702.215-20) e Valeria Patrícia Pinheiro de Oliveira Azevedo - ME (CNPJ 02.332.448/0001-38)
4. Entidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos pela Associação Sergipana de Blocos de Trio - ASBT, pelo Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto e pela empresa Valeria Patrícia Pinheiro de Oliveira Azevedo - ME contra o Acórdão 8.871/2019-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em
9.1. com fundamento nos arts. 32, I, e 33 da Lei 8.443/1992 e 277, I, 281, 282 e 285 do Regimento Interno do Tribunal, conhecer dos presentes recursos de reconsideração, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo em seus exatos termos a decisão vergastada; e
9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado de Sergipe.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7982-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7983/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.157/2017-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (Aposentadoria).
3. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.
4. Embargante: Lúcia Marina de Araújo Santos (051.500.686-67), pensionista de Weliton Militão dos Santos (241.314.156-15).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Natália Maria Martins de Resende (OAB/MG 77.883) e outros, representando Lúcia Marina de Araújo Santos.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Lúcia Marina de Araújo Santos, pensionista de Weliton Militão dos Santos, perante o Acórdão 1.502/2020-TCU-Primeira Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992;
9.2. dar ciência da presente deliberação à embargante, em nome dos representantes legalmente constituídos nos autos.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7983-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7984/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.957/2017-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Ciec - Centro de Integração Esporte e Cultura (05.780.545/0001-81); José Omar Xavier Diniz (258.762.601-34).
4. Órgão: Ministério do Esporte (extinto); Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Executiva do extinto Ministério do Esporte em desfavor do Centro de Integração de Esporte e Cultura (Ciec) e de José Omar Xavier Diniz, presidente daquela entidade, em razão de rejeição total da prestação de contas de recursos repassados com base na Lei 11.438/2006 para execução de projeto intitulado Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável, na cidade de Planaltina/DF,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis o Centro de Integração Esporte e Cultura e José Omar Xavier Diniz, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Centro de Integração Esporte e Cultura e de José Omar Xavier Diniz, condenando-os, solidariamente, ao pagamento do débito no valor de R$ 259.000,00 (duzentos e cinquenta e nove mil reais), na data de 23/04/2009, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar ao Centro de Integração Esporte e Cultura e a José Omar Xavier Diniz multas individuais no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Distrito Federal, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência deste acórdão à Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania e aos responsáveis.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7984-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7985/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.499/2020-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Ana Ligia de Almeida Nunes (206.561.814-00); Esequias Araújo Silva (008.333.984-15).

4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de aposentadoria emitidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar legal a aposentadoria de Esequias Araújo Silva, concedendo o registro ao ato correspondente;

9.2. considerar ilegal a aposentadoria de Ana Ligia de Almeida Nunes, negando o registro ao ato correspondente;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.4. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre da irregularidade apurada, a ser submetido ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7985-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7986/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.665/2020-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Custodio Antonio Pinto (064.511.016-72); Fernando Cesar Bernardes (230.801.836-49); Geraldo Francisco do Couto (275.819.776-68); Jalmir Pinheiro de Souza (374.679.806-04).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de aposentadoria emitidos pela Fundação Universidade Federal de Viçosa,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar legal a aposentadoria de Fernando Cesar Bernardes, concedendo o registro ao ato correspondente;

9.2. considerar ilegais as aposentadorias de Custodio Antonio Pinto, Geraldo Francisco do Couto e Jalmir Pinheiro de Souza, negando o registro aos atos correspondentes;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.4. determinar à Fundação Universidade Federal de Viçosa que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, promova a absorção da parcela complementar ao vencimento básico de que cuida a Lei 11.091/2005 nos proventos de Fernando Cesar Bernardes pelos reajustes ocorridos em sua remuneração após 2017;

9.4.3. no prazo de 15 (quinze) dias, providencie o ajuste dos proventos de Jalmir Pinheiro de Souza para a proporção de 30/35 avos, em conformidade com o ato inicial de sua aposentadoria, já registrado pelo TCU;

9.4.4. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.4.5. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;

9.5. esclarecer à Fundação Universidade Federal de Viçosa que:

9.5.1. em relação a Geraldo Francisco do Couto, um novo ato de aposentadoria poderá ser emitido desde que preenchidos os requisitos da legislação vigente;

9.5.2. em relação a Custodio Antonio Pinto, caso sua aposentadoria tenha sido concedida mediante conversão de tempo de insalubridade, ela somente poderá prosperar se a contagem estiver amparada em certidão emitida pelo INSS ou, alternativamente, em laudo oficial que efetivamente comprove as condições especiais em que ele laborava, o que deverá ser minuciosamente esclarecido em novo ato a ser encaminhado ao TCU, se for o caso;

9.5.3. ainda em relação a Custodio Antonio Pinto, na ausência da documentação referida no item anterior, o interessado poderá obter nova aposentadoria com proventos na proporcionalidade mínima (30/35 avos) e com paridade, mediante contagem de tempo de inatividade nos termos do enunciado 74 da Súmula do TCU, com fundamento no art. 186, inciso III, alínea "c", da Lei 8.112/1990;

9.6. dar ciência deste acórdão à Fundação Universidade Federal de Viçosa.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7986-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7987/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.351/2020-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Pensão Militar.

3. Interessadas: Elizabete Coriolano Cruz (397.254.052-34); Marcia Antonia Tourinho de Almeida (235.800.205-44); Marilda Fiuza de Deus (693.295.917-87); Mariza Fiuza de Deus (810.061.797-04); Nubia Maria Tourinho (438.587.675-49); Vera Lucia Lopes Marques (072.841.757-02).

4. Órgão: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de pensão militar emitidos pelo Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar legais as pensões militares instituídas por Antonio da Costa Marques (066.845.997-20) e Antonio Jose Tourinho (010.686.015-15), concedendo o registro aos atos correspondentes;

9.2. considerar ilegais as pensões militares instituídas por Antonio Mariano de Deus (072.010.607-91) e Antonio Pedro da Silva Cruz (080.114.437-04), negando o registro aos atos correspondentes;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.4. determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas, a serem submetidos à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas cujos atos ora são considerados ilegais, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que as interessadas tomaram conhecimento do contido no item anterior;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7987-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7988/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.744/2016-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16); Prefeitura Municipal de Monte Negro - RO (63.761.985/0001-98)
3.2. Responsável: Eloísio Antônio da Silva (360.973.816-20)
3.3. Recorrente: Eloísio Antônio da Silva (360.973.816-20).
4. Órgão: Prefeitura Municipal de Monte Negro - RO.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado (4-b/OAB-RO) e outros, representando Eloísio Antônio da Silva.
8.2. Carlos Eduardo Rocha Almeida (3593/OAB-RO), representando Construmax Construcoes Ltda - EPP.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Eloísio Antônio da Silva, ex-prefeito de Monte Negro/RO, contra o Acórdão 14.197/2018-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou suas contas irregulares, imputou-lhe débito e aplicou-lhe multa, em razão da não consecução dos objetivos pactuados no TC/PAC 446/2009 (Siafi 658432), que teve por objeto a execução de sistema de esgotamento sanitário naquela municipalidade;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao recurso de reconsideração;
9.2. comunicar esta deliberação ao recorrente, à Fundação Nacional de Saúde, ao Município de Monte Negro/RO e à Procuradoria da República no Estado de Rondônia.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7988-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7989/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.968/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Moema Rocha Guimaraes (227.211.695-72).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Yuri Paim de Figueiredo (OAB/BA 14.881) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Moema Rocha Guimaraes em face do Acórdão 1.739/2020-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7989-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7990/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.045/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Alcindo Mendonça Machado (020.444.388-10).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP em favor do ex-servidor Alcindo Mendonça Machado;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria, emitido em favor de Alcindo Mendonça Machado (020.444.388-10), recusando o respectivo registro;
9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial da vantagem denominada "opção", comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.2.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.2.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7990-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7991/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.049/2020-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Luis Aloise (004.140.098-43).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP em favor do ex-servidor Luis Aloise;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria, emitido em favor de Luis Aloise (004.140.098-43), recusando o respectivo registro;
9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial da vantagem denominada "opção", comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.2.2. oriente ao inativo que ele poderá optar por receber a parcela decorrente da incorporação de quintos consoante as seguintes possibilidades:
9.2.2.1. na configuração 10/10 de FC-5, sendo que, nesse caso, a parcela de quintos incorporada com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001 (1/10 de FC-5), será transformada em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
9.2.2.2. considerando a incorporação de 9/10 de FC-5 + 1/10 de FC-4, sendo que, nesse caso, a parcela resultante, que poderá ser requerida a qualquer tempo, não se submete a absorções futuras;
9.2.3. após a opção do interessado por uma das possibilidades listadas no subitem 9.2.2, emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.2.4. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7991-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7992/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.329/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Luiz Augusto de Almeida Coelho (183.917.611-34).
4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios em favor do ex-servidor Luiz Augusto de Almeida Coelho;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria, emitido em favor de Luiz Augusto de Almeida Coelho (183.917.611-34), recusando o respectivo registro;
9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial da vantagem denominada "opção", comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.2.2. ajuste a proporção de quintos a que faz jus o inativo considerando as funções efetivamente ocupadas por ele na atividade;
9.2.3. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.4. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7992-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7993/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 020.491/2008-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas (Exercício de 2007).

3. Responsáveis: Ana Brito da Costa Dias (669.929.231- 53), Ana Lúcia Valadares de Carvalho (564.933.121-91), Antônio Clemente de Oliveira (113.195.931-00), Carlos Ney Araújo Almeida (859.101.471-53), Davi César Alves Lima (004.516.771-02), Edna da Silva Amorim (634.716.391-87), Eglaisa Micheline Pontes Cunha (564.229.201-30), Elcione Diniz Macedo (301.691.866-87), José Jorge dos Santos Pereira (221.245.191-15), José Trindade Neto (144.470.701-97), José Carlos Xavier (135.146.521-04), Lauzira Maria de Oliveira (322.526.411-34), Lilian Cristina Cavallare Vieira (121.852.992-04), Magda Oliveira de Myron Cardoso (295.784.930-53), Márcio Oliveira Cavalcante (524.218.211-34), Margarida Maria Ferreira de Barros (491.868.507-25), Maria Fernanda Ramos Coelho (318.455.334-53), Maria Jeane Rosa da Silva (528.374.593-72), Maria da Conceição Menezes Simões (043.138.602-15), Marieden Martins Tosta (299.784.757-53), Maurício Borges Guimarães (595.980.777-72), Octavio Luiz Leite Bitencourt (151.358.701-30), Paulo Roberto Silva Souza (289.146.941-00), Pedro Gregório Ferreira Manco (310.249.201-00), Raquel Rolnik (769.110.558-49), Renato Stoppa Cândido (227.209.521-68), Ricardo Magno Paula Ramos (484.418.301-00), Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo (343.945.911-04), Rosilene da Conceição Santos (698.589.181-00), Samya Valeska Pedreira Oliveira (857.587.361-04), Teresa Cristina Lustoza Dantas (225.492.341-20) e Wilson Felicíssimo de Lima (461.731.291-91).

4. Órgão: Secretaria-Executiva do Ministério das Cidades.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da tomada de contas dos responsáveis pela Secretaria-Executiva do Ministério das Cidades, referente ao exercício de 2007.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares as contas dos responsáveis Ana Brito da Costa Dias, Ana Lúcia Valadares de Carvalho, Antônio Clemente de Oliveira, Carlos Ney Araújo Almeida, Davi César Alves Lima, Edna da Silva Amorim, Eglaisa Micheline Pontes Cunha, Elcione Diniz Macedo, José Jorge dos Santos Pereira, José Trindade Neto, José Carlos Xavier, Lauzira Maria de Oliveira, Lilian Cristina Cavallare Vieira, Márcio Oliveira Cavalcante, Margarida Maria Ferreira de Barros, Maria Fernanda Ramos Coelho, Maria Jeane Rosa da Silva, Maria da Conceição Menezes Simões, Marieden Martins Tosta, Maurício Borges Guimarães, Octavio Luiz Leite Bitencourt, Paulo Roberto Silva Souza, Pedro Gregório Ferreira Manco, Raquel Rolnik, Ricardo Magno Paula Ramos, Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, Rosilene da Conceição Santos, Samya Valeska Pedreira Oliveira e Teresa Cristina Lustoza Dantas, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação plena;

9.2. julgar irregulares as contas dos responsáveis Magda Oliveira de Myron Cardoso, Renato Stoppa Cândido e Wilson Felicíssimo de Lima, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992;

9.3. dar ciência desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Regional e à Controladoria-Geral da União;

9.4. arquivar o processo.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7993-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7994/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 020.796/2019-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Valdir Jesus de Souza (156.888.875-91).

4. Entidade: Município de Itanagra - BA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em desfavor do Sr. Valdir Jesus de Souza (156.888.875-91), ex-prefeito de Itanagra/BA, em razão da omissão no dever de prestar contas de recursos recebidos pela municipalidade por força do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), no exercício de 2015;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Valdir Jesus de Souza (156.888.875-91), ex-prefeito de Itanagra/BA, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c arts. 1º, inciso I, 209, inciso I e III, do Regimento Interno;

9.2. condenar o responsável indicado no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
30/12/2014	63.092,14
13/4/2015	8.382,46
18/5/2015	8.382,46
9/6/2015	8.382,46
6/7/2015	8.382,46
4/8/2015	2.339,98
5/8/2015	6.042,48
4/9/2015	8.382,46
5/10/2015	8.382,46
6/11/2015	8.382,46

9.3. aplicar ao Sr. Valdir Jesus de Souza (156.888.875-91) multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.6. esclarecer ao responsável que, caso se demonstre, por via recursal, a correta aplicação dos recursos, mas não justifique a omissão da prestação de contas, o débito poderá ser afastado, mas permanecerá a irregularidade das contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.7. dar ciência deste acórdão ao FNDE, ao responsável e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, este último em atenção ao § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7994-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7995/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.238/2019-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ronald Augusto Teixeira Eckstein (098.943.491-53).

3.2. Recorrente: Tribunal Superior do Trabalho (00.509.968/0001-48).

4. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Tribunal Superior do Trabalho em face do Acórdão 14.559/2019-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor do ex-servidor Ronald Augusto Teixeira Eckstein;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Tribunal Superior do Trabalho.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7995-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7996/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.328/2019-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Carlos Silveira de Lacerda (512.524.579-87).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Fabrízio Costa Rizzon (OAB/RS 47.867 e OAB/SC 19.111-A).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Sr. Carlos Silveira de Lacerda em face do Acórdão 515/2020-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor do recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7996-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7997/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.342/2019-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrentes: Fernando Chavarry da Silva (066.879.201-97); Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Flavio Augusto Sabba Franco (OAB/DF 57.272) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedidos de reexame interpostos pelo Sr. Fernando Chavarry da Silva e pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO em face do Acórdão 13.947/2019-TCU-1ª Câmara por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor do primeiro recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes pedidos de reexame para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Sr. Fernando Chavarry da Silva e ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO;

9.3. nos termos da Questão de Ordem aprovada na Sessão Plenária de 8/6/2011 (Ata 22/2011), encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral de União (AGU) e à Conjur/TCU as informações necessárias ao acompanhamento do Processo 1041687- 08.2019.4.01.0000, em trâmite no TRF-1ª Região.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7997-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7998/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.144/2019-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Adriana Barroso de Britto Freire (316.288.261-34).

3.2. Recorrente: Tribunal Superior do Trabalho (00.509.968/0001-48).

4. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Tribunal Superior do Trabalho em face do Acórdão 14.557/2019-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da ex-servidora Adriana Barroso de Britto Freire;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Tribunal Superior do Trabalho.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7998-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 7999/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.945/2019-4.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Agencia de Pesquisa, Fomento e Apoio ao Desenvolvimento Regional - Urbitour (08.099.998/0001-35); Mirian Ingrid Veigel Stephanus (238.841.850-04).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Cultura.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Cultura - MinC, em desfavor da Agência de Pesquisa, Fomento e Apoio ao Desenvolvimento Regional - Urbitour, e de sua dirigente, Sra. Mirian Ingrid Veigel Stephanus, em virtude da não comprovação da boa e regular gestão dos recursos captados mediante incentivo fiscal da "Lei Rouanet", em face da omissão no dever de prestar contas dos recursos destinados ao Pronac 11-2538 - "Arte e Ciência - Razão Sensível",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa/razões de justificativa trazidas pela Agência de Pesquisa, Fomento e Apoio ao Desenvolvimento Regional - Urbitour (CNPJ 08.099.998/0001-35) e pela Sra. Mirian Ingrid Veigel Stephanus (CPF 238.841.850-04);

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "b", § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso I e II, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, as contas de Apoio ao Desenvolvimento Regional - Urbitour (CNPJ 08.099.998/0001-35) e da Sra. Mirian Ingrid Veigel Stephanus (CPF 238.841.850-04), condenando-as, em solidariedade, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data do efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos Fundo Nacional de Cultura, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei:

DATA	TIPO	VALOR (R$)
27/9/2011	D	26.926,27
10/11/2011	D	38.466,10
12/12/2012	D	11.539,83
12/12/2017	C	1.698,41
20/12/2017	C	0,17

9.3. aplicar à Agência de Pesquisa, Fomento e Apoio ao Desenvolvimento Regional - Urbitour (CNPJ 08.099.998/0001-35) e à Sra. Mirian Ingrid Veigel Stephanus (CPF 238.841.850-04), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 12.000,00, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de São Paulo; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão ao Ministério da Cidadania e aos responsáveis, para ciência.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7999-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8000/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 024.180/2014-9.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Alceu Ferreira Dias (CPF 775.129.798-00), Ivo Narciso Cassol (CPF 304.766.409-97) e Jacques da Silva Albagli (CPF 696.938.625-20).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Rondônia.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Felippe Roberto Pestana (OAB/RO 5077), representando Alceu Ferreira Dias.

8.2. Claudio Henrique Correa (CPF 987.089.456-91), representando Ivo Narciso Cassol e Jacques da Silva Albagli.

Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Superintendência Estadual de Rondônia/RO, em decorrência da não aprovação da prestação de contas dos recursos repassados por força do Convênio 1.767/2000, celebrado para a execução de Sistema de Abastecimento de Água nos Municípios de Extrema/RO e Buritis/RO,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da relação processual o Sr. Ivo Narciso Cassol (CPF 304.766.409-97);

9.2. arquivar o processo em relação ao Sr. Alceu Ferreira Dias (CPF 775.129.798-00), por ausência de pressupostos para desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU;

9.3. considerar revel o Sr. Jacques da Silva Albagli (CPF 696.938.625-20), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.4. julgar irregulares as contas do Sr. Jacques da Silva Albagli (CPF 696.938.625-20), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do RI/TCU, condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada e fixando-lhe o prazo de 15 dias para que comprove perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
61.097,87	31/5/2005

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendidas as notificações;

9.6. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Rondônia, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas cabíveis.

9.7. enviar cópia deste Acórdão aos responsáveis e à Fundação Nacional de Saúde.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8000-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8001/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 025.755/2018-8.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Antônio Kacrose Canela, ex-Presidente da Aaskan (CPF 425.379.323-15).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Associação de Apoio à Saúde dos Kanela (Aaskan).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), originalmente em desfavor do Sr. Antônio Kacrose Canela, ex-Presidente, e da Associação de Apoio à Saúde dos Kanela (Aaskan), em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados por força do Convênio 363/2002 (Siafi 460907), que visou custear a execução das ações de atendimento integral à saúde do povo indígena da etnia Kanela residente nas aldeias de Porquinhos e Escalvados, localizadas em Barra do Corda/MA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Antônio Kacrose Canela, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor original (R$)	Data da ocorrência
32.342,65	16/8/2002
49.500,00	26/8/2002
1.680,00	30/8/2002
10.098,00	11/10/2002
3.480,00	16/10/2002
16.050,70	10/12/2002
12.416,80	10/1/2003
3.275,90	14/1/2003
4.591,10	16/1/2003
3.381,00	17/1/2003
1.575,90	20/1/2003
21.160,98	4/2/2003
74.449,35	5/3/2003
5.878,20	20/3/2003
52.102,60	16/6/2003
12.474,40	4/3/2004
3.974,40	4/6/2004
2.376,40	21/6/2004
4.715,35	5/7/2004
2.386,00	14/7/2004
97,00	14/11/2004
18,87	14/11/2004
19.961,77	14/11/2004

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.3. enviar cópia deste Acórdão à Fundação Nacional de Saúde e ao responsável, para ciência; e

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8001-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8002/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 027.296/2017-2.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Antônia Eliene de Oliveira Santos (609.885.762-87).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Monte Alegre/PA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde, em desfavor da Sra. Antônia Eliene de Oliveira Santos, Secretária Municipal de Saúde de Monte Alegre/PA de 1/1/2013 a 24/4/2014, em razão de irregularidades na aplicação de recursos do SUS, apuradas em fiscalização do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel a Sra. Antônia Eliene de Oliveira Santos, para todos os efeitos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Antônia Eliene de Oliveira Santos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, condenando-a, com base nos arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da respectiva data de ocorrência, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
42.250,60	07/02/2013
30.848,80	08/02/2013
47.096,40	15/02/2013
19.416,35	07/03/2013
257.120,00	12/03/2013
113.793,73	11/04/2013
5.937,74	12/04/2013
590,07	16/04/2013
149.396,45	03/05/2013
143.524,62	09/05/2013
10.472,40	16/05/2013
19.420,00	13/06/2013
334.768,08	14/06/2013
3.899,62	18/06/2013
2.521,51	21/06/2013
284,90	24/06/2013
9.727,30	01/08/2013
30.111,50	14/08/2013
7.128,00	16/08/2013
21.109,00	20/08/2013
1.633,26	23/08/2013
25.704,08	27/08/2013
6.721,93	04/09/2013
40.587,34	09/09/2013
3.667,20	13/09/2013
19.420,00	16/09/2013
15.931,95	18/09/2013
12.259,90	20/09/2013
162.128,08	14/10/2013
15.000,00	15/10/2013
9.886,00	22/10/2013
9.737,60	04/11/2013
61.428,55	04/12/2013
20.497,18	05/12/2013
68.339,20	09/12/2013
16.972,10	11/12/2013
7.696,90	17/12/2013
33.338,90	18/12/2013

9.3. aplicar a Sra. Antônia Eliene de Oliveira Santos, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, multa prevista no art. 57 da mesma Lei, c/c art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;

9.5. remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8002-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8003/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 029.083/2016-8
2. Grupo I - Classe III - Assunto: Relatório de auditoria.
3. Responsáveis: Francisco Vieira Lima Neto (CPF 774.879.587-87), Hans Jorg Andreas Schneebeli (CPF 450.797.067-91), Luiz Otávio Bastos Rebello (CPF 889.963.957-49), Raphael de Ângelo Jogaib Bomfim (024.558.437-42).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: SecexEducação.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) com o objetivo de avaliar as contratações públicas selecionadas a partir da classificação de riscos realizada por modelo probabilístico de análise de dados, no âmbito da FOC Modelo Probabilístico de Análise de Dados, coordenado pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. dar ciência à Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes):

9.1.2. do descumprimento do item 2.13 da Cláusula Oitava dos Contratos 118/2012, 120/2012 e 130/2012, tendo em vista não terem sido juntados aos respectivos processos administrativos os relatórios mensais da contratada e as estatísticas obtidas pelo Núcleo de Processamento de Dados, de forma a permitir a verificação do cumprimento dos critérios mínimos de qualidade dos serviços prestados, que repercutem no valor mensal da fatura a ser paga;

9.1.3. de que, no âmbito dos Pregões Eletrônicos 68, 69 e 70/2012, constatou-se:

9.1.3.1. que os orçamentos estimados foram elaborados com base tão somente em consulta a fornecedores, contrariando o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93 e em contrariedade às melhores práticas, no sentido de que, na elaboração de orçamento na fase de planejamento da contratação de bens e serviços, bem como quando da demonstração da vantajosidade de eventual prorrogação de contrato de serviço contínuo, devem ser utilizadas fontes diversificadas (tais como consultas ao Portal de Compras Governamentais e a contratações similares de outros entes públicos, publicadas em mídias especializadas ou em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo), a fim de dar maior segurança no que diz respeito aos valores a serem adjudicados, e

9.1.3.2. que a metodologia adotada para calcular o valor estimado das licitações poderia ter prejudicado a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;

9.2. dar ciência deste acórdão à Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes);

9.3. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8003-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8004/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 029.233/2016-0.
1.1. Apenso: 029.282/2016-0
2. Grupo I - Classe III - Assunto: Relatório de auditoria de conformidade.
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Cooperativa de Trabalho Agricola, Assistencia Tecnica e Servicos - Cooates (03.997.641/0001-50); Diamantina Projetos Ltda (03.519.143/0001-00).

3.2. Responsável: Superintendência Regional do Incra no Estado de Pernambuco (00.375.972/0005-94).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Pernambuco.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental).

8. Representação legal:

8.1. José Humberto Silva de Araújo Filho (33756/OAB-PE), representando Cooperativa de Trabalho Agrícola, Assistência Técnica e Serviços - Cooates.

8.2. Barbara Fabiola das Neves Alves Neto (30822/OAB-PE), representando Diamantina Projetos Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade realizada na Superintendência Regional do Incra no Estado de Pernambuco (SR-03), no período compreendido entre 13/10/2016 a 25/11/2016, que teve por objeto específico o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), cujo objetivo é o de universalizar a prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), essenciais para o desenvolvimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento e consolidação da reforma agrária,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. dar ciência ao Incra SR-03 das seguintes irregularidades identificadas na execução dos contratos oriundos das chamadas públicas 1/2014 e 2/2014, para fins de que seja evitada sua repetição:

9.1.1. ausência de medidas necessárias a garantir que as empresas contratadas para prestação dos serviços de ATER observassem, em relação ao pagamento de seus técnicos, os mínimos salariais profissionais previstos na legislação específica bem como aqueles previstos nos acordos e convenções coletivas de trabalho;

9.1.2. deficiências de controle interno, especialmente quanto à ausência de segregação de funções entre orçamentação, julgamento, monitoramento e fiscalização, atentando ao que dispõe a IN SFC 1/2001 (Seção VII, item 3, subitem IV), bem como ao que dispõem os Acórdãos 748/2011-TCU-Plenário, Relator: Ubiratan Aguiar; 2296/2014-TCU-Plenário, Relator: Benjamin Zymler; 1375/2015-TCU-Plenário, Relator: Bruno Dantas e 2829/2015-TCU-Plenário, Relator: Bruno Dantas.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8004-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8005/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.715/2018-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Francisco Xavier Silva Neto, ex-Prefeito (CPF 450.000.263-49).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cajapió/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), originalmente em desfavor do Sr. Francisco Xavier Silva Neto (gestão 2009-2012) e do Sr. Raimundo Nonato da Silva (gestão 2013-2016), ex-Prefeitos do Município de Cajapió/MA, em razão da omissão do dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Termo de Compromisso TC/PAC 530/2011 (Siafi 669528), que objetivou a execução de melhorias sanitárias domiciliares em povoados da municipalidade,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Xavier Silva Neto, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I, II e III, 210 e 214, inciso III, do RI/TCU, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada e fixando-lhe o prazo de 15 dias para que comprove perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente;

DATA	VALOR ORIGINAL (R$)
18/4/2012	250.000,00

9.2. aplicar ao Sr. Francisco Xavier Silva Neto a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprove perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, caso não atendida a notificação;

9.4. enviar cópia deste acórdão à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e ao responsável; e

9.5. encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8005-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8006/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 034.894/2016-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Prestação de Contas.

3. Responsáveis: Ruberval Gomes da Silva (CPF 158.213.741-20), Edvaldo Soares Oliveira (CPF 243.472.561-91), Eleusa Maria Gutemberg (CPF 891.134.031-68), Vilmar Ferreira de Moraes (CPF 249.006.804-00), Niuza Gomes Goveia (CPF 317.896.331-68), Wesley Barros Rodrigues (CPF 623.536.321-49), Luiz Amado Pereira Júnior (CPF 464.629.535-00), Saulo Guilherme da Silva (CPF 325.963.671-49), Heliel Átila de Oliveira Saraiva (CPF 838.630.103-10), Luciano Rodrigues da Silva (CPF 796.858.031-53), Eltier Júnior Postal (CPF 861.253.389-91), Soraya Teixeira de Novaes Barreto (CPF 425.115.425-87), Fausto Damião de Azevedo Rios (CPF 167.772.711-04) e Tiago de Melo (CPF 902.958.031-34).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Tocantins.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Tocantins (Secex/TO).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Tocantins (SR/26), relativa ao exercício de 2015,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa oferecidas pelo Sr. Luiz Amado Pereira Júnior (CPF 464.629.535-00);

9.2. rejeitar parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Ruberval Gomes da Silva (CPF 158.213.741-20), Edvaldo Soares Oliveira (CPF 243.472.561-91), Eltier Júnior Postal (CPF 861.253.389-91), Vilmar Ferreira de Moraes (CPF 249.006.804-00) e Niuza Gomes Goveia (CPF 317.896.331-68);

9.3. considerar revéis os Srs. Saulo Guilherme da Silva (CPF 325.963.671-49) e Heliel Átila de Oliveira Saraiva (CPF 838.630.103-10), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.4. julgar irregulares, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", e 19, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, as contas dos Srs. Ruberval Gomes da Silva (CPF 158.213.741-20), Edvaldo Soares Oliveira (CPF 243.472.561-91), Eltier Júnior Postal (CPF 861.253.389-91), Vilmar Ferreira de Moraes (CPF 249.006.804-00), Niuza Gomes Goveia (CPF 317.896.331-68), Saulo Guilherme da Silva (CPF 325.963.671-49) e Heliel Átila de Oliveira Saraiva (CPF 838.630.103-10);

9.5. julgar regulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, as contas dos Srs. Luiz Amado Pereira Júnior (CPF 464.629.535-00), Eleusa Maria Gutemberg (CPF 891.134.031-68), Soraya Teixeira de Novaes Barreto (CPF 425.115.425-87), Luciano Rodrigues da Silva (CPF 796.858.031-53), Wesley Barros Rodrigues (CPF 623.536.321-49), Fausto Damião de Azevedo Rios (CPF 167.772.711-04) e Tiago de Melo (CPF 902.958.031-34), dando-lhes a correspondente quitação plena;

9.6. aplicar aos responsáveis a seguir indicados a multa prevista no art. 58, incisos I e II, da referida lei 8.443/1992, individualmente, nos valores correspondentes, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento das quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor da multa (R$)
Ruberval Gomes da Silva (CPF 158.213.741-20)	40.000,00
Edvaldo Soares Oliveira (CPF 243.472.561-91)	40.000,00
Vilmar Ferreira de Moraes (CPF 249.006.804-00)	30.000,00
Niuza Gomes Goveia (CPF 317.896.331-68)	30.000,00
Saulo Guilherme da Silva (CPF 325.963.671-49)	15.000,00
Heliel Átila de Oliveira Saraiva (CPF 838.630.103-10)	15.000,00
Eltier Júnior Postal (CPF 861.253.389-91)	10.000,00

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a respectiva notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. dar ciência deste Acórdão ao Superintendência Regional do Incra no Estado do Tocantins, aos responsáveis e à Controladoria-Geral da União (CGU).

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8006-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8007/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 037.345/2018-4.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Denilson Batalha Guimarães (366.782.952-34).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Faro - PA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Denilson Batalha Guimarães, ex-Prefeito (gestões 2005/2008 e 2009/2012), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - Pnate/2011 e do Programa Nacional de Alimentação Escolar-Pnae/2011,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Denilson Batalha Guimarães (CPF 366.782.952-34), ex-Prefeito Municipal de Faro/PA (gestões 2005-2008 e 2009-2012), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei n. 8.443/92;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", § 2º, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, as contas do Sr. Denilson Batalha Guimarães (CPF 366.782.952-34), ex-prefeito Municipal de Faro/PA (gestões 2005-2008 e 2009-2012), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei;

9.2.1. Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE/2011:

Data	Valor Original (R$1,00)
31/3/2011	10.372,56
29/4/2011	10.372,56

9.2.2. Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE/2011:

Data	Valor Original (R$1,00)
15/03/2011	20.244,00
31/3/2011	20.244,00
3/5/2011	20.244,00
1/6/2011	20.244,00
4/7/2011	20.244,00
29/7/2011	20.244,00
1/9/2011	20.244,00
30/9/2011	20.244,00
31/10/2011	20.244,00
30/11/2011	20.244,00

9.3. aplicar ao Sr. Denilson Batalha Guimarães (CPF 366.782.952-34), ex-prefeito Municipal de Faro/PA (gestões 2005-2008 e 2009-2012), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 40.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92;

9.5. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.6. enviar cópia deste Acórdão ao FNDE e ao responsável, para ciência.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8007-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8008/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.090/2018-2.
2. Grupo II - Classe: I - Assunto: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04);
3.2. Responsável: Antônio Fernando Brito Pinto (477.170.925-49);
3.3. Recorrente: Antônio Fernando Brito Pinto (477.170.925-49).
4. Entidade: Município de Taperoá/BA.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal:
8.1. AndréYokomizo Aceiro (175.337/OAB-SP) e outros, representando Caixa Econômica Federal.
8.2. Rodrigo Isaac de Freitas Martins (19644/OAB-BA) e outros, representando Antônio Fernando Brito Pinto.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração interpostos por Antônio Fernando Brito Pinto contra o acórdão 11102/2019-TCU-1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, não conhecer dos presentes embargos de declaração, por serem intempestivos;
9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8008-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8009/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.420/2018-5.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessado/Responsável:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71);
3.2. Responsável: Regina Rocha Figueiredo Nogueira (115.512.595-91).
4. Entidade: Município de Barreiras/BA.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em desfavor da Sra. Regina Rocha Figueiredo Nogueira, em razão de pagamento de despesas com profissionais médicos e odontólogos sem comprovação de atendimento em equipes de saúde da família, por mais de noventa dias, durante o exercício de 2013.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar revel, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, a Sra. Regina Rocha Figueiredo Nogueira;
9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, e 209, II e III, e 214, III, do RI/TCU, as contas da Sra. Regina Rocha Figueiredo Nogueira e condená-la ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
25/1/2013	7.130,00
31/1/2013	17.840,00
21/2/2013	20.070,00
21/3/2013	20.070,00
3/5/2013	20.070,00
23/5/2013	20.070,00
25/6/2013	20.070,00
25/7/2013	22.300,00
26/8/2013	27.200,00
24/9/2013	14.260,00
2/10/2013	22.300,00
24/10/2013	36.560,00
26/11/2013	36.560,00

9.3. aplicar à Sra. Regina Rocha Figueiredo Nogueira a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República na Bahia, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8009-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8010/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.835/2020-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Raimundo de Jesus Costa Nazareno (079.523.503-82).
4. Órgão: Departamento de Polícia Federal (DPF).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão inicial de aposentadoria emitido pelo Departamento de Polícia Federal (DPF).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar legal, excepcionalmente, para fins de registro, o ato de concessão inicial de aposentadoria de Raimundo de Jesus Costa Nazareno (peça 3), nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;
9.2. encerrar e arquivar o processo.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8010-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8011/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.877/2020-4.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Reforma.
3. Interessados: Prisco Ricardo Rocha (886.289.148-20); Roberto Pena da Rocha (169.916.649-87).
4. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal/Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de alteração e de concessão inicial de reforma militar emitidos pela Diretoria de Administração do Pessoal/Comando da Aeronáutica.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão inicial de reforma de Prisco Ricardo Rocha (peça 2) e de Roberto Pena da Rocha (peça 3);
9.2. considerar ilegal o ato de alteração de reforma emitido em favor do Sr. Roberto Pena da Rocha (10714952-07-2012-000046-7, peça 4), negando-lhe o correspondente registro;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.4. determinar à Diretoria de Administração do Pessoal/Comando da Aeronáutica que:
9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, o pagamento decorrente do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;
9.5. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8011-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8012/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.314/2020-3.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Militar.
3. Interessados: Martha Christina Oliveira da Costa da Silva (841.597.237-72); Maysa Valeria Oliveira da Costa (070.438.377-23); Merceli Dolores Portilho Coutinho (071.843.657-12); Norma de Oliveira da Costa (094.244.917-78); Sônia Regina Gameiro Alvares Beltrão de Medeiros (865.823.727-34); Suely Viggiano Reis (072.617.777-65).
4. Órgão: Primeira Região Militar/Comando do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de pensão militar emitidos pela Primeira Região Militar/Comando do Exército.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. sobrestar o julgamento dos atos de pensão militar instituída por Edison Beltrão de Medeiros (10003401-08-2014-000048-4, peça 2), por Euler de Figueredo Reis (10003401-08-2013-000830-0, peça 5) e por Eduwal Teixeira da Costa (10003401-08-2013-000826-1, peça 3 e 10003401-08-2013-000827-0 peça 4), até o trânsito em julgado da decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 636.553;
9.2. considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de pensão militar instituída por Fernando Solano Coutinho (10003401-08-2014-000150-2, peça 6), nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela Sra. Merceli Dolores Portilho Coutinho, beneficiária do ato referente ao item 9.2. acima, nos termos do enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União;
9.4. determinar à Primeira Região Militar/Comando do Exército, em relação ao ato do item 9.2., que:
9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;
9.4.2. regularize o posto/graduação que serve de base para o cálculo dos proventos da pensão militar instituída por Fernando Solano Coutinho;
9.4.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação à interessada, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência:
9.4.4. informe à interessada que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.5. ordenar à Sefip que verifique, à luz da proposta que acompanha esta decisão, as questões suscitadas pela 1ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército no ato acostado à peça 2;
9.6. encerrar e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8012-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8013/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.014/2015-0.
2. Grupo II - Classe I Assunto: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsável: Ivan Santos Leite (155.420.925-00);
3.2. Recorrente: Ivan Santos Leite (155.420.925-00).
4. Entidade: Município de Estância/SE.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: José Rollemberg Leite Neto (OAB/DF 23656 e OAB/SE 2603), representando Ivan Santos Leite (peça 42).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos embargos de declaração opostos pelo Sr. Ivan Santos Leite contra o acórdão 5782/2020-TCU-1ª Câmara.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do RI/TCU, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos, para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante, nas pessoas de seu representante legal.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8013-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8014/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 039.493/2019-9.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Carlos Maynard' Gomes Júnior (098.073.221-20).
4. Órgão: Tribunal de Contas da União (TCU).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de concessão de aposentadoria ao Sr. Carlos Maynard' Gomes Júnior, emitido pelo Tribunal de Contas da União (TCU).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Carlos Maynard' Gomes Júnior (30773407-04-2016-000016-5, peça 2), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
9.3. determinar à Secretaria-Geral de Administração o Tribunal de Contas da União (Segedam) que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, cesse quaisquer pagamentos ao Sr. Carlos Maynard' Gomes Júnior decorrentes do ato considerado ilegal, comunicando ao TCU as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU, e do art. 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;
9.3.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre das irregularidades apontadas, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.4. encerrar e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8014-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8015/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 039.498/2019-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Álvaro Cabral (113.882.181-00).
4. Órgão: Câmara dos Deputados (CD).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de concessão de aposentadoria ao Sr. Álvaro Cabral, emitido pela Câmara dos Deputados (CD).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Álvaro Cabral (30073502-04-2016-000030-0, peça 2), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, cesse quaisquer pagamentos ao Sr. Álvaro Cabral decorrentes do ato considerado ilegal, comunicando ao TCU as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU, e do art. 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;
9.3.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre das irregularidades apontadas, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.4. encerrar e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8015-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8016/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.142/2016-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto:
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)
3.2. Responsável: José Eliomar da Costa Dias (454.000.673-87).
4. Órgão/Entidade: Município de Água Doce do Maranhão - MA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos relativos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), transferidos ao Município de Água Doce/MA, no exercício de 2009;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel José Eliomar da Costa Dias, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, §3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. julgar irregulares as contas de José Eliomar da Costa Dias, com base nos arts. 1º, 16, inciso III, alínea "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento da importância abaixo informada, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea 'a', do RITCU, o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir da respectiva data de ocorrência:

Valor (R$)	Data
17.500,00	25/3/2009
17.500,00	2/4/2009
1.765,96	4/6/2009
15.283,20	5/6/2009
17.522,00	7/7/2009
17.508,00	26/8/2009

4,35	3/9/2009
7,25	22/9/2009
17.500,00	23/9/2009
17.508,00	27/10/2009
17.500,00	25/11/2009

9.3. aplicar a José Eliomar da Costa Dias multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 100.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do RITCU, caso não atendida a notificação;

9.5. dar ciência desta deliberação ao responsável, ao FNDE e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992;

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8016-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8017/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.630/2016-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Edilson Robles Louzada (149.754.831-49); Luiz Berber Costa (191.528.096-68)
3.2. Recorrente: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (34.028.316/0001-03).
4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
8. Representação legal: Gustavo Esperança Vieira (212756/OAB-SP) e outros, Tiago Pugsley (25466/OAB-DF) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) contra o Acórdão 6343/2019 - 1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência dessa deliberação à recorrente e aos responsáveis.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8017-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8018/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.098/2015-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)
3.2. Responsável: Francisco Dantas Ribeiro Filho (125.761.313-87).
4. Órgão/Entidade: Município de Alto Alegre do Pindaré - MA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos às caixas executoras, no âmbito do Convênio 42907/1998, que tinha por objeto a execução do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel Francisco Dantas Ribeiro Filho, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, §3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. julgar irregulares as contas de Francisco Dantas Ribeiro Filho, com base nos arts. 1º, 16, inciso III, alínea "a" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenando-o ao pagamento de R$ 47.900,00, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea 'a', do RITCU, o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir de 1/10/1998, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor :
9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do RITCU, caso não atendida a notificação;
9.4. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.5. dar ciência da deliberação ao responsável e ao FNDE.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8018-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8019/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.324/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Clelia Rosane de Oliveira Carvalho (459.604.100-87); Joana Marisa de Paula (391.440.200-82).
4. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de reversão de pensão militar instituída por Aldorindo Jorge de Oliveira Carvalho, militar do Exército Brasileiro, às filhas Clelia Rosane de Oliveira Carvalho e Joana Marisa de Paula;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, em:
9.1. considerar ilegal a pensão militar instituída por Aldorindo Jorge de Oliveira Carvalho e negar-lhe o registro;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelas interessadas Clelia Rosane de Oliveira Carvalho e Joana Marisa de Paula, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao órgão de origem que:
9.3.1. se abstenha de realizar pagamentos para o ato de pensão constante deste processo, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU;
9.3.2. comunique o teor desta deliberação às interessadas, alertando-as de que os efeitos suspensivos provenientes da interposição de eventual recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.3.3. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, os documentos comprobatórios de que as interessados tomaram ciência desta deliberação;
9.3.4. esclareça à unidade de origem, com base no art. 262, § 2º, do RI/TCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8019-24/20-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8020/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.349/2016-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social (extinta) (05.526.783/0001-65)
3.2. Responsável: Edivan Roberto Alves Cardoso (527.841.936-91).
4. Órgão/Entidade: Município de Mamonas - MG.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social contra Edivan Roberto Alves Cardoso, ex-prefeito de Mamonas/MG, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados aos Programas Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), no exercício de 2011.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa de Edivan Roberto Alves Cardoso;
9.2. julgar irregulares as contas de Edivan Roberto Alves Cardoso, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea a e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora desde as datas respectivas até a do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento do débito ao Fundo Nacional de Assistência Social;

Valor Original R$	Data da Ocorrência	Valor Original R$	Data da Ocorrência
4.500,00	09/02/2011	2.512,50	20/01/2011
4.500,00	02/03/2011	2.512,50	20/01/2011
4.500,00	17/03/2011	2.512,50	02/06/2011
4.500,00	29/04/2011	2.512,50	02/06/2011
4.500,00	02/06/2011	2.512,50	09/05/2011
4.500,00	13/06/2011	2.512,50	02/09/2011
4.500,00	18/07/2011	2.512,50	02/09/2011
4.500,00	17/08/2011	2.512,50	09/09/2011
4.500,00	16/09/2011	2.512,50	24/08/2011
4.500,00	25/10/2011	2.512,50	09/11/2011
4.500,00	17/11/2011	2.512,50	12/12/2011
4.500,00	26/12/2011	3.000,00	20/01/2011
1.000,00	18/01/2011	3.000,00	16/02/2011
1.000,00	16/02/2011	3.000,00	21/03/2011
1.000,00	22/03/2011	3.000,00	13/04/2011
1.000,00	13/04/2011	3.000,00	13/05/2011
1.000,00	10/05/2011	3.000,00	08/06/2011
1.000,00	10/06/2011	3.000,00	14/07/2011
1.000,00	14/07/2011	3.000,00	15/08/2011
1.000,00	10/08/2011	3.000,00	12/09/2011
1.000,00	14/09/2011	3.000,00	13/10/2011
1.000,00	17/10/2011	3.000,00	24/11/2011
1.000,00	29/11/2011	3.000,00	16/12/2011
1.000,00	16/12/2011	-	-

9.3. aplicar multa de R$ 100.000,00 (cem mil reais) a Edivan Roberto Alves Cardoso, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até o efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao responsável, ao Ministério da Cidadania e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, como previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8020-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 8021/2020 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.141/2015-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Carlos Vinicio de Carvalho Soares (003.294.487-06); Tamma Producoes Artisticas Ltda - Me (86.476.264/0001-31).

4. Órgão/Entidade: Município de Frei Inocêncio - MG.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo contra Carlos Vinicio de Carvalho Soares, ex-prefeito do Município de Frei Inocêncio - MG, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 704327/2009, cujo objeto era dar apoio à realização do 30° Festival da Carne de Sol de Frei Inocêncio;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis Carlos Vinicio de Carvalho Soares e Tamma Produções Artísticas Ltda. para todos os fins, nos termos do § 3º artigo 12 da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Carlos Vinicio de Carvalho Soares e Tamma Produções Artísticas Ltda., com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea b" e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e condená-los, em solidariedade, ao pagamento de R$ 221.500,00 (duzentos e vinte e um mil e quinhentos reais), atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora desde 22/10/2009 até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento do débito ao Tesouro Nacional;

9.3. aplicar multas individuais de R$ 100.000,00 (cem mil reais) a Carlos Vinicio de Carvalho Soares e Tamma Produções Artísticas Ltda., com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até o efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis, ao Ministério do Turismo e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, como previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 24/2020 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 21/7/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8021-24/20-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 47 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

(Assinado eletronicamente)
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da Primeira Câmara

Aprovada em 22 de julho de 2020.

(Assinado eletronicamente)

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃO Nº 7, DE 23 DE JULHO DE 2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1415/2020
PROCEDÊNCIA: CRMV-ES
ASSUNTO: Instauração, de ofício, de Inquérito em desfavor da Vice-Presidente do CRMV-ES
RELATOR: Méd. Vet. João Alves do Nascimento Júnior (CRMV-PE nº 1571)
EMENTA
CRMV-ES. PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO DE OFÍCIO PELO REGIONAL PARA APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES COMETIDAS PELA VICE-PRESIDENTE E QUE, EM TESE, CONFIGURARIAM ATO ATENTATÓRIO À FUNÇÃO INERENTE DO CARGO OCUPADO. RESOLUÇÕES/CFMV N° 764, DE 2004, E 847, DE 2006. COMPETÊNCIA DO REGIONAL PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO.

1. A instauração levada a efeito pelo Regional decorreu da legítima competência conferida pela Resolução CFMV nº 847/2006 ao respectivo Presidente, de modo que a tramitação do feito e respectivo julgamento devem ser feitos no e pelo próprio Regional. Ao CFMV só competirá atuar no caso de interposição de recurso contra a decisão que vier a ser proferida.

2. Inexiste conexão (art.55 CPC-2015) entre o presente processo e os outros instaurados pelo CFMV, os quais, inclusive, já foram julgados.

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, na CCCXXXVII Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Medicina Veterinária, realizada no dia 23 de julho de 2020, acordam os Conselheiros Federais deste CFMV, à unanimidade, em não conhecer da remessa feita a este CFMV, pois a competência originária para processamento e julgamento é do CRMV-ES, nos termos do relatório e voto do Relator.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente

JOÃO ALVES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Conselheiro Relator

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

RESOLUÇÃO Nº 1.159, DE 14 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre nova prorrogação de prazo para pagamento do 1º quadrimestre da anuidade de 2020.

A Diretoria-Executiva do Conselho Federal dos Representantes Comerciais - Confere, no uso de suas atribuições previstas no Regimento Interno da Entidade,

CONSIDERANDO que permanece a situação de pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde, em decorrência no novo coronavírus, causador da Covid-19;

CONSIDERANDO que a Categoria Profissional dos Representantes Comerciais continua enfrentando dificuldades de ordem financeira, em razão das medidas restritivas de locomoção urbana tomadas pelas autoridades constituídas, como forma de prevenção ao contágio do referido vírus;

CONSIDERANDO que compete, privativamente, ao Confere dispor quanto aos valores das anuidades e emolumentos devidos pelos representantes comerciais, conforme dispõe o inciso VIII do art. 10, da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965;

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 6º da Lei nº 12.514/2011, autoriza os Conselhos Federais de Fiscalização Profissional a estabelecerem a concessão de descontos, critérios de isenção, parcelamento e recuperação de créditos;

CONSIDERANDO o que ficou deliberado sobre o assunto em Reunião de Diretoria, realizada nesta data, resolve:

Art. 1º O art. 4º da Resolução nº 1.149, de 20 de março de 2020, alterado pelo art. 1º da Resolução nº 1.157, de 16 de junho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O pagamento do primeiro quadrimestre da anuidade de 2020, com vencimento em 30/04/2020, poderá ser efetuado, sem acréscimos, até o dia 31/08/2020."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Diretor-Presidente

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

RESOLUÇÃO Nº 607, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Altera o regimento interno do CRCRS e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que as vice-presidências do CRCRS zelam pelo cumprimento da política de relacionamento institucional do Conselho com entidades em geral e com as organizações contábeis, bem como representam o CRCRS, no impedimento da Presidência, em atividades de caráter institucional;

CONSIDERANDO a importância do desenvolvimento do princípio da eficiência na administração pública, previsto no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de avançar nas questões de tecnologia e inovação, de forma a tornar os processos da entidade mais ágeis e eficientes, melhorando a comunicação interna e com os profissionais, visando à otimização dos recursos e processos de decisão; e com o intuito de que o trabalho executado e oferecido à classe contábil e à sociedade seja menos burocrático, mais objetivo e dinâmico; resolve:

Art. 1° Extinguir a Vice-Presidência de Relações Instituições e criar a Vice-Presidência de Tecnologia e Inovação.

Art. 2º Os dispositivos a seguir enumerados do Regimento Interno do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, aprovado pela Resolução CRCRS nº 412, de 29-05-2003, e alterações posteriores, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º (...)

II - Órgãos Singulares:

(...)

h) Vice-Presidência de Tecnologia e Inovação; "

...

"Art. 17. (…).

Parágrafo único. O Presidente, em suas faltas ou impedimentos eventuais, ou no caso de vacância temporária de cargo, será substituído, dentre os membros contadores, conforme a seguinte ordem:

a) Vice-Presidente de Gestão; b) Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional; c) Vice-Presidente de Fiscalização; d) Vice-Presidente Técnico; e) Vice-Presidente de Registro; f) Vice-Presidente de Relações com os Profissionais; g) Vice-Presidente de Tecnologia e Inovação; h) Conselheiro titular, contador, de registro mais antigo.

Art. 22. (...)

a) (…); b) (…); c) zelar pelo cumprimento da política de relacionamento institucional do CRCRS com entidades em geral e com as organizações contábeis; d) representar o CRCRS, no impedimento da Presidência, em atividades de caráter institucional, para as quais o Conselho seja convidado; e) executar incumbências que lhe forem delegadas pela Presidência.

"Art. 28. Compete ao Vice-Presidente de Tecnologia e Inovação:

a) formular, propor, avaliar, implementar e acompanhar ações e políticas voltadas às iniciativas de tecnologia e inovação para o desenvolvimento do Conselho, sempre preservando o interesse da entidade e dos profissionais registrados; b) promover a geração, difusão e democratização da relação do Conselho com os profissionais e a sociedade, mediante o incentivo à interiorização, à implantação e à utilização de recursos tecnológicos, visando ao aprimoramento das atividades operacionais da entidade, em consonância com a política institucional e estratégia organizacional; c) executar as incumbências que lhe forem delegadas pela Presidência."

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor após sua aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade e publicação no Diário Oficial, revogadas as disposições em contrário.

Aprovada pela Deliberação CFC nº 63, de 14-05-2020, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.

ANA TÉRCIA LOPES RODRIGUES
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 8ª REGIÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 29 DE ABRIL DE 2020

Estabelece normas quanto ao procedimento de apuração de irregularidades cometidas por pessoa jurídica ou pessoa física contratada pelo CRECI/DF e aplicação de sanções em âmbito administrativos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 8ª REGIÃO - DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais que são conferidas pelo art. 17, IX da Lei Federal nº 6.530/78, o art. 16, XIII do Decreto nº 81.871/78 e art. 8º do Regimento Interno deste Regional. CONSIDERANDO que o CRECI/DF é autarquia, submetida ao regime jurídico de direito público, sendo-lhe obrigado, quando da contratação de bens e serviços, a realização de processo de licitação, Lei 8.666/93 e Decreto 10.024/2019; CONSIDERANDO que a própria legislação impõe aos Gestores a apuração de falhas na execução contratual e, quando de sua ocorrência, aplicação das penalidades administrativas, conforme indicadas e previstas no ordenamento jurídico, termo de contrato, editais e termos de referência; CONSIDERANDO os princípios da economicidade, eficiência, moralidade e transparência pública, atentando-se ao procedimento previsto no Decreto 8420/2015, aplicado da apuração de atos contra a administração pública, inclusive em contratos públicos; CONSIDERANDO que o CRECI/DF adotará um procedimento único para apuração de irregularidades cometidas nos contratos firmados, garantindo o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, bem como proporcionalidade nas penalidades aplicáveis; resolve:

Art. 1º. A presente instrução estabelece procedimento e formalidades necessárias à apuração de irregularidades e inadimplementos contratuais em processos de contratação/licitação entre o CRECI/DF e seus fornecedores.

Art. 2º. Será observado e atendido os princípios da ampla defesa e contraditório, permitindo que a Pessoa Jurídica apresente todos os fundamentos fáticos e jurídicos acerca das irregularidades apuradas.

Art. 3º. O Processo de Apuração de Irregularidade e Aplicação de Sanção deverá buscar a efetividade de seus atos, devendo-se atentar aos prazos consignados nesta instrução.

Art. 4º. A presente instrução será aplicada sempre que necessário, quando verificada irregularidades no processo, e, sendo o caso de atos contra a Administração Pública, deverão observar os parâmetros do Decreto 8.420/2015 e a Lei 12.846/2013. DOS PROCEDIMENTOS

Art. 5º. O presente processo conterá as seguintes etapas: Ciência de possível conduta irregular à Autoridade Competente; Requerimento de abertura de investigação preliminar; I - Instauração de Comissão Investigativa; II - Apuração Preliminar dos fatos; III - Decisão da Autoridade competente: abertura ou não de processo; IV - Prazo para apresentação de defesa; V - Instrução do processo; VI - Relatório Conclusivo; VII - Análise Jurídica; VIII - Decisão da Autoridade Competente; IX - Recurso; X - Decisão de Recurso. §1º - O processo todo deverá ser concluído no prazo de até 180 (cento e oitenta dias), podendo ser prorrogada por igual período. §2º - A prorrogação que trata o parágrafo anterior deverá ser requerida pela Comissão à Autoridade Competente, mediante requerimento motivado e justificado, cabendo à Autoridade Competente decidir sobre o pedido, cujo ato deverá ser fundamentado.

DA FASE PRELIMINAR

Art. 6º. O fiscal do contrato deverá elaborar relatório acerca da execução do contrato, nos termos do edital e do próprio instrumento contratual, indicando o que compreende não estar em devida consonância com o processo de contratação, de forma clara, concisa e objetiva.

Art. 7º. O relatório do fiscal do contrato deverá ser encaminhado ao Gestor do Contrato, para verificação das informações prestadas, podendo, inclusive, anexar documentos probatórios para demonstrar as irregularidades e a gravidade das irregularidades.

Art. 8º. O Gestor do Contrato, uma vez observado as irregularidades, juntará toda documentação necessária e encaminhará à Autoridade Competente, requerendo, então, a abertura de investigação preliminar para verificação da viabilidade ou não de abertura de processo de responsabilização em face do fornecedor.

Art. 9º. A autoridade competente receberá a solicitação do Gestor do Contrato e verificará se é o caso de nomear comissão de investigação preliminar ou não. Parágrafo único- A Autoridade competente no âmbito do CRECI/DF é o próprio Presidente.

Art. 10. A Autoridade Competente decidirá, mediante despacho fundamentado: I - pela abertura de investigação preliminar; II - pela instauração de Processo Administrativo de Responsabilização; ou III - pelo arquivamento da matéria.

Art. 11. A investigação preliminar, prevista no inciso I do artigo anterior, será destinado à apuração de indícios de materialidade e à autoria de atos lesivos em face à Administração, e, ainda, no caso de que o material encaminhado pelo Gestor de Contrato não seja suficiente para decisão por parte da Autoridade Competente, necessitando de complemento. § 1º. No caso de a Autoridade competente compreender pela abertura de investigação preliminar deverá nomear comissão, que será composta por dois ou mais empregados efetivos. §2º. A investigação preliminar ocorrerá em sigilo, sem que haja qualquer publicidade de seus atos e de sua instauração. §3º. A investigação preliminar terá duração máxima de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogada por igual período, desde que devidamente fundamentada e justificada pela Comissão.

Art. 12. Finalizada a investigação preliminar, a Comissão encaminhará à Autoridade competente as peças e informações obtidas, devidamente acompanhadas de relatório conclusivo acerca da existência de fatos e fundamentos para instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade ou de PAR. DA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 13. A autoridade competente ao receber o relatório da Comissão de Investigação Preliminar decidirá: Pela abertura do Processo Administrativo; Pelo arquivamento da matéria.

Art. 14. Uma vez decidindo pela abertura do processo administrativo, a Autoridade deverá nomear Comissão para condução do processo, sendo dois empregados estáveis, obrigatoriamente. Parágrafo único - À comissão será assegurado atuação de forma independente e imparcial, assegurando-se preservação da imagem dos integrantes.

Art. 15. Com a nomeação da Comissão, a Autoridade Competente determinará a notificação da pessoa jurídica para apresentar defesa no prazo de 30 (trinta) dias.

DAS NOTIFICAÇÕES

Art. 16. As notificações e intimações poderão ser realizadas por meio eletrônico, no endereço informado pela pessoa jurídica quando da assinatura do contrato, como meio legítimo para comunicação, desde que se assegure a certeza de ciência da notificação. Parágrafo único - Caso a notificação não possa ser realizada por meio eletrônico, seja via postal.

Art. 17. Prazo do artigo 15 será contado a partir da data da cientificação oficial, de forma corrida.

DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Art. 18. Na fase instrutória do processo será permitida a produção de provas, documentais, periciais, testemunhais, a depender do objeto do processo. § 1º. Sendo processo para aplicação de sanções contratuais, por inadimplemento total ou parcial do contrato, só serão permitidas as provas documentais. § 2º. No caso de responsabilização por atos que incorram improbidade administrativa, atos contra a administração pública, serão permitidas as provas periciais e testemunhais, nos termos do Decreto 8.420/2015.

Art. 19. Uma vez produzidas provas ou de juntada de provas indispensáveis pela comissão, poderá conceder prazo de 10 (dez) dias para apresentação de alegações finais.

DA DECISÃO

Art. 20. Após apresentação de defesa, instrução do processo, a Comissão elaborará relatório conclusivo sobre os fatos apurados e de responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo as sanções a serem aplicadas, a proporcionalidade da multa ou o arquivamento do processo.

Art. 21. O relatório será encaminhado à Assessoria Jurídica competente do Conselho, que deverá manifestar-se sobre o relatório, sua legalidade e validade.

Art. 22. Com a manifestação jurídica, o relatório será encaminhado à Autoridade competente para julgamento, que poderá concordar ou não com o relatório conclusivo, com a assessoria jurídica, desde que motivada e justificada sua decisão.

Art. 23. A decisão proferida pela Autoridade competente será publicada no Diário Oficial e sítio eletrônico do CRECI/DF, cabendo recurso - pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da publicação. §1º. O recurso deverá ser endereçado à Autoridade Competente, que julgará no prazo de 30 (trinta) dias.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. No caso de descumprimento, inadimplemento contratual, total ou parcial, a ser aplicado as penalidades da Lei 8.666/93 e Decreto 10.024/2019, serão aplicadas as penalidades previstas em termo contratual, art. 86 e seguintes da Lei de Licitações Parágrafo único - As penalidades deverão ser aplicadas de forma proporcional às irregularidades apuradas.

Art. 25. Os fatos que configurem improbidade administrativa, atos atentatórios à Administração Pública deverão ter as penalidades previstas de acordo com o Decreto 8.420/15 e Lei 12.846/13, sem qualquer prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Art. 26. Em sendo verificada a existência de eventuais ilícitos, o relatório da comissão será encaminhado pela Autoridade Competente ao Ministério Público ou outro órgão de representação judicial.

Art. 27. A presente instrução normativa deve ser interpretada de forma sistêmica às normas do Decreto 8.420/15, Lei 8.666/93, Decreto 10.024/19 e Lei 12.846/13, aplicando-as de forma complementar no caso de omissão por parte deste ato normativo.

Art. 28. Serão aplicados, no que couber, ante as especificidades das condutas a serem aplicadas, os princípios e preceitos previstos na Lei 9.784/99.

Art. 29. A presente Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO

